

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

2008

Rio de Janeiro
2008

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4061-0 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4060-3 (meio impresso)

© IBGE. 2008

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Estrutura e dimensão do quadro de pessoal da administração municipal

Legislação e instrumentos de planejamento dos municípios brasileiros

A gestão municipal na área da habitação

Transporte

Meio ambiente

Tabelas de resultados

1 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

2 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

3 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

- 4 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008
- 5 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008
- 6 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008
- 7 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008
- 8 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008
- 9 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, e frequências das reuniões, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 10 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, e frequências das reuniões, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 11 - Municípios, total e com existência de instrumentos de política urbana e legislação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 12 - Municípios, total e com existência de instrumentos de política urbana e legislação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 13 - Municípios, total e com existência de Plano Diretor e características, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 14 - Municípios, total e com existência de Plano Diretor e características, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 15 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 16 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

- 17 - Municípios, total, que possuem órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação, com Plano Municipal de Habitação e com o plano em elaboração, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 18 - Municípios, total, que possuem órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação, com Plano Municipal de Habitação e com o plano em elaboração, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 19 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Habitação e algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 20 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Habitação e algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 21 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Habitação e algumas características do fundo, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 22 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Habitação e algumas características do fundo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 23 - Municípios, total e com programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do Fundo Municipal de Habitação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 24 - Municípios, total e com programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do Fundo Municipal de Habitação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 25 - Municípios, total, que participam de Consórcio Intermunicipal de Habitação e com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e algumas características do cadastro, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 26 - Municípios, total, que participam de Consórcio Intermunicipal de Habitação e com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e algumas características do cadastro, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 27 - Municípios, total e que realizaram algum tipo de programa habitacional nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 28 - Municípios, total e que realizaram algum tipo de programa habitacional nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

- 29 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de construção de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 30 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de construção de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 31 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 32 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 33 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de melhorias de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 34 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de melhoria de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 35 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de material de construção nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 36 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de material de construção nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 37 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de lotes nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 38 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de lotes nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 39 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 40 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos de anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

- 41 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de urbanização de assentamentos nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 42 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de urbanização de assentamentos nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 43 - Municípios, total e número de municípios que possuem legislação, plano de regularização fundiária e emissão de licenças e habite-se, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 44 - Municípios, total e número de municípios que possuem legislação, plano de regularização fundiária e emissão de licenças e habite-se, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 45 - Municípios, total e que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 46 - Municípios, total e que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 47 - Municípios, total e que declararam existência de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 48 - Municípios, total e que declararam existência de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 49 - Municípios, total e que declararam existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 50 - Municípios, total e que declararam existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 51 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

- 52 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 55 - Municípios, total e com Fundo e Plano Municipal de Transporte, por algumas características do plano, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 56 - Municípios, total e com Fundo e Plano Municipal de Transporte, por algumas características do plano, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 57 - Municípios, total e com serviços de transporte por barco, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 58 - Municípios, total e com serviços de transporte por barco, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 59 - Municípios, total e com serviços de transporte por metrô, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 60 - Municípios, total e com serviços de transporte por metrô, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 61 - Municípios, total e com serviços de transporte por mototáxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 62 - Municípios, total e com serviços de transporte por mototáxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 63 - Municípios, total e com serviços de transporte por táxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008
- 64 - Municípios, total e com serviços de transporte por táxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008
- 65 - Municípios, total e com serviços de transporte por trem, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

66 - Municípios, total e com serviços de transporte por trem, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

67 - Municípios, total e com serviços de transporte por van, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

68 - Municípios, total e com serviços de transporte por van, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

69 - Municípios, total e com serviço de transporte coletivo de ônibus exclusivamente municipal, por organismo e/ou ente que o gerencia e tipo de regulamentação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

70 - Municípios, total e com serviço de transporte coletivo de ônibus exclusivamente municipal, por organismo e/ou ente que o gerencia e tipo de regulamentação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

71 - Municípios, total e com passageiros que possuem isenção de tarifa no serviço de transporte por ônibus municipal, por tipo de passageiro, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

72 - Municípios, total e com passageiros que possuem isenção de tarifa no serviço de transporte por ônibus municipal, por tipo de passageiro, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

73 - Municípios, total e com existência de serviço de transporte por ônibus intermunicipal, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

74 - Municípios, total e com existência de serviço de transporte por ônibus intermunicipal, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

75 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

76 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

77 - Municípios, total e pessoal ocupado total na área do meio ambiente, por tipo de vínculo, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

78 - Municípios, total e pessoal ocupado total na área do meio ambiente, por tipo de vínculo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

79 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

80 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

81 - Municípios, total, com recursos específicos para a área ambiental, por origem dos recursos, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

82 - Municípios, total, com recursos específicos para a área ambiental, por origem dos recursos, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

83 - Municípios, total, com recursos específicos para a área ambiental oriundos de órgão público, por especificação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

84 - Municípios, total, com recursos específicos para a área ambiental oriundos de órgão público, por especificação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

85 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Meio Ambiente, realização de licença ambiental de impacto local e instrumento de cooperação para licença ambiental, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

86 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Meio Ambiente, realização de licença ambiental de impacto local e instrumento de cooperação para licença ambiental, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

87 - Municípios, total, com participação em articulação intermunicipal, por tipo e temas abordados nas articulações, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

88 - Municípios, total, com participação em articulação intermunicipal, por tipo e temas abordados nas articulações, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

89 - Municípios, total, com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

90 - Municípios, total, com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Referências

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2008

[Questionário Básico](#)

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, nesta publicação, os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2008.

Em sua sétima edição, a MUNIC tornou a investigar todas as 5 564 municipalidades existentes no País. Foram levantados, no primeiro semestre de 2008, dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre os seguintes temas: recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, habitação, transporte e meio ambiente.

Merece atenção o fato de que diferentes agentes e organizações, envolvidos com a questão local e o monitoramento e avaliação de políticas locais, têm renovado o interesse pela pesquisa. Isto se deve, em parte, ao permanente esforço de atualização da MUNIC bem como ao amplo escopo dos temas por ela tratados.

Esta publicação ocupa-se dos aspectos de metodologia nas notas técnicas e dedica cinco capítulos analíticos ao exame do quadro municipal, acrescidos de um conjunto de tabelas básicas, discriminando os resultados por grupos de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Trata-se de um conjunto amplo de informações que irá contribuir para o debate público e permitir, mais uma vez, aos poderes públicos e à sociedade melhorar o planejamento e a formulação das políticas, visando à adoção do padrão de desenvolvimento que se quer sustentável.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Este volume da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC traz os resultados do levantamento realizado em 2008. Diferentemente de 2002, 2004, 2005 e 2006 que levaram a campo suplementos abordando, respectivamente, temas como Meio Ambiente, Esportes, Assistência Social e Cultura, a pesquisa, este ano, foi a campo sem suplemento específico. É importante também mencionar o fato da não-realização da MUNIC 2007, tendo em vista a operação da Contagem da População empreendida pelo IBGE nesse mesmo ano.

É de suma importância a obtenção de dados estatísticos com base municipal, que expressem de forma clara e objetiva a oferta e a qualidade dos serviços públicos em face da capacidade dos gestores municipais em atender às suas populações. O conhecimento e aprendizagem sobre a escala local proporcionados por essas informações estatísticas vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no País e da realidade dos diferentes setores da sociedade organizada, levando em consideração a complexidade brasileira no sentido dos avanços social, político e econômico.

As diversidades produtivas, sociais, culturais e espaciais (regionais, urbanas e rurais), por muito tempo, foram tratadas como desequilíbrios, assimetrias, obstáculos colocados ao desafio que é promover o desenvolvimento em um país continental e periférico como o nosso. O Brasil é um País extremamente dissemelhante em muitos aspectos, incluindo o ponto de vista tanto político quanto administrativo, sendo a qualidade dos registros administrativos diversa no nível federal, entre os ministérios, por exemplo, no nível estadual e no nível municipal. Atualmente, contudo, as escalas nacional, regional e local mostram-se crescentemente articuladas e demonstram a urgência que têm em

engendrar ações mais ágeis, potentes e sistemáticas, o que passa necessariamente pela oferta de informações municipais de qualidade, como instrumento efetivo de planejamento, diagnóstico e monitoramento das condições locais.

Este volume impresso, que contém ainda um CD-ROM com a base de dados completa da pesquisa, é composto por cinco textos analíticos que abordam os diferentes aspectos da gestão local presentes na pesquisa e pelas tabelas de resultados.

O primeiro capítulo examina os números referentes ao quadro de pessoal ocupado nos órgãos da administração direta e indireta do poder público local, tema que aparece de maneira constante na MUNIC. Os números de trabalhadores por regime de contrato de trabalho segundo o nível de escolaridade foram comparados com os dados da MUNIC 2006, enquanto os por regime de contrato de trabalho, com os dados de 2005 e 2006. O quadro resultante permitiu uma análise sobre a estrutura administrativa municipal.

O segundo capítulo avalia um amplo conjunto de informações referentes à atividade legislativa e a instrumentos de planejamento municipais, com foco na política local de planejamento e desenvolvimento urbano. Busca-se caracterizar o Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, e indicar a existência de outros instrumentos legais que permitem o planejamento urbano.

O capítulo seguinte trata de matéria que consistiu no maior bloco do Questionário Básico da pesquisa em 2008, no qual foram reunidas quase todas as questões sobre a área de Habitação presentes nas edições anteriores e admitidos novos quesitos. A análise põe em tela um elenco consideravelmente extenso de informações sobre o órgão responsável pela habitação, o Conselho Municipal de Habitação e a existência de Fundo Municipal de Habitação, e compreende as informações sobre ações e programas municipais na área da habitação popular, oferecendo um perfil da política local para o setor.

O quarto capítulo empreende uma análise sobre o transporte. A estrutura organizacional existente nas prefeituras para tratar desta política e os dados sobre o gerenciamento de seis distintos serviços de transporte proporcionam uma visão concludente acerca da organização municipal na área. Em destaque, o estudo sobre a existência de transporte coletivo por ônibus intermunicipal.

O último capítulo recupera o tema do meio ambiente no âmbito municipal, realizando a análise da estrutura organizacional, pessoal ocupado na área e aspectos da atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. São examinados, também, os recursos específicos para a área, a existência de articulação intermunicipal e as principais ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente do município nos últimos 24 meses.

Por fim, deve-se destacar que a MUNIC é resultado da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas pelas mais de 500 agências da Instituição e responsáveis pela coleta e apuração das informações em cada município do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se estende à totalidade dos municípios do País desde a primeira edição, em 1999, e da mesma forma nos anos de 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006. Esta, a sétima edição da pesquisa, tem 2008 como ano de referência, e obteve informações relativas a todos os 5 564 municípios brasileiros, através de um Questionário Básico que tem seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A MUNIC se define como pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

O objeto de interesse da MUNIC é a gestão dos municípios, nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, instrumentos fiscais, recursos institucionais, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização e desconcentração, programas e ações públicas locais, oferta de serviços à população e infra-estrutura urbana, mas não se detém nesse elenco básico de assuntos, já extenso, e investiga aspectos múltiplos da realidade local.

Em 2008, a MUNIC tratou de investigar informações sobre recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, habitação, transporte e meio ambiente, temas estes investigados em anos anteriores, como é possível verificar na série histórica de resultados da pesquisa.

No bloco de recursos humanos, foram obtidas informações sobre as administrações direta e indireta, onde foram solicitados os quantitativos de trabalhadores por regime de contrato de trabalho, segundo o nível de escolaridade (sem instrução, ensino fundamental completo ou não e ensino médio, superior e pós-graduação concluídos), além de um quesito específico sobre o tipo e a quantidade de órgãos da administração indireta local. Estas informações permitem aferir a distribuição da mão-de-obra ocupada na prestação de serviços públicos quanto ao seu grau de instrução, traçando o perfil da estrutura administrativa.

O bloco que trata de legislação e instrumentos de planejamento municipal, quase sempre presente no Questionário Básico, recebeu o enfoque de detalhamento sobre a existência de instrumentos específicos para o planejamento urbano.

Por sua vez, a área de habitação constituiu o maior bloco do questionário, sendo investigado um grupo bastante variado de informações. Foram atualizadas, basicamente, todas as questões sobre o tema presentes nas edições anteriores e, em linha com as necessidades de informação sobre o setor, foi dada ênfase a questões sobre a existência de Conselho e Fundo Municipais de Habitação; legislação; realização de programas e seus recursos orçamentários; gestão e instrumentos de regularização fundiária.

No bloco de transporte, foram investigadas questões relativas à existência de Conselho e Fundo Municipais de Transporte, a oferta de alguns serviços, a gestão e as características locais deste tipo de serviço no município.

Finalmente, o bloco de meio ambiente captou informações sobre a quantidade de pessoas ocupadas no meio ambiente, por vínculo empregatício, a existência de Conselho e Fundo Municipais de Meio Ambiente, além de informações acerca da existência e o tipo de parceria em convênio e cooperação técnica implementados com foco ambiental. Foram abordados, também, os consórcios intermunicipais na área de meio ambiente e os temas dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Um importante aspecto a ser destacado quanto à metodologia interna do questionário refere-se ao novo formato de determinação do informante na prefeitura. Com o firme propósito de qualificá-lo, pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procedeu-se à sua identificação no final de cada um dos blocos setoriais específicos.

É lícito acrescentar que os temas e questões abordados no Questionário Básico visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiros. Para tanto, a MUNIC tem por objetivo a consolidação de uma base municipal de informações, com dados estatísticos e cadastrais atualizados e que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo das cidades brasileiras.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas, posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais.

Períodos de referência da pesquisa

A coleta das informações da MUNIC foi realizada entre março e julho de 2008, sendo efetuada, preferencialmente, através de entrevista presencial. Os dados coletados referiram-se, de maneira geral, à data da entrevista, no entanto, em alguns quesitos a data pode diferir sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário quanto à data ou período da informação.

Algumas exceções merecem ser destacadas quanto ao período de referência desta edição da pesquisa:

- i) as informações sobre ações ou programas na área de habitação referiram-se aos anos de 2007 e 2008; e
- ii) as informações referentes à realização de reuniões pelos Conselhos Municipais de Política Urbana, Habitação e de Transportes referiram-se aos 12 meses anteriores à data da entrevista.

Abrangência geográfica da pesquisa

Os 5 564 municípios brasileiros instalados no Território Nacional até 31 de dezembro de 2007 foram investigados pela MUNIC 2008.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2008, a MUNIC investigou os seguintes temas relativos à administração pública municipal: recursos humanos; legislação e instrumentos de planejamento municipal; habitação; transporte; e meio ambiente.

Para auxiliar a coleta das informações, foi emitido o Manual de Coleta, contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em março de 2008, foi realizado um treinamento centralizado no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total aproximado de 60 pessoas. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à coleta das informações, fase em que o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com o objetivo de obter a indicação de uma pessoa, na administração municipal, que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa foi entrevistada, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentou as explicações dos termos e conceitos utilizados mais importantes dispostos junto aos quesitos relativos.

Apenas um município, Linha Nova, no Estado do Rio Grande do Sul, não preencheu o questionário.

O técnico do IBGE, ao receber o questionário preenchido, procedeu a uma crítica visual de comparação entre as informações coletadas nas edições de 2005 e 2006. Para isso, o técnico dispunha de uma listagem, por município, com uma seleção de variáveis em que essa comparação foi possível e pertinente. Isso permitiu que problemas detectados no preenchimento fossem resolvidos imediatamente com o informante.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada unidade regional, ou pelo técnico responsável pela coleta, nas próprias agências. A crítica de consistência dos dados coletados, por sua vez, foi efetuada em cada unidade, mas também foi realizado um trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais, responsável pela pesquisa. Nesta edição da MUNIC, a adoção da ferramenta Oracle Discoverer, para criação de consultas dos dados remetidos para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle, mais uma vez, foi utilizada. Esse recurso de informática permitiu não só a realização de consultas aos dados apurados na medida em que estes eram transmitidos ao sistema, como as comparações com os anos de 2005 e 2006, o que possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica. Uma vez realizada a consulta, um relatório foi transmitido à unidade de origem dos dados e, conforme o caso, erros foram corrigidos.

Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior co-responsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas, exige ter respeitada sua integridade.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, um a um.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa. Também são apresentados os resultados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados completa da pesquisa, com informações de cada município.

Todas as tabelas apresentadas aqui são produto de agregações dos dados de municípios por classe de tamanho da população, por Grandes Regiões do País e por Unidade da Federação em que estão localizados, variáveis relevantes para a compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

Estrutura e dimensão do quadro de pessoal da administração municipal

Dimensão do quadro de pessoal

O objetivo desta seção é analisar a dimensão e a estrutura do quadro de pessoal da administração municipal.

O número de pessoas ocupadas na administração (direta e indireta) municipal brasileira foi de 4 521 579, em 2004, 4 767 602, em 2005, 5 077 180, em 2006 e 5 182 604, em 2008 – o que corresponde a um crescimento de, aproximadamente, 5,4%, entre 2004 e 2005; 6,5%, entre 2005 e 2006; e 2,1%, entre 2006 e 2008.

Para fornecer uma idéia da dimensão do quadro de pessoal da administração (direta e indireta) municipal, levaram-se em consideração três variáveis, referentes a 2007: população; pessoas de 10 anos ou mais de idade; e população economicamente ativa.

Tomando por base os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2007, o total de pessoas ocupadas na administração municipal, em 2008, correspondia a: 2,7% da população brasileira; 3,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ou população em idade ativa; e 5,2% da população economicamente ativa (Tabela 1).

Do ponto de vista regional, a maior representatividade fica por conta das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, onde a relação entre pessoal ocupado na administração municipal e população regional era, respectivamente, de 3,3%, 3,2% e 2,9%; 3,9%, no caso das Regiões Centro-Oeste e Nordeste e 3,7%, para a Região Norte, do total de pessoas de 10 anos ou mais de idade; e 6,6% (Nordeste), 6,2% (Norte) e 6,1% (Centro-Oeste), para a população economicamente ativa, para o ano de 2008. Quanto às Regiões Sudeste e Sul, o pessoal ocupado na

administração municipal tem menor representatividade na população regional: 2,4% do total da população; 2,8% (Sudeste) e 2,9% (Sul) do total de pessoas de 10 anos ou mais de idade; e 4,5% (Sudeste) e 4,3% (Sul) da população economicamente ativa.

Tabela 1 - Proporção de pessoal ocupado na administração municipal, segundo as Grandes Regiões - 2005/2008

Grandes Regiões	Proporção de pessoal ocupado na administração municipal (%)					
	Direta			Direta e indireta		
	População	População em idade ativa	População economicamente ativa	População	População em idade ativa	População economicamente ativa
2005						
Brasil	2,4	2,9	4,7	2,6	3,1	5,0
Norte	2,5	3,3	5,2	2,6	3,3	5,3
Nordeste	2,8	3,5	5,6	2,9	3,6	5,8
Sudeste	2,1	2,5	4,0	2,3	2,7	4,3
Sul	2,2	2,6	3,9	2,3	2,8	4,2
Centro-Oeste	3,5	4,2	6,6	3,7	4,5	7,0
2006						
Brasil	2,6	3,1	4,9	2,7	3,2	5,2
Norte	2,8	3,5	5,8	2,8	3,6	5,9
Nordeste	3,0	3,7	6,1	3,1	3,8	6,3
Sudeste	2,2	2,6	4,1	2,4	2,8	4,5
Sul	2,4	2,8	4,2	2,5	3,0	4,5
Centro-Oeste	3,0	3,6	5,8	3,3	3,9	6,2
2008 (1)						
Brasil	2,6	3,1	5,0	2,7	3,3	5,2
Norte	2,9	3,7	6,1	2,9	3,7	6,2
Nordeste	3,1	3,8	6,4	3,2	3,9	6,6
Sudeste	2,2	2,5	4,1	2,4	2,8	4,5
Sul	2,3	2,7	4,1	2,4	2,9	4,3
Centro-Oeste	3,2	3,8	5,9	3,3	3,9	6,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005-2007.

(1) Proporção calculada com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Estrutura do quadro de pessoal da administração direta municipal por vínculo empregatício

Com relação à composição do quadro de pessoal do governo por vínculo empregatício (estatutário, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

comissionados e sem vínculo permanente), a distribuição percentual por vínculo empregatício pode ser encarada segundo dois aspectos. De um lado, quanto maior o peso de pessoal sob o regime estatutário e, em menor medida, sob o regime da CLT, maior o comprometimento do município com as despesas de pessoal, em detrimento das demais despesas correntes e, principalmente, daquelas de capital. Considerando a menor possibilidade de redução das despesas com pessoal, quanto maior o seu peso nas despesas, menor seria a flexibilidade para acomodar redução de despesas e, conseqüentemente, cumprir os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para gastos com pessoal.

Em contrapartida, embora a contratação de pessoal sem vínculo empregatício e, em menor medida, de trabalhadores comissionados permitam maior flexibilidade por parte da gestão municipal – seja no que refere a seu menor custo relativo, seja quanto ao fato destes tipos de contratação serem passíveis de redução e não implicarem compromissos de longo prazo, como é o caso de aposentadorias e pensões – a maior flexibilização não contribui para a formação de quadros com experiência e para a condução das políticas públicas.

O número de pessoas ocupadas na administração direta municipal brasileira foi de 4 281 923, em 2004; 4 494 154, em 2005; 4 794 844, em 2006; e 5 015 729, em 2008 – o que corresponde a um crescimento de, aproximadamente, 5,0%, entre 2004 e 2005; 6,7%, entre 2005 e 2006; e 4,6%, entre 2006 e 2008. Analisa-se, a seguir, a composição do quadro de pessoal da administração direta municipal, por vínculo empregatício, através das Tabelas 2, 3 e 4.

No caso da participação regional (Tabela 2) no total de pessoal ocupado na administração direta, em 2008, as Regiões Sudeste e Nordeste eram responsáveis, respectivamente, por 35,8% e 33,4% do total de pessoal ocupado na administração direta municipal; as Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, por sua vez, respondiam por menos de 1/3 do total do pessoal ocupado na administração central municipal – respectivamente, 13,0%, 8,7% e 9,0%. Quanto à participação regional, por vínculo empregatício, pode-se destacar o seguinte:

1. a participação da Região Nordeste no total de pessoal sem vínculo permanente passou de 41,5%, em 2004, para 44,2%, em 2005, 44,9%, em 2006, e para 49,6%, em 2008; em contrapartida, a participação do Nordeste no total de funcionários contratados sob o regime da CLT passou de 30,0%, em 2004, para 24,1%, em 2005, 22,2%, em 2006, e para 19,6%, em 2008;
2. a participação das Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste no total de pessoal sem vínculo permanente caiu, respectivamente, de 7,8% para 6,7%, de 8,2% para 4,8%, e de 26,3% para 24,3%, entre 2006 e 2008. Por outro lado, a despeito de seu peso, a Região Sul era responsável por apenas 4,8% do total de pessoal sem vínculo permanente; e
3. no caso de pessoal sob o regime da CLT, a participação manteve-se praticamente constante, em todas as regiões. Por outro lado, em 2008, a Região Sudeste respondia por cerca de 60,0% do total de pessoal contratado sob o regime da CLT.

Tabela 2 - Percentual do pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões - 2004/2008

Grandes Regiões	Percentual do pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício (%)				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2004					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	7,6	6,9	7,9	7,0	12,7
Nordeste	31,6	30,1	30,0	35,9	41,5
Sudeste	37,5	36,8	44,1	31,8	34,0
Sul	14,2	15,8	13,4	12,8	6,3
Centro-Oeste	9,1	10,5	4,5	12,5	5,6
2005					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	8,3	7,4	4,0	8,3	15,1
Nordeste	31,9	29,5	24,1	37,3	44,2
Sudeste	36,5	36,1	56,6	31,7	26,2
Sul	13,2	15,2	13,0	13,2	5,8
Centro-Oeste	10,1	11,9	2,3	9,4	8,8
2006					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	8,7	8,3	4,1	8,3	12,8
Nordeste	32,7	30,2	22,2	35,8	44,9
Sudeste	36,6	36,4	59,1	31,9	26,3
Sul	13,6	15,5	13,4	12,7	8,2
Centro-Oeste	8,4	9,6	1,2	11,3	7,8
2008					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	9,0	8,5	4,8	8,7	14,5
Nordeste	33,4	31,4	19,6	36,6	49,6
Sudeste	35,8	35,3	59,6	31,1	24,3
Sul	13,0	15,1	13,0	11,9	4,8
Centro-Oeste	8,7	9,7	3,0	11,8	6,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004/2008.

A Tabela 3, que fornece a composição do quadro de pessoal da administração direta municipal por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões, permite constatar o seguinte:

1. a tendência ao crescimento dos regimes de trabalho mais flexíveis (pessoal comissionado e pessoal sem vínculo permanente), em detrimento de pessoal estatutário e sob o regime da CLT, observada para o período 2004/2006, sofreu uma inflexão entre 2006 e 2008. No caso da participação de pessoal sob o regime estatutário, enquanto, entre 2005 e 2006, esta caiu de 64,0% para cerca de 61,0% do total de pessoal da administração direta municipal brasileira, entre 2006 e 2008, essa relação passou a ser de 64,7%. Em contrapartida, a participação de pessoal sem vínculo permanente, que havia passado de 9,4%, em 2004, para 16,1%, em 2005 e 19,2%, em 2006, caiu para 15,4% do total. A participação de funcionários sob o regime da CLT e a de pessoal comissionado mantiveram-se praticamente constantes, entre 2006 e 2008;

2. em 2008, nas Regiões Sul e Centro-Oeste, o pessoal sob o regime estatutário representava, respectivamente, 75,1% e 72,3% do total de pessoal da administração central municipal; nas Regiões Norte e Nordeste, este percentual alcançava cerca de 61%. Quanto à Região Sudeste, a participação de estatutários no total era bem próxima da observada para o Brasil (63,7%);
3. em contrapartida, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a participação do pessoal sem vínculo permanente no total de pessoal da administração direta era, respectivamente, de 5,7%, 10,4% e 11,8%; nas Regiões Norte e Nordeste, embora decrescente, ela era de 24,8% e 22,9%, respectivamente;
4. o percentual de servidores contratados sob o regime da CLT era mais significativo na Região Sudeste (18%). Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, este percentual era de apenas 3,7% e 5,7%, respectivamente; e nas Regiões Nordeste e Sul ele era de 6,4% e 10,9%, respectivamente; e
5. no caso da participação de trabalhadores comissionados no total de pessoal da administração direta, ela era de 7,8%, na Região Sudeste; em torno de 8,5%, nas Regiões Norte e Sul; de 9,9%, na Região Nordeste; e de 12,1%, na Região Centro-Oeste.

Tabela 3 - Percentual do pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões - 2004/2008

Grandes Regiões	Percentual do pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício (%)				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2004					
Brasil	100,0	64,3	18,5	7,9	9,4
Norte	100,0	58,0	19,2	7,2	15,6
Nordeste	100,0	61,2	17,6	9,0	12,3
Sudeste	100,0	63,0	21,8	6,7	8,5
Sul	100,0	71,4	17,4	7,1	4,1
Centro-Oeste	100,0	74,1	9,3	10,9	5,7
2005					
Brasil	100,0	64,0	11,4	8,5	16,1
Norte	100,0	56,8	5,5	8,5	29,3
Nordeste	100,0	59,2	8,6	9,9	22,3
Sudeste	100,0	63,3	17,8	7,4	11,6
Sul	100,0	73,3	11,2	8,4	7,1
Centro-Oeste	100,0	75,5	2,6	7,9	14,0
2006					
Brasil	100,0	60,9	11,1	8,8	19,2
Norte	100,0	58,1	5,3	8,5	28,2
Nordeste	100,0	56,3	7,5	9,7	26,5
Sudeste	100,0	60,6	17,9	7,7	13,8
Sul	100,0	69,3	10,9	8,2	11,6
Centro-Oeste	100,0	68,9	1,6	11,8	17,7
2008					
Brasil	100,0	64,7	10,9	9,0	15,4
Norte	100,0	60,8	5,7	8,7	24,8
Nordeste	100,0	60,9	6,4	9,9	22,9
Sudeste	100,0	63,7	18,0	7,8	10,4
Sul	100,0	75,1	10,9	8,3	5,7
Centro-Oeste	100,0	72,3	3,7	12,1	11,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Quanto à composição de pessoal por vínculo empregatício segundo classes de tamanho da população (Tabela 4), os municípios com mais de 500 000 habitantes apresentam um quadro de funcionários mais estável: em 2008, 78,7% do pessoal total da administração direta era constituído por funcionários contratados pelo regime estatutário. Quanto às demais classes de tamanho por habitantes, esta participação situou-se entre 60,0% e 65,0%.

Além disso, enquanto as participações do pessoal sem vínculo permanente e comissionado foram, em 2008, respectivamente, de 9,3% e 6,1%, para os municípios que possuem mais de 500 000 habitantes, nos demais, elas situaram-se entre 12,5% e 18,0%, para o pessoal sem vínculo permanente, e entre 9,1% e 12,5%, no caso de pessoal comissionado.

Em contrapartida, enquanto a participação dos funcionários contratados sob o regime da CLT, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, era de apenas 6,0%, nas demais classes de tamanho, a participação dos funcionários sob o regime da CLT situou-se entre 10,0% (até 5 000 habitantes) e 14,6% (mais de 100 000 a 500 000 habitantes).

Tabela 4 - Percentual de pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2004/2008

Classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício (%)				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2004					
Total	100,0	64,3	18,5	7,9	9,4
Até 5 000	100,0	64,5	14,9	10,1	10,5
De 5 001 a 10 000	100,0	62,0	18,7	8,8	10,6
De 10 001 a 20 000	100,0	60,1	20,3	8,2	11,4
De 20 001 a 50 000	100,0	60,0	20,9	8,0	11,2
De 50 001 a 100 000	100,0	59,3	22,1	8,5	10,1
De 100 001 a 500 000	100,0	60,1	22,7	8,1	9,1
Mais de 500 000	100,0	83,2	7,3	5,6	3,9
2005					
Total	100,0	64,0	11,4	8,5	16,1
Até 5 000	100,0	63,0	10,9	12,0	14,0
De 5 001 a 10 000	100,0	62,5	10,3	9,9	17,3
De 10 001 a 20 000	100,0	59,6	12,2	9,4	18,9
De 20 001 a 50 000	100,0	59,3	13,4	8,8	18,6
De 50 001 a 100 000	100,0	59,5	13,7	8,9	17,9
De 100 001 a 500 000	100,0	58,7	16,1	8,4	16,8
Mais de 500 000	100,0	82,6	2,9	5,5	9,0
2006					
Total	100,0	60,9	11,1	8,8	19,2
Até 5 000	100,0	61,3	9,8	12,8	16,1
De 5 001 a 10 000	100,0	59,7	10,3	10,7	19,3
De 10 001 a 20 000	100,0	57,5	11,0	9,8	21,6
De 20 001 a 50 000	100,0	57,5	11,8	9,1	21,6
De 50 001 a 100 000	100,0	57,7	13,0	8,7	20,5
De 100 001 a 500 000	100,0	55,4	15,7	9,0	20,0
Mais de 500 000	100,0	77,7	4,0	5,2	13,1
2008					
Total	100,0	64,7	10,9	9,0	15,4
Até 5 000	100,0	65,1	10,0	12,5	12,4
De 5 001 a 10 000	100,0	63,5	10,4	10,4	15,7
De 10 001 a 20 000	100,0	62,9	10,2	9,5	17,4
De 20 001 a 50 000	100,0	61,9	11,1	9,1	17,9
De 50 001 a 100 000	100,0	62,0	12,1	9,3	16,6
De 100 001 a 500 000	100,0	60,3	14,6	9,3	15,8
Mais de 500 000	100,0	78,7	6,0	6,1	9,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Estrutura do quadro de pessoal da administração direta municipal por escolaridade

Em 2008, a composição do pessoal da administração direta municipal por escolaridade¹ (Tabela 5) era a seguinte: 29,9% do pessoal tinha o ensino fundamental completo ou incompleto, 40,1% possuía o nível médio e 30,0% havia concluído o nível superior, sendo que, deste percentual, 4,5% havia concluído pós-graduação.

Quanto à composição segundo Grandes Regiões, a Região Norte é a que apresenta o menor percentual de funcionários que, em 2005, haviam concluído o ensino superior (19,6%), e a maior participação de funcionários em ensino médio (46,8%) e ensino fundamental completo ou incompleto (33,6%). As Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste são as que apresentam a maior participação de funcionários que haviam concluído o ensino superior – respectivamente, 37,4%, 35,3% e 34,1% – sendo que, nos casos das Regiões Sul e Centro-Oeste, 10,7% e 7,3%, respectivamente, tinham concluído o pós-graduação. A Região Nordeste apresenta uma composição mais semelhante à observada para a Região Norte.

Tabela 5 - Percentual de pessoal ocupado na administração direta, por nível de escolaridade, segundo as Grandes Regiões - 2005/2008

Grandes Regiões	Percentual de pessoal ocupado na administração direta, por nível de escolaridade (%)				
	Total	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2005					
Brasil	100,0	33,6	40,6	22,6	3,2
Norte	100,0	37,8	47,8	13,2	1,2
Nordeste	100,0	33,3	46,6	17,9	2,3
Sudeste	100,0	33,5	36,3	27,6	2,6
Sul	100,0	31,3	36,4	25,2	7,1
Centro-Oeste	100,0	34,7	37,9	22,8	4,6
2008					
Brasil	100,0	29,9	40,1	25,5	4,5
Norte	100,0	33,6	46,8	17,6	2,0
Nordeste	100,0	30,2	46,0	20,5	3,3
Sudeste	100,0	30,6	35,3	30,8	3,3
Sul	100,0	27,1	35,5	26,6	10,7
Centro-Oeste	100,0	26,2	38,6	28,0	7,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Quando se analisa a estrutura do pessoal ocupado, por escolaridade e por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões (Tabela 6), pode-se constatar que o pessoal sem vínculo permanente é o que apresenta a menor participação de pessoas que haviam concluído o nível superior – apenas 21,0%, contra cerca de 28,0%, nos casos de funcionários celetistas e pessoal comissionado, e 32,7%, para estatutários. Em vista disto, pode-se afirmar que quanto maior o peso do pessoal sem vínculo permanente no total de pessoal ocupado na administração direta municipal, menor a participação de funcionários que, em 2008, haviam concluído o nível superior.

¹ A declaração de escolaridade relativa ao ensino fundamental refere-se ao primeiro grau completo ou incompleto. Quanto às demais escolaridades, consideraram-se apenas o curso completo.

Uma vez que são justamente as Regiões Norte e Nordeste as que apresentam a maior participação de pessoal sem vínculo permanente, o observado anteriormente explica, em parte, porque as Regiões Norte e Nordeste apresentam a menor participação de pessoal com nível superior.

Ocorre ainda que, para todos os vínculos empregatícios, a participação de pessoal com nível superior, nas Regiões Norte e Nordeste, é inferior à observada nas Regiões Sudeste e Sul e, em menor medida, na Região Centro-Oeste. Além disso, nas Regiões Norte e Nordeste, a participação de pessoal com nível superior no total de pessoal sem vínculo permanente e, em menor medida, de estatutários, é bem inferior à observada nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Enquanto estes percentuais eram, respectivamente, 12,5% e 22,6%, para a Região Norte, e 15,6% e 26,8%, para a Região Nordeste, na Região Sul, a participação de pessoal com nível superior nos totais de estatutários e de pessoal sem vínculo era, respectivamente, de 38,8% e 38,1%; na Região Sudeste, de 36,1% e 28,5%; e, na Região Centro-Oeste, de 37,6% e 39,3%. Isto suscita a interpretação de que o perfil do pessoal sob o regime estatutário e, particularmente, do pessoal sem vínculo permanente, nas Regiões Norte e Nordeste, é bem distinto do perfil destes trabalhadores nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Tabela 6 - Percentual de pessoal ocupado na administração direta, por nível de escolaridade e vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Percentual de pessoal ocupado na administração direta (%)				
	Total	Nível de escolaridade			
		Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
Estatutários					
Brasil	100,0	29,9	37,4	27,0	5,7
Norte	100,0	33,5	43,9	19,8	2,8
Nordeste	100,0	30,3	42,8	22,5	4,3
Sudeste	100,0	30,5	33,4	32,3	3,8
Sul	100,0	27,3	33,9	26,2	12,6
Centro-Oeste	100,0	27,3	35,2	28,5	9,1
Celetistas					
Brasil	100,0	32,8	39,2	25,2	2,8
Norte	100,0	31,8	50,0	16,5	1,7
Nordeste	100,0	32,2	45,3	20,1	2,4
Sudeste	100,0	33,3	36,8	27,5	2,5
Sul	100,0	30,8	37,8	26,2	5,2
Centro-Oeste	100,0	35,9	40,5	20,9	2,8
Somente comissionados					
Brasil	100,0	21,4	50,8	25,8	2,0
Norte	100,0	20,9	59,3	19,1	0,8
Nordeste	100,0	19,7	55,3	22,7	2,4
Sudeste	100,0	21,1	45,0	32,4	1,5
Sul	100,0	22,1	46,7	27,7	3,5
Centro-Oeste	100,0	27,4	51,2	19,8	1,6
Sem vínculo permanente					
Brasil	100,0	32,9	46,0	19,0	2,1
Norte	100,0	38,8	48,7	11,9	0,5
Nordeste	100,0	33,7	50,7	14,1	1,4
Sudeste	100,0	34,1	37,4	25,9	2,7
Sul	100,0	24,7	37,1	30,9	7,3
Centro-Oeste	100,0	15,5	45,2	35,5	3,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008

Com relação à análise da composição do pessoal ocupado na administração direta, por escolaridade, segundo classes de tamanho da população dos municípios, a Tabela 7 permite observar que quanto maior a classe de tamanho da população do município menor a participação de pessoal com ensino fundamental (completo e incompleto) e maior a participação de pessoal com ensino superior.

Tabela 7 - Percentual de pessoal ocupado na administração direta, por nível de escolaridade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2005/2008

Classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de pessoal ocupado na administração direta (%)				
	Total	Nível de escolaridade			
		Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2005					
Total	100,0	33,6	40,6	22,6	3,2
Até 5 000	100,0	40,4	38,7	18,2	2,7
De 5 001 a 10 000	100,0	38,2	41,8	17,3	2,7
De 10 001 a 20 000	100,0	37,7	43,3	16,6	2,4
De 20 001 a 50 000	100,0	36,4	44,0	17,0	2,6
De 50 001 a 100 000	100,0	33,6	41,9	21,8	2,7
De 100 001 a 500 000	100,0	29,3	40,2	27,2	3,3
Mais de 500 000	100,0	27,3	34,1	33,4	5,2
2008					
Total	100	29,9	40,1	25,5	4,5
Até 5 000	100	36,0	39,4	20,3	4,3
De 5 001 a 10 000	100	34,9	41,0	20,1	4,0
De 10 001 a 20 000	100	34,8	42,4	18,9	4,0
De 20 001 a 50 000	100	32,1	43,6	20,6	3,7
De 50 001 a 100 000	100	29,1	41,7	25,0	4,3
De 100 001 a 500 000	100	26,8	37,6	31,3	4,3
Mais de 500 000	100	22,3	34,7	36,1	6,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Legislação e instrumentos de planejamento dos municípios brasileiros

O processo desencadeado a partir da Constituição Federal de 1988, que indicava a necessidade de descentralização administrativa e maior autonomia por parte dos entes municipais da federação, culminou com a regulamentação do capítulo de Política Urbana (Arts.182 e 183) da Carta Magna, através do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que veio a estabelecer a definição do que significa o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana. Assim sendo, essa tarefa passou a ser atribuída aos municípios brasileiros, destinando às cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção e ordenamento de seus territórios.

O Estatuto da Cidade permitiu, deste modo, a formulação de leis específicas que possibilitassem maior participação nas esferas de governo com maior anuência da população, e inovou ao situar em três campos a abrangência do conjunto de instrumentos nele contidos e que trabalham de modo a promover a indução das formas de uso e ocupação do solo, a gestão mais democrática das cidades, e a regularização fundiária das áreas urbanas ocupadas, principalmente pela população de baixa renda.

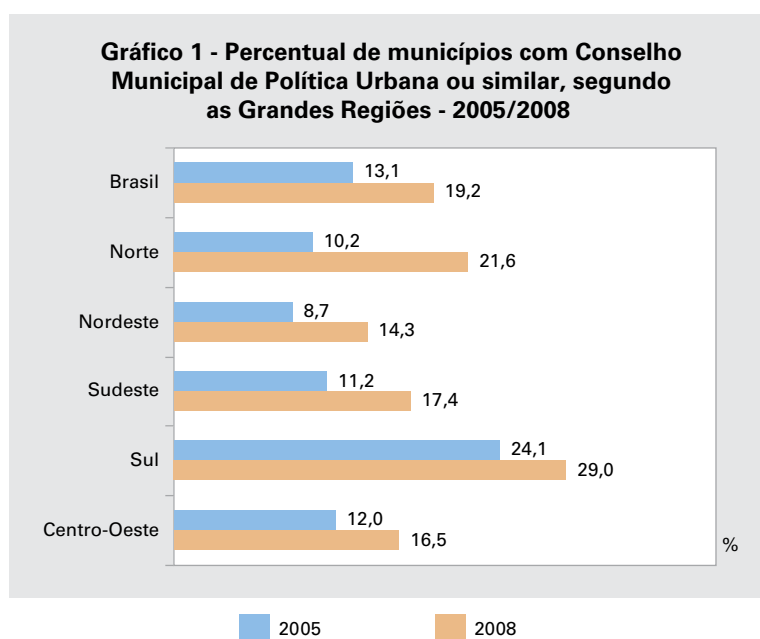
A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2005 já produziu um panorama sobre a implementação de alguns instrumentos de política urbana e, agora, a pesquisa de 2008 vem estabelecer, comparativamente, as condições em que se encontram tais instrumentos, de modo a fornecer subsídios para uma avaliação dos mesmos.

Conselhos Municipais de Política Urbana

Objetivando tornar viável a implementação da política urbana dos municípios, os Conselhos Municipais de Política Urbana foram criados pelo poder público municipal, mediante lei específica. Deste modo, os conselhos, como órgãos colegiados de política urbana, no referido âmbito, são utilizados visando garantir a gestão democrática das cidades através da inserção dos cidadãos como colaboradores, co-gestores, prestadores e fiscalizadores das atividades da administração pública na área.

O Gráfico 1 demonstra que, em 2008, houve um aumento de 6,1% no número de Conselhos Municipais de Política Urbana no País, constituindo 19,2% de todos os municípios brasileiros. Deste total, 862 conselhos (81,0%) são compostos por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. Apesar do aumento do número de Conselhos, houve um decréscimo na representatividade cidadã da ordem de 2,4%, com relação a 2005, que apresentava um percentual de 83,3% de conselhos paritários. Mesmo constatando esse decréscimo, a participação popular ainda se mantém alta.

Observa-se que a Região Norte, com 11,4%, exibe o maior índice de crescimento de Conselhos Municipais de Política Urbana, com relação às demais regiões, ficando a Centro-Oeste com o menor índice, 4,5%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Os estados com maior percentual de Conselhos Municipais de Política Urbana, por região, obedecem à seguinte ordem: na Região Sudeste, Rio de Janeiro, com 41,3%; na Região Norte, Pará, com 34,3%; na Região Sul, Rio Grande do Sul, com 32,1%; na Região Centro-Oeste (excetuando-se o Distrito Federal), Mato Grosso do Sul, com 28,2%; e, por fim, na Região Nordeste, o Ceará, com 25,0%.

O maior percentual de aumento no número de Conselhos foi verificado no Estado de Roraima, Região Norte, com 26,6%. Seguem-no Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste, com 17,9%; Pernambuco, na Região Nordeste, com 9,2%; e Santa Catarina, na Região Sul, com 6,4%, observando, ainda, que os únicos a apresentarem redução no número de Conselhos, em 2008, foram os Estados de Goiás (-2,4%) e Acre (-4,6%).

O único estado que não possuía, em 2005, nenhum município com Conselho Municipal de Política Urbana era o Amapá que, na pesquisa de 2008, avançou para 12,5% de seus municípios com Conselho.

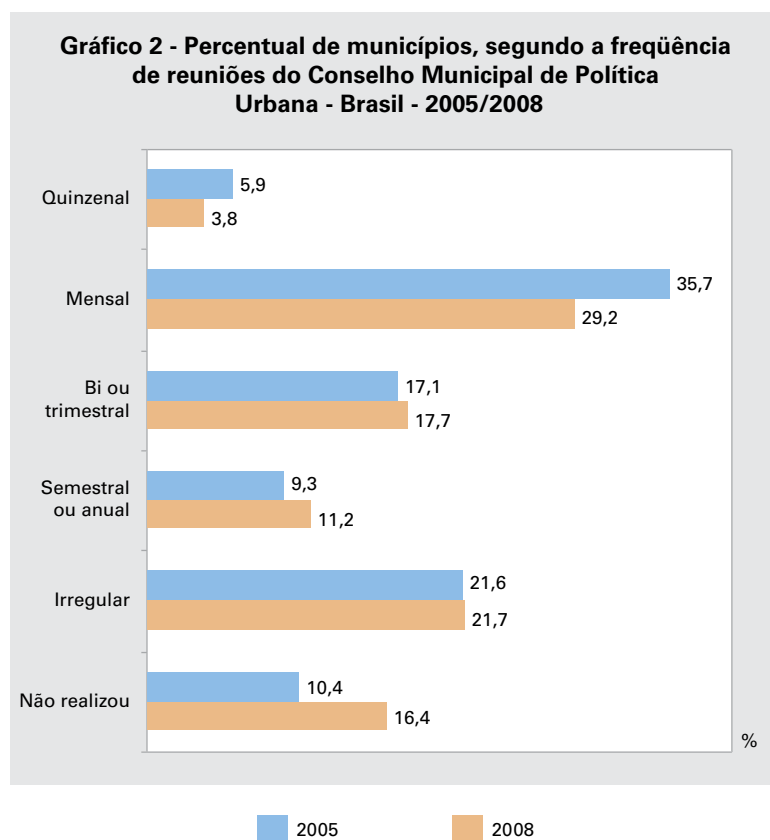
Tabela 8 - Municípios, total e com Conselhos Municipais de Política Urbana ou similar, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2005/2008

Classes de tamanho da	Municípios		
	Total	Com Conselhos Municipais de Política Urbana ou similar	
		Total absoluto	Relativo (%)
2005			
Total	5 564	731	13,1
Até 5 000	1 362	91	6,7
De 5 001 a 10 000	1 310	103	7,9
De 10 001 a 20 000	1 298	132	10,2
De 20 001 a 50 000	1 026	183	17,8
De 50 001 a 100 000	313	99	31,6
De 100 001 a 500 000	220	96	43,6
Mais de 500 000	35	27	77,1
2008			
Total	5 564	1 066	19,2
Até 5 000	1 267	103	8,1
De 5 001 a 10 000	1 290	135	10,5
De 10 001 a 20 000	1 385	188	13,6
De 20 001 a 50 000	1 037	313	30,2
De 50 001 a 100 000	319	148	46,4
De 100 001 a 500 000	229	146	63,8
Mais de 500 000	37	33	89,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

A Tabela 8 revela que se mantém a mesma progressão verificada em 2005, ou seja, quanto maior a população do município, mais articulado este em Conselhos de Política Urbana. A tabela mostra, ainda, que a classe de tamanho da população que detém o maior número de municípios com Conselhos é a com mais de 500 000 habitantes, com 89,2% de seus municípios.

No que diz respeito à regularidade das reuniões, o Gráfico 2 mostra que houve um incremento dos municípios que não realizaram reuniões do Conselho que, em 2005, representava 10,4% e, em 2008, passou para 16,5% dos respectivos totais de municípios com Conselhos. Observa-se, ainda, que, em 2008, mesmo tendo sofrido uma redução com relação a 2005, a frequência de reuniões mensais ainda representa o maior percentual (29,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

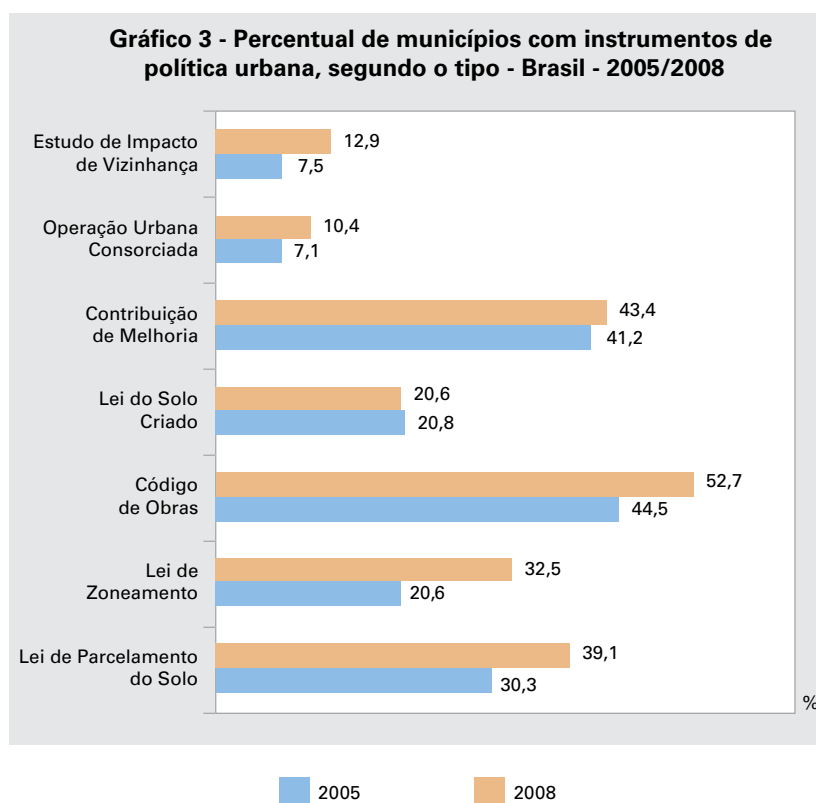
Instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade

A MUNIC investigou a existência de alguns instrumentos de política urbana discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, têm por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano visando incluir social, econômica e politicamente as camadas menos abastadas da população brasileira. A reincidência dos quesitos relativos a esta questão no questionário da pesquisa de 2008 permitiu a visualização da variação da presença destes instrumentos, desde 2005.

De acordo com o Gráfico 3, o único instrumento a alcançar mais da metade dos municípios brasileiros foi o código de obras (52,7%) não representando, no entanto, o maior aumento percentual, com relação a 2005, que ficou com a Lei de Zoneamento, com 12,0% de crescimento, seguido do parcelamento do solo (8,8%) e do código de obras (8,3%).

Pode-se avaliar que a consolidação do planejamento urbano, conforme o Estatuto da Cidade, tem se dado de forma lenta, considerando que alguns dos

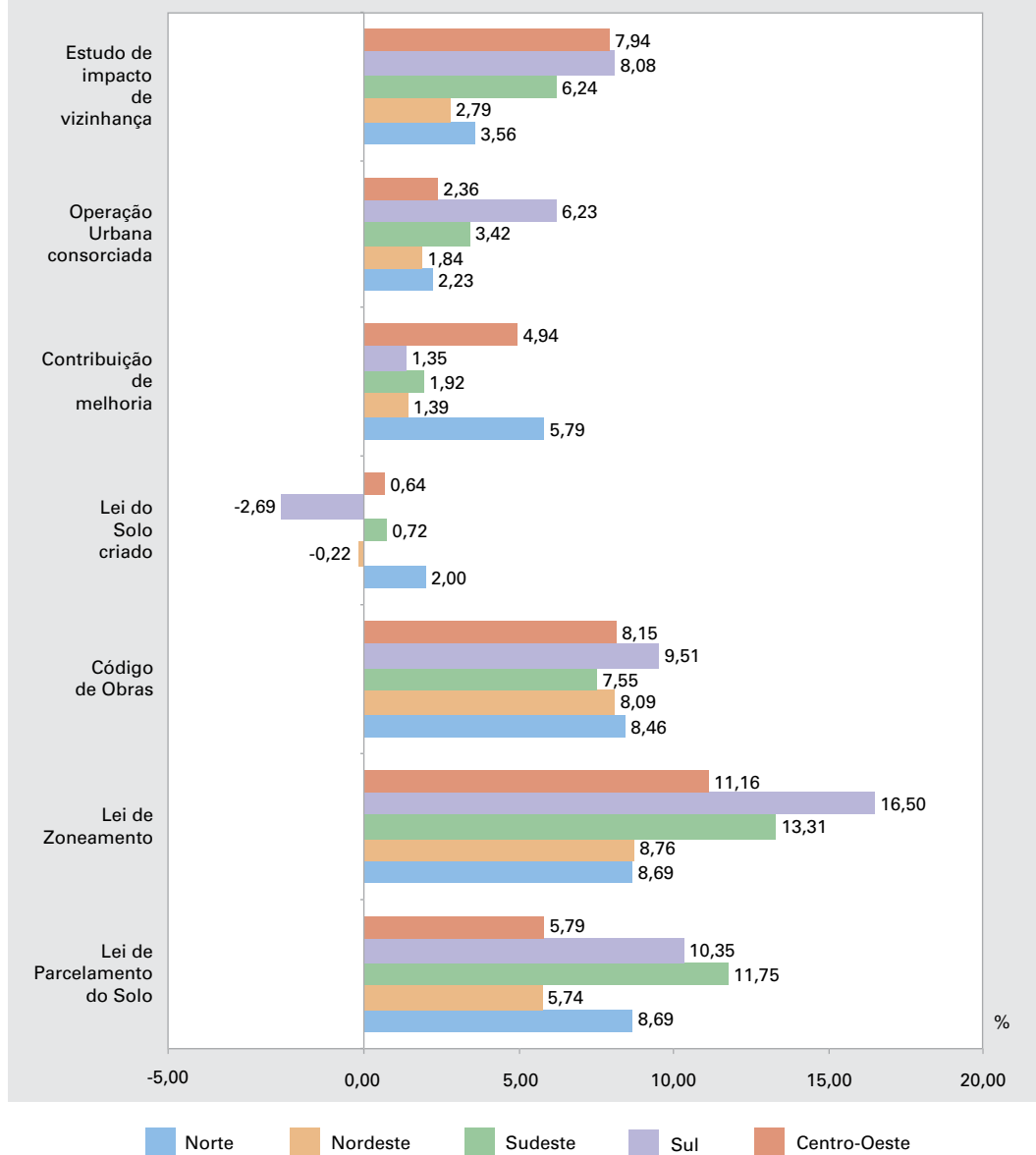
instrumentos já existiam antes da criação do Estatuto, apesar dos incentivos à implementação dos mesmos. Os baixos índices de aumento da criação de leis específicas, destes e dos demais instrumentos levantados pela pesquisa, podem refletir ainda o fato de muitos municípios os contemplarem em seus respectivos planos diretores e, possivelmente, não confirmarem a existência de lei específica, da mesma forma como ocorreu em 2005.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Numa análise por região, o Gráfico 4 revela que, na totalidade, a regulamentação por meio de lei específica dos instrumentos avaliados, no período 2005-2008, em média, não ultrapassou 10,0%. O aumento mais significativo se deu com a Lei de Zoneamento (16,5%), na Região Sul, que também é a região que obteve um decréscimo no percentual de municípios com lei de solo criado (- 2,69%), por falta de entendimento de alguns municípios na definição de lei específica na pesquisa de 2005. Na média por região, a Lei de Zoneamento também foi a mais regulamentada (11,68%) e a Lei de Solo criada foi a que avançou menos no processo de regulamentação (0,09%).

Gráfico 4 - Variação percentual dos municípios com lei específica de instrumentos de política urbana, por Grandes Regiões - período 2005/2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Plano Diretor

Como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios brasileiros, o Plano Diretor, instituído pelo Estatuto da Cidade, estabelece as estratégias e objetivos a serem alcançados, dentro de um período específico, visando garantir o cumprimento da função social da cidade.

O Plano Diretor, de um documento técnico, passou a ser definido pelo Estatuto como “um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que

constróem e utilizam o espaço urbano”, tornando-se, deste modo, um meio de debate dos cidadãos na definição de opções de intervenção no território, adquirindo, ainda, um caráter de atuação mais imediato, com poucos e claros princípios de ação. Sua elaboração deve estar em concordância com pressupostos básicos de indicação dos objetivos a serem alcançados, explicitação das estratégias e instrumentos para atingir os objetivos, fornecimento dos instrumentos necessários para que estes objetivos sejam cumpridos, e revisão periódica a cada dez anos, pelo menos.

Assim sendo, o Plano Diretor funciona como instrumento básico que organiza e articula os demais instrumentos da política urbana discriminados no Estatuto da Cidade.

De acordo com o Art. 41 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é obrigatório para cidades:

- I. com mais de 20 000 habitantes;
- II. integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III. onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do Art. 182 da Constituição Federal;
- IV. integrantes de áreas de especial interesse turístico; e
- V. inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Só será considerado, no presente capítulo, o item I, porquanto os itens III, IV e V dependem de legislação municipal específica ou são definidos conforme o entendimento dos Ministérios diretamente envolvidos, e o item II, pesquisado em 2005, não foi incluído no questionário de 2008.

Tabela 9 - Municípios com obrigatoriedade de existência de Plano Diretor e municípios que necessitam elaborar o Plano Diretor com mais de 20.000 habitantes Brasil - 2005/2008

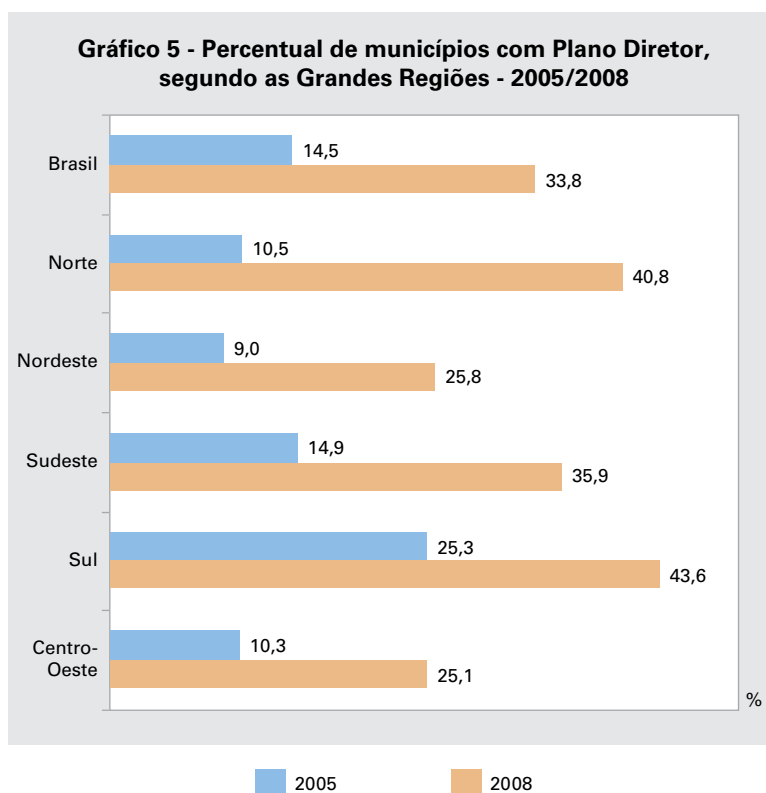
Ano	Municípios		
	Com mais de 20.000 habitantes	Com obrigatoriedade de existência de Plano Diretor	Que necessitam elaborar o Plano Diretor
2005	1 594	526	1 068
2008	1 622	1 303	319

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Levando em conta, deste modo, apenas o critério de municípios com mais de 20 000 habitantes, a Tabela 9 revela que de 1 068 municípios que necessitavam elaborar o Plano Diretor em 2005, restaram, em 2008, 319 que ainda não o fizeram, e que deveriam tê-lo feito até 10 de outubro de 2006. Destes, no entanto, 248 afirmaram estar elaborando o mesmo.

Já considerando os 5 564 municípios brasileiros, em 2005, 14,5% informaram possuir Plano Diretor. Em 2008, este percentual saltou para 33,8%, representando um aumento de 19,3%.

Em termos de regiões, de acordo com o Gráfico 5, observa-se que as que mais concentram municípios com Plano Diretor são as Regiões Sul (43,6%) e Norte (40,8%), a qual também apresenta o maior percentual de aumento de municípios com Plano Diretor (30,3%), em relação a 2005.

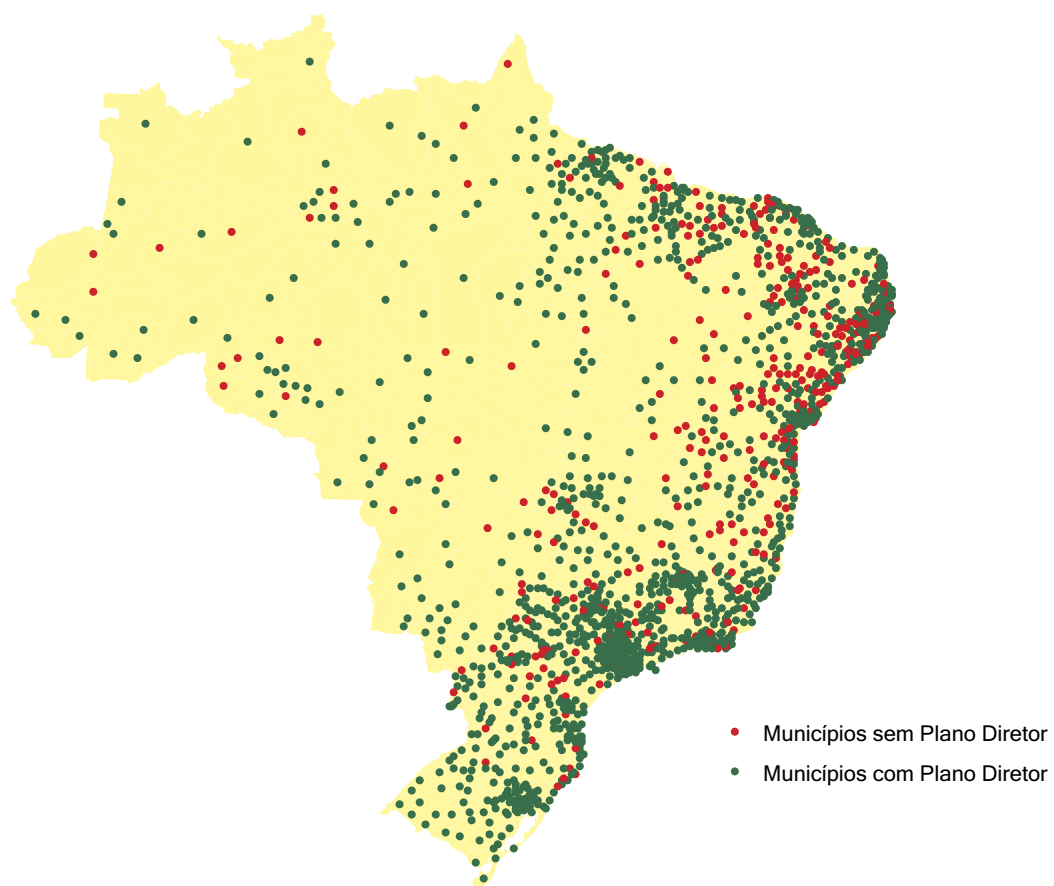


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

O resultado da pesquisa aferiu que 97,3% dos municípios brasileiros com mais de 500 000 habitantes possuem Plano Diretor, sendo progressivo o percentual de aumento nas classes de tamanho da população, das mais baixas para as mais altas. É também na categoria com mais de 500 000 habitantes que se encontra o maior número de municípios que estão revendo o Plano Diretor (52,8%).

Com relação ao total de municípios brasileiros, ou seja, incluindo aqueles que não obrigatoriamente necessitam ter Plano Diretor, 1 878 declararam possuir o referido Plano (Cartograma 1), 372 o estão revendo, e 1 263 municípios o estão elaborando.

**Cartograma 1 - Municípios com mais de 20 000 habitantes,
por implementação do Plano Diretor - Brasil - 2008**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A gestão municipal na área da habitação

Um dos graves problemas sociais a ser equacionado no campo das políticas públicas no País é a questão da habitação, no que se refere tanto à precariedade das condições de moradia nas quais vive uma parte importante da população brasileira, quanto ao déficit habitacional e a processos de ocupação irregulares e/ou ilegais presentes nas mais diversas localidades do Território Nacional. Enfrentá-la implica reconhecer, dentre outras circunstâncias, que as soluções devem ser buscadas na conjugação de esforços das três instâncias de governo – federal, estadual e municipal.

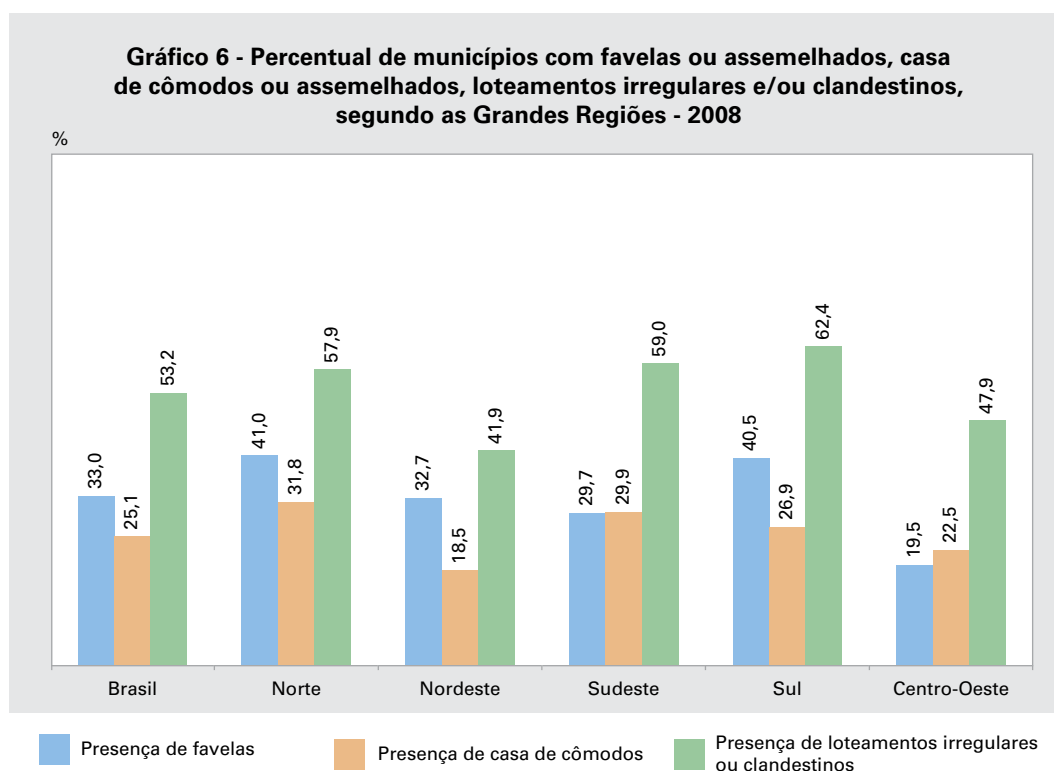
É importante ressaltar, no entanto, que apesar da gestão das condições habitacionais se tratar, sobretudo por sua gravidade e abrangência, de um problema nacional, seu reatamento territorial se dá diretamente no âmbito da administração municipal que, como se sabe, dispõe de instrumentos e de recursos orçamentários, na maioria dos casos, muito limitados. Não obstante, muitas prefeituras brasileiras vêm tomando iniciativas na área da habitação em seus respectivos municípios no tocante à montagem de uma estrutura capaz de desenvolver uma política para a área e/ou no sentido de, efetivamente, implementar ações voltadas seja à regularização fundiária, seja ao atendimento da demanda local.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em todas as suas edições, tem investigado, junto às prefeituras, a forma pela qual os gestores locais vêm tratando a área da habitação, particularmente no que se refere à estrutura técnico-administrativa voltada para o setor no município e às providências porventura tomadas pela gestão municipal, via ações e programas adotados. Especificamente na edição de 2001, a MUNIC indagou sobre a possibilidade de os gestores municipais estarem

ou não detectando situações de necessidades habitacionais, neste caso traduzidas pela presença de moradias precárias, como favelas e assemelhados, ou por formas de ocupação em desacordo com as normas legais vigentes².

Ao voltar às prefeituras em 2008, a M^{UNIC} repetiu perguntas feitas em edições anteriores da pesquisa quanto à existência de Conselho e Fundo Municipal de Habitação, à disponibilidade de um cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, e à possível implementação, pela prefeitura, de ações ou programas dirigidos ao setor. Também foram repetidas perguntas sobre a possibilidade do cadastro, caso existisse, estar informatizado e sobre a possibilidade dos programas habitacionais porventura implementados o terem sido por iniciativa da própria prefeitura ou em associação com outros órgãos públicos e/ou da iniciativa privada. Além dessas, a versão da M^{UNIC} 2008 introduziu uma nova série de perguntas com o objetivo de verificar a existência de elementos que poderiam estar configurando precariedade e/ou déficit habitacional (presença de favelas, mocambos ou palafitas, cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, loteamentos irregulares e/ou clandestinos); também foram investigados detalhes adicionais sobre os tipos de programas habitacionais implementados, como, por exemplo, o que se refere à área beneficiada (urbana ou rural), dentre outros aspectos.

As informações coletadas sobre os elementos, declarados pelos gestores municipais, que caracterizariam possível déficit habitacional e/ou precariedade de moradia, podem ser observadas através dos Gráficos 6 e 7.

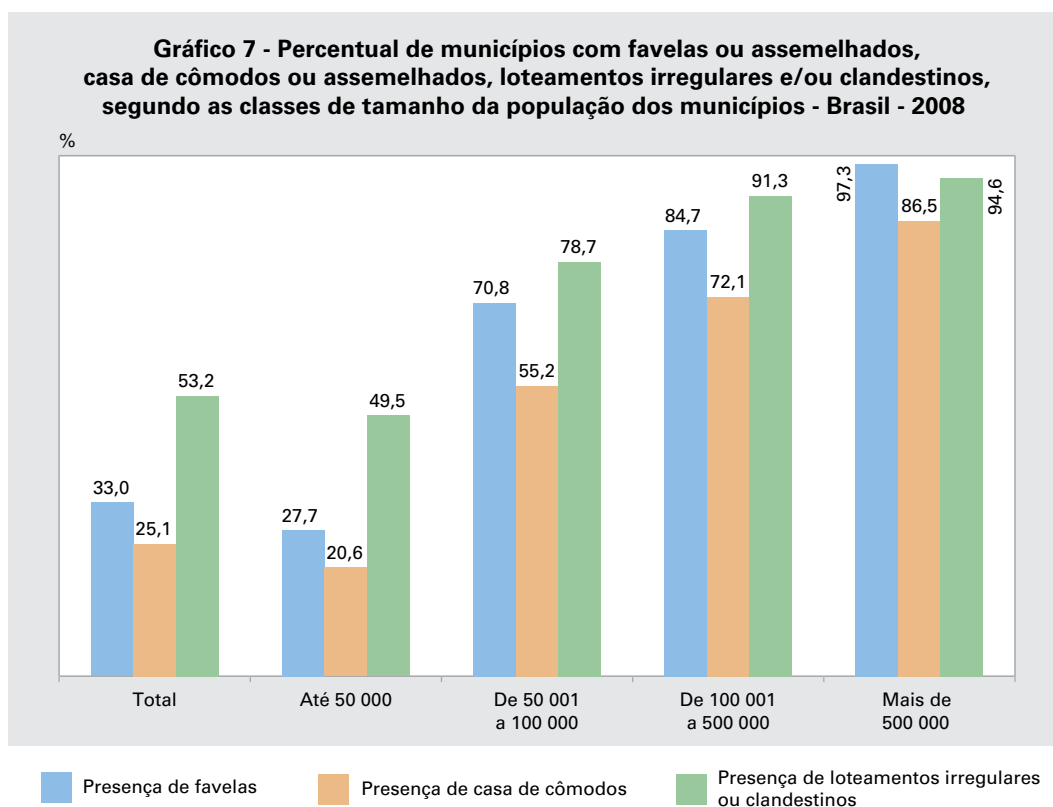


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

² Vale dizer que o conceito de "necessidades habitacionais" é aqui utilizado no mesmo sentido do apresentado no estudo *Déficit habitacional no Brasil*, da Fundação João Pinheiro, em 1995, ou seja, constitui-se do somatório de três dimensões: déficit habitacional, demanda demográfica e inadequação da moradia.

Os números encontrados mostram que 1/3 dos municípios brasileiros declararam presença de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados dentro de seu território. As Regiões Norte e Sul são as que apresentam proporções mais elevadas de municípios com esta informação, em torno de 41,0% (Gráfico 6). Foi constatado que a questão dos loteamentos irregulares ou clandestinos é, aparentemente, a situação mais abrangente no Território Nacional, já que mais da metade dos municípios apontaram o problema, presente de forma importante em todas as regiões. Ele foi mais frequentemente assinalado na Região Sul, apontado em 62,4% de seus municípios.

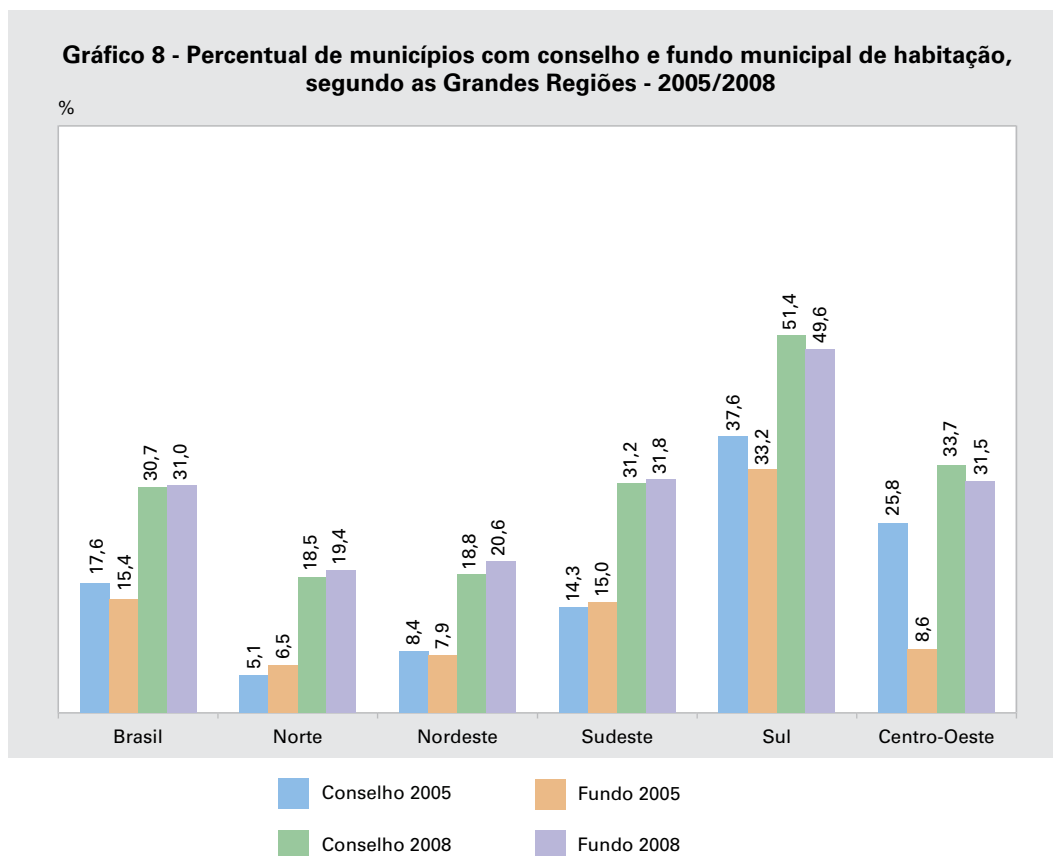
Quando desagregados por tamanhos populacionais dos municípios (Gráfico 7), pode-se perceber que os percentuais do Brasil são bastante semelhantes aos dos municípios menos povoados, este conjunto influenciando, com seu peso numérico, para as proporções encontradas para o País. Por outro lado, observa-se que os municípios mais populosos tendem a apontar com maior frequência os problemas investigados, quanto maior for sua população.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Os resultados obtidos referentes à estrutura técnico-administrativa dos municípios, ou seja, quanto à existência de Conselho e Fundo Municipal de Habitação e quanto à existência de cadastro da demanda local por programas habitacionais, mostram que existem algumas diferenciações, principalmente em âmbito regional. Pode-se observar que a presença de Conselho e Fundo avançou bastante em todo o País, comparativamente aos resultados encontrados em 2005, já que estes instrumentos

de gestão são encontrados, em 2008, em mais de 30,0% dos municípios brasileiros (Gráfico 8). Este percentual é maior na Região Sul, onde a proporção de municípios com Conselho e Fundo Municipal de Habitação fica em torno de 50,0%. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste têm proporções similares (pouco mais de 30,0%), enquanto Norte e Nordeste apresentam os percentuais mais baixos, com cerca de 20,0% de seus municípios possuindo Conselho e Fundo.

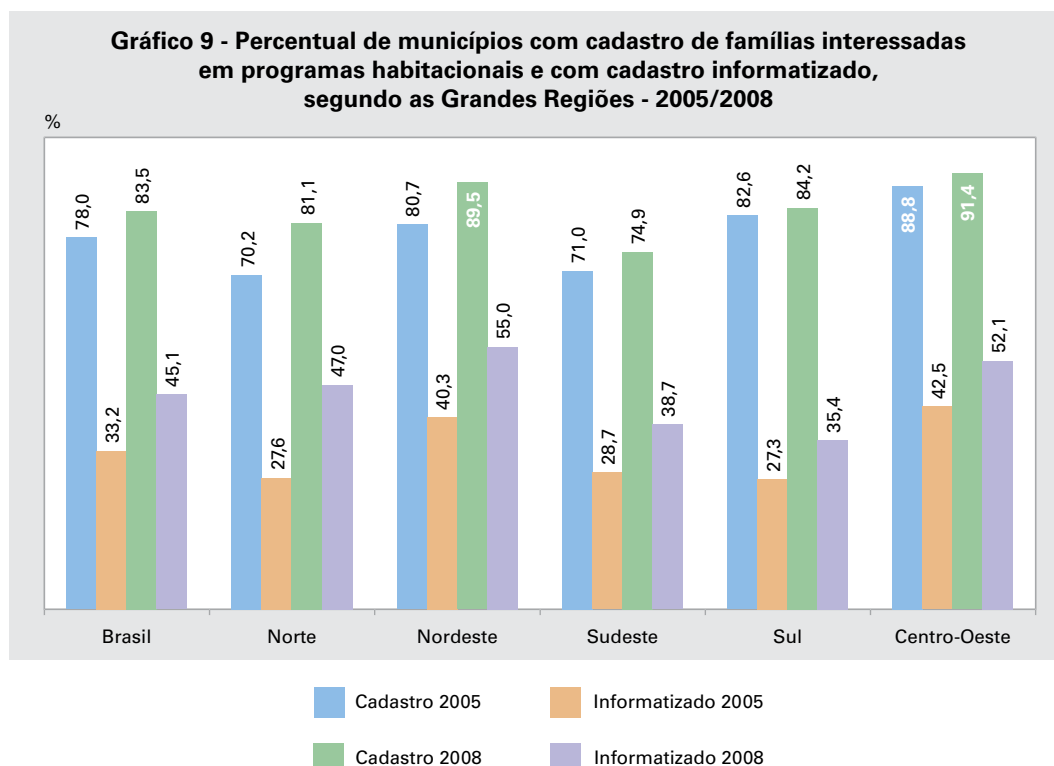


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

A MUNIC também constatou que mais de 80,0% dos municípios do País possuíam, em 2008, cadastro das famílias interessadas em programas habitacionais. Este percentual vem crescendo em todas as regiões brasileiras desde que a pesquisa iniciou este tipo de indagação, em 2001. Naquela ocasião, o percentual de municípios que declararam ter cadastro desta demanda era de 56,2% (PERFIL..., 2005). Por outro lado, pode-se constatar que não é só o número de municípios com cadastro que vem aumentando (Gráfico 9): também a informatização deste cadastro vem sendo uma realidade cada vez mais comum, já tendo atingido 45,1% dos municípios do País (em números absolutos, são 2 508 municípios).

Não deixam de surpreender as proporções de municípios com cadastro informatizado alcançadas no Nordeste e no Centro-Oeste, ambas com mais de 50,0% de seus

municípios neste caso. No Sul e Sudeste, regiões consideradas mais desenvolvidas, a proporção de municípios com cadastro informatizado fica entre 35,4% e 38,7%. A comparação com as respostas obtidas pela MUNIC, em 2005, permite que se observe as diferenças e os avanços das administrações municipais neste campo da gestão na área da habitação (Gráfico 9).

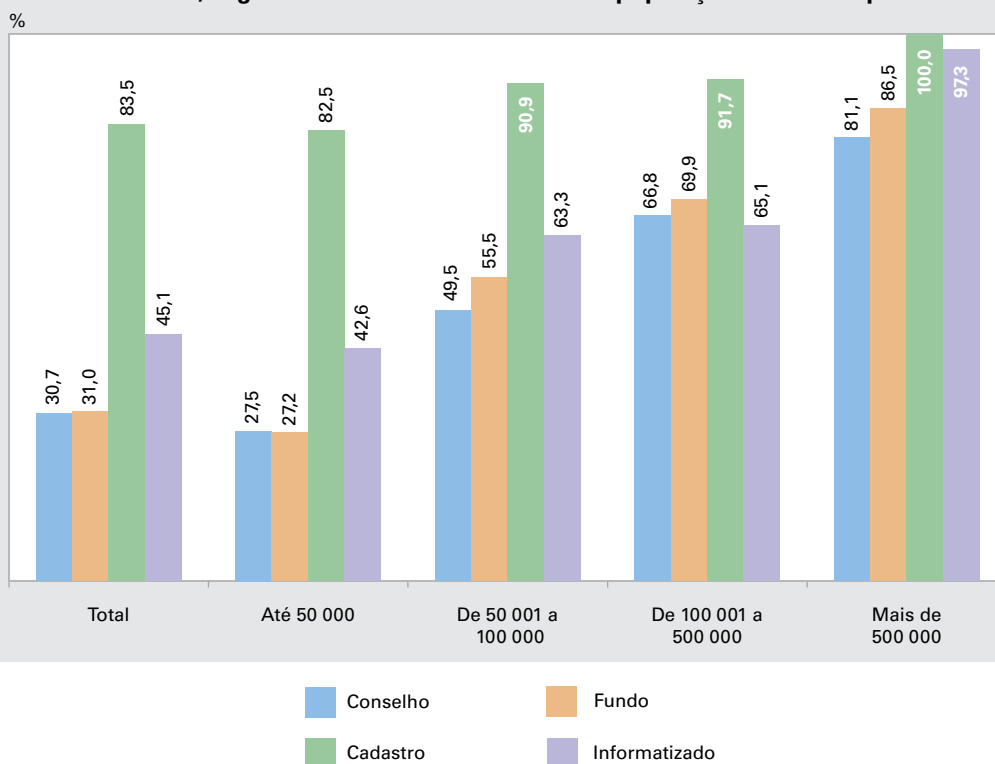


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

Observando-se por um outro ângulo a representação gráfica desses resultados, por exemplo, tendo em vista as classes de tamanhos populacionais, percebe-se que a média do Brasil é bastante influenciada pelo peso dos municípios menores, ou seja, aqueles com menos de 50 000 habitantes (Gráfico 10)³. Pode-se observar que as proporções alcançadas por estes municípios são muito próximas às médias do País, enquanto nos demais estratos populacionais a tendência é um aumento crescente nas proporções de municípios com resultados positivos, tanto mais altos sejam os tamanhos de suas respectivas populações.

³ Isto ocorre, certamente, devido ao grande número de municípios com menos de 50 000 habitantes (são 4 979). Os situados na faixa com mais de 50 000 a 100 000 são 319; com mais de 100 000 a 500 000 habitantes são 229; e com mais de 500 000 habitantes são apenas 37 municípios.

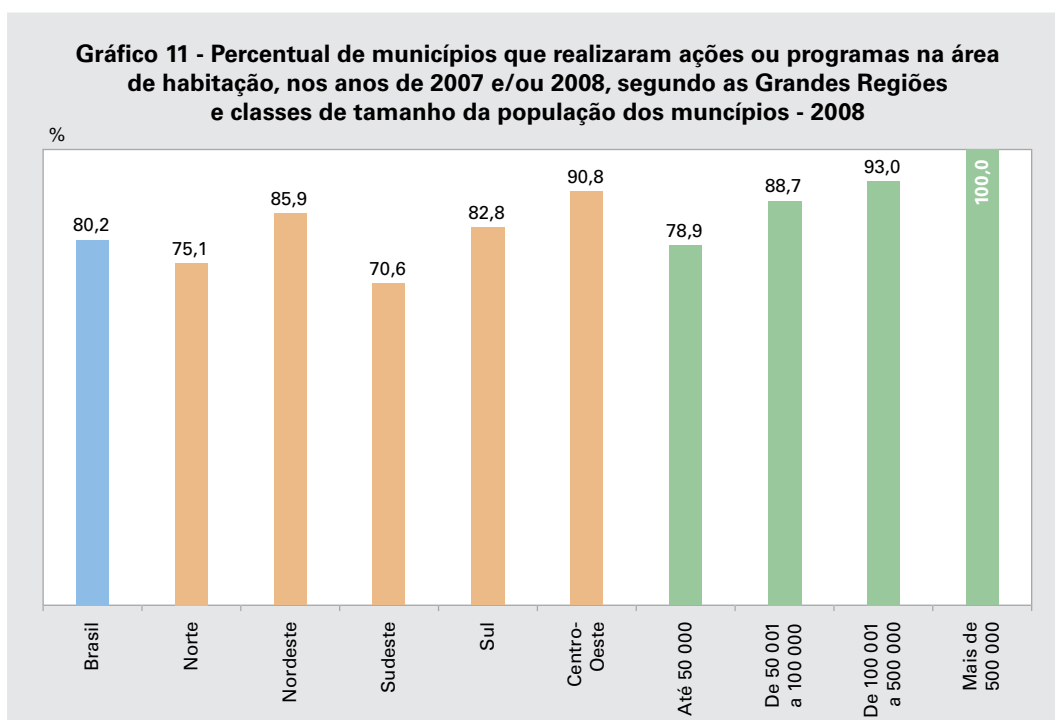
Gráfico 10 - Percentual dos municípios com conselho e fundo municipal de habitação, com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e com cadastro informatizado, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Ações e programas na área de habitação

A MUNIC, tal como em suas edições anteriores, voltou a indagar, em 2008, sobre as eventuais providências que, em âmbito local, vêm sendo tomadas pelos gestores no sentido de reduzir as carências habitacionais porventura detectadas. O tema foi investigado através de questões sobre a existência de ações ou programas realizados nos últimos dois anos (2007 e/ou 2008) e sobre o tipo de programas executados. Perguntou-se, especificamente, se a prefeitura tinha realizado construção, aquisição e/ou melhoria de unidades habitacionais, oferta de material de construção, oferta de lotes de terrenos, regularização fundiária e/ou urbanização de assentamentos.



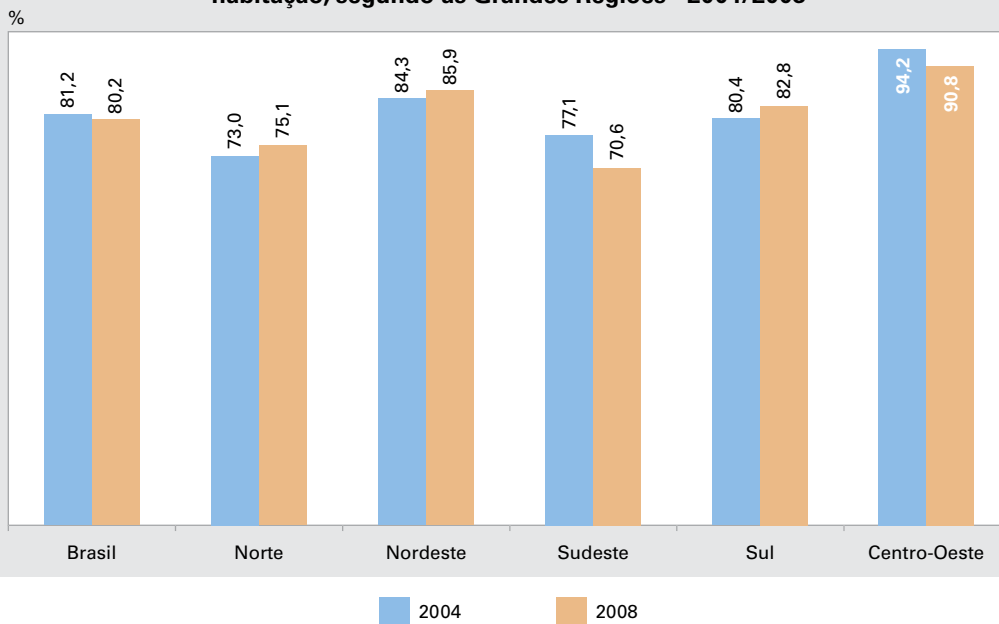
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Os resultados obtidos mostram que 80,2% das prefeituras brasileiras disseram ter executado, nos últimos dois anos, algum tipo de ação ou programa no setor (Gráfico 11). Estas proporções variaram, quando examinadas do ponto de vista regional: nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste são encontradas as mais elevadas proporções de municípios com programa em habitação (85,9% e 90,8%, respectivamente). Não deixa de chamar a atenção o relativamente baixo percentual (70,6%) encontrado no grupo de municípios da Região Sudeste (região sabidamente dotada de grandes centros urbanos e de notável déficit habitacional), abaixo da média nacional. Na análise por faixas de população, confirma-se a tendência já detectada anteriormente, ou seja, de que ações e programas habitacionais aparecem em proporções mais elevadas nos grupos de municípios mais populosos. Note-se que todos os municípios com mais 500 000 habitantes realizaram algum programa habitacional nos anos investigados.

A comparação entre os resultados obtidos em 2004 e 2008⁴ sobre as proporções de municípios que vinham realizando programas habitacionais aparece no Gráfico 12 e permite algumas considerações. Em primeiro lugar, observa-se que os percentuais de municípios com programas mantêm uma certa estabilidade nos anos investigados, inclusive tendo em vista a desagregação por Grandes Regiões. Tanto em 2004 quanto em 2008, Centro-Oeste e Nordeste conservam as primeiras colocações relativamente à proporção de municípios que declararam ter executado ações no setor. Mais uma vez, os números encontrados na Região Sudeste surpreendem: cai a proporção dos municípios que executaram programas habitacionais, de 77,0%, em 2004, para 70,6%, em 2008.

⁴ Optou-se por comparar os resultados obtidos em 2008 com aqueles de 2004, por se tratar, em ambos os casos, de anos em que a gestão municipal estaria se encerrando, já que no ano subsequente seriam realizadas eleições.

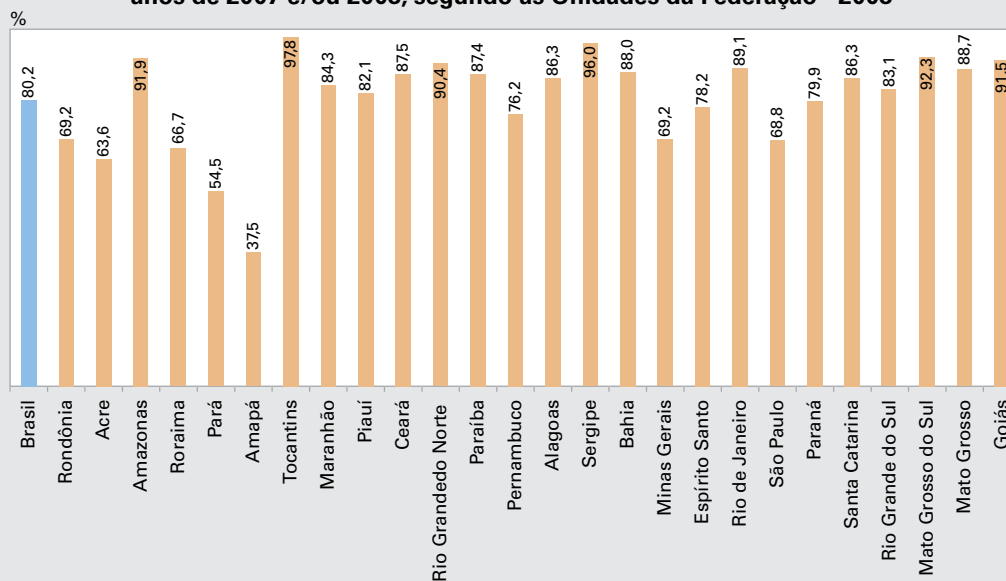
Gráfico 12 - Percentual de municípios que realizaram ações ou programas na área da habitação, segundo as Grandes Regiões - 2004/2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004/2008.

No Brasil, a proporção de municípios com programas e ações na área da habitação ficou em 80,2%, embora os percentuais tenham variado bastante quando comparados os resultados entre as Unidades da Federação – indo do Amapá, com o menor percentual (apenas 37,5%) até Tocantins, com o maior (97,8%) – Gráfico 13. Em 2005, o menor percentual era de Rondônia (apenas 42,3% de seus municípios com ações no setor da habitação) e o maior ficava com Sergipe (85,3%).

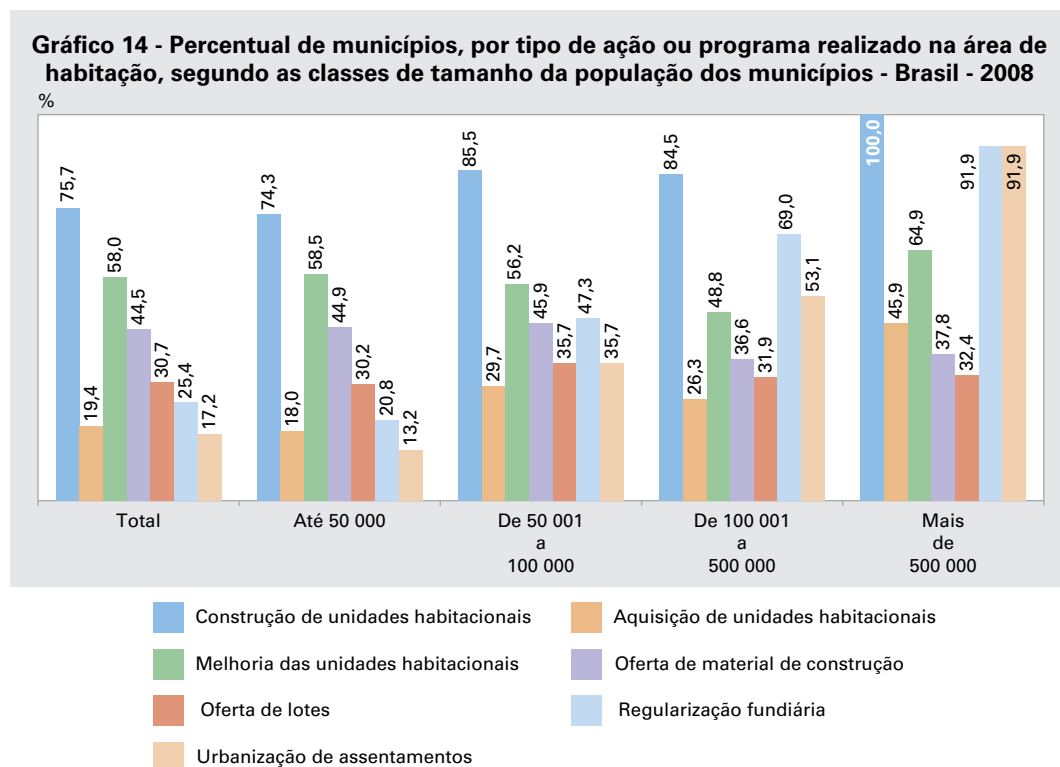
Gráfico 13 - Percentual de municípios com ações e programas habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo as Unidades da Federação - 2008



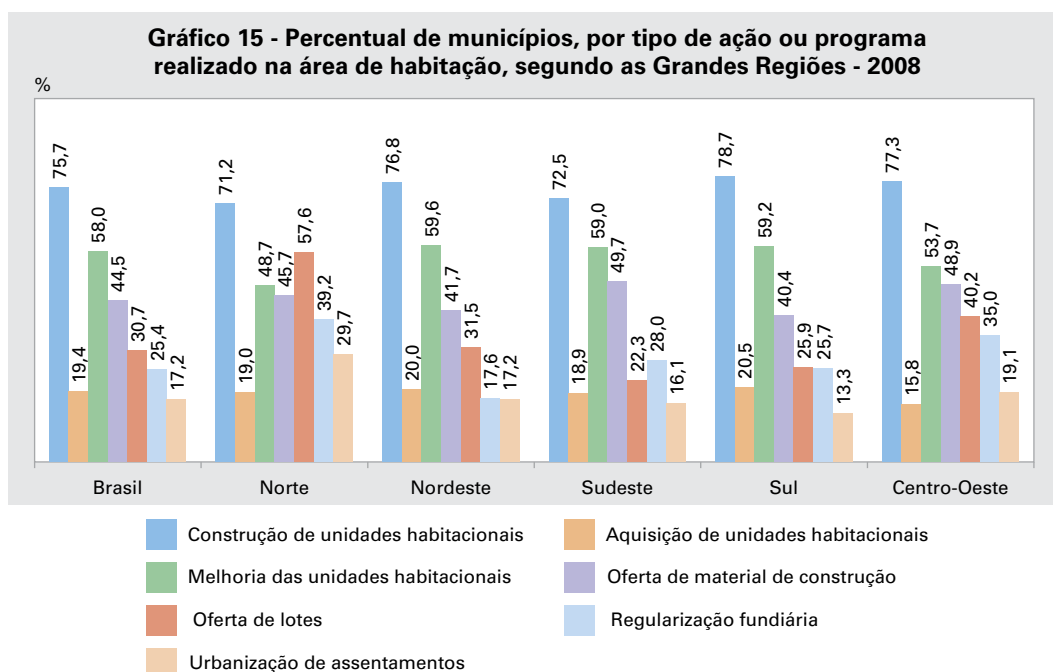
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Quanto aos tipos de programas habitacionais realizados, observou-se que, tendo em vista as classes de tamanhos populacionais, a média do Brasil é bastante influenciada pelo peso dos municípios menores, ou seja, aqueles com menos de 50 000 habitantes (Gráfico 14). Por outro lado, a pesquisa constatou que, em todo o Território Nacional, a iniciativa implementada pela proporção mais elevada de municípios (dentre os que declararam ter algum programa), foi a construção de unidades residenciais, marcada por 75,7% deles, percentual que aumenta tanto mais populoso for o município, chegando a atingir a totalidade no grupo com população superior a 500 000 habitantes. Em segundo lugar, ficou a melhoria das unidades habitacionais, marcada por 58,0% dos municípios que tomaram iniciativas, e em terceiro, a oferta de material de construção, assinalada por 44,5%. Municípios com população acima de 100 000 habitantes implementaram, em proporções elevadas, programas voltados para a regularização fundiária e a urbanização de assentamentos, ações governamentais desenvolvidas por baixa proporção de municípios no grupo com população até 50 000 habitantes. Estes resultados tornam evidente o fato de que os gestores das grandes cidades dão ênfase (mais que os prefeitos de municípios menos povoados) à legalização das áreas ocupadas de forma irregular e à melhoria das condições urbanas das comunidades assentadas em seus municípios.

Por sua vez, na MUNIC 2008, programas como melhoria das unidades habitacionais, oferta de material de construção e oferta de lotes apresentaram variações menos importantes quando desagregados por tamanhos populacionais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Analisando-se as semelhanças/diferenças regionais (Gráfico 15), observa-se que a alternativa marcada pela maior proporção de municípios – construção de unidades habitacionais – apresenta pouca variação, no entanto ficando sempre numa proporção acima de 70,0% em todas as regiões. Por outro lado, destacam-se as Regiões Norte e Centro-Oeste pela proporção de municípios que implementaram oferta de lotes e regularização fundiária em 2007-2008. Este fato já havia sido constatado na MUNIC 2005 e possivelmente estaria associado à disponibilidade de terras existente nestas duas regiões, ambas de grande extensão territorial.

De acordo com a MUNIC, o problema da falta de moradias adequadas é mais visível nos municípios mais populosos, onde são freqüentes habitações precárias como favelas, palafitas ou assemelhados. Loteamentos clandestinos e/ou irregulares são, também, mais encontrados em municípios populosos, áreas de atração populacional, e podem estar referidos, entre outros fatores, à não-observância das normas municipais de ocupação do solo, aliada à omissão do poder público com respeito a este tipo de transgressão, na maioria dos casos deixada impune. Sua existência e proliferação devem-se, por um lado, à própria situação de carência de moradia, à qual está submetida uma parte importante da população, e por outro, à ação de empreendimentos imobiliários que descumprem sistematicamente as normas urbanísticas legais, valendo-se da fiscalização deficitária de muitas prefeituras.

Muitas municipalidades, no entanto, têm levantamentos da demanda existente, com cadastros, inclusive informatizados, e executam programas direcionados para a melhoria das condições de moradia das populações de seus municípios. A maior parte desses programas está localizada na construção de unidades habitacionais, ainda que sejam também muito freqüentes ações voltadas para a melhoria das unidades residenciais e oferta de material de construção, ambas bastante disseminadas em todo o Território Nacional. Programas dirigidos para a regularização da posse da terra e para a urbanização de assentamentos são destaques em cidades de maior porte populacional.

Transporte

Nesta edição de 2008, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC investigou dados referentes ao transporte em todos os municípios brasileiros com o objetivo de verificar sua estrutura interna por ônibus municipal e intermunicipal, e levantar informações referentes aos outros tipos de serviços de transporte existentes nos municípios bem como o responsável pelo seu gerenciamento.

Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 30, inciso V, aos municípios cabe organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. Com relação aos demais tipos de transporte, encontram-se também referências no texto constitucional.

A Constituição Federal dispõe em seu Art. 21 sobre as competências da União. No inciso XII, tem-se: explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário, entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território; f) os portos marítimos, fluviais e lacustres.

Segundo o Art. 22, compete privativamente à União legislar sobre:

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

A competência da União, entretanto, não é total ou absoluta. A União se restringe a legislar sobre normas gerais, ao passo que os

estados e os municípios legislam sobre estas temáticas de maneira mais específica, em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo Governo Federal.

O transporte coletivo é um serviço essencial e influencia diretamente a qualidade de vida da população das cidades. Faz parte do cotidiano da maioria das pessoas que se deslocam para trabalhar, estudar, dentre outras atividades. Por outro lado, o transporte participa da dinâmica de desenvolvimento do município e interfere concretamente em suas organizações espacial e social. Assim, o transporte, entendido como a necessidade de deslocamentos do cidadão, deve ser tratado como processo que envolve todos os aspectos relativos à circulação, e sua gestão deve ser integrada com a gestão do trânsito e do sistema viário.

A gestão é definida como a atividade, a responsabilidade de comandar, dirigir um sistema, seja municipal, estadual ou federal. É uma competência exclusiva do poder público que implica no exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação. O gestor municipal, ou seja, o governo municipal é representado, de maneira geral, onde existe, pelo órgão responsável pela área no âmbito de cada município. Executar a política de transporte local é competência do gestor municipal.

Sabendo da importância do estabelecimento de estruturas organizacionais como um dos requisitos para a ação municipal no transporte, a MUNIC 2008 levantou um conjunto de informações sobre a estrutura organizacional do transporte nos 5 564 municípios brasileiros.

Órgãos gestores do transporte

Para um efetivo gerenciamento do transporte, é importante que a estrutura da gestão seja bem montada. Uma experiência bem sucedida em alguns municípios é a existência de uma estrutura organizacional, dentro da prefeitura, para tratar da política, abrangendo as áreas de transporte, trânsito e vias públicas. O fato das três áreas estarem sob o mesmo comando facilita a ação articulada nos projetos comuns.

O órgão municipal responsável pela política do transporte pode ter características diversas, podendo se apresentar como parte integrante da administração direta ou indireta do município.

Os dados pesquisados mostram que 76,9% dos municípios brasileiros, em 2008, possuem estrutura organizacional para tratar o tema (Tabela 10). Destes, 98,5% são ligados à administração direta (1,5% ligados à administração indireta) nas seguintes formas: secretaria municipal exclusiva (13,6%), secretaria municipal em conjunto com outras políticas (23,0%), setor subordinado a outra secretaria (47,4%), e setor subordinado à chefia do Executivo (14,5%)⁵. Não possuem estrutura organizacional específica na prefeitura para tratar do tema, 23,1% dos municípios brasileiros.

⁵ Secretaria é órgão criado por lei, subordinado diretamente ao Executivo; setor é parte organizacional da prefeitura, sem status de secretaria.

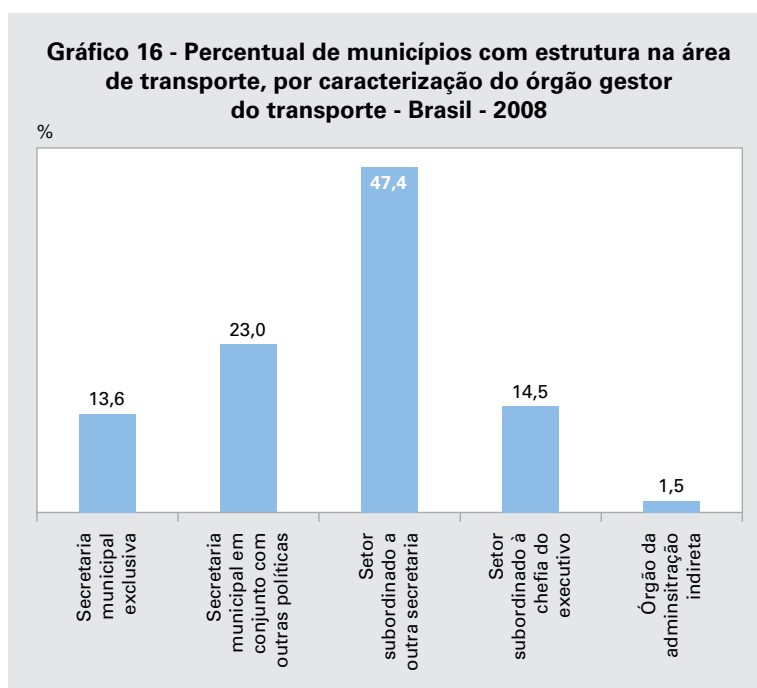
Tabela 10 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor (%)						Não possui estrutura específica (%)
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Total	5 564	76,9	13,6	23,0	47,4	14,5	1,5	23,1
Até 5 000	1 267	66,1	14,6	26,6	37,9	20,9	-	33,9
De 5 001 a 10 000	1 290	74,2	12,7	24,7	44,3	18,3	-	25,8
De 10 001 a 20 000	1 385	78,1	14,3	21,0	52,0	12,6	0,1	21,9
De 20 001 a 50 000	1 037	83,0	12,9	20,9	56,2	9,8	0,2	17,0
De 50 001 a 100 000	319	90,0	9,4	19,9	53,0	12,2	5,6	10,0
De 100 001 a 500 000	229	96,1	12,3	27,7	40,0	6,4	13,6	3,9
Mais de 500 000	37	100,0	45,9	2,7	2,7	5,4	43,2	-
Grandes Regiões								
Norte	449	80,8	19,0	31,1	37,7	9,9	2,2	19,2
Nordeste	1 793	85,2	12,6	17,6	57,9	10,2	1,6	14,8
Sudeste	1 668	71,6	13,2	19,8	42,4	23,0	1,5	28,4
Sul	1 188	69,6	5,0	33,5	44,9	15,6	1,1	30,3
Centro-Oeste	466	79,0	32,6	24,2	35,1	6,8	1,4	21,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A existência de órgão gestor para o transporte é diretamente proporcional à classe de tamanho da população dos municípios. Quanto maior a classe, maior o percentual de municípios com estrutura. Todos os municípios com mais de 500 000 habitantes possuíam órgão de transporte, sendo que 44,9% caracterizados como secretaria exclusiva e 43,3% ligados à administração indireta. Nos municípios com mais de 100 000 a 500 000 habitantes, a política de transporte, fazendo parte da estrutura organizacional da prefeitura, está presente em mais de 96,0%. Por região, o destaque é o Nordeste (85,2%), seguido da Região Norte (80,8%), ficando as demais regiões com mais de 69,0% dos municípios com alguma estrutura para tratar da política.

Quanto à caracterização dos órgãos gestores, observa-se que 47,4% do total de municípios com estrutura informou ter um setor subordinado a outra secretaria para tratar do transporte, sendo que apenas 1,5% possui a estrutura responsável pela política de transporte vinculada à administração indireta (Gráfico 16).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

As estruturas organizacionais dos municípios para a política de transporte por Unidades da Federação são apresentadas na Tabela 11. Destacam-se:

- os Estados do Amapá, onde todos os municípios possuem alguma estrutura organizacional para tratar do transporte, sendo que 75,0% deles com setor subordinado a outra secretaria ou subordinado ao Executivo, e do Tocantins, com 99,3%, onde 63,8% são caracterizados como secretaria exclusiva ou em conjunto com outras políticas;
- os Estados do Rio Grande do Norte e Sergipe, com 95,2% e 93,3% dos municípios, respectivamente, possuindo alguma estrutura na área de transporte; do Piauí, com 34,5% sem nenhuma estrutura; e de Rondônia, com 63,5% dos municípios sem estrutura específica para tratar do tema;
- o Estado do Rio de Janeiro, onde 93,5% dos municípios possuem estrutura organizacional para o transporte, dos quais 33,7% com secretaria municipal exclusiva e 39,5% com setor subordinado a outra secretaria; e
- os estados com mais de 30,0% de seus municípios sem estrutura organizacional específica para tratar da política de transporte são: Rondônia (63,5%), Rio Grande do Sul (35,15%), São Paulo (35,0%), Mato Grosso (34,8%), Piauí (34,5%) e Paraná (31,1%).

Tabela 11 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor (%)						Não possui estrutura específica (%)
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 564	76,9	13,6	23,0	47,4	14,5	1,5	23,1
Rondônia	52	36,5	5,3	26,3	36,8	26,3	5,3	63,5
Amapá	16	100,0	12,5	6,3	37,5	37,5	6,3	-
Distrito Federal	1	100,0	100,0	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	496	64,7	4,0	34,0	57,3	4,7	-	35,1
São Paulo	645	65,0	7,6	10,0	39,4	40,3	2,6	35,0
Mato Grosso	141	65,2	15,2	32,6	47,8	4,3	-	34,8
Piauí	223	65,5	5,5	6,2	51,4	35,6	1,4	34,5
Paraná	399	68,9	6,5	18,2	39,3	33,8	2,2	31,1
Espírito Santo	78	70,5	10,9	40,0	43,6	5,5	-	29,5
Mato Grosso do Sul	78	70,5	3,6	12,7	69,1	12,7	1,8	29,5
Roraima	15	73,3	-	9,1	72,7	9,1	9,1	26,7
Minas Gerais	853	74,4	14,3	24,7	44,7	15,7	0,5	25,6
Pará	143	76,2	16,5	34,9	41,3	6,4	0,9	23,8
Acre	22	77,3	-	29,4	58,8	5,9	5,9	22,7
Santa Catarina	293	78,8	4,3	51,1	34,2	9,1	1,3	21,2
Ceará	184	83,2	5,2	13,1	69,3	7,8	4,6	16,8
Pernambuco	185	83,8	16,8	10,3	58,1	13,5	1,3	16,2
Paraíba	223	83,9	11,8	8,6	70,6	7,5	1,6	16,1
Amazonas	62	85,5	13,2	30,2	45,3	7,5	3,8	14,5
Alagoas	102	86,3	22,7	11,4	53,4	11,4	1,1	13,7
Maranhão	217	86,6	1,6	17,6	75,5	5,3	-	13,4
Goiás	246	89,4	46,8	23,6	21,4	6,4	1,8	10,6
Bahia	417	91,4	18,1	21,0	53,0	6,8	1,0	8,6
Sergipe	75	93,3	12,9	44,3	25,7	8,6	8,6	6,7
Rio de Janeiro	92	93,5	33,7	18,6	39,5	3,5	4,7	6,5
Rio Grande do Norte	167	95,2	17,6	34,0	45,3	3,1	-	4,8
Tocantins	139	99,3	29,7	34,1	26,8	8,7	0,7	0,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Conselho, Plano e Fundo Municipal de Transporte

A criação de um Conselho Municipal de Transporte vem atender ao novo desenho institucional do Estado brasileiro, que projeta sua ênfase na descentralização administrativa e atribui novas responsabilidades locais ao Executivo municipal, incentivando maior participação popular na organização e gestão de políticas e recursos de áreas específicas.

Tradicionalmente, as prefeituras concentram suas ações na implantação e manutenção de vias públicas, têm pouca atuação na gestão de trânsito e se limitam a administrar a tarifa dos serviços de ônibus. Para solucionar as periódicas crises que envolvem os setores da população que mais dependem do transporte coletivo, os governos, em geral, apresentam respostas superficiais.

Grande parte dos municípios raramente conseguem formular uma política de transporte mais ampla, abrangendo transporte coletivo, trânsito e vias públicas. Na maioria das vezes, as soluções atendem a problemas localizados, podendo até mesmo gerar novas dificuldades.

É indispensável estabelecer diretrizes comuns e complementares, principalmente para um governo que queira priorizar o transporte coletivo e os pedestres. A participação da população na formulação de políticas e na gestão do transporte é um instrumento prático para provocar ações efetivas na área, além de auxiliar na fiscalização da atuação da prefeitura no setor.

O Conselho Municipal de Transporte é um organismo de representação da sociedade civil na gestão da política de transporte. Sua atuação, normalmente, é voltada para o transporte coletivo, mas pode-se conceber um Conselho que atue também na gestão do trânsito e das vias públicas, pensando os três setores de forma integrada (Tabelas de resultados 53 e 54).

Para que na área de transportes se tenha uma ação planejada, a elaboração de um Plano Municipal de Transporte é um instrumento que deve ser estruturado e utilizado na definição das políticas setoriais para transporte coletivo, trânsito e vias públicas, de maneira integrada, e as ações devem ser planejadas levando-se em conta o tempo e os recursos.

O planejamento integrado entre transportes, trânsito e sistema viário permite à prefeitura melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, devendo ser o principal eixo da política definida no Plano Municipal de Transporte, ao diminuir o tempo e os custos dos deslocamentos e aumentar a acessibilidade às diversas regiões do município.

A descentralização como deslocamento do poder, sabendo-se que a descentralização também promove uma mudança na participação e gestão financeira, traz, sobretudo para os municípios, a possibilidade de gerir as políticas como forma de garantir os direitos de cidadania.

Os Fundos Especiais, dependendo do objetivo pretendido, desdobram-se em fundos de gestão de recursos financeiros (destinados exclusivamente a financiamentos de investimentos em todas as áreas de interesse da entidade); em fundos rotativos (os que são criados e destinados àqueles programas cujos resultados financeiros são reinvestidos); e em fundos de gestão de recursos financeiros e de outras naturezas (destinados à execução de programas especiais e trabalhos em setores da adminis-

tração pública, tais como: saúde, educação, assistência social, transporte e habitação, dentre outros). No último desdobramento de fundos é que se tem a base de formulação para a municipalização das políticas sociais e de desenvolvimento (Tabelas de resultados 55 e 56).

A MUNIC 2008 levantou informações sobre o Conselho, o Fundo e o Plano Municipal de Transporte, sua presença nos 5 564 municípios, assim como algumas de suas características (Tabela 12).

Ainda é pequeno o percentual de municípios que se utilizam destes instrumentos para a política do transporte. No Brasil, apenas 5,9% dos municípios possuem Conselho Municipal de Transporte, e 1,3% e 3,1% contam com Fundo e Plano Municipal de Transporte, respectivamente.

Por classe de tamanho da população, o percentual de municípios com Conselho, Fundo e Plano, é diretamente proporcional à classe de tamanho da população, ou seja, quanto maior a classe, maior o percentual de municípios com estes instrumentos.

Na Região Sudeste, encontra-se o maior percentual de municípios que contam com Conselho e Plano Municipal de Transporte, enquanto a Região Norte é a que possui o maior percentual de municípios com Fundo Municipal de Transporte.

**Tabela 12 - Municípios, total e com Conselho,
Fundo e Plano Municipal de transporte, segundo as classes de tamanho da
população dos municípios e Grandes Regiões - 2008**

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios			
	Total	Percentual (%)		
		Com Conselho Municipal de Transporte	Com fundo municipal de transporte	Com plano municipal de transporte
Total	5 564	5,9	1,3	3,1
Até 5 000	1 267	1,2	-	1,3
De 5 001 a 10 000	1 290	2,1	0,5	0,9
De 10 001 a 20 000	1 385	2,7	0,5	1,9
De 20 001 a 50 000	1 037	6,7	1,9	2,2
De 50 001 a 100 000	319	22,9	3,8	10,3
De 100 001 a 500 000	229	36,7	8,3	20,1
Mais de 500 000	37	54,1	24,3	40,5
Grandes Regiões				
Norte	449	4,2	2,0	3,1
Nordeste	1 793	2,8	1,3	2,6
Sudeste	1 668	5,7	1,3	4,0
Sul	1 188	11,6	1,3	2,9
Centro-Oeste	466	4,9	0,6	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tipos de transporte

Considerando os tipos de transportes (com exceção do transporte coletivo por ônibus) existentes nos municípios, nota-se um crescimento no percentual de municípios que possuem transporte por barco, metrô, mototáxi, táxi e van. Houve um pequeno decréscimo apenas nos municípios com transporte coletivo por trem (Tabela 13), provavelmente por linhas de alguns municípios que eram de passageiros e se transformaram apenas em transporte de cargas.

Dos 5 564 municípios brasileiros, o transporte por barco está presente em 10,5% destes e, assim como em 2005, mantém a predominância da informalidade (Tabela de resultado 57). Conforme dito anteriormente, a Constituição Federal estabelece que a União tem competência para legislar sobre transporte aquaviário, o que acaba se refletindo nos resultados da pesquisa. Mesmo sendo um percentual baixo, ela gerencia⁶ o serviço em 13,0% dos municípios. Com grande relevância na Região Norte, por se tratar de uma região onde o transporte fluvial se faz muito presente, 48,6% dos municípios possuem este serviço de transporte, percentual maior do que os das demais regiões.

Tabela 13 - Municípios, total e com serviços de transporte, por tipo de serviço, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2005/2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios						
	Total	Com serviços de transporte, por tipo de serviço (%)					
		Transporte por barco	Transporte por metrô	Transporte por mototáxi	Transporte por táxi	Transporte por trem	Transporte por van (1)
2005							
Total	5 564	9,0	0,2	47,1	76,7	1,9	52,3
Até 5 000	1 362	3,2	-	27,2	67,2	0,3	34,8
De 5 001 a 10 000	1 310	7,3	-	39,7	72,2	0,6	46,4
De 10 001 a 20 000	1 298	10,2	-	56,2	74,7	0,8	58,4
De 20 001 a 50 000	1 026	15,4	-	64,3	85,6	1,9	67,6
De 50 001 a 100 000	313	12,8	0,3	69,0	97,4	4,8	70,0
De 100 001 a 500 000	220	13,2	1,4	51,4	98,2	17,3	61,4
Mais de 500 000	35	14,3	20,0	34,3	100,0	28,6	65,7
Grandes Regiões							
Norte	449	43,7	-	72,2	63,0	0,9	37,6
Nordeste	1 793	9,0	0,1	78,9	56,7	1,1	66,9
Sudeste	1 668	4,3	0,2	23,1	89,9	3,8	48,2
Sul	1 188	3,7	0,4	14,2	91,6	1,3	46,3
Centro-Oeste	466	6,4	-	70,6	81,3	0,2	40,6
2008							
Total	5 564	10,5	0,3	52,7	81,5	1,5	59,9
Até 5 000	1 267	4,0	-	31,1	71,0	0,1	42,3
De 5 001 a 10 000	1 290	7,4	-	47,2	78,2	0,3	55,8
De 10 001 a 20 000	1 385	12,2	-	60,2	80,6	0,6	64,8
De 20 001 a 50 000	1 037	16,9	-	70,4	90,4	1,2	74,4
De 50 001 a 100 000	319	15,0	0,3	69,9	97,8	3,4	74,0
De 100 001 a 500 000	229	15,3	1,3	55,5	98,7	15,3	63,8
Mais de 500 000	37	27,0	29,7	48,6	100,0	37,8	73,0
Grandes Regiões							
Norte	449	48,6	-	75,9	67,7	1,6	58,8
Nordeste	1 793	11,5	0,2	88,2	66,1	1,3	86,6
Sudeste	1 668	5,2	0,3	28,5	93,3	2,9	53,2
Sul	1 188	4,6	0,4	16,9	93,3	0,5	41,6
Centro-Oeste	466	3,4	0,2	72,3	82,2	-	29,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Foi considerado como van o transporte feito por kombi, perua, veraneio, dentre outros.

⁶ O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

No caso do metrô, este serviço de transporte está presente apenas nos municípios com mais de 50 000 habitantes, sendo o maior percentual verificado naqueles com mais de 500 000 habitantes (29,7%). Por se tratar de um transporte de massa, que precisa de um volume de investimento grande e com retornos financeiros de longo prazo, seu gerenciamento é federal, na maioria das vezes, e estadual (Tabela de resultado 59). Cabe ressaltar que nos Municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como no Distrito Federal, o metrô é subterrâneo em grande parte de seu percurso; nos demais, é apenas de superfície.

Em 52,7% dos municípios, há serviço de transporte por mototáxi. Percebe-se maior presença deste serviço naqueles com mais de 50 000 a 100 000 habitantes, 69,0%. Nos municípios com mais de 20 000 a 50 000 habitantes, essa proporção é de 64,3%. Na Região Norte, 75,9% dos municípios contam com este serviço, e a maior proporção chega a 88,2% na Região Nordeste. Este serviço é, em sua maioria, informal (Tabela de resultado 61), mas 34,5% dos municípios declararam fazer o gerenciamento.

Foi apurado, em 2008, que 81,5% dos municípios brasileiros possuem serviço de transporte por táxi, percentual maior que o de 2005 (76,7%). Pela ótica dos municípios distribuídos por classes de tamanho da população, percebe-se que quanto maior a classe de tamanho da população, maior o percentual de municípios que dispõem deste serviço de transporte, chegando a 100% naqueles com mais de 500 00 habitantes. Nas Regiões Sudeste e Sul, 93,3% dos municípios contam com o serviço e, na maioria, o gerenciamento é feito pelo próprio município (Tabela de resultado 63).

Apesar de nos municípios com mais de 500 000 habitantes ter havido um pequeno crescimento no percentual dos que dispõem do serviço de transporte coletivo feito por trem, com relação ao ano de 2005, nas demais classes houve decréscimo.

Em 59,9% dos municípios, existe serviço de transporte feito por van e, naqueles com mais de 20 000 a 50 000 habitantes, este percentual atinge 74,4%. Na Região Nordeste, 86,6% afirmaram dispor deste serviço, sendo sua maioria informal (Tabela de resultado 67).

Considerando estes seis tipos de serviços de transporte pesquisados tanto em 2005 como em 2008, os serviços mais presentes nos municípios no ano de 2005, táxi, van e mototáxi, são os mesmos em 2008, tendo aumentado o percentual dos municípios que declararam dispor destes serviços.

Transporte coletivo por ônibus

Como já foi dito anteriormente, organizar e prestar serviços públicos que têm caráter essencial é uma das principais competências do gestor municipal, e para isto estas ações devem ser disciplinadas por instrumentos que regulem, normatizem procedimentos e estratégias, assim como o processo participativo da política de transporte nos municípios.

Dessa maneira, os municípios podem estabelecer normas e disposições legais, através da legislação, criando obrigações e direitos, instituindo organizações, mecanismos e instrumentos para a ação da política, tanto através de leis votadas pelas Câmaras Municipais, como por meio de regulamentos do Executivo.

Em 1674 municípios brasileiros, existe serviço de transporte coletivo por ônibus municipal, sendo que o mesmo está presente em todos os municípios com mais de 500 000 habitantes, e em 217 (94,9%) daqueles com mais de 100 000 a 500 000 habitantes. Em todas as classes de tamanho de população, o gerenciamento do serviço é, em sua maioria, feito pelo próprio município através de concessão. Apenas nas Regiões Norte e Nordeste este serviço é feito de forma não regulamentada em um número maior de municípios do que nos regulamentados (Tabela de resultado 69).

Na MUNIC 2008, introduziu-se a questão da existência de transporte coletivo por ônibus intermunicipal e se este serviço atende a bairros, distritos e localidades dentro dos municípios por onde trafega. Ao todo, 4 547 municípios dispõem do serviço e, em 2 563, o mesmo atende também aos deslocamentos feitos dentro do próprio município (Tabela de resultado 73).

Tabela 14 - Municípios, total e com serviço de transporte coletivo de ônibus municipal e/ou intermunicipal, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios					Sem transporte coletivo por ônibus (%)
	Total	Com serviço de transporte coletivo de ônibus municipal e/ou intermunicipal (%) (1)				
		Só com transporte coletivo de ônibus municipal	Com transporte coletivo de ônibus municipal e inter-municipal	Só com transporte coletivo de ônibus inter-municipal	Só trans- porte cole- tivo de ôni- bus inter- municipal que atende aos desloca- mentos dentro do município	
Total	5 564	1,8	28,3	27,0	26,4	16,5
Até 5 000	1 267	0,5	7,6	37,9	32,2	21,8
De 5 001 a 10 000	1 290	0,9	13,5	33,3	31,9	20,3
De 10 001 a 20 000	1 385	1,9	24,4	27,7	28,4	17,7
De 20 001 a 50 000	1 037	3,5	45,3	18,1	21,4	11,7
De 50 001 a 100 000	319	5,0	77,1	6,3	8,2	3,4
De 100 001 a 500 000	229	1,7	93,0	0,9	3,9	0,4
Mais de 500 000	37	-	100,0	-	-	-
Grandes Regiões						
Norte	449	4,7	20,9	29,6	19,8	24,9
Nordeste	1 793	1,6	12,7	27,0	31,1	27,6
Sudeste	1 668	0,8	42,0	31,0	22,7	3,5
Sul	1 188	2,1	39,2	19,6	31,4	7,6
Centro-Oeste	466	2,6	18,2	29,2	15,7	34,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) Serviço de transporte coletivo de ônibus municipal, é aquele que roda apenas dentro do município, servindo a bairros, distritos, localidades do próprio município.

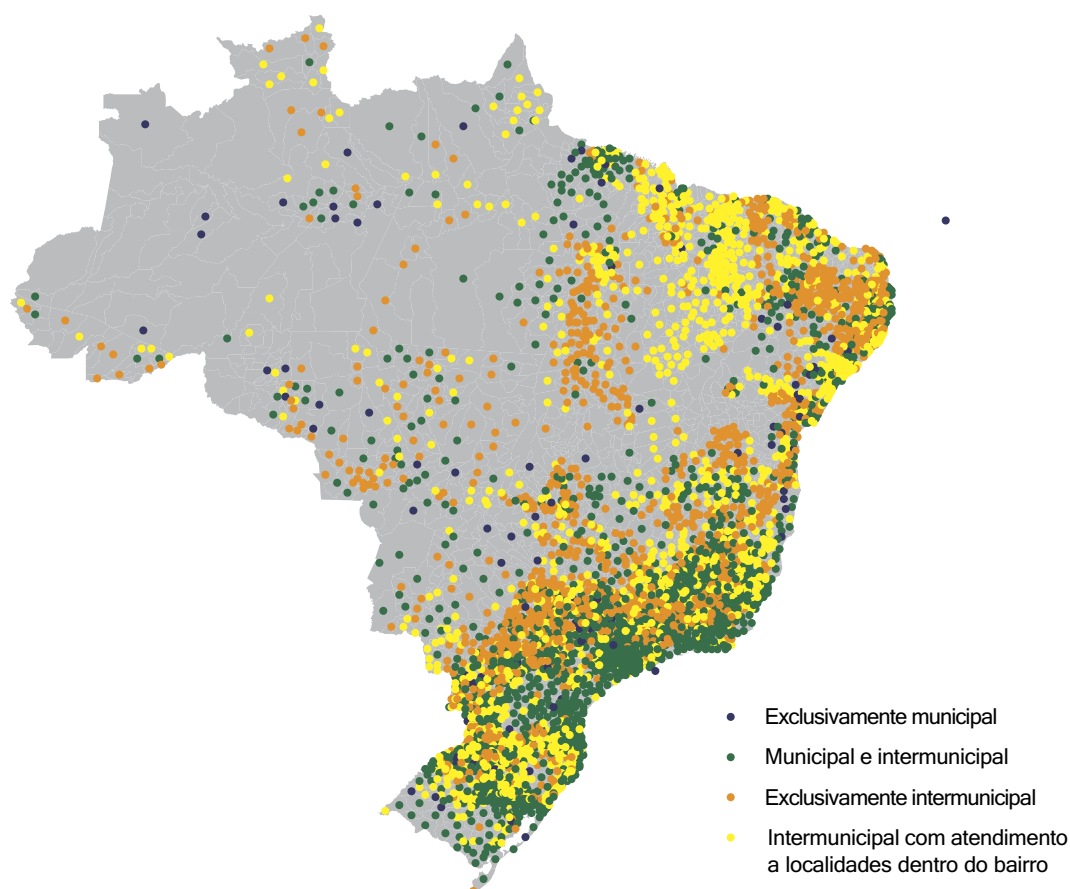
Ao cruzar os dados dos serviços de transporte por ônibus municipal e intermunicipal, pode-se destacar o seguinte (Tabela 14):

- apenas 1,8% dos municípios brasileiros possuem transporte coletivo por ônibus exclusivamente municipal e a classe de tamanho de população com mais de 50 000 a 100 000 habitantes apresenta o maior percentual de municípios nesta condição, 5,0%;
- dos 5 564 municípios brasileiros, 28,3% possuem serviço de transporte por ônibus municipal e intermunicipal, cabendo ressaltar que todos os municípios com mais de 500 000 habitantes estão nesta condição;

- contam com o transporte coletivo por ônibus intermunicipal sem atendimento aos deslocamentos internos, 27,0% dos municípios brasileiros; 37,9% se encontram na classe de tamanho de população com até 5 000 habitantes;
- no Brasil, 26,4% dos municípios contam com o serviço de transporte intermunicipal que atende também aos deslocamentos feitos dentro do município; 32,2% são municípios com até 5 000 habitantes; e
- 16,5% dos municípios brasileiros não contam com nenhum serviço de transporte coletivo por ônibus, sendo que 21,8% estão nos municípios com até 5 000 habitantes.

Conforme se pode observar no Cartograma 2, os municípios com serviços de transporte coletivo por ônibus municipal e intermunicipal estavam em maior proporção nos Estados do Pará (46,9%), Rio de Janeiro (85,9%), São Paulo (43,7%) e Espírito Santo (42,3%). Com serviço de transporte exclusivamente intermunicipal, a maior proporção aparece nos Estados do Tocantins (62,6%), Ceará (44,0%) e Paraíba (54,3%). O serviço de transporte por ônibus intermunicipal, mas que atende também a bairros, distritos e localidades dentro do próprio município, têm maior proporção nos Estados de Roraima (53,3%), Amapá (62,5%), Piauí (73,1%) e Sergipe (78,7%). O transporte coletivo por ônibus exclusivamente municipal está espalhado em todas as regiões do Território Nacional, porém em proporções bem inferiores às aqui mencionadas.

Cartograma 2 - Transporte coletivo por ônibus - Brasil - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A M_{UNIC} 2008 confirmou os resultados do levantamento feito em 2005: o transporte feito por táxi, mototáxi e van é mais presente nos municípios brasileiros, e o transporte por barco é mais freqüente nos municípios na Região Norte.

Muitas municipalidades declararam não ter transporte coletivo por ônibus municipal em 2005 (74,7%). Em 2008, foi pesquisado também o transporte por ônibus intermunicipal que atende a bairros, distritos e localidades dentro do próprio município. Do total de municípios brasileiros, 26,4% conta apenas com este tipo de transporte por ônibus, suprimindo a não-existência de transporte coletivo por ônibus municipal, fazendo com que o percentual de municípios sem transporte por ônibus, que atenda também ao deslocamento da população local, se eleve para 43,5% em 2008.

Meio ambiente

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida por ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, 179 nações representadas se comprometeram com um programa objetivando viabilizar a adoção de um novo padrão de desenvolvimento, cujo documento ficou conhecido como Agenda 21. O texto final, em seu capítulo 40, ressalta a necessidade de se “monitorar e de se avaliar sistematicamente o processo de desenvolvimento [...] e o estado do meio ambiente e dos recursos naturais” (AGENDA..., 1992, tradução nossa).

A crescente conscientização da questão ambiental no País tem demandado a produção e a sistematização de informações tendo em vista a formulação de políticas públicas. Sua necessidade surge nos diversos níveis de decisão e em todos os planos.

O IBGE, órgão responsável pela elaboração de estatísticas e coordenador do Sistema Estatístico Nacional, tem direcionado esforços no sentido de produzir estudos e informações sobre o meio ambiente. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se insere nesse esforço e vem, ao longo de suas edições, enfatizando a questão ambiental. Em 2002, além do Questionário Básico sobre gestão pública, efetuou uma pesquisa específica sobre o tema, através do Suplemento de Meio Ambiente; em 2008, dedicou um importante espaço do Questionário Básico para obter informações relativas ao conhecimento da institucionalização do tema meio ambiente nas administrações municipais, abordada mediante a investigação de tópicos, como: existência de estrutura administrativa, quadro de pessoal para tratar da questão ambiental, participação da prefeitura em articulação intermunicipal,

disponibilidade de recursos financeiros, existência de Fundo e de Conselho Municipal de Meio Ambiente, e ocorrência freqüente de impactos ambientais.

Nesse contexto, a análise do meio ambiente está assim estruturada: a primeira parte é dedicada à existência dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; a segunda trata de questões relacionadas à existência de estrutura ambiental na prefeitura, quadro de funcionários ligados ao meio ambiente, existência e fontes de recursos financeiros, existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente, licenciamento ambiental, articulação na área ambiental com outros municípios, temas abordados nesses consórcios, associações ou parcerias, e participação em Comitê de Bacia Hidrográfica; a terceira e última parte analisa as informações relativas às condições ambientais nos territórios dos municípios visando conhecer as ocorrências impactantes observadas, não só as que tenham afetado as condições de vida da população como também aquelas que prejudicaram certas atividades econômicas, especificamente a pesca, a agricultura e a pecuária.

Conselhos municipais de meio ambiente

Um dos espaços de participação social, negociação de demandas e interesses e mediação de conflitos, que se vem consolidando num conjunto expressivo de municípios brasileiros, é o fórum conhecido por Conselho Municipal de Meio Ambiente, doravante denominado CMMA. Dotados de caráter consultivo e/ou deliberativo e/ou normativo e/ou fiscalizador, os CMMA – assim como outros Conselhos criados para fins de Educação, Saúde ou Habitação – ao mesmo tempo em que estabelecem um novo formato de relação Estado e sociedade, institucionalizam a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e possibilitam a entrada em vigor de uma nova cultura cívica. Sua instalação, estimulada a partir da Constituição Federal de 1988, busca fortalecer o debate em torno da autonomia municipal, configurando-se num novo modelo de gestão pública que promova a descentralização das decisões e amplie o espaço de participação da sociedade⁷.

A criação do CMMA deve, necessariamente, envolver e mobilizar a população do município. Sua criação deve ser efetuada por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara de Vereadores, devendo conter os objetivos, as competências, as atribuições e a composição do Conselho. Depois de empossados, os integrantes discutem e aprovam o Regimento Interno, onde, de acordo com a lei, são definidas a estrutura de funcionamento do órgão, suas competências e formas de organização.

O CMMA deve se reunir com periodicidade regular sendo importante que esses encontros sejam abertos à participação de membros da comunidade, na condição de ouvintes. Cabe à prefeitura fornecer as condições necessárias para o funcionamento do fórum e colocar em prática as suas decisões.

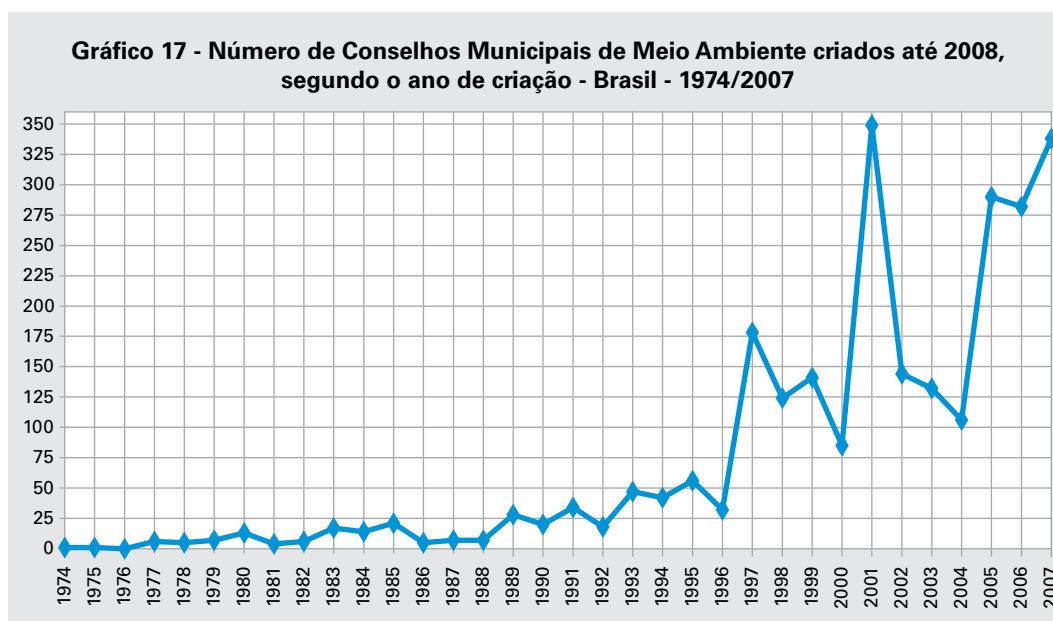
Os CMMA não têm a função de criar leis, pois essa é uma atribuição do legislativo municipal, ou seja, a Câmara de Vereadores. Podem, contudo, sugerir a criação de leis bem como a adequação e a regulamentação das já existentes, por meio de resoluções, quando isso signifique estabelecer limites mais rigorosos para a qualidade ambiental ou facilitar a ação do órgão Executivo. Também não têm poder de polícia, mas podem

⁷ Dentre os estudos publicados sobre o tema, ver especialmente: SANTOS, M. R. M. dos. *Conselhos municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas*. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, c2002. 138 p.

indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras ainda que não exerçam diretamente esse tipo de ação.

Os CMMA, portanto, têm a função de opinar e assessorar o Poder Executivo municipal – a prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente local. Esse fórum destina-se a reunir os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil na busca de soluções no sentido de propor acordos e construir uma proposta de gestão que esteja em consonância com os interesses econômicos, sociais e ambientais locais. Por isso, o CMMA deve reunir representantes legítimos de todos os segmentos da sociedade local interessados na qualidade ambiental e no desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Informações da pesquisa mostram que o Conselho Municipal de Meio Ambiente mais antigo do País⁸ é o da cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo, criado em 1975, através da Lei Municipal nº 993. Até 1987, haviam sido criados apenas 107 Conselhos dessa natureza no País. Conforme pode ser observado no Gráfico 17, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o crescimento desses fóruns ocorreu de maneira tímida até 1996. O aumento se dá, em maior intensidade, a partir de 1997. Desse ano até 2007, foram criados 2 257 novos CMMA, o que representa 85,2% do total existente no País. Um fato que chama a atenção é que, a partir de 1996, o crescimento dos CMMA tem ocorrido de maneira mais evidente nos anos imediatamente seguintes aos das eleições municipais (1997, 2001 e 2005), ou seja, no primeiro ano de governo dos prefeitos, o que pode indicar uma iniciativa pró-ativa dos recém empossados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1974/2007.

⁸ Cabe registrar que o Conselho da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, foi instituído no ano de 1973, tendo como atribuição inicial o planejamento urbano do município. Através da Lei nº 3.175, de 16 de janeiro de 1984, foram definidas as atribuições e a composição atual do Conselho, que passou a incorporar a questão ambiental. A denominação Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - CONPLAM foi definida pela Lei Orgânica do Município, promulgada em 3 de abril de 1990.

Os resultados obtidos pela pesquisa dão conta de que, em 2008, 2 650 (47,6%) municípios brasileiros dispunham de CMMA. Em 1999, primeiro ano que a informação foi investigada pela MUNIC, eles existiam em 1 177 (21,4%) municípios do País⁹. De lá para cá, ocorreu um crescimento da ordem de 125% no número desses Conselhos. Na Tabela 15, é apresentada a evolução dos CMMA no País desde que a informação passou a ser levantada pela MUNIC. É, no entanto, baixa a presença de CMMA entre os municípios brasileiros, comparativamente a outros tipos de Conselhos com maior incidência, como os de Saúde (presentes em 98,0% dos municípios do País), Assistência Social (93,0%), Direitos da Criança e do Adolescente (77,0%), e Educação (73,0%), de acordo com informações obtidas pela MUNIC 2001.

Tabela 15 - Percentual de municípios com Conselho de Meio Ambiente, por Grandes Regiões - 1999/2008

Ano	Percentual de municípios com Conselho de Meio Ambiente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1999	21,4	11,4	9,0	32,5	29,1	19,1
2001	29,0	18,5	14,3	39,3	39,6	32,4
2002	34,1	21,6	19,7	43,5	44,2	41,7
2004	36,7	26,3	20,3	46,8	49,6	40,6
2008	47,6	38,5	29,9	58,7	61,1	50,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2008.

É importante mencionar a existência de motivação de ordem econômica para que os municípios criem Conselhos de Meio Ambiente. Para as prefeituras exercerem atividades de licenciamento ambiental, por exemplo, (previstas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Art. 6º) e pelas quais podem cobrar taxas, desde que regulamentadas, tem que estar implantado este tipo de Conselho “com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir, em seus quadros ou à sua disposição, profissionais legalmente habilitados” (Art. 20 da referida Resolução)¹⁰.

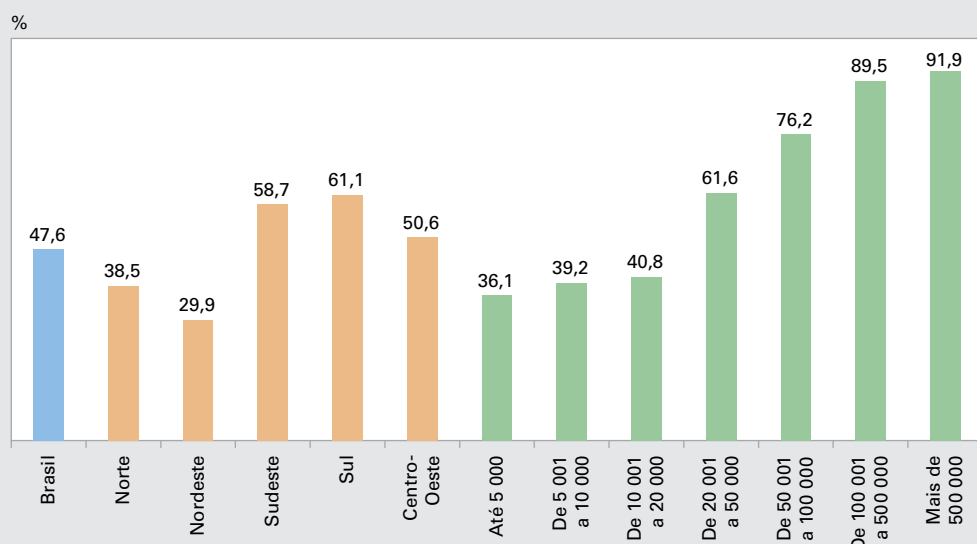
Ainda que não se tenham condições, no âmbito da MUNIC, de fazer uma avaliação sobre o funcionamento e os possíveis êxitos e/ou fracassos, na área de meio ambiente, dessa forma de relacionamento Estado e sociedade, observa-se que eles são, proporcionalmente, mais freqüentes entre os municípios mais populosos e entre as regiões economicamente mais desenvolvidas do País. A partir do Gráfico 18, se pode verificar os percentuais de municípios que, em 2008, informaram a existência de CMMA, segundo classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões.

⁹ Em 1999, havia 5 506 municípios no Brasil; em 2001, 5 560, número que perdurou até 2004. A partir de 2005, o número de municípios passou para 5 564.

¹⁰ Ademais, para poder aplicar e lavrar auto de infração ambiental e/ou instaurar processos administrativos, o município tem que ter órgão(s) ambiental(is) integrado(s) ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de acordo com o Art. 70, da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998). Neste caso, pode dispor de uma secretaria de meio ambiente (ou órgão afim) ou de um Conselho de Meio Ambiente, segundo Philippi Júnior e outros (1999).

Os resultados mostram que a existência desse fórum é relativamente maior entre os municípios compreendidos a partir da faixa com mais de 20 000 habitantes. Há de ressaltar, no entanto, o crescimento desses fóruns entre os municípios com população até 20 000. Em 1999, eles existiam em apenas 16,2% dos municípios brasileiros nessa faixa de população; em 2008, 38,8% deles informaram a existência desse fórum. Com relação aos resultados, segundo as Grandes Regiões, observa-se que as Regiões Sul (61,1% dos municípios dessa região) e Sudeste (58,7%) são as que apresentam os maiores percentuais de municípios com CMMA. A Região Nordeste é a que apresenta o menor percentual de municípios com esse tipo de Conselho (29,9%), bem abaixo das Regiões Norte (38,5%) e Centro-Oeste (50,6%).

Gráfico 18 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

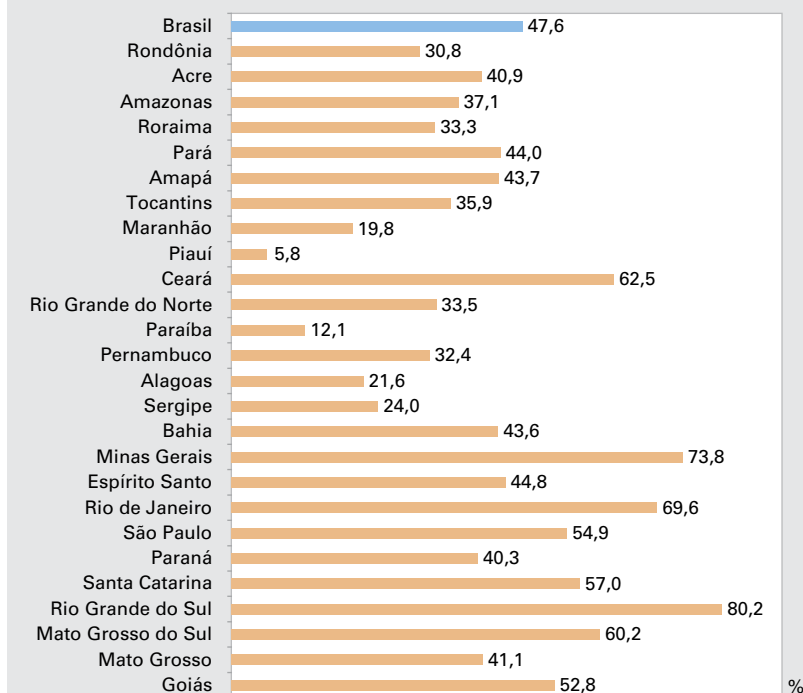


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

O Gráfico 19 mostra a distribuição relativa dos CMMA nas Unidades da Federação em relação ao número de municípios de cada uma dessas unidades¹¹. Estados como Rio Grande do Sul (80,2%), Minas Gerais (73,8%) e Rio de Janeiro (69,6%) são os que apresentam as maiores participações relativas de municípios com a existência desse fórum. Na outra ponta do gráfico, se pode observar que os Estados do Maranhão (19,8%), Paraíba (12,1%) e Piauí (5,8%) têm os menores percentuais de municípios com CMMA no País.

¹¹ O Distrito Federal não foi incluído no gráfico por suas características especiais. Cabe mencionar que Brasília informou ter Conselho de Meio Ambiente, com caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Com relação à representatividade, o Conselho é paritário e realizou reunião no período de 12 meses que antecedeu a coleta da pesquisa.

Gráfico 19 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente, segundo as Unidades da Federação - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Os percentuais foram calculados em relação ao conjunto de municípios com CMMA.

Embora não haja nenhuma lei federal que regule a criação de CMMA nos municípios, onde existem formalmente eles funcionam de maneira diferenciada, dependendo da abrangência das atribuições que lhes são destinadas, da representatividade de cada um dos grupos que o compõem, da frequência com que seus conselheiros realizam reuniões e do espaço de intervenção junto à gestão pública local. Para que um CMMA cumpra com as suas atribuições de maneira satisfatória, precisa ser representativo, portanto, espera-se que tenha uma composição paritária, ou seja, que considere, em igualdade numérica, representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Essa composição pode ser bipartite – poder público (municipal, estadual e federal) e outros segmentos (empresarial, sindical, academia, entidades ambientalistas etc.) – ou tripartite – poder público, setor produtivo (empresarial e sindical) e entidades sociais e ambientalistas.

Cada Conselho deve espelhar, em sua composição, as forças atuantes no local, sendo, por isso, necessário conhecer antes quais são essas forças. Além disso, quanto maiores suas atribuições maiores serão as possibilidades de intervir junto à gestão pública local.

Os resultados da MUNIC (Gráfico 20) mostram que, com relação às atribuições dos CMMA¹², eles são predominantemente deliberativos (74,4%) e/ou consultivos (71,8%). De acordo com o conceito utilizado na pesquisa, os Conselhos com caráter deliberativo são aqueles que, efetivamente, têm o poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos; os Conselhos consultivos são aqueles cujos integrantes têm o papel de apenas estudar e indicar ações ou políticas; os Conselhos

¹² Cabe informar que a variável que levantou informações sobre o caráter dos CMMA admitia múltiplas respostas.

com caráter fiscalizador (40,5% dos CMMA) são os que fiscalizam a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos; e os Conselhos com atribuição normativa (35,6%) são os que estabelecem normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos. Ressalte-se que essas atribuições estão restritas à área de competência dos CMMA.

Com relação aos conselheiros, é importante destacar que são pessoas que agem de forma voluntária em benefício da melhoria da qualidade de vida e, portanto, não recebem pagamento pelos serviços prestados.

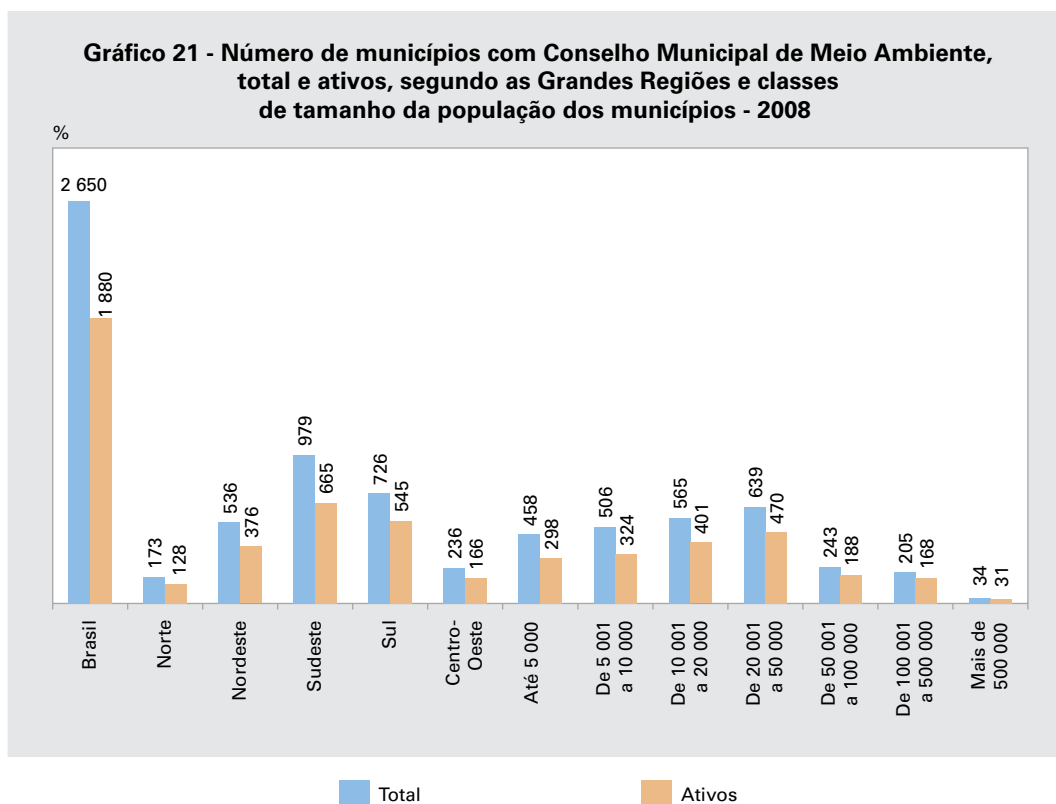
Para se conhecer o grau de democratização do CMMA, é necessário saber a respeito da composição do fórum. O Conselho paritário, como já dito anteriormente, é aquele composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. Os resultados mostram que em sua maioria (71,6%) os CMMA são paritários. Os CMMA com maioria de representação da sociedade civil representam 18,5% dos Conselhos municipais do País, enquanto os com maior representação governamental, apenas 9,9%.

Outra forma de qualificar os Conselhos é verificar se esses fóruns se reúnem. A intenção desse procedimento é escapar daquelas situações em que o Conselho existe formalmente, mas não tem qualquer operacionalidade no cotidiano da administração municipal. Nesse sentido, apuraram-se os municípios nos quais os CMMA existentes se reuniram no período de 12 meses anteriores à coleta da informação; os Conselhos desse conjunto de municípios serão doravante denominados de CMMA ativos. Em 2008, dos 2 650 municípios brasileiros que responderam possuir CMMA, 1 880 (70,9% dentre os que informaram possuir Conselho) declararam que os mesmos realizaram reunião no período considerado pela pesquisa (Gráfico 20).



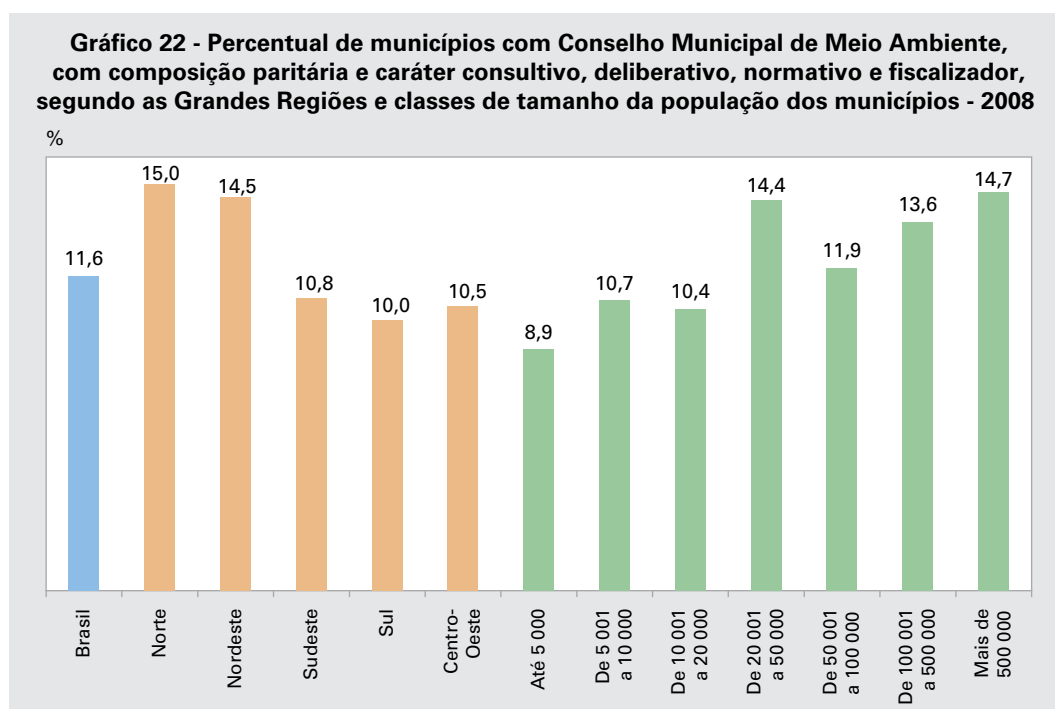
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Os CMMA ativos são relativamente mais freqüentes entre os municípios de maior faixa de população, em especial entre os municípios com mais de 500 000 habitantes. Dos 34 municípios do País que estão nessa faixa de tamanho da população e que dispõem de CMMA, 31 informaram que os mesmos realizaram reunião no período especificado pela pesquisa. Isto representa 91,2% dos municípios dessa faixa de população que têm Conselhos. Com relação às Grandes Regiões, os resultados mostram que no conjunto dos municípios que informaram a existência de CMMA, a Região Sul foi a que apresentou a maior participação relativa de municípios com Conselhos ativos (75,1%), seguida da Região Norte (74,0%). As demais regiões tiveram percentuais muito próximos entre si: Centro-Oeste (70,3%), Nordeste (70,1%) e Sudeste (67,9%). O resultado apurado para o conjunto de municípios da Região Sudeste ficou abaixo da expectativa, tendo em vista que esta região foi a segunda do País com maior percentual de municípios com CMMA (58,7%). Observa-se que na Região Sudeste praticamente 1/3 dos Conselhos não realizaram reunião no período estabelecido pela pesquisa, o que supera o percentual de 29,1% obtido para o conjunto do Brasil. Por outro lado, o fato de 770 CMMA no País terem ficado inoperantes num período de 12 meses também não deixa de ser preocupante. O Gráfico 21 compara a quantidade de municípios com CMMA ativo com o universo daqueles que informaram a existência desse Conselho.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Uma outra forma de qualificar os CMMA é verificar quais deles foram instituídos, simultaneamente, com caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, têm composição paritária e efetuaram reunião nos últimos 12 meses. O objetivo é verificar a proporcionalidade de conselhos que dispõem de maiores quantidades de competências junto ao poder público, têm perfil democrático e são ativos. Observa-se que apenas 11,6% dos CMMA do País apresentam tais características em conjunto (Gráfico 22). Cabe ressaltar os resultados obtidos para as Regiões Norte (15,0%) e Nordeste (14,5%), tendo em vista que são as que têm as maiores participações relativas de municípios com CMMA com as características citadas. Nesse caso, o esperado era que as regiões com os maiores percentuais de CMMA no País (Sul e Sudeste) tivessem os maiores percentuais de Conselhos com essas características.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A seguir, são mostrados os resultados apurados para as Unidades da Federação a partir da agregação de municípios que, tendo CMMA ativo, têm, simultaneamente, caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, e composição paritária (Tabela 16). Observa-se que os municípios dos Estados do Pará (15, ou 23,8% dos municípios do estado com CMMA), Bahia (38, ou 20,9%) e Paraíba (5, ou 18,5%) são os que, no universo dos municípios que têm CMMA, apresentam as maiores participações relativas de Conselhos com essas características. Cabe destacar ainda os Estados de Minas Gerais (71 municípios) e Rio Grande do Sul (42) que, em números absolutos de municípios, são os que têm as maiores quantidades de conselhos que apresentam as características citadas.

Tabela 16 - Número de municípios cujos Conselhos Municipais do Meio Ambiente são, simultaneamente, ativos, têm composição paritária e caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Número de municípios cujos Conselho Municipal do Meio Ambiente são simultaneamente ativos, têm composição paritária e caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador	Unidades da Federação	Número de municípios cujos Conselho Municipal do Meio Ambiente são simultaneamente ativos, têm composição paritária e caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador
Brasil	307		
Rondônia	0	Alagoas	3
Acre	0	Sergipe	3
Amazonas	2	Bahia	38
Roraima	0	Minas Gerais	71
Pará	15	Espírito Santo	4
Amapá	1	Rio de Janeiro	8
Tocantins	8	São Paulo	23
Maranhão	5	Paraná	15
Piauí	1	Santa Catarina	16
Ceará	12	Rio Grande do Sul	42
Rio Grande do Norte	5	Mato Grosso do Sul	3
Paraíba	5	Mato Grosso	4
Pernambuco	6	Goiás	17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: O Distrito Federal não foi incluído na tabela por suas características especiais. Cabe mencionar que Brasília informou ter Conselho de Meio Ambiente, com caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador; com relação à representatividade, o Conselho é paritário e realizou reunião no período de doze meses que antecedeu a coleta da pesquisa.

Os resultados mostram que vem ocorrendo um crescimento sistemático dos CMMA no País a partir de 1997, em especial no primeiro ano de mandato das administrações municipais, o que pode ser entendido como uma ação pró-ativa dos prefeitos em relação às questões ambientais, em início de sua gestão.

Apesar de serem relativamente mais encontrados entre os municípios mais populosos, é entre os de menor população que o crescimento tem ocorrido mais intensamente.

Os resultados obtidos pela pesquisa não permitem avaliar a efetividade do funcionamento dos CMMA com relação aos seus êxitos e/ou fracassos. Eles, entretanto, permitem um mapeamento tanto de sua distribuição no território como do conhecimento de algumas de suas características, tais como: composição, competências, atribuições e se são ativos. Os resultados indicam que, apesar dos CMMA terem maior incidência relativa nas Regiões Sul, onde se destaca o conjunto de municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e Sudeste (Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro), são nas Regiões Norte (especialmente no Estado do Pará) e Nordeste (Estado da Bahia,

principalmente) que se encontram as maiores participações relativas de municípios com CMMA ativo que contam com atribuições mais abrangentes para o desempenho de suas atividades. Cabe destacar, ainda, os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul por terem um número expressivo de municípios cujos Conselhos apresentam essas características.

Mesmo que a existência dessas atribuições mais abrangentes não configure, necessariamente, um indicador de efetividade com relação à atuação dos CMMA, os fóruns que apresentam essas características detêm um maior conjunto de qualificações e competências para atuarem junto às administrações públicas municipais, nas questões que demandam ações junto à gestão ambiental do município.

Estrutura, funcionários, recursos, fundos, licenciamento e articulações na área ambiental

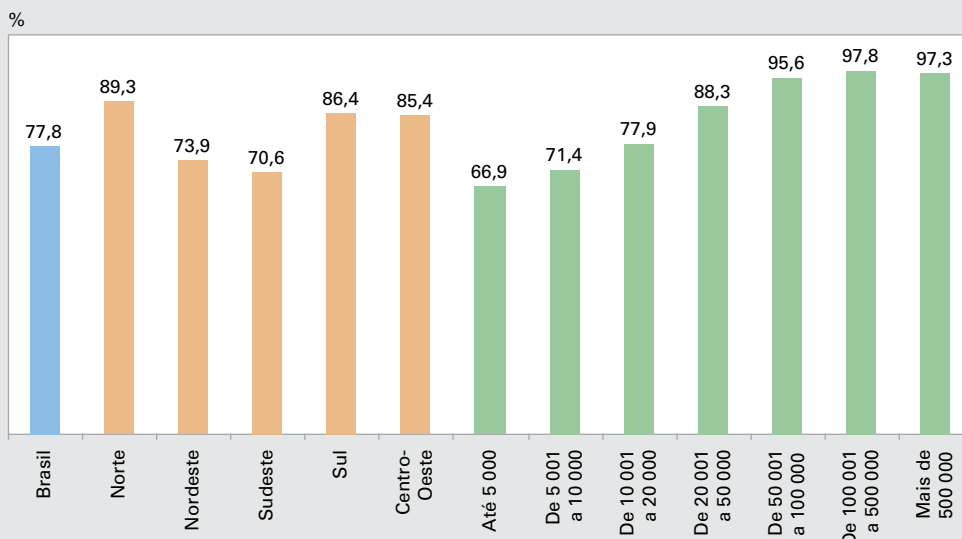
É muito importante que a prefeitura se organize de forma estruturada para enfrentar os problemas da área ambiental. Isso envolve ter estrutura, funcionários, recursos, fundos, licenciamento e articulações na área ambiental e também Conselhos de Meio Ambiente. Essas questões serão abordadas a seguir, exceto os Conselhos de Meio Ambiente, tratados no tópico anterior.

Estrutura ambiental da prefeitura

Para a prefeitura atuar na área ambiental, é de suma importância que esteja minimamente estruturada para tal. É muito difícil que o tema meio ambiente tenha espaço na política pública municipal se não existir anteriormente esse espaço no organograma da prefeitura, sob a forma de secretaria municipal, departamento, ou órgão similar de meio ambiente. Nesse sentido, é positivo o elevado percentual de municípios no País com algum tipo de estrutura na área ambiental (4 327, ou 77,8%), ou seja, que tenha secretaria municipal exclusiva, ou em conjunto com outros temas, departamento, assessoria, setor ou órgão similar de meio ambiente. No recorte por Grandes Regiões, nota-se grande presença relativa de alguma estrutura ambiental nas Regiões Norte (89,3%), Sul (86,4%) e Centro-Oeste (85,4%) (Gráfico 23). Com percentuais elevados, mas abaixo da média nacional, situam-se as Regiões Nordeste (73,9%) e Sudeste (70,6%).

No que diz respeito à faixa populacional do município, o padrão é o esperado: quanto maior o tamanho do município em termos de população, maior a presença de estrutura ambiental (Gráfico 23). Esse comportamento só não é visível nas duas maiores faixas populacionais, onde ocorre, por diferença muito pequena (0,5 ponto percentual), uma inversão de posições, qual seja: a incidência de municípios com estrutura ambiental é de 66,9% naqueles com até 5 000 habitantes, elevando-se à medida que se avança para faixas populacionais maiores, até chegar a 97,3% e 97,8%, respectivamente, nos municípios com mais de 500 000 habitantes e naqueles com mais de 100 000 a 500 000 habitantes.

Gráfico 23 - Percentual de municípios com estrutura na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A distribuição por tipo de estrutura ambiental mostra um predomínio da secretaria municipal em conjunto com outros temas (54,8%), seguido de departamento, assessoria, setor ou órgão similar (28,9%), ficando em último lugar a secretaria exclusiva (16,3%) (Tabela 17). Secretaria exclusiva ou não, que tem status mais elevado no organograma da prefeitura que departamento ou órgão afim, responde, portanto, por 71,1% das estruturas ambientais dos municípios. A secretaria exclusiva tem maior presença relativa na Região Norte (32,4% dos municípios) e no grupo com mais de 500 000 habitantes (61,1%). A secretaria municipal em conjunto com outros temas é a forma de estrutura ambiental presente em mais de 50,0% dos municípios em todas as regiões, com exceção da Região Sudeste (47,6%). Nas demais regiões, sua participação varia de 61,8%, no Centro-Oeste, a 55,4%, no Norte. Tanto essa modalidade quanto a de departamento, assessoria, setor ou órgão similar têm presença decrescente à medida que se avança dos municípios com faixas populacionais baixas para os de faixas mais elevadas. Movimento inverso ocorre no caso da secretaria exclusiva. Assim, nos municípios com até 5 000 habitantes, predomina a secretaria municipal não-exclusiva (58,2%), seguida de departamento, assessoria e órgão similar (32,2%) e secretaria exclusiva (9,7%). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, predomina a secretaria exclusiva (61,1%), seguida de secretaria municipal em conjunto com outros temas (25,0%), e departamento, assessoria e órgão similar (13,9%).

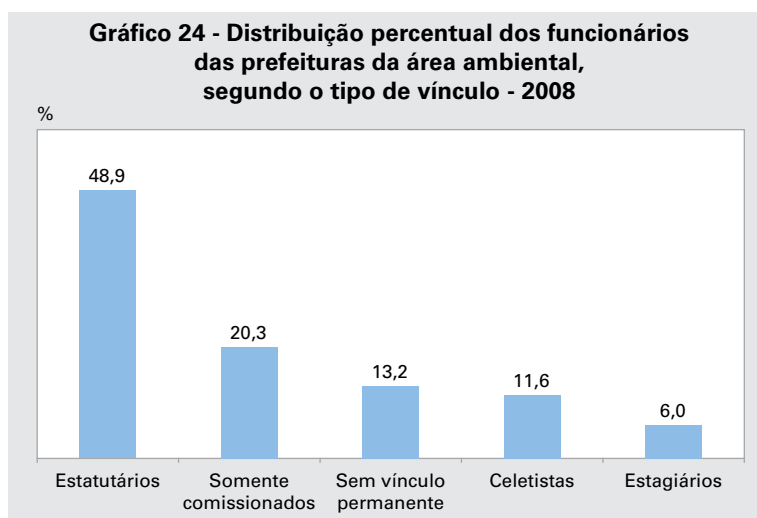
Tabela 17 - Distribuição percentual de municípios, por tipo de estrutura ambiental, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios (%)			
	Total	Tipo de estrutura ambiental		
		Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outros temas	Departamento, assessoria, setor ou órgão similar
Brasil	100,0	16,3	54,8	28,9
Até 5 000	100,0	9,7	58,2	32,2
De 5 001 a 10 000	100,0	11,8	56,4	31,8
De 10 001 a 20 000	100,0	14,9	54,8	30,3
De 20 001 a 50 000	100,0	18,6	56,7	24,8
De 50 001 a 100 000	100,0	25,9	49,8	24,3
De 100 001 a 500 000	100,0	37,1	40,2	22,8
Mais de 500 000	100,0	61,1	25,0	13,9
Grandes Regiões				
Norte	100,0	32,4	55,4	12,2
Nordeste	100,0	12,5	57,2	30,3
Sudeste	100,0	19,4	47,6	33,1
Sul	100,0	10,9	57,1	32,0
Centro-Oeste	100,0	17,6	61,8	20,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de informações Básicas Municipais 2008.

Número de funcionários na área ambiental

Quase metade (48,9%) dos 41 287 funcionários que trabalham na área de meio ambiente das prefeituras brasileiras são estatutários. A segunda categoria mais frequente são os comissionados (20,3%), seguida dos sem vínculo permanente (13,2%) e celetistas (11,6%). O vínculo menos frequente é de estagiários (6,0%) (Gráfico 24). Não são muitos os funcionários da prefeitura na área de meio ambiente, pois representam apenas 0,8% do quadro total das prefeituras do País.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Os estatutários são a categoria com maior participação relativa em todas as regiões, mas só são preponderantes na Região Sul (63,0%). A Região Sudeste é a que apresenta maior participação de celetistas (18,2%). Essa categoria apresenta grande variabilidade, tendo as Regiões Nordeste (3,4%) e Sul (6,2%) participações bem abaixo da média do Brasil. Os funcionários somente comissionados têm maior participação no Nordeste (31,8%), os sem vínculo permanente no Norte (24,0%), e os estagiários no Sul (7,7%). Destaca-se, ainda, o baixo índice de funcionários sem vínculo permanente na Região Sul (5,4%) e de estagiários na Região Nordeste (2,0%) (Tabela 18). Considerando-se que a estabilidade do quadro de pessoal é maior quanto maior for a proporção de estatutários e menor a de estagiários e funcionários sem vínculo empregatício, a Região Sul é a que tem o quadro de funcionários mais estável, com 63,0% de estatutários, enquanto a Região Norte é, em princípio, a mais sujeita à rotatividade de seu quadro de pessoal, pois estagiários e funcionários sem vínculo permanente respondem, em conjunto, por 30,1% do total do quadro de pessoal.

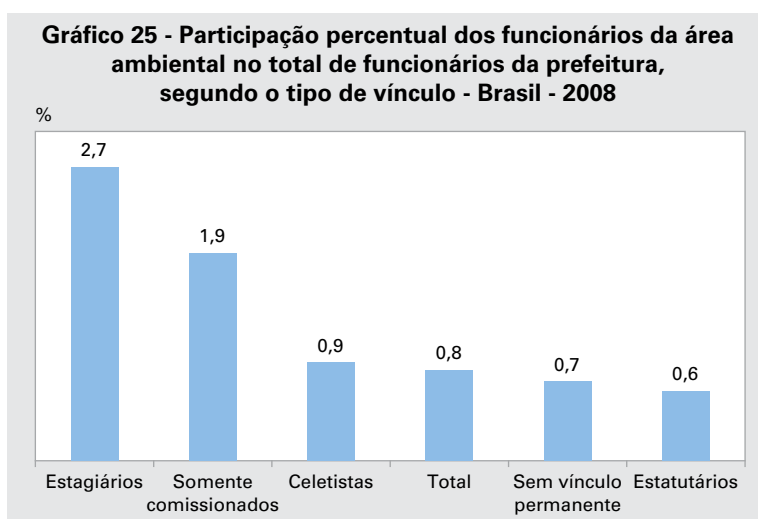
No recorte por classes de tamanho da população do município, nota-se que a presença relativa de estagiários é crescente à medida que se avança das faixas populacionais menores para as maiores. Esse movimento também é nítido nos estatutários a partir da faixa com mais de 5 000 a 10 000 habitantes e nos celetistas até a faixa com mais de 5 000 a 100 000 habitantes. Para os somente comissionados, a tendência é de queda de participação a partir da faixa com mais de 5 000 a 10 000 habitantes.

Tabela 18 - Distribuição percentual dos funcionários da prefeitura da área ambiental, por tipo de vínculo, segundo as classes de tamanho de população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Distribuição percentual dos funcionários da prefeitura da área ambiental (%)					
	Total	Tipo de vínculo				
		Estatutários	Celetistas	Estagiários	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
Brasil	100,0	48,9	11,6	6,0	20,3	13,2
Até 5 000	100,0	46,3	5,5	1,8	33,7	12,7
De 5 001 a 10 000	100,0	43,5	6,8	1,8	36,9	10,9
De 10 001 a 20 000	100,0	46,0	8,9	2,8	25,6	16,7
De 20 001 a 50 000	100,0	46,1	11,6	3,2	23,9	15,2
De 50 001 a 100 000	100,0	47,4	17,5	5,2	18,8	11,1
De 100 001 a 500 000	100,0	51,0	11,2	7,8	17,2	12,8
Mais de 500 000	100,0	53,5	13,1	11,0	10,1	12,3
Grandes Regiões						
Norte	100,0	43,7	8,7	6,1	17,5	24,0
Nordeste	100,0	43,2	3,4	2,0	31,8	19,6
Sudeste	100,0	46,5	18,2	7,5	16,6	11,3
Sul	100,0	63,0	6,2	7,7	17,6	5,4
Centro-Oeste	100,0	43,5	16,0	3,4	23,1	14,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

O número de funcionários contribui para dar corpo à estrutura ambiental da prefeitura, dado que para uma ação mais efetiva na área é fundamental que essa tenha disponibilidade efetiva de recursos humanos, com a quantidade e qualificação pertinentes às suas atribuições. No caso da MUNIC, só é mensurada a quantidade de funcionários na área. No conjunto das prefeituras brasileiras, a pesquisa apurou a existência de 41 287 funcionários na área de meio ambiente, o que representa apenas 0,8% do total dos funcionários do conjunto dos executivos municipais (5 015 729). Por tipo de vínculo, a participação é maior entre os estagiários (2,7%) e comissionados (1,9%) e menor entre os estatutários (0,6%). Os percentuais de celetistas (0,9%) e sem vínculo permanente (0,7%) se situam em torno da média nacional (Gráfico 25). A baixa proporção de estatutários, que são os funcionários de maior estabilidade, e alta de estagiários, que tendem a ter baixa estabilidade no emprego, mostra como a área de meio ambiente, talvez por ser relativamente nova, ainda não está muito implantada na estrutura organizacional das prefeituras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

O percentual de somente comissionados na área de meio ambiente, em relação ao total dessa categoria na prefeitura, varia entre 2,9%, na Região Sul, e 1,4%, no Centro-Oeste (Tabela 19). A proporção de estagiários é muito elevada na Região Norte (20,4%), que se situa bem acima da média brasileira (2,7%). Nas demais regiões, os resultados se situam entre 1,3%, no Nordeste, e 3,8%, no Centro-Oeste. A proporção de estatutários no Sul (1,2%) é elevada, o dobro da média nacional (0,6%). No outro extremo, tem-se o Nordeste (0,3%), com taxa que representa metade da média nacional. Os funcionários celetistas da área de meio ambiente têm, proporcionalmente, uma grande presença no Centro-Oeste (3,1%), cujo percentual é dez vezes maior que o do Nordeste (0,3%), que fica com a menor participação. O Nordeste é também a região que apresenta menor percentagem de funcionários sem vínculo empregatício (0,4%), marca bem abaixo da Região Sul (1,3%) que fica com o maior percentual. Os somente comissionados têm maior presença (2,9%) na Região Sul.

No recorte por faixa de população, nota-se que a partir dos municípios com mais de 50 000 habitantes, à medida que se avança, tende a aumentar a proporção dos que trabalham em meio ambiente na condição de estatutários e estagiários, em relação ao total de funcionários da prefeitura. Para as demais categorias, não existe uma tendência nítida de evolução. Na faixa populacional mais elevada – municípios com mais de 500 000 habitantes – onde é maior a percentagem de funcionários da área de meio ambiente, mesmo assim o percentual é de apenas 1,1%. Nessa faixa, também se encontram as maiores proporções de celetistas (2,4%), estagiários (3,9%) e funcionários sem vínculo permanente (1,5%). Os comissionados têm presença maior (2,5%) entre os municípios menores, com até 5 000 habitantes, enquanto os estatutários (0,9%) entre os municípios com mais de 100 000 a 500 000 habitantes.

Tabela 19 - Participação percentual dos funcionários da área do meio ambiente no total de funcionários, por tipo de vínculo, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

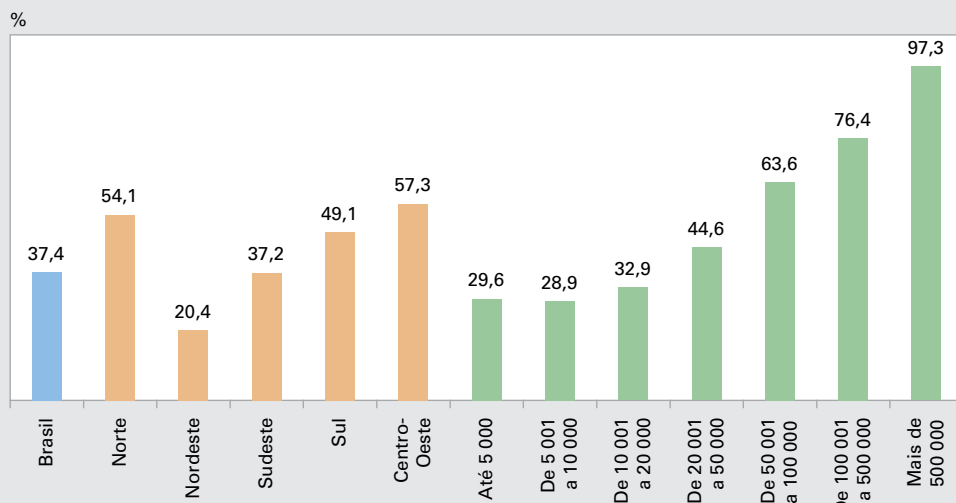
Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Participação percentual dos funcionários da área do meio ambiente no total de funcionários (%)					
	Total	Tipo de vínculo				
		Estatutários	Celetistas	Estagiários	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
Brasil	0,8	0,6	0,9	1,9	2,7	0,7
Até 5 000	0,9	0,7	0,5	2,5	2,2	0,9
De 5 001 a 10 000	0,7	0,5	0,4	2,4	1,6	0,5
De 10 001 a 20 000	0,6	0,5	0,6	1,7	2,1	0,6
De 20 001 a 50 000	0,7	0,5	0,7	1,8	1,6	0,6
De 50 001 a 100 000	0,8	0,6	1,2	1,7	2,1	0,5
De 100 001 a 500 000	1,0	0,9	0,8	1,9	2,7	0,8
Mais de 500 000	1,1	0,8	2,4	1,8	3,9	1,5
Grandes Regiões						
Norte	1,0	0,7	1,6	2,1	20,4	1,0
Nordeste	0,5	0,3	0,3	1,5	1,3	0,4
Sudeste	0,9	0,7	1,0	2,0	2,9	1,0
Sul	1,3	1,2	0,8	2,9	2,0	1,3
Centro-Oeste	0,7	0,4	3,1	1,4	3,8	0,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Recursos específicos o para meio ambiente

Recursos específicos para a área de meio ambiente são fundamentais para viabilizar qualquer ação da prefeitura na área ambiental, no entanto, menos da metade das prefeituras (2 079 municípios, ou 37,4%) dispõe de tais recursos. Esse percentual é próximo ou superior a 50% nas Regiões Centro-Oeste (57,3%), Norte (54,1%) e Sul (49,1%) (Gráfico 26). Abaixo da média nacional, situam-se as Regiões Sudeste (37,2%) e Nordeste (20,4%). No recorte por classes de tamanho da população, há uma tendência de aumento da presença de recursos específicos para a área de meio ambiente à medida que se avança das classes populacionais menores para as maiores. Assim, entre os municípios com até 5 000 habitantes, 29,6% têm recursos específicos para a área ambiental. Esse percentual se eleva para 97,3% entre os municípios com mais de 500 000 habitantes.

Gráfico 26 - Percentual de prefeituras com recursos específicos para o meio ambiente, segundo as Grandes regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Quanto à origem dos recursos¹³, há uma forte predominância de órgão público como fonte, em todas as regiões e classes de tamanho de municípios, com taxas sempre superiores a 85,0%. Do total de municípios com recursos próprios para a área ambiental, 92,1% tem órgão público como origem. As demais fontes têm participação bem inferior a essa marca: iniciativa privada (5,9%); empresa pública (5,1%); organizações não-governamentais (2,8%); instituição ou órgão internacional (2,3%); e entidade de ensino e pesquisa (1,3%) (Tabela 20).

No recorte por Grandes Regiões, a Sudeste se destaca por ter, na sua composição por origem de recursos, a maior participação em cinco das sete fontes de recursos pesquisadas: iniciativa privada (10,0%); empresa pública (7,4%); organizações não-governamentais (4,5%); instituição ou órgão internacional (4,0%); e entidades de ensino e pesquisa (1,9%). Em seguida, fica a Região Nordeste, que se destaca em entidades de ensino e pesquisa (1,9%), onde obtém o mesmo percentual da Sudeste. A Região Norte se destaca pela maior participação de órgão público (95,9%) como fonte.

No recorte por classe de tamanho da população, destacam-se as faixas de maior população. A classe de municípios com mais de 500 000 habitantes é a que tem a maior participação de órgão público (97,2%); instituição ou órgão internacional (16,7%); e organizações não-governamentais (5,6%). A faixa com mais de 100 000 a 500 000 habitantes destaca-se em recursos da iniciativa privada (16,0%) e empresa pública (11,4%). As entidades de ensino e pesquisa têm, proporcionalmente, maior presença (2,2%) entre os municípios com mais de 20 000 a 50 000 habitantes.

¹³ A variável origem dos recursos admite respostas múltiplas, pois uma prefeitura pode utilizar diferentes fontes de recursos para a área ambiental.

Tabela 20 - Distribuição percentual dos municípios que possuem recursos específicos para a área ambiental, por origem dos recursos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Distribuição percentual dos municípios que possuem recursos específicos para a área ambiental (%) (1)						
	Instituição ou órgão internacional	Empresa pública	Entidades de ensino e pesquisa	ONGs	Iniciativa privada	Outros	Órgão público
Brasil	2,3	5,1	1,3	2,8	5,9	6,4	92,1
Até 5 000	1,1	2,7	0,5	1,6	3,7	5,6	92,8
De 5 001 a 10 000	2,1	4,0	0,3	2,9	3,2	4,3	92,2
De 10 001 a 20 000	1,3	5,1	1,5	2,6	4,6	5,1	93,2
De 20 001 a 50 000	2,4	4,8	2,2	2,4	7,4	7,8	91,1
De 50 001 a 100 000	2,0	6,4	2,0	3,4	5,4	8,4	94,1
De 100 001 a 500 000	4,6	11,4	1,7	5,1	16,0	11,4	86,3
Mais de 500 000	16,7	8,3	0,0	5,6	8,3	2,8	97,2
Grandes Regiões							
Norte	0,8	2,1	0,0	0,4	2,1	4,5	95,9
Nordeste	1,4	3,8	1,9	2,2	3,6	7,1	94,5
Sudeste	4,0	7,4	1,9	4,5	10,0	6,9	87,4
Sul	1,5	6,0	0,7	2,2	4,6	6,7	93,7
Centro-Oeste	1,1	2,2	1,5	3,0	6,0	5,6	92,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) A variável permite respostas múltiplas.

Composição dos recursos para a área ambiental provenientes de órgãos públicos

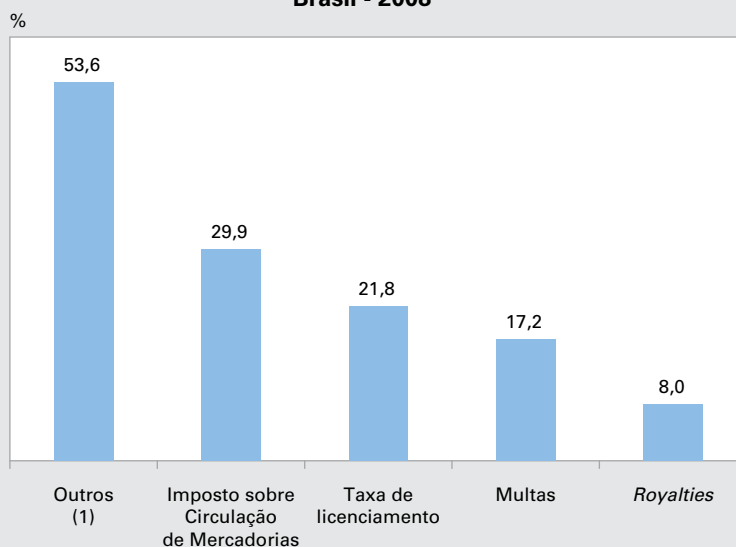
Órgão público é fonte de recursos para mais de 90,0% dos municípios que possuem recursos específicos para o meio ambiente. Essa fonte será aqui detalhada nos principais itens que a compõem. Na maior parte das prefeituras que têm recursos específicos para a área de meio ambiente provenientes de órgão público, esses estão classificados na categoria de outros recursos (53,8%), que são, basicamente, recursos oriundos de dotação orçamentária do próprio município (Gráfico 27). Em seguida, vem o ICMS Ecológico¹⁴, presente em quase 1/3 (29,9%) dos municípios brasileiros. Segue-se, em ordem de incidência, a taxa de licenciamento ambiental (21,8%), multas¹⁵ (17,2%) e *royalties*¹⁶ (8,0%).

¹⁴ O ICMS é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação. O ICMS Ecológico, também conhecido como ICMS Verde, é um instrumento, criado pelo Art. 158 da Constituição Federal de 1988, que permite aos governos estaduais estabelecerem critérios ambientais para aplicação de até 25% dos repasses devidos aos municípios. Pretende, com isso, compensar financeiramente os municípios que se enquadram dentro dos parâmetros de preservação ambiental definidos pelo estado (em especial a criação/manutenção de Unidades de Conservação da Natureza) no qual estão inseridos.

¹⁵ A multa ambiental é a pena pecuniária estabelecida em razão de dano ambiental causado por empreendedor; pode também ser aplicada pelo não-cumprimento, em tempo hábil, de compromissos assumidos em relação ao meio ambiente.

¹⁶ Os *royalties*, ou compensação financeira por apropriação de recursos naturais locais, referem-se ao valor recebido pelo uso de recursos naturais do município, sendo proporcional à quantidade utilizada ou extraída. Incluem, portanto, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM. Também podem ser recebidos pelos municípios que permitem o uso de seu território para transporte desses recursos.

**Gráfico 27 - Percentual de municípios com recursos específicos para meio ambiente proveniente de órgão público, segundo a origem dos recursos
Brasil - 2008**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: A variável permite respostas múltiplas.

(1) Inclui recursos oriundos de dotação orçamentária própria do município.

No recorte por Grandes Regiões, a maior incidência por tipo de recurso está localizada na Região Nordeste, com 78,0% de outros recursos (basicamente dotação orçamentária da prefeitura); Região Norte, com 51,1% de ICMS Ecológico; Região Sul, com 33,2% da taxa de licenciamento e 26,2% das multas; e Região Sudeste, com 11,1% dos *royalties*. A Região Norte tem a menor incidência de municípios com *royalties* (2,6%), multas (4,7%), taxa de licenciamento (12,9%) e outros recursos (38,2%) como fonte de recursos para a área ambiental (Tabela 21).

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, apenas nos itens taxa de licenciamento e multas é visível uma tendência. Nesses casos, com exceção das faixas iniciais, à medida que se avança de classes menores para maiores, tende a aumentar a incidência dessas fontes de recursos. Nos municípios com até 5 000 habitantes, a maior presença é de outros recursos (42,8%), seguida de ICMS Ecológico (36,2%) e taxa de licenciamento (18,1%). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, os itens mais presentes são: multas (71,4%), outras fontes (65,7%), e taxa de licenciamento (60,0%). Nota-se que em todas as faixas populacionais é alta (acima de 40,0%) a presença de outras fontes de recursos e baixa (abaixo de 10%) a incidência de *royalties*.

Tabela 21 - Percentual de municípios com recursos específicos para o meio ambiente proveniente de órgão público, por origem dos recursos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios com recursos específicos para o meio ambiente proveniente de órgão público, por origem dos recursos (%) (1)				
	Taxa de licenciamento	Multas	ICMS ecológico	Royalties	Outros (2)
Brasil	21,8	17,2	29,9	8,0	53,8
Até 5 000	18,1	10,1	36,2	6,3	42,8
De 5 001 a 10 000	15,7	8,1	39,5	7,8	45,3
De 10 001 a 20 000	15,6	10,8	32,8	8,5	59,4
De 20 001 a 50 000	24,0	20,0	21,1	9,3	58,0
De 50 001 a 100 000	29,8	25,7	23,0	9,9	57,1
De 100 001 a 500 000	37,1	41,1	19,2	5,3	62,9
Mais de 500 000	60,0	71,4	25,7	8,6	65,7
Grandes Regiões					
Norte	12,9	4,7	51,1	2,6	38,2
Nordeste	21,7	15,9	4,6	8,7	78,3
Sudeste	13,7	13,7	40,8	11,1	49,1
Sul	33,2	26,2	26,6	8,1	47,1
Centro-Oeste	23,5	18,6	28,7	5,7	59,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) A variável permite respostas múltiplas. (2) Inclusive recursos oriundos de dotação orçamentária do próprio município.

Fundo Municipal de Meio Ambiente

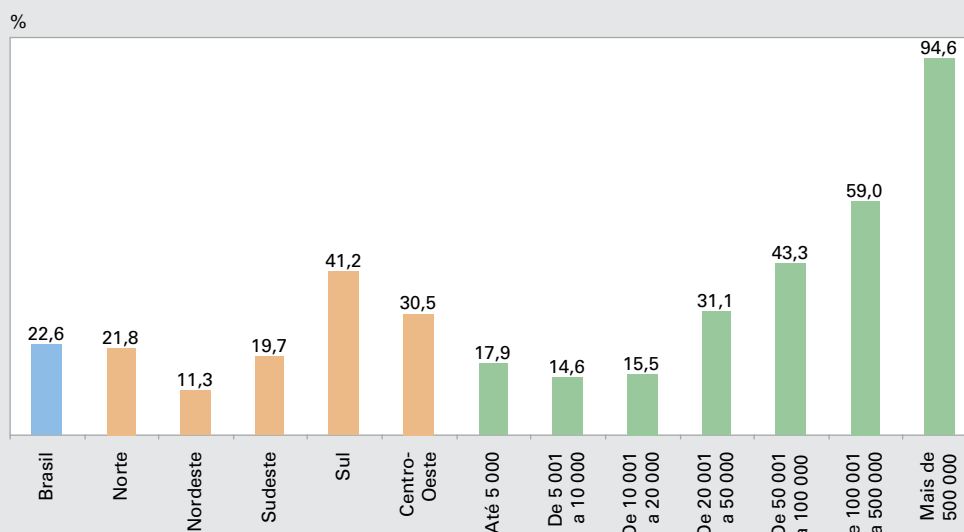
O governo municipal pode criar um fundo específico para a área de meio ambiente. Sua criação deve ser autorizada por lei municipal e suas receitas vinculadas ao aperfeiçoamento de mecanismos de gestão ambiental. A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) estabelece que as multas aplicadas pelas prefeituras por infração ambiental devem ser revertidas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente ou correlato, se existir. Caso contrário, esses recursos serão transferidos para os estados ou para a União.

Do total de municípios brasileiros, apenas 22,6% (1 260) têm Fundo de Meio Ambiente e, desses, só 36,6% financiaram ações e projetos na área de meio ambiente nos últimos 12 meses, podendo, portanto, ser considerados fundos ativos. Os municípios de menor classe populacional, com até 20 000 habitantes, se situam abaixo da média Brasil tanto na incidência de fundos quanto na percentagem desses que são ativos. A partir dessa faixa populacional, via de regra, à medida que se avança para municípios maiores em população, também aumenta a presença de fundos de meio ambiente e a percentagem desses que são ativos. Dentre os municípios com mais de 500 000 habitantes, 94,6% possuem fundos e, desses, 57,1% são ativos (Gráficos 28 e 29).

No recorte por Grandes Regiões, no que diz respeito à presença de fundos de meio ambiente, destacam-se as Regiões Sul (41,2%) e Centro-Oeste (30,5%). Situam-se abaixo da média as Regiões Nordeste (11,3%), Sudeste (19,7%), e Norte (21,8%). O ordenamento das regiões muda ao se considerar o percentual de fundos de meio ambiente ativos em relação ao total de fundos existentes. Nesse caso, o maior percen-

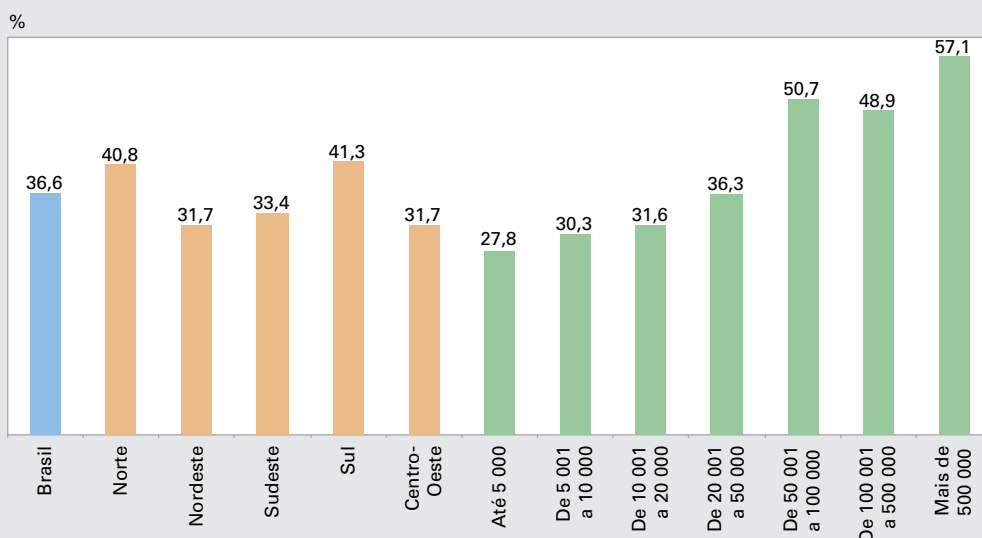
tual é ainda o da Região Sul (41,3%), mas seguido de perto pela Região Norte (40,8%), ficando abaixo da média nacional o Sudeste (33,4%), o Nordeste e o Centro-Oeste, ambos com 31,7% (Gráficos 28 e 29).

Gráfico 28 - Percentual de municípios com Fundo de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Gráfico 29 - Percentual de municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente e que financiaram ações na área nos últimos 12 meses, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

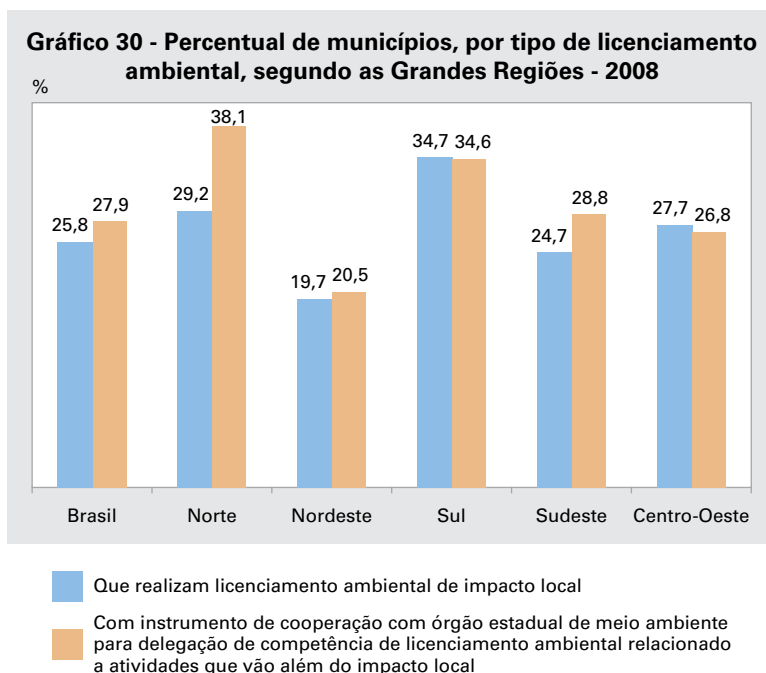


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Licenciamento ambiental

Na MUNIC, há duas informações sobre licenciamento: se o município realiza licenciamento ambiental de caráter local e se possui instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto ambiental local. Nota-se que são informações de natureza diferente: a primeira se refere a uma prática – se realiza licenciamento – enquanto a segunda se possui determinado instrumento de política pública – alguma forma de convênio com o órgão estadual na área de licenciamento. Nesse último caso, não se tem a informação se o instrumento está ou não sendo utilizado, sabe-se apenas se o mesmo existe ou não. No caso do dado sobre licenciamento local, sabe-se apenas se a prefeitura tem essa prática, mas não se tem conhecimento da eficiência ou eficácia desse instrumento de política ambiental. Feitas essas ressalvas as estatísticas são analisadas a seguir.

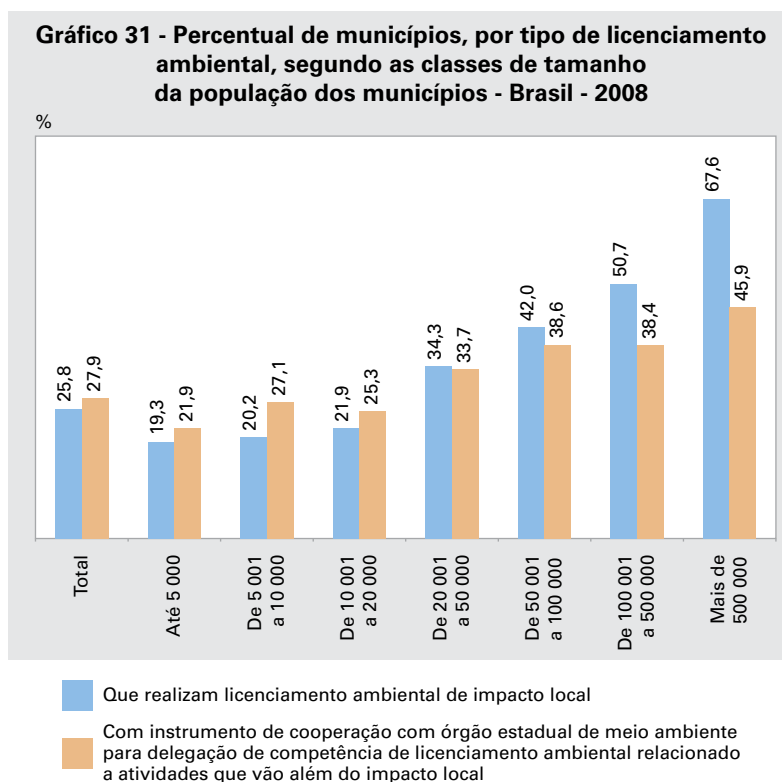
Dos municípios brasileiros, 25,8% (1 438) realizam licenciamento ambiental de impacto local e 27,9% (1 554) possuem instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto ambiental local. O licenciamento local é mais presente entre os municípios da Região Sul (34,7%), Norte (29,2%) e Centro-Oeste (27,7%), ficando o Sudeste (24,7%) e o Nordeste (19,7%) abaixo da média nacional. Quanto à existência do instrumento de cooperação citado, a Região Norte (38,1%) fica em primeiro lugar no ranking, estando, portanto, acima da Região Sul (34,6%), que está agora na segunda posição. Seguem-se as Regiões Sudeste (28,8%), Centro-Oeste (26,8%) e Nordeste (20,5%). Nota-se nas Regiões Norte, Sudeste e Nordeste que a presença de instrumento de cooperação com o governo estadual supera a prática de licenciamento local (Gráfico 30).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

No recorte por classe de população do município, no que diz respeito à prática de licenciamento ambiental, constata-se que à medida que se avança de faixas populacionais menores para maiores aumenta a proporção de municípios com licenciamento local. Esse percentual, portanto, varia de 19,3%, nos municípios com até 5 000 habitantes, a 67,6%, naqueles com mais de 500 000 habitantes. Essa tendência também existe, mas de forma menos nítida, no que se refere à presença de instrumento de cooperação. Esse percentual varia de 21,9%, nos municípios com até 5 000 habitantes, a 45,9%, naqueles com mais de 500 000 habitantes. Nos municípios com até 20 000 habitantes, talvez por serem menos estruturados, há maior presença de instrumento de cooperação do que de licenciamento local (Gráfico 31).

Dos municípios que realizam licenciamento ambiental de impacto local, metade (50,8%) também possui instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento. Dos que possuem esse último instrumento, 47,0% também fazem licenciamento ambiental de impacto local. Desse modo, existe associação com respeito à adoção dos dois tipos de instrumento de licenciamento, pois verifica-se que o município que tem um deles tem quase 50% de chances de possuir, também, o segundo.



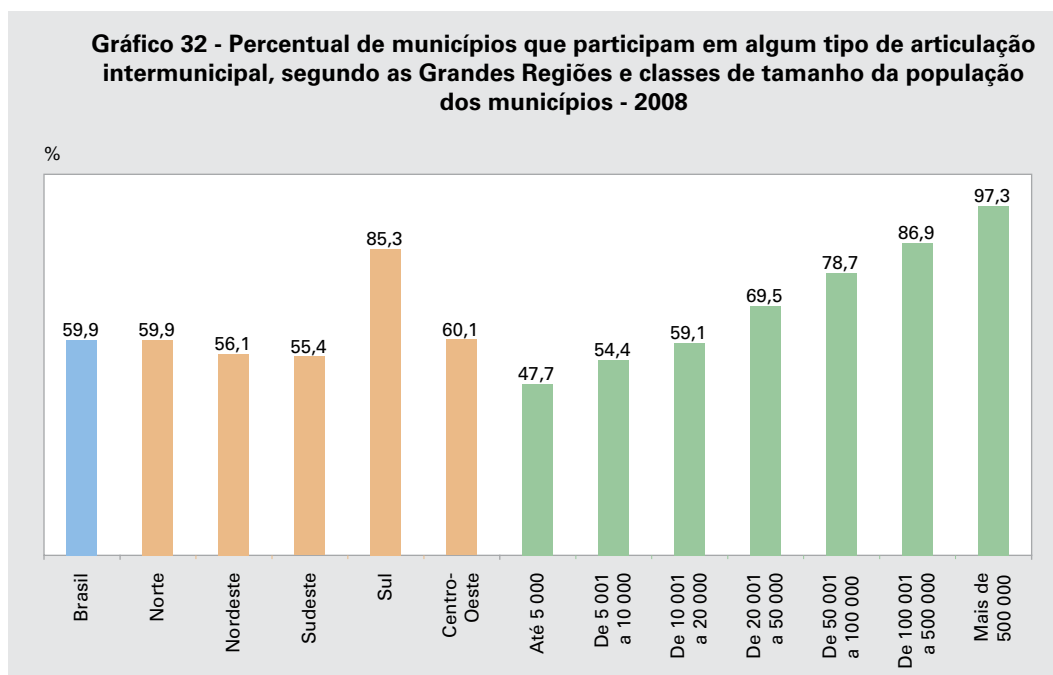
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Comitê de Bacia Hidrográfica, Consórcio intermunicipal ou outro tipo de associação ou parceria

Os problemas ambientais são muitas vezes complexos e para atuar sobre eles, de forma eficaz, freqüentemente deve-se extrapolar os limites territoriais de municípios, estados ou até países. Por exemplo, um problema de qualidade ou oferta de água numa bacia hidrográfica não pode ser solucionado pela ação de um município isolado. Esse problema só pode ser adequadamente enfrentado unindo-se esforços dos municípios que pertencem a essa bacia. Logo, algum tipo de cooperação entre municípios é fundamental para que vários problemas ambientais sejam enfrentados da forma adequada.

No conjunto dos municípios brasileiros, 59,9% (3 332) participam de articulações intermunicipais. Essa participação é maior nas Regiões Sul (85,3%) e Centro-Oeste (60,1%), é crescente à medida que se avança de classes populacionais menores para maiores, aumentando de 47,7%, entre os municípios com até 5 000 habitantes, a 97,3%, nos municípios com mais de 500 000 habitantes (Gráfico 32).

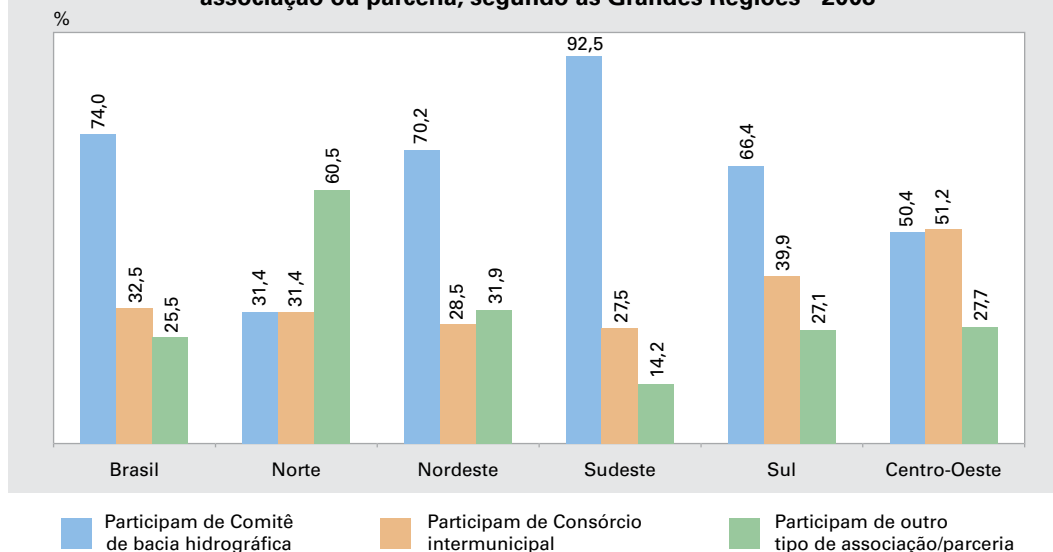
Gráfico 32 - Percentual de municípios que participam em algum tipo de articulação intermunicipal, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

O tipo de associação mais freqüente entre municípios é a participação em Comitê de Bacia Hidrográfica (74,0%), seguido de participação em Consórcio Intermunicipal (32,5%) e outro tipo de associação ou parceria (25,5%). Por tipo de associação, as regiões que se destacam são: Região Sudeste, onde 92,5% dos municípios participam de Comitê de Bacia Hidrográfica; Norte, onde 60,5% integram outro tipo de associação/parceria; e Centro-Oeste, com 51,2% participando de Consórcio Intermunicipal (Gráfico 33).

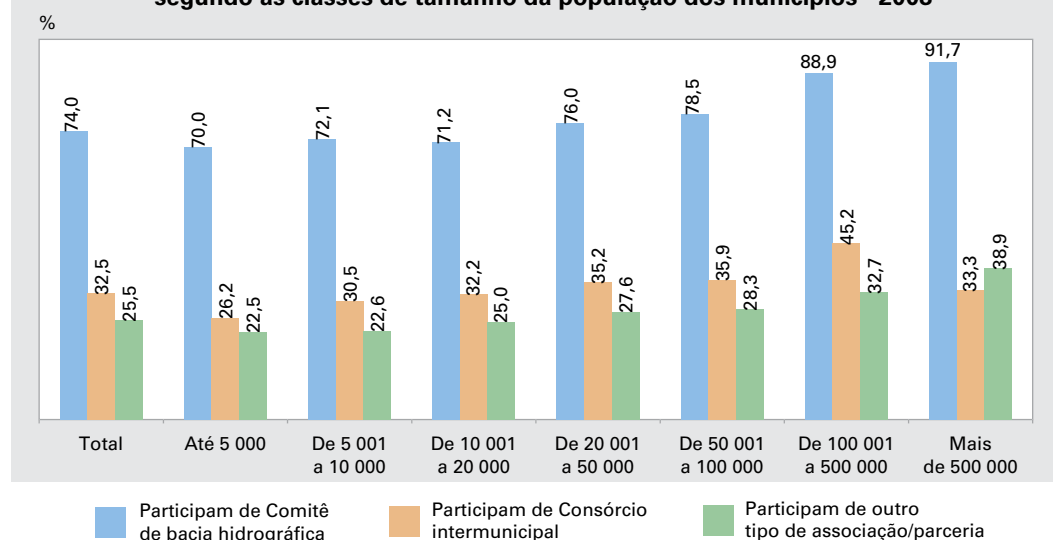
Gráfico 33 - Percentual de municípios que participam de Comitê de Bacia Hidrográfica, Consórcio intermunicipal, ou outro tipo de associação ou parceria, segundo as Grandes Regiões - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

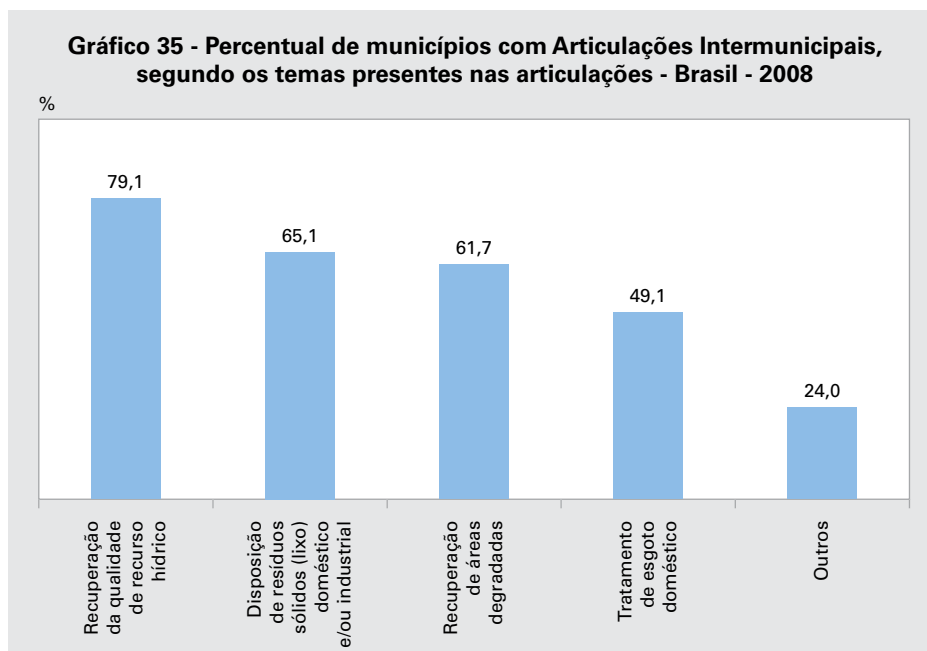
No recorte por classe de população do município, verifica-se que à medida que se avança de classes de menor população para classes com maior população a tendência é aumentar a presença de participação em Comitê de Bacia Hidrográfica e em outro tipo de associação/parceria. Com algumas exceções, o mesmo tende a ocorrer com a participação em Consórcio Intermunicipal. Nos municípios com até 5 000 habitantes, a incidência de participação em Comitê de Bacia Hidrográfica é de 70,0%; em Consórcio Intermunicipal, 26,2%; e em outro tipo de associação/parceria, 22,5%. Para os municípios com mais de 500 000 habitantes, essas taxas são, respectivamente, de 91,7%, 33,9% e 38,9%. Essa última faixa populacional citada é a única em que a proporção de municípios participantes de Consórcio Intermunicipal é inferior à de outro tipo de associação/parceria (Gráfico 34).

Gráfico 34 - Percentual de municípios que participam de Comitês de Bacia Hidrográfica, Consórcio intermunicipal ou outro tipo de associação ou parceria, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

O tema mais presente nas articulações intermunicipais¹⁷ é a recuperação da qualidade de recurso hídrico (79,1%), o que se coaduna com alta incidência de municípios que participam de Comitê de Bacia Hidrográfica (74,0%). É também grande (acima de 50,0%) a incidência dos temas disposição de resíduos sólidos (lixo) doméstico e/ou industrial (65,1%) e recuperação de áreas degradadas (61,7%). Com índices menores, estão os temas tratamento de esgoto doméstico (49,1%) e outros temas (24,0%) (Gráfico 35).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: A variável permite respostas múltiplas.

No recorte por Grandes Regiões, os destaques são: Região Sudeste, com a maior incidência de recuperação da qualidade de recurso hídrico (86,7%) e tratamento de esgoto (60,0%); Região Centro-Oeste, em recuperação de áreas degradadas (72,3%); Região Nordeste, em disposição de resíduos sólidos (lixo) doméstico e/ou industrial (67,3%); e Região Norte, em outros temas (43,9%) (Tabela 22).

No recorte por classes de tamanho da população do município, nota-se que a presença dos temas tratamento de esgoto doméstico e outros temas é maior à medida que se avança de faixas populacionais menores para maiores. O mesmo ocorre, com menor intensidade, com o tema recuperação da qualidade de recurso hídrico. Nos demais temas, não existe uma tendência clara de evolução. Nos municípios com até 5 000 habitantes, os temas mais presentes entre os municípios com articulações intermunicipais são recuperação da qualidade de recurso hídrico (72,5%) e disposição de resíduos sólidos (lixo) doméstico e/ou industrial (61,6%). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, a incidência maior é dos temas recuperação da qualidade de recurso hídrico (91,7%) e recuperação de áreas degradadas (69,4%) (Tabela 22).

¹⁷ Essa variável permite respostas múltiplas.

Tabela 22 - Percentual de municípios com articulações intermunicipais, por temas abordados nas articulações, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

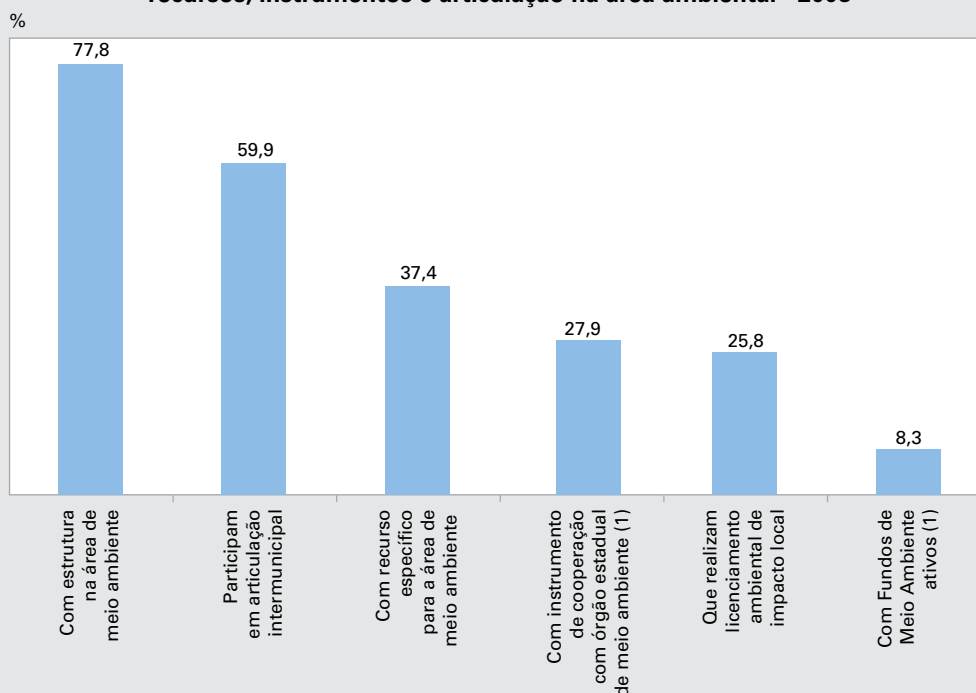
Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios com articulações intermunicipais, por temas abordados nas articulações (%) (1)				
	Disposição de resíduos sólidos (lixo) doméstico e/ou industrial	Recuperação da qualidade de recurso hídrico	Tratamento de esgoto doméstico	Recuperação de áreas degradadas	Outros
Brasil	65,1	79,1	49,1	61,7	24,0
Até 5 000	61,6	72,5	39,6	58,1	20,2
De 5 001 a 10 000	66,8	76,9	47,7	60,1	20,5
De 10 001 a 20 000	63,4	77,7	48,5	59,7	21,7
De 20 001 a 50 000	66,3	83,4	53,8	66,7	26,4
De 50 001 a 100 000	68,5	82,1	55,8	63,7	33,1
De 100 001 a 500 000	69,3	91,0	57,3	64,8	34,7
Mais de 500 000	61,1	91,7	63,9	69,4	41,7
Grandes Regiões					
Norte	66,8	60,1	29,1	62,3	43,9
Nordeste	67,3	75,2	53,2	62,3	26,3
Sudeste	66,1	86,7	60,0	64,0	17,6
Sul	62,9	77,8	36,4	53,0	25,1
Centro-Oeste	58,2	72,7	33,2	72,3	29,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) A variável permite respostas múltiplas.

Verifica-se, assim, que a maioria dos municípios brasileiros dispõe de um item básico para uma política ambiental local, que é a existência de alguma estrutura na área de meio ambiente (77,8%) (Gráfico 36) e também de articulação intermunicipal, que é imprescindível para a gestão de vários problemas ambientais, como o de recursos hídricos. Faltam, porém, recursos específicos para a área, presentes em menos da metade dos municípios (37,4%), e também fundos de meio ambiente ativos (8,3%), o que limita muito a ação da prefeitura. Instrumentos de cooperação com órgão estadual de meio ambiente e licenciamento ambiental de impacto local estão presentes em cerca de 27% dos municípios brasileiros. A adoção desses instrumentos tende a ser mais elevada nos municípios de maior população, que representam, percentualmente, um número pequeno no universo dos municípios brasileiros, pois apenas 10,5% destes têm mais de 50 000 habitantes.

Gráfico 36 - Percentual de municípios com estrutura, recursos, instrumentos e articulação na área ambiental - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Fundos que financiaram ações e projetos na área de meio ambiente nos últimos 12 meses.

(1) Para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local.

Problemas ambientais

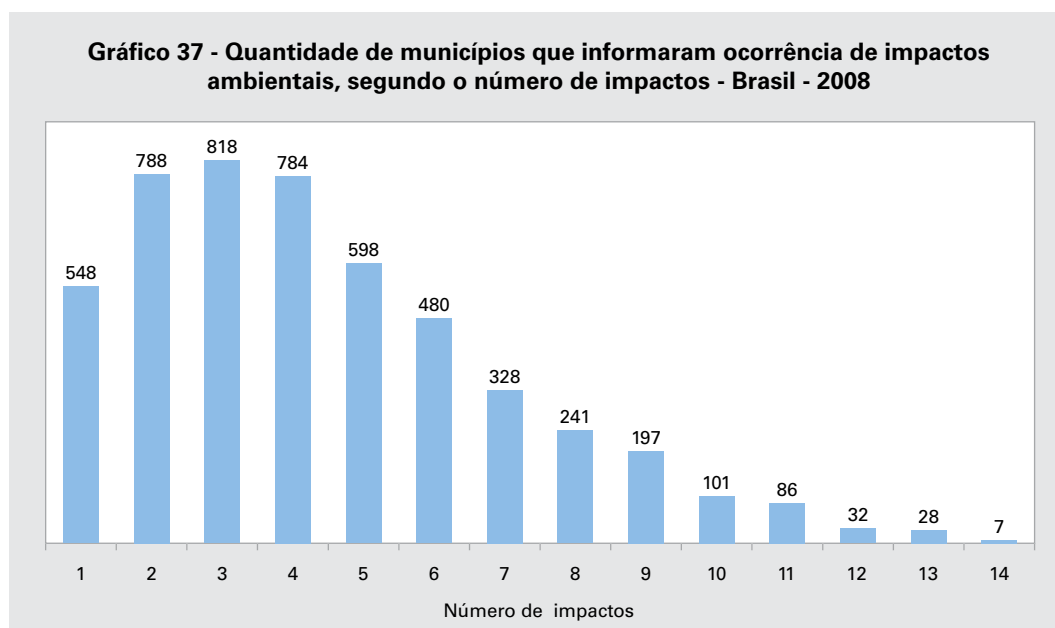
Além dos vários aspectos relativos à gestão ambiental municipal, a MUNIC 2008 investigou, sob a ótica do gestor ambiental local, a ocorrência de impactos, do ponto de vista ambiental, ocorridos freqüentemente no território do município nos últimos 24 meses que antecederam a coleta da informação. Os impactos ambientais pesquisados dizem respeito a diversos temas: poluição do ar; poluição e escassez do recurso água; assoreamento de corpo de água; contaminação do solo; degradação de áreas legalmente protegidas; desmatamento; alteração que tenha prejudicado a paisagem; e ocorrência de queimadas. Também foi investigada a ocorrência de alteração ambiental com conseqüências sobre as condições de vida humana e/ou com efeitos prejudiciais sobre certas atividades econômicas, especificamente sobre a pesca, a agricultura e a pecuária. Além destas, havia a opção de resposta "outras ocorrências impactantes".

De acordo com os resultados, 5 040 (90,6%) municípios brasileiros informaram a ocorrência freqüente e impactante de alguma alteração ambiental (inclusive a opção outras). É importante ressaltar que a pesquisa permitiu a identificação de uma ou mais ocorrências de problemas ambientais.

O Gráfico 37 quantifica o número de municípios com ocorrência freqüente de impacto ambiental no País, segundo o número de impactos informados. Observa-se que 818 municípios (16,2% dos que informaram a ocorrência de impacto ambiental) informaram a ocorrência freqüente e impactante de três problemas ambientais. Esse é o número de maior freqüência no gráfico, no entanto, a média aritmética dos im-

pactos ambientais entre os municípios que informaram alguma ocorrência é de 4,4 problemas por município.

Apenas sete municípios do País informaram a ocorrência em simultâneo de todos os impactos ambientais. Desses, três municípios se localizam na Região Norte (dois no Pará e um em Tocantins) e o restante, um em cada uma das demais regiões do País: Nordeste (Ceará), Sudeste (São Paulo), Sul (Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Goiás).



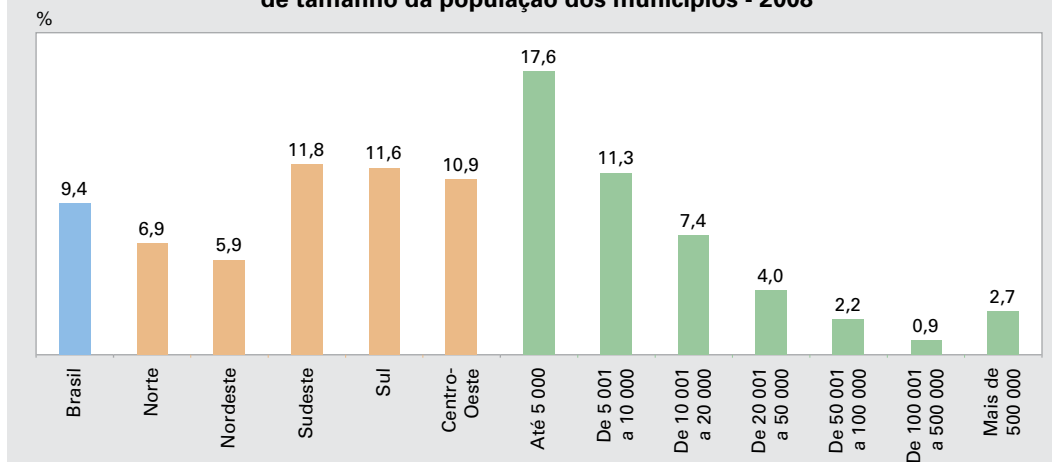
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Por outro lado, 522 (9,4%) municípios do País informaram não ter ocorrido, de forma freqüente e impactante, qualquer problema ambiental no período estabelecido pela pesquisa. Esta informação pode ser mais bem estudada a partir da desagregação dos resultados, segundo os recortes por porte populacional do município, Grandes Regiões Geográficas e Unidades da Federação.

Os municípios sem ocorrência de impacto ambiental freqüente têm maior presença relativa entre aqueles de menor população, mais significativamente entre os situados na faixa de população até 5 000 habitantes (17,6% dos municípios nesta faixa) (Gráfico 38). Observa-se que, com exceção da última classe de tamanho da população municipal, há uma diminuição gradativa do percentual de municípios que informaram a não-ocorrência freqüente e impactante de alteração ambiental à medida que as faixas de população aumentam.

As informações analisadas segundo a agregação de municípios por Grandes Regiões mostram que as Regiões Sudeste (11,8% dos municípios da região) e Sul (11,6%) são as que apresentam os maiores percentuais de municípios que informaram a não-ocorrência de impactos ambientais freqüentes no ambiente municipal.

Gráfico 38 - Percentual de municípios que informaram a não ocorrência freqüente de impacto ambiental, segundo as Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Considerando-se os resultados segundo as Unidades da Federação, observa-se que Minas Gerais (99 municípios), São Paulo (97), Paraná (59) e Rio Grande do Sul (49) são os estados com as maiores quantidades de municípios que informaram a não-ocorrência de problemas ambientais freqüentes e impactantes no período estabelecido pela pesquisa. No País, apenas um município com população acima de 500 000 habitantes está aí incluído.

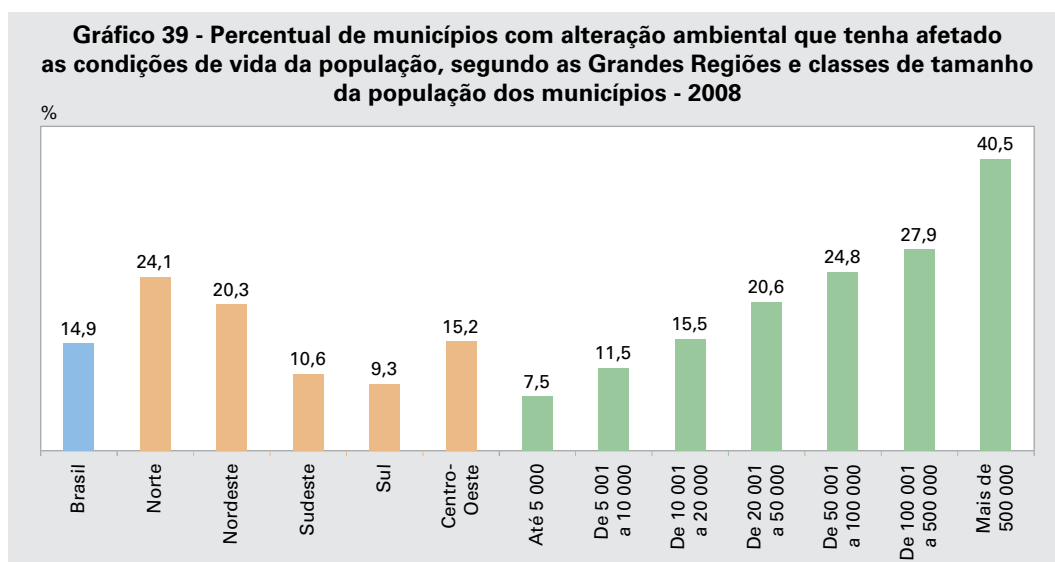
Para fins desta análise, as questões pesquisadas sobre a ocorrência freqüente e impactante observada no meio ambiente municipal serão agrupadas em três grandes temas: primeiramente, serão analisados os impactos ambientais com conseqüências sobre as condições de vida da população; a seguir, as alterações no estado do meio ambiente (impactos causados nos recursos ar, água e solo, alteração que tenha prejudicado a paisagem no município, e degradação de áreas legalmente protegidas); finalmente, atividades econômicas prejudicadas por impactos ambientais: agropecuárias e pesqueiras. Com relação à opção “outras ocorrências impactantes observadas com freqüência no meio ambiente municipal”, observa-se que a mesma foi assinalada por 375 (6,7%) gestores municipais do País. A maior ocorrência relativa dessa resposta se deu na Região Norte (9,3% dos municípios da região), seguida da Centro-Oeste (7,7%). Observa-se, ainda, que com relação às faixas de tamanho da população, esse tipo de resposta aumenta à medida que crescem as faixas. Assim, há maior incidência de resposta “outras” entre os municípios do País com mais de 500 000 habitantes (16,2% dos municípios dessa faixa). No entanto, considerando a forma como a variável foi pesquisada, não é possível conhecer o tipo de problema ambiental existente.

Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população

Dos 5 564 municípios brasileiros investigados, 829 (14,9%) informaram a ocorrência de alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população. O Gráfico 39 permite uma análise mais geral sobre a distribuição das ocorrências de alteração ambiental que tenham afetado as condições de vida da

população, segundo os recortes classes de tamanho da população do município e Grandes Regiões Geográficas.

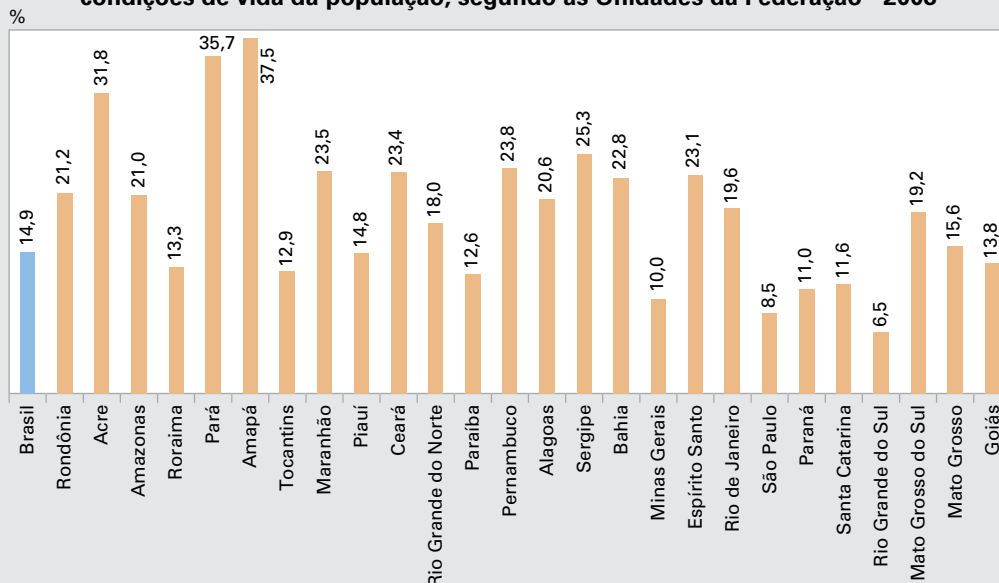
Com relação ao recorte tamanho da população do município, observa-se que a ocorrência desse tipo de impacto aumenta sistematicamente à medida que aumentam as faixas populacionais do município. Assim, a ocorrência de alteração ambiental com implicações sobre as condições de vida das populações é maior na faixa com mais de 500 000 habitantes (40,5% dos municípios dessa faixa populacional). A agregação de municípios segundo Grandes Regiões mostra que as Regiões Norte (24,1% dos municípios da região) e Nordeste (20,3%) são as que apresentam os maiores percentuais de municípios com alteração ambiental, com implicações sobre as condições de vida humana. O conjunto de municípios da Região Sul (9,3%) é o que apresenta o menor percentual.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Com relação à agregação dos municípios segundo as Unidades da Federação, observa-se (Gráfico 40) que os Estados do Amapá (37,5% dos municípios do estado), Pará (35,7%) e Acre (31,8%), todos da Região Norte, são os que detêm os maiores percentuais de municípios cujos gestores ambientais informaram a ocorrência de alteração ambiental com implicações sobre as condições de vida das populações. Na parte inferior do gráfico, pode-se constatar que os Estados de Minas Gerais (10,0%), São Paulo (8,5%) e Rio Grande do Sul (6,5%) são os que apresentam os menores percentuais de municípios com alteração ambiental com implicações sobre as condições de vida humana.

Gráfico 40 - Percentual de municípios com alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população, segundo as Unidades da Federação - 2008



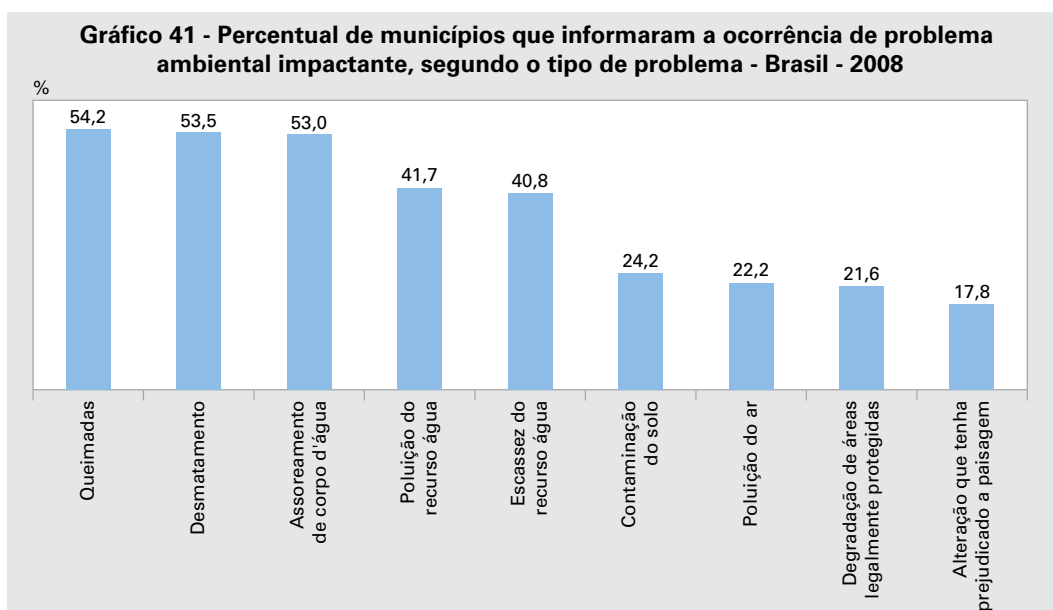
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Impactos observados no meio ambiente municipal

Em geral, a degradação ambiental é definida como qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente. Os impactos ambientais aqui abordados dizem respeito às ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente municipal nos últimos 24 meses que antecederam a coleta da informação. Assim, são analisadas as seguintes questões: poluição do ar; poluição e escassez do recurso água; assoreamento de corpo de água; contaminação do solo; degradação de áreas legalmente protegidas; desmatamento; alteração que tenha prejudicado a paisagem; e ocorrência de queimadas.

Os resultados mostram que queimadas 3 018, (54,2%), desmatamento 2 976, (53,5%) e assoreamento de corpo de água 2 950, (53,0%), foram os mais apontados pelos gestores municipais, configurando-se, portanto, nos problemas de maior incidência no País (Gráfico 41). Observa-se que esses três problemas foram os únicos apontados por mais da metade dos municípios.

Ressalta-se, entretanto, que o fato de um problema ter sido assinalado por um grande número de municípios não significa, necessariamente, que ele era o que vinha apresentando maior gravidade sobre o meio ambiente. A frequência com que o problema aparece, neste caso, indica, principalmente, sua abrangência espacial, ou seja, que uma determinada alteração ambiental estava ocorrendo em número importante de municípios, neles se configurando como um problema, de acordo com a percepção dos gestores ambientais locais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A análise dessas informações, a partir da agregação de municípios segundo as Grandes Regiões e faixas de tamanho da população do município, permite observar que, com relação à ocorrência de queimadas, esse problema foi relativamente mais apontado por municípios das Regiões Norte (74,2% dos municípios da região) e Centro-Oeste (62,4%). Aliás, o percentual de municípios que informaram queimadas na Região Norte se configura no maior percentual obtido pela pesquisa para o conjunto de problemas ambientais, nesse recorte.

A ocorrência de desmatamento também foi apontada por expressivo número de gestores ambientais das Regiões Norte (71,0% dos municípios da região) e Nordeste (64,8%). Com relação à ocorrência de assoreamento¹⁸ de algum corpo de água, ressaltam-se os resultados obtidos para o conjunto de municípios das Regiões Centro-Oeste (63,3% dos municípios da região) e Sudeste (60,2%). Vale ressaltar que são causas de assoreamento de corpo de água o desmatamento, as queimadas e a degradação da mata ciliar.

A poluição do recurso água (nascentes, rios, lagos, lagoas, enseadas, represas, açudes, baías, mares, aquíferos subterrâneos etc.) pode ser causada por resíduos orgânicos e pelo desenvolvimento das atividades extrativas e industriais que, muitas vezes, contêm produtos químicos nocivos, como óleos, metais pesados e ácidos, e também pelas atividades agropecuárias (uso de agrotóxicos e de fertilizantes). A poluição hídrica pode ter origem ainda nos derramamentos causados por acidentes na produção e no transporte de produtos das indústrias química e petrolífera. Sua ocorrência foi mais informada por municípios das regiões mais urbanizadas e economicamente mais desenvolvidas do País: Sudeste (43,6% dos municípios da região) e Sul (43,2%).

¹⁸ O processo de assoreamento é entendido, genericamente, como a obstrução do corpo de água (baía, lagoa, rio etc.) pelo acúmulo de substâncias minerais (areia, argila etc.) ou orgânicas (lodo), o que reduz a profundidade e a velocidade de sua correnteza. Como consequências, podem ocorrer, dentre outras, dificuldades no tráfego de embarcações, redução da atividade pesqueira e agravamento dos efeitos das inundações.

Outro problema ambiental associado ao recurso água diz respeito a sua escassez. As Regiões Sul (53,5% dos municípios) e Nordeste (52,3%) foram as que tiveram as maiores participações relativas de municípios que apontaram a ocorrência desse problema.

A contaminação do solo pode ocorrer por qualquer um dos inúmeros poluentes derivados da agricultura, da mineração, das atividades urbanas e industriais, dos dejetos animais, do uso de herbicidas ou dos processos de erosão. Os municípios das Regiões Nordeste (27,1% dos municípios da região) e Sul (25,9%) foram os que mais informaram sobre a ocorrência de contaminação do solo em seus territórios.

A poluição do ar ocorre, em geral, a partir da acumulação de contaminantes no ar, em concentrações que impeçam a sua dispersão normal e que interfiram direta ou indiretamente na saúde, segurança ou conforto da vida humana ou no pleno uso de suas propriedades. A análise segundo as Grandes Regiões Geográficas mostra que, relativamente ao total de municípios de cada região, as Regiões Norte (36,3% dos municípios da região) e Centro-Oeste (29,0%) foram as que tiveram as maiores incidências relativas de municípios com ocorrência de poluição do ar. Pode-se supor que, muito provavelmente, esses percentuais estejam associados à fumaça, como decorrência de queimadas (Regiões Norte e Centro-Oeste) e de atividades agropecuárias (principalmente no Centro-Oeste), tendo em vista que o desempenho das mesmas propicia o lançamento, no ar, de particulados, como resultado da mecanização e do desnudamento do solo. Além disso, a qualidade do ar pode estar comprometida por conter resíduos oriundos da pulverização de culturas com agrotóxicos. Uma outra causa provável pode estar associada à existência de vias não pavimentadas ou em más condições de uso pelo tráfego pesado, no escoamento da produção agrícola.

O conceito usado para áreas legalmente protegidas diz respeito às áreas de terra e mar dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados. Criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza uniformizou e consolidou critérios para a criação e a gestão das áreas protegidas. O resultado obtido para o recorte Grandes Regiões mostra que a degradação dessas áreas foi a que teve mais ocorrências informadas entre os municípios das Regiões Centro-Oeste (28,5% dos municípios da região) e Norte (28,3%), ou seja, em territórios onde ainda ocorrem as maiores pressões para a expansão das atividades agropecuária no País.

Por fim, observa-se que a ocorrência de alteração que tenha prejudicado a paisagem também foi mais apontada pelo conjunto de municípios das Regiões Norte (28,1% dos municípios da região) e Centro-Oeste (23,4%). A Tabela 23 resume os percentuais obtidos para a ocorrência desses impactos, segundo as Grandes Regiões e faixas de tamanho da população do município.

Ainda com relação à Tabela 23, observa-se que as informações segundo faixas de tamanho da população do município tendem, de uma forma geral, a aumentar a participação relativa dos municípios à medida que aumentam as faixas de tama-

nho da população. Queimadas, desmatamento, degradação de áreas legalmente protegidas e escassez do recurso água, entretanto, são exceções tendo em vista que ocorre redução dos percentuais na(s) faixa(s) de maior(es) população(ões). Uma hipótese para as duas primeiras ocorrências é a de que os municípios nessa faixa populacional já não disponham de áreas florestadas que ainda possam ser queimadas ou desmatadas com frequência. No caso de escassez do recurso água, observa-se uma queda mais acentuada no percentual de municípios a partir da faixa com mais de 100 000 habitantes.

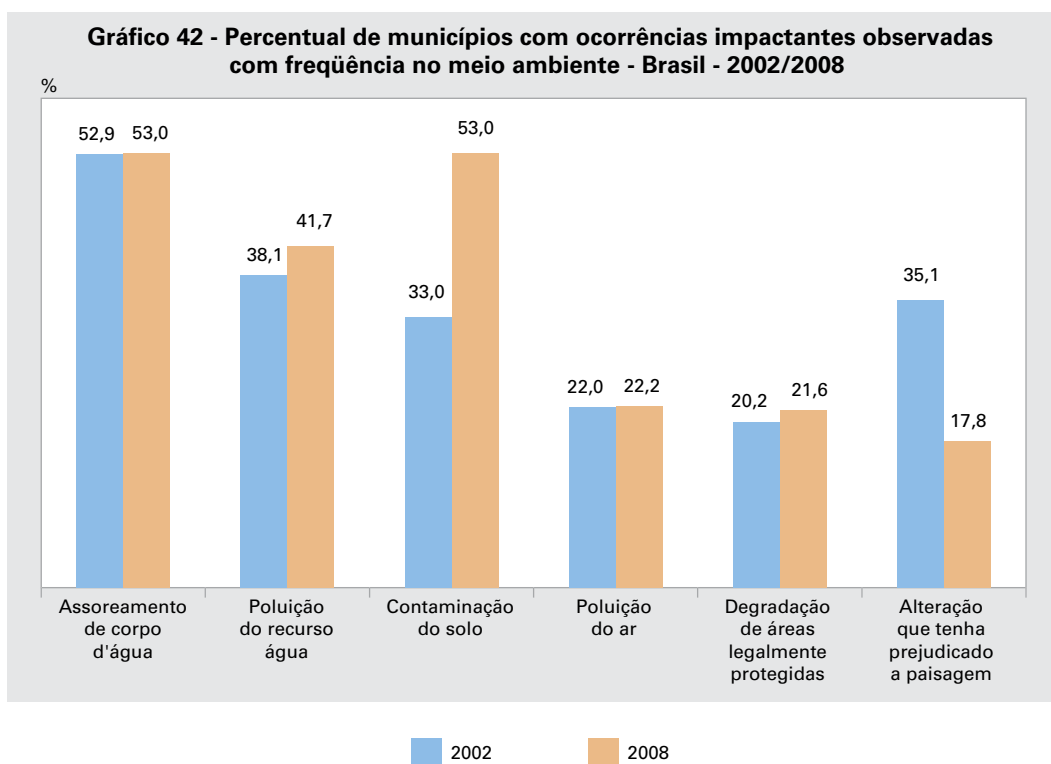
Tabela 23 - Percentual de municípios com ocorrência de impacto ambiental observados com frequência no meio ambiente, por tipo, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios com ocorrências impactantes observadas no meio ambiente (1) (%)								
	Queimadas	Desmatamento	Assoreamento de corpo d'água	Poluição do recurso água	Escassez do recurso água	Contaminação do solo	Poluição do ar	Degradação de áreas legalmente protegidas	Alteração que tenha prejudicado a paisagem
Brasil	54,2	53,5	53,0	41,7	40,8	24,2	22,2	21,6	17,8
Até 5 000	42,9	39,2	39,1	24,4	42,5	15,9	12,2	10,6	10,2
De 5 001 a 10 000	52,1	50,2	48,4	35,4	42,9	20,3	16,7	14,4	13,2
De 10 001 a 20 000	56,0	57,5	52,4	41,4	43,7	22,6	21,7	18,8	17,6
De 20 001 a 50 000	65,1	64,5	64,2	53,2	37,7	31,5	26,4	31,4	25,3
De 50 001 a 100 000	62,1	65,8	72,1	67,7	35,1	37,3	45,5	42,6	27,9
De 100 001 a 500 000	58,9	58,9	77,3	79,0	27,1	43,2	50,2	58,9	34,5
Mais de 500 000	51,3	54,0	81,1	86,5	18,9	64,9	78,4	56,8	48,6
Grandes Regiões									
Norte	74,2	71,0	56,6	38,3	26,9	22,5	36,3	28,3	28,1
Nordeste	59,1	64,8	49,6	41,6	52,3	27,1	21,8	17,8	19,7
Sudeste	58,3	46,0	60,2	43,6	27,3	21,2	19,2	22,4	16,2
Sul	30,4	38,5	42,7	43,2	53,5	25,9	18,6	20,8	11,3
Centro-Oeste	62,4	58,1	63,3	35,2	25,5	20,8	29,0	28,5	23,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) A variável permite múltiplas respostas.

Tendo como referência o ano 2002, a MUNIC já havia efetuado um levantamento das características da gestão e do estado do meio ambiente municipal, através de um suplemento específico sobre o tema, investigando, então, informações a respeito da ocorrência frequente e impactante de alteração ambiental. O Gráfico 42 efetua comparação entre os problemas ambientais comuns a essas duas edições da pesquisa. Mesmo que em princípio não se possa afirmar que o conjunto de municípios que responderam as questões sejam os mesmos, observa-se que os problemas assoreamento de corpo de água (em torno de 53,0%), poluição do ar (22,0%) e degradação de áreas legalmente protegidas (em torno de 21,0%) tiveram, praticamente, os mesmos percentuais de municípios para as referidas ocorrências. No caso de contaminação do solo ocorreu um aumento de 20 pontos percentuais na proporção de municípios entre uma pesquisa e outra. Já a ocorrência de alteração que tenha prejudicado a paisagem teve sua ocorrência reduzida à metade dos municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2008.

A partir do Quadro 1, pode-se observar as três ocorrências impactantes mais frequentes observadas no meio ambiente municipal nos recortes classes de tamanho da população do município, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Algumas questões chamam a atenção na análise: no recorte classes de tamanho da população do município, observam-se, entre os municípios compreendidos nas faixas entre 5 000 e 50 000 habitantes, a prevalência das ocorrências queimadas, desmatamento e assoreamento de corpo de água. Entre os municípios com mais de 50 000 até 500 000 habitantes, assoreamento de corpo de água, poluição do recurso água e desmatamento; entre os municípios com mais de 500 000 habitantes, as três ocorrências mais frequentes foram poluição do recurso água, assoreamento de corpo de água e poluição do ar.

Há de se destacar que no recorte Unidades da Federação a ocorrência escassez de água aparece como problema mais apontado por um conjunto de municípios de três estados da Região Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas), e por um conjunto de municípios de dois estados da Região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Conforme se pode constatar, no Quadro 1, assoreamento de corpo de água (9 ocorrências), queimadas (7) e desmatamento (6) são os problemas mais apontados pelos municípios.

Quadro 1 - Impactos ambientais mais informados pelos municípios, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Ocorrências impactantes observadas com freqüência no meio ambiente								
	Queimadas	Desmatamento	Assoreamento de corpo d'água	Poluição do recurso água	Escassez do recurso água	Contaminação do solo	Poluição do ar	Degradação de áreas legalmente protegidas	Alteração que tenha prejudicado a paisagem
Brasil									
Até 5 000									
De 5 001 a 10 000									
De 10 001 a 20 000									
De 20 001 a 50 000									
De 50 001 a 100 000									
De 100 001 a 500 000									
Mais de 500 000									
Norte									
Rondônia									
Acre									
Amazonas									
Roraima									
Pará									
Amapá									
Tocantins									
Nordeste									
Maranhão									
Piauí									
Ceará									
Rio Grande do Norte									
Paraíba									
Pernambuco									
Alagoas									
Sergipe									
Bahia									
Sudeste									
Minas Gerais									
Espírito Santo									
Rio de Janeiro									
São Paulo									
Sul									
Paraná									
Santa Catarina									
Rio Grande do Sul									
Centro-Oeste									
Mato Grosso do Sul									
Mato Grosso									
Goiás									

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

 Impacto ambiental mais informado

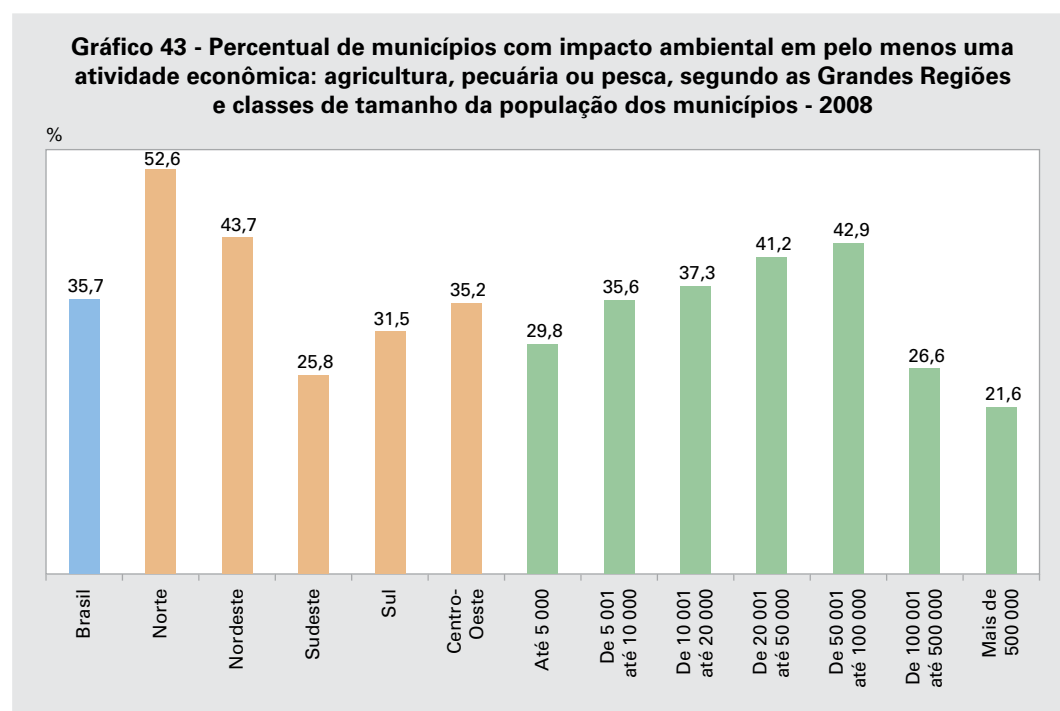
 Segundo impacto ambiental mais informado

 Terceiro impacto ambiental mais informado

Impactos ambientais sobre atividades econômicas

É conhecido o impacto negativo das atividades econômicas sobre o meio ambiente através da poluição da água, do ar e da geração de resíduos sólidos (lixo), e muitas vezes não se leva em conta que um ambiente poluído é também prejudicial para várias atividades econômicas. A MUNIC 2008 levantou a ocorrência de impacto negativo no meio ambiente degradado sobre três atividades econômicas do setor primário: agricultura, pecuária e pesca. A poluição da água, por exemplo, prejudica essas três atividades, pois todas dependem da disponibilidade e da qualidade da água para sua subsistência. A erosão do solo, sua compactação e processos de desertificação podem inviabilizar tanto a lavoura quanto a pecuária. A agricultura, a pecuária e a pesca tendem a ser atividades econômicas muito afetadas pela poluição por terem alta dependência de recursos naturais.

Dos 5 564 municípios brasileiros existentes em 2008, 1 987 (35,7% dos municípios do País) registraram a presença de pelo menos um impacto ambiental. Esse percentual foi maior nas Regiões Norte (52,6% dos municípios da região) e Nordeste (43,7%), ficando Centro-Oeste (35,2%), Sul (31,5%) e Sudeste (25,8%) abaixo da média nacional (Gráfico 43). No recorte por classe de população do município, verifica-se que são os municípios com maior população, com mais de 100 000 habitantes, os que registram menor presença relativa de impacto ambiental sobre atividades econômicas primárias, sendo sua incidência de 26,6% nos municípios com mais de 100 000 a 500 000 habitantes, e de 21,6%, naqueles com mais de 500 000 habitantes. O motivo provável dessa baixa incidência é que esses municípios tendem a ser muito urbanizados e, portanto, com menor presença de atividades econômicas primárias. Os municípios de menor população, com até 10 000 habitantes, se situam abaixo da média nacional quanto à presença desses impactos ambientais: com mais de 5 000 a 10 000 habitantes, 35,6%, e com até 5 000 habitantes, 29,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A ocorrência ambiental com impacto sobre atividade produtiva de maior incidência é a redução da quantidade/diversidade ou perda da qualidade do pescado (22,1% dos municípios do País), seguida dos impactos sobre agricultura (16,8%) e pecuária (13,0%) (Tabela 24). Na Região Norte, é onde ocorre maior presença de todos os impactos: pesca (39,1% dos municípios da região), agricultura (22,0%) e pecuária (21,4%). Na Região Sudeste, é onde a incidência é menor: pesca (14,9%), agricultura (11,7%) e pecuária (10,3%).

No recorte por classe de população, a presença relativa de municípios com atividade pecuária prejudicada por problemas ambientais diminui à medida que se avança de faixas populacionais menores para maiores, a partir da classe com mais de 10 000 a 20 000 habitantes. A ocorrência de pesca prejudicada aumenta até a classe com mais de 50 000 a 100 000 habitantes, diminuindo depois. A ocorrência de agricultura prejudicada decresce a partir da faixa de população com mais de 20 000 a 50 000 habitantes.

Tabela 24 - Percentual de municípios com ocorrências ambientais que impactaram sobre a agricultura, pecuária e pesca, por tipo, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2008

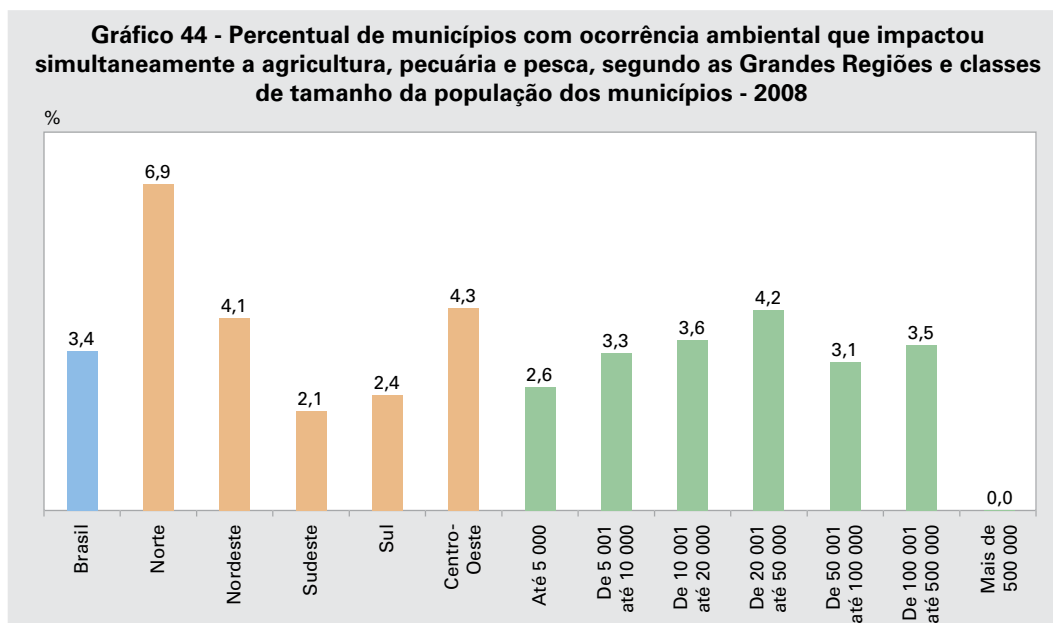
Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios com ocorrências ambientais (1) que impactaram sobre a agricultura, pecuária e pesca, por tipo (%)		
	Atividade agrícola prejudicada por problema ambiental	Atividade pecuária prejudicada por problema ambiental	Redução da quantidade/diversidade ou perda da qualidade do pescado
Brasil	16,8	13,0	22,1
Até 5 000	15,9	13,9	15,2
De 5 001 a 10 000	17,6	13,5	20,8
De 10 001 a 20 000	16,8	14,0	23,7
De 20 001 a 50 000	19,0	12,2	27,9
De 50 001 a 100 000	16,9	11,3	29,5
De 100 001 a 500 000	9,6	6,6	21,8
Mais de 500 000	2,7	0,0	21,6
Grandes Regiões			
Norte	22,0	21,4	39,2
Nordeste	20,9	14,3	27,7
Sudeste	11,7	10,3	14,9
Sul	17,5	11,9	15,1
Centro-Oeste	12,2	12,0	27,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) A variável permite múltiplas respostas.

Apenas 3,4% dos municípios brasileiros apresentam, simultaneamente, incidência dos três impactos ambientais sobre as atividades econômicas primárias (Gráfico 44). A presença simultânea de todos os impactos econômicos é maior, em termos relativos, nas Regiões Norte (6,9% dos municípios), Centro-Oeste (4,3%) e Nordeste (4,1%), e menor no Sul (2,4%) e Sudeste (2,1%), que são regiões mais desenvolvidas relativamente ao Produto Interno Bruto - PIB per capita, e onde tende a ser menor o peso das atividades primárias no PIB.

No recorte por classe de população do município, não há um padrão claro sobre a presença dos três impactos em simultâneo. A maior incidência se dá na faixa com mais de 20 000 a 50 000 habitantes (4,2%). Entre os municípios com mais de 500 000 habitantes, (Gráfico 44) não se observou tal ocorrência.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

A análise das informações referentes à ocorrência freqüente de impactos ambientais nos municípios do País mostra que os três problemas mais observados mantêm forte correlação entre si, tendo em vista que o assoreamento de corpo de água tem como causa o desnudamento dos solos ocasionado, em geral, por queimadas e desmatamento, os quais constituem, por sua vez, os problemas mais apontados pelos gestores ambientais municipais. Os resultados mostram ainda que, dentre os municípios que informaram a ocorrência de problema ambiental, a média é superior a quatro ocorrências por município.

Observa-se, ainda, que a ocorrência de impactos ambientais no País aumenta à medida que aumenta sua população e apresenta natureza diferente quando analisada a partir do recorte faixa de tamanho da população do município. Entre os municípios com

até 50 000 habitantes, a prevalência das ocorrências é de queimadas, desmatamento e assoreamento. Entre os municípios com mais de 50 000 até 500 000 habitantes, assoreamento de corpo de água, poluição do recurso água e desmatamento. Entre os municípios com mais de 500 000 habitantes, as ocorrências mais frequentes são poluição do recurso água, assoreamento de corpo de água e poluição do ar.

Um fato que chamou a atenção é a informação referente à ocorrência de escassez do recurso água, já que a informação se fez mais presente entre o conjunto de municípios localizados em regiões geograficamente opostas: Nordeste e Sul do País.

A pesquisa também apurou que quase 10,0% dos municípios do País informaram a não-ocorrência de problema ambiental. Cabe ressaltar que, de acordo com a orientação dada durante a coleta da informação, os problemas porventura existentes deveriam estar ocorrendo de forma frequente e impactante no ambiente municipal. Alguns dos gestores municipais justificaram a informação dada com a argumentação de que os problemas ambientais porventura existentes ocorriam de forma esporádica.

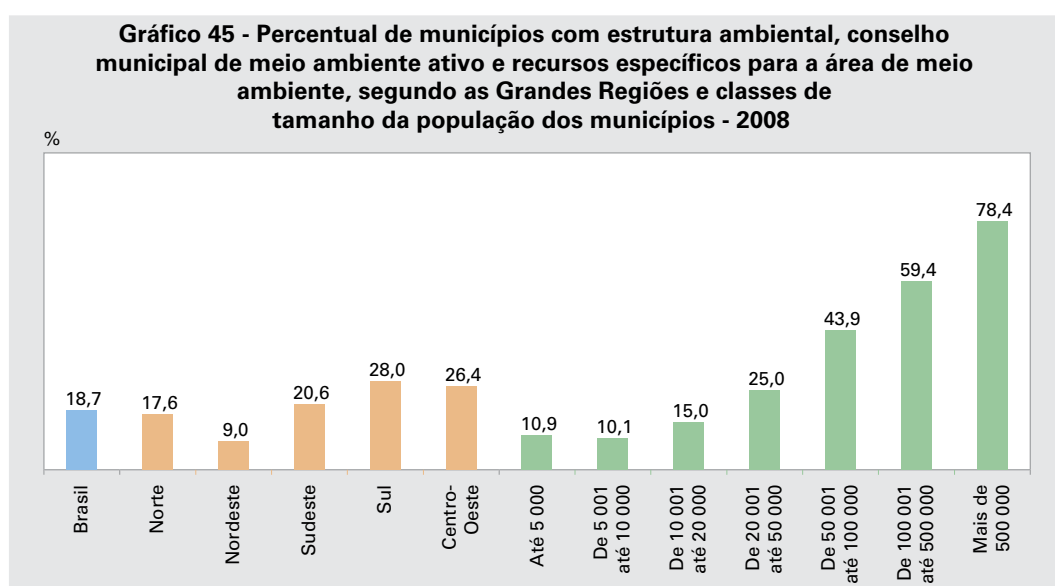
Com relação à ocorrência de alteração que tenha afetado as condições de vida humana, observou-se que esta foi informada, em maiores proporções, pelos municípios da Região Norte e por aqueles de maior população, em especial os municípios com mais de 500 000 habitantes.

Observa-se, em comparação com as informações obtidas pela pesquisa em 2002, que alguns dos problemas ambientais persistem. Assoreamento de algum corpo de água no município, poluição do recurso água, poluição do ar e degradação de áreas legalmente protegidas praticamente mantiveram sua importância no quadro de problemas ambientais do País. As informações, no entanto, mostram um alto crescimento do número de municípios com contaminação do solo, em especial nas Regiões Nordeste e Sul, e uma redução na percepção de ocorrência, no País, de alteração que tenha prejudicado a paisagem.

Por fim, com relação aos impactos ambientais sobre as atividades econômicas, esses estiveram presentes em 35,7% dos municípios, sendo maior a sua incidência na Região Norte e nos municípios com população entre 50 000 e 100 000 habitantes. De acordo com os resultados, a pesca foi a atividade econômica mais apontada pelos gestores ambientais municipais como tendo sido prejudicada por problemas ambientais.

Para uma prefeitura enfrentar de forma adequada os problemas ambientais, é fundamental que possua algum tipo de estrutura ambiental, recursos e um fórum onde possam se reunir entidades do poder público e sociedade civil para tratar da política ambiental do município. No que diz respeito às variáveis levantadas pela pesquisa, significa, portanto, o município ter, simultaneamente, uma secretaria de meio ambiente ou departamento, assessoria, setor ou órgão similar; recursos específicos para a área de meio ambiente; e Conselho de Meio Ambiente ativo, isto é, que tenha se reunido pelo menos uma vez nos últimos 12 meses.

Apenas 18,7% dos municípios brasileiros possuem, simultaneamente, essas três variáveis (Gráfico 45). No recorte por Grandes Regiões, verifica-se que a Região Nordeste (9,0%) situa-se bem abaixo da média nacional, enquanto as Regiões Norte (17,6%) e Sudeste (20,6%) estão próximo à média. Os maiores percentuais foram os das Regiões Centro-Oeste (26,4%) e Sul (28,0%). No recorte por faixa de população dos municípios, nota-se que o percentual dos que possuem, simultaneamente, as três variáveis, aumenta à medida que aumentam as classes populacionais. Nos municípios com até 5 000 habitantes, esse percentual é de 10,9%, e naqueles com mais de 500 000 habitantes é de 78,4%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2005					
Brasil	4 494 154	2 876 485	513 722	380 629	723 318
Até 5 000	242 257	152 701	26 472	29 161	33 923
De 5 001 a 10 000	385 159	240 612	39 557	38 321	66 669
De 10 001 a 20 000	659 143	392 531	80 417	61 875	124 320
De 20 001 a 50 000	954 030	565 621	127 513	83 574	177 322
De 50 001 a 100 000	562 245	334 757	77 051	49 770	100 667
De 100 001 a 500 000	864 653	507 302	138 891	72 807	145 653
Mais de 500 000	826 667	682 961	23 821	45 121	74 764
Norte	372 860	211 697	20 458	31 642	109 063
Até 5 000	16 544	10 641	584	2 436	2 883
De 5 001 a 10 000	26 648	15 561	1 415	3 038	6 634
De 10 001 a 20 000	49 370	25 963	3 328	5 252	14 827
De 20 001 a 50 000	103 123	59 943	6 161	7 060	29 959
De 50 001 a 100 000	65 770	33 331	3 224	4 959	24 256
De 100 001 a 500 000	65 864	37 467	5 578	6 530	16 289
Mais de 500 000	45 541	28 791	168	2 367	14 215
Nordeste	1 433 682	848 382	123 847	142 078	319 375
Até 5 000	58 852	31 614	6 945	9 288	11 005
De 5 001 a 10 000	138 836	82 975	11 306	15 257	29 298
De 10 001 a 20 000	324 606	188 746	31 005	30 195	74 660
De 20 001 a 50 000	426 122	251 317	40 183	38 240	96 382
De 50 001 a 100 000	193 773	108 379	23 726	19 437	42 231
De 100 001 a 500 000	163 707	89 077	10 338	18 414	45 878
Mais de 500 000	127 786	96 274	344	11 247	19 921
Sudeste	1 638 581	1 037 377	290 958	120 828	189 418
Até 5 000	75 085	45 991	13 782	6 079	9 233
De 5 001 a 10 000	115 232	67 498	20 343	9 264	18 127
De 10 001 a 20 000	152 646	87 855	32 554	13 171	19 066
De 20 001 a 50 000	260 155	141 985	63 962	21 892	32 316
De 50 001 a 100 000	191 399	115 185	38 693	15 598	21 923
De 100 001 a 500 000	441 048	241 568	100 479	35 986	63 015
Mais de 500 000	403 016	337 295	21 145	18 838	25 738
Sul	595 339	436 486	66 667	50 145	42 041
Até 5 000	61 175	44 783	4 049	7 745	4 598
De 5 001 a 10 000	70 890	53 431	5 749	7 089	4 621
De 10 001 a 20 000	83 945	57 704	11 295	8 642	6 304
De 20 001 a 50 000	108 528	76 866	13 296	10 155	8 211
De 50 001 a 100 000	76 424	53 766	10 605	6 031	6 022
De 100 001 a 500 000	152 100	111 537	21 221	9 713	9 629
Mais de 500 000	42 277	38 399	452	770	2 656
Centro-Oeste	453 692	342 543	11 792	35 936	63 421
Até 5 000	30 601	19 672	1 112	3 613	6 204
De 5 001 a 10 000	33 553	21 147	744	3 673	7 989
De 10 001 a 20 000	48 576	32 263	2 235	4 615	9 463
De 20 001 a 50 000	56 102	35 510	3 911	6 227	10 454
De 50 001 a 100 000	34 879	24 096	803	3 745	6 235
De 100 001 a 500 000	41 934	27 653	1 275	2 164	10 842
Mais de 500 000	208 047	182 202	1 712	11 899	12 234

Tabela 1 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2006					
Brasil	4 794 844	2 916 763	532 112	422 831	921 640
Até 5 000	260 498	159 688	25 508	33 269	42 033
De 5 001 a 10 000	405 057	241 741	41 576	43 391	78 349
De 10 001 a 20 000	705 178	405 825	77 837	68 953	152 563
De 20 001 a 50 000	1 034 810	594 405	121 983	94 132	222 792
De 50 001 a 100 000	602 533	347 756	78 499	52 589	123 689
De 100 001 a 500 000	989 604	547 780	154 879	89 012	197 933
Mais de 500 000	797 164	619 568	31 830	41 485	104 281
Norte	416 623	241 897	21 964	35 236	117 526
Até 5 000	17 985	11 797	194	2 589	3 405
De 5 001 a 10 000	27 516	16 066	1 811	3 153	6 486
De 10 001 a 20 000	52 822	27 830	3 864	5 390	15 738
De 20 001 a 50 000	117 355	65 556	7 736	8 952	35 111
De 50 001 a 100 000	73 412	45 712	2 102	5 308	20 290
De 100 001 a 500 000	76 858	42 052	6 052	9 107	19 647
Mais de 500 000	50 675	32 884	205	737	16 849
Nordeste	1 566 055	881 082	118 039	151 300	414 136
Até 5 000	63 727	32 714	6 140	10 172	14 701
De 5 001 a 10 000	148 593	83 059	11 632	16 971	36 931
De 10 001 a 20 000	351 102	196 941	27 822	34 153	92 186
De 20 001 a 50 000	461 123	264 534	34 611	41 673	118 807
De 50 001 a 100 000	209 519	111 580	21 444	20 349	56 146
De 100 001 a 500 000	184 452	89 032	14 843	18 953	61 624
Mais de 500 000	147 539	103 222	1 547	9 029	33 741
Sudeste	1 753 524	1 061 927	314 297	134 687	242 613
Até 5 000	80 618	47 591	14 119	6 479	12 429
De 5 001 a 10 000	121 163	68 639	20 752	9 940	21 832
De 10 001 a 20 000	161 231	89 610	33 856	13 858	23 907
De 20 001 a 50 000	277 284	145 184	63 985	23 824	44 291
De 50 001 a 100 000	205 061	114 571	42 160	15 833	32 497
De 100 001 a 500 000	502 495	263 564	110 059	44 791	84 081
Mais de 500 000	405 672	332 768	29 366	19 962	23 576
Sul	654 237	453 251	71 532	53 826	75 628
Até 5 000	67 110	47 912	4 130	8 902	6 166
De 5 001 a 10 000	73 401	52 288	6 737	7 626	6 750
De 10 001 a 20 000	88 012	58 135	11 111	8 610	10 156
De 20 001 a 50 000	118 832	81 371	13 357	11 054	13 050
De 50 001 a 100 000	79 405	52 884	12 424	5 816	8 281
De 100 001 a 500 000	175 582	121 724	23 332	10 965	19 561
Mais de 500 000	51 895	38 937	441	853	11 664
Centro-Oeste	404 405	278 606	6 280	47 782	71 737
Até 5 000	31 058	19 674	925	5 127	5 332
De 5 001 a 10 000	34 384	21 689	644	5 701	6 350
De 10 001 a 20 000	52 011	33 309	1 184	6 942	10 576
De 20 001 a 50 000	60 216	37 760	2 294	8 629	11 533
De 50 001 a 100 000	35 136	23 009	369	5 283	6 475
De 100 001 a 500 000	50 217	31 408	593	5 196	13 020
Mais de 500 000	141 383	111 757	271	10 904	18 451

Tabela 1 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
2008						
Brasil	5 015 729	3 186 773	534 146	443 727	92 905	757 707
Até 5 000	250 889	161 990	24 837	31 178	1 913	30 971
De 5 001 a 10 000	411 175	258 603	42 535	42 485	3 200	63 881
De 10 001 a 20 000	781 698	487 288	79 143	73 896	6 579	134 792
De 20 001 a 50 000	1 096 659	670 347	119 964	98 225	14 147	193 976
De 50 001 a 100 000	648 348	393 898	76 619	59 071	12 978	105 782
De 100 001 a 500 000	1 011 682	592 691	143 668	90 890	29 538	154 895
Mais de 500 000	815 278	621 956	47 380	47 982	24 550	73 410
Norte	445 814	270 160	25 538	38 515	1 389	110 212
Até 5 000	16 780	11 350	298	2 373	5	2 754
De 5 001 a 10 000	28 731	18 141	2 701	3 454	12	4 423
De 10 001 a 20 000	63 899	40 098	4 978	6 134	73	12 616
De 20 001 a 50 000	123 116	76 386	5 422	8 234	98	32 976
De 50 001 a 100 000	72 556	49 004	3 471	6 682	267	13 132
De 100 001 a 500 000	91 190	48 734	6 447	9 058	239	26 712
Mais de 500 000	49 542	26 447	2 221	2 580	695	17 599
Nordeste	1 656 990	1 001 588	104 883	162 302	11 886	375 860
Até 5 000	55 415	29 442	5 617	8 602	23	11 731
De 5 001 a 10 000	142 391	83 701	11 476	15 646	289	30 808
De 10 001 a 20 000	376 398	235 363	21 057	37 224	399	82 355
De 20 001 a 50 000	494 828	304 462	27 759	45 513	1 227	115 867
De 50 001 a 100 000	235 819	134 731	18 734	23 123	1 456	57 775
De 100 001 a 500 000	186 819	99 164	12 006	18 381	3 208	54 060
Mais de 500 000	165 320	114 725	8 234	13 813	5 284	23 264
Sudeste	1 807 946	1 124 115	318 296	137 823	43 534	184 178
Até 5 000	80 907	50 467	13 856	6 700	368	9 516
De 5 001 a 10 000	130 492	77 613	21 577	10 694	873	19 735
De 10 001 a 20 000	183 560	105 152	37 178	14 335	1 990	24 905
De 20 001 a 50 000	290 512	156 810	70 193	25 235	5 525	32 749
De 50 001 a 100 000	203 757	116 313	41 133	14 507	5 500	26 304
De 100 001 a 500 000	512 630	294 550	101 962	45 958	14 650	55 510
Mais de 500 000	406 088	323 210	32 397	20 394	14 628	15 459
Sul	672 717	480 381	69 465	52 940	33 328	36 603
Até 5 000	67 661	49 109	4 566	8 044	1 509	4 433
De 5 001 a 10 000	74 096	53 911	5 462	7 388	1 989	5 346
De 10 001 a 20 000	100 726	67 232	13 817	9 286	3 866	6 525
De 20 001 a 50 000	120 422	84 292	13 671	10 540	7 016	4 903
De 50 001 a 100 000	93 134	65 853	11 578	6 391	5 325	3 987
De 100 001 a 500 000	172 314	119 867	19 959	10 337	11 005	11 146
Mais de 500 000	44 364	40 117	412	954	2 618	263
Centro-Oeste	432 262	310 529	15 964	52 147	2 768	50 854
Até 5 000	30 126	21 622	500	5 459	8	2 537
De 5 001 a 10 000	35 465	25 237	1 319	5 303	37	3 569
De 10 001 a 20 000	57 115	39 443	2 113	6 917	251	8 391
De 20 001 a 50 000	67 781	48 397	2 919	8 703	281	7 481
De 50 001 a 100 000	43 082	27 997	1 703	8 368	430	4 584
De 100 001 a 500 000	48 729	30 376	3 294	7 156	436	7 467
Mais de 500 000	149 964	117 457	4 116	10 241	1 325	16 825

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício. (2) Em 2005 e 2006, os estagiários estavam incluídos no sem vínculo permanente.

Tabela 2 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2005					
Total	4 494 154	2 876 485	513 722	380 629	723 318
Norte	372 860	211 697	20 458	31 642	109 063
Rondônia	39 163	30 311	2 558	5 601	693
Acre	15 148	3 650	7 964	1 022	2 512
Amazonas	84 349	45 500	2 842	5 186	30 821
Roraima	6 292	3 064	714	2 052	462
Pará	167 050	90 599	4 265	9 840	62 346
Amapá	13 825	8 324	24	1 511	3 966
Tocantins	47 033	30 249	2 091	6 430	8 263
Nordeste	1 433 682	848 382	123 847	142 078	319 375
Maranhão	167 278	97 480	13 467	12 261	44 070
Piauí	78 094	38 251	17 533	9 363	12 947
Ceará	218 763	131 384	25 832	15 945	45 602
Rio Grande do Norte	96 981	62 900	6 467	13 783	13 831
Paraíba	123 761	79 143	4 022	14 766	25 830
Pernambuco	217 099	128 807	9 318	27 242	51 732
Alagoas	90 464	68 261	10 469	6 111	5 623
Sergipe	59 941	36 484	3 672	11 812	7 973
Bahia	381 301	205 672	33 067	30 795	111 767
Sudeste	1 638 581	1 037 377	290 958	120 828	189 418
Minas Gerais	495 658	336 916	32 417	31 648	94 677
Espírito Santo	93 452	47 199	12 005	10 007	24 241
Rio de Janeiro	319 122	226 933	24 276	29 513	38 400
São Paulo	730 349	426 329	222 260	49 660	32 100
Sul	595 339	436 486	66 667	50 145	42 041
Paraná	244 755	185 234	30 302	19 924	9 295
Santa Catarina	126 189	84 705	15 181	10 574	15 729
Rio Grande do Sul	224 395	166 547	21 184	19 647	17 017
Centro-Oeste	453 692	342 543	11 792	35 936	63 421
Mato Grosso do Sul	56 640	39 874	2 364	8 284	6 118
Mato Grosso	75 858	48 754	5 638	3 626	17 840
Goiás	153 916	103 820	2 531	14 923	32 642
Distrito Federal	167 278	150 095	1 259	9 103	6 821

Tabela 2 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissio- nados	Sem vínculo permanente
2006					
Total	4 794 844	2 916 763	532 112	422 831	921 640
Norte	416 623	241 897	21 964	35 236	117 526
Rondônia	40 283	30 045	3 367	5 459	1 412
Acre	16 915	3 736	9 610	1 116	2 453
Amazonas	95 212	53 017	2 675	5 505	34 015
Roraima	10 969	3 933	988	1 964	4 084
Pará	189 555	111 255	4 833	11 692	61 775
Amapá	14 501	8 778	306	1 065	4 352
Tocantins	49 188	31 133	185	8 435	9 435
Nordeste	1 566 055	881 082	118 039	151 300	414 136
Maranhão	191 849	97 376	21 056	15 718	57 699
Piauí	86 183	41 774	15 667	10 346	18 396
Ceará	245 165	147 948	22 768	17 326	57 123
Rio Grande do Norte	105 446	63 960	3 584	14 474	23 428
Paraíba	133 515	80 357	6 047	15 317	31 794
Pernambuco	233 058	129 508	5 158	26 720	71 672
Alagoas	94 093	68 117	10 822	6 826	8 328
Sergipe	62 734	36 882	3 877	11 548	10 427
Bahia	414 012	215 160	29 060	33 025	135 269
Sudeste	1 753 524	1 061 927	314 297	134 687	242 613
Minas Gerais	535 923	345 744	37 464	32 987	119 728
Espírito Santo	110 365	52 769	16 005	12 296	29 295
Rio de Janeiro	338 066	232 612	26 073	34 197	45 184
São Paulo	769 170	430 802	234 755	55 207	48 406
Sul	654 237	453 251	71 532	53 826	75 628
Paraná	266 345	189 536	31 464	21 238	24 107
Santa Catarina	152 928	93 375	18 761	11 697	29 095
Rio Grande do Sul	234 964	170 340	21 307	20 891	22 426
Centro-Oeste	404 405	278 606	6 280	47 782	71 737
Mato Grosso do Sul	66 863	43 140	1 199	8 767	13 757
Mato Grosso	82 767	51 430	2 881	6 660	21 796
Goiás	161 657	105 620	2 200	23 926	29 911
Distrito Federal	93 118	78 416	-	8 429	6 273

Tabela 2 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
2008						
Total	5 015 729	3 186 773	534 146	443 727	92 905	757 707
Norte	445 814	270 160	25 538	38 515	1 389	110 212
Rondônia	43 822	34 070	3 270	5 582	175	725
Acre	15 666	3 975	9 840	1 224	47	580
Amazonas	91 279	49 271	7 795	5 493	708	28 012
Roraima	13 435	4 417	953	2 228	70	5 767
Pará	213 126	131 818	2 313	15 998	248	62 749
Amapá	17 460	11 628	1 300	1 639	-	2 893
Tocantins	51 026	34 981	67	6 351	141	9 486
Nordeste	1 656 990	1 001 588	104 883	162 302	11 886	375 860
Maranhão	220 836	122 777	7 984	14 732	139	75 204
Piauí	92 090	47 445	15 938	11 069	269	17 369
Ceará	260 911	163 085	18 531	21 666	3 242	54 387
Rio Grande do Norte	104 798	69 139	4 632	13 675	2 001	15 351
Paraíba	137 452	85 939	5 631	15 690	338	29 854
Pernambuco	248 690	145 396	5 835	31 585	2 040	63 834
Alagoas	98 854	74 636	9 304	7 056	679	7 179
Sergipe	64 704	42 047	4 961	10 861	872	5 963
Bahia	428 655	251 124	32 067	35 968	2 306	106 719
Sudeste	1 807 946	1 124 115	318 296	137 823	43 534	184 178
Minas Gerais	567 363	384 075	36 119	34 896	10 471	101 802
Espírito Santo	112 766	58 657	11 277	12 062	3 627	27 143
Rio de Janeiro	305 108	212 244	26 878	32 359	3 717	29 910
São Paulo	822 709	469 139	244 022	58 506	25 719	25 323
Sul	672 717	480 381	69 465	52 940	33 328	36 603
Paraná	261 108	197 444	27 316	20 511	13 447	2 390
Santa Catarina	166 711	103 134	21 279	11 632	6 503	24 163
Rio Grande do Sul	244 898	179 803	20 870	20 797	13 378	10 050
Centro-Oeste	432 262	310 529	15 964	52 147	2 768	50 854
Mato Grosso do Sul	72 351	53 630	3 424	7 280	828	7 189
Mato Grosso	85 522	55 583	5 906	7 803	719	15 511
Goiás	175 750	124 049	4 119	29 569	518	17 495
Distrito Federal	98 639	77 267	2 515	7 495	703	10 659

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício. (2) Em 2005 e 2006, os estagiários estavam incluídos no sem vínculo permanente.

Tabela 3 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estatutários					CLT			
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior
2005									
Brasil	2 876 485	919 067	1 028 461	644 745	107 569	513 722	172 692	189 122	101 729
Até 5 000	152 701	64 325	54 375	25 824	4 813	26 472	10 466	9 236	5 210
De 5 001 a 10 000	240 612	92 192	92 223	39 495	7 264	39 557	15 127	14 492	6 617
De 10 001 a 20 000	392 531	147 217	151 061	63 403	10 891	80 417	30 386	33 185	13 383
De 20 001 a 50 000	565 621	194 915	221 108	90 672	16 307	127 513	44 226	47 953	20 705
De 50 001 a 100 000	334 757	106 340	126 208	68 930	9 705	77 051	23 795	26 618	16 087
De 100 001 a 500 000	507 302	139 236	171 002	135 232	20 763	138 891	40 731	48 027	33 636
Mais de 500 000	682 961	174 842	212 484	221 189	37 826	23 821	7 961	9 611	6 091
Norte	211 697	71 133	89 109	28 439	2 999	20 458	8 128	9 472	2 232
Até 5 000	10 641	4 338	4 536	1 168	36	584	373	208	3
De 5 001 a 10 000	15 561	5 704	7 531	1 846	215	1 415	597	669	82
De 10 001 a 20 000	25 963	10 777	11 469	3 083	263	3 328	1 270	1 642	282
De 20 001 a 50 000	59 943	24 126	27 681	6 120	690	6 161	2 325	3 036	594
De 50 001 a 100 000	33 331	12 318	13 598	4 628	399	3 224	1 596	1 352	276
De 100 001 a 500 000	37 467	10 660	15 966	6 421	370	5 578	1 842	2 531	986
Mais de 500 000	28 791	3 210	8 328	5 173	1 026	168	125	34	9
Nordeste	848 382	259 590	340 708	152 593	22 135	123 847	39 759	53 716	15 796
Até 5 000	31 614	13 283	11 046	6 132	391	6 945	2 640	2 647	1 315
De 5 001 a 10 000	82 975	28 743	35 703	13 031	1 007	11 306	3 893	4 428	1 621
De 10 001 a 20 000	188 746	65 167	81 500	27 534	3 156	31 005	11 844	14 816	3 605
De 20 001 a 50 000	251 317	80 183	106 231	36 799	5 968	40 183	13 667	18 234	5 113
De 50 001 a 100 000	108 379	29 291	45 373	20 479	2 866	23 726	5 817	8 573	3 250
De 100 001 a 500 000	89 077	19 860	31 691	20 868	2 726	10 338	1 879	4 990	613
Mais de 500 000	96 274	23 063	29 164	27 750	6 021	344	19	28	279
Sudeste	1 037 377	340 971	343 599	284 664	30 433	290 958	97 760	98 279	68 745
Até 5 000	45 991	21 148	15 911	7 523	601	13 782	5 680	4 433	2 858
De 5 001 a 10 000	67 498	29 379	22 689	10 560	930	20 343	8 430	6 656	3 711
De 10 001 a 20 000	87 855	39 001	29 503	15 266	1 390	32 554	12 363	11 769	7 215
De 20 001 a 50 000	141 985	52 486	50 935	25 969	2 787	63 962	22 127	20 325	11 913
De 50 001 a 100 000	115 185	40 231	40 176	25 731	1 895	38 693	12 562	12 402	9 908
De 100 001 a 500 000	241 568	71 987	83 244	66 392	6 638	100 479	30 252	33 721	27 429
Mais de 500 000	337 295	86 739	101 141	133 223	16 192	21 145	6 346	8 973	5 711
Sul	436 486	133 555	141 987	104 614	34 765	66 667	22 988	23 102	13 140
Até 5 000	44 783	17 202	15 727	8 292	3 173	4 049	1 412	1 601	810
De 5 001 a 10 000	53 431	19 811	18 525	10 234	4 223	5 749	1 939	2 420	1 083
De 10 001 a 20 000	57 704	20 335	19 004	11 768	4 746	11 295	4 447	4 021	2 003
De 20 001 a 50 000	76 866	25 368	24 318	14 870	4 950	13 296	4 834	4 800	2 553
De 50 001 a 100 000	53 766	17 080	18 529	13 586	3 024	10 605	3 590	4 081	2 305
De 100 001 a 500 000	111 537	25 916	32 697	34 862	8 282	21 221	6 336	6 167	4 376
Mais de 500 000	38 399	7 843	13 187	11 002	6 367	452	430	12	10
Centro-Oeste	342 543	113 818	113 058	74 435	17 237	11 792	4 057	4 553	1 816
Até 5 000	19 672	8 354	7 155	2 709	612	1 112	361	347	224
De 5 001 a 10 000	21 147	8 555	7 775	3 824	889	744	268	319	120
De 10 001 a 20 000	32 263	11 937	9 585	5 752	1 336	2 235	462	937	278
De 20 001 a 50 000	35 510	12 752	11 943	6 914	1 912	3 911	1 273	1 558	532
De 50 001 a 100 000	24 096	7 420	8 532	4 506	1 521	803	230	210	348
De 100 001 a 500 000	27 653	10 813	7 404	6 689	2 747	1 275	422	618	232
Mais de 500 000	182 202	53 987	60 664	44 041	8 220	1 712	1 041	564	82

Tabela 3 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Somente comissionados					Sem vínculo permanente			
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior
2005									
Brasil	380 629	76 235	172 461	91 071	7 844	723 318	229 598	298 571	102 491
Até 5 000	29 161	7 722	13 945	6 177	628	33 923	12 648	13 596	5 669
De 5 001 a 10 000	38 321	9 024	18 200	8 470	769	66 669	23 703	28 309	8 861
De 10 001 a 20 000	61 875	13 418	32 099	12 701	1 094	124 320	45 503	55 294	14 569
De 20 001 a 50 000	83 574	15 199	40 137	17 821	1 640	177 322	60 553	71 553	18 300
De 50 001 a 100 000	49 770	8 304	22 101	12 355	908	100 667	33 750	40 172	14 551
De 100 001 a 500 000	72 807	13 131	29 382	19 935	1 591	145 653	32 993	62 462	21 654
Mais de 500 000	45 121	9 437	16 597	13 612	1 214	74 764	20 448	27 185	18 887
Norte	31 642	6 307	15 978	5 556	385	109 063	43 448	48 457	8 773
Até 5 000	2 436	549	1 401	322	18	2 883	1 087	1 305	368
De 5 001 a 10 000	3 038	886	1 612	432	16	6 634	2 607	3 290	519
De 10 001 a 20 000	5 252	1 475	2 877	566	34	14 827	5 284	7 596	1 222
De 20 001 a 50 000	7 060	1 427	4 140	1 210	111	29 959	12 969	14 470	1 735
De 50 001 a 100 000	4 959	1 022	2 566	1 007	31	24 256	10 288	8 757	1 643
De 100 001 a 500 000	6 530	874	3 164	1 544	175	16 289	5 688	7 896	1 504
Mais de 500 000	2 367	74	218	475	-	14 215	5 525	5 143	1 782
Nordeste	142 078	24 945	70 256	28 069	2 553	319 375	103 147	133 838	33 336
Até 5 000	9 288	2 697	4 593	1 689	101	11 005	4 399	4 292	1 640
De 5 001 a 10 000	15 257	3 497	7 905	2 854	216	29 298	9 960	12 723	3 481
De 10 001 a 20 000	30 195	5 922	17 002	5 673	460	74 660	28 752	34 058	7 131
De 20 001 a 50 000	38 240	6 199	19 698	6 569	665	96 382	32 157	38 056	7 776
De 50 001 a 100 000	19 437	2 535	9 216	4 000	288	42 231	12 783	17 918	5 715
De 100 001 a 500 000	18 414	2 734	7 850	4 056	229	45 878	9 641	16 741	4 114
Mais de 500 000	11 247	1 361	3 992	3 228	594	19 921	5 455	10 050	3 479
Sudeste	120 828	23 073	48 576	37 735	2 518	189 418	58 928	73 952	37 564
Até 5 000	6 079	1 219	2 558	1 960	129	9 233	3 534	3 706	1 661
De 5 001 a 10 000	9 264	1 811	3 812	2 739	178	18 127	6 898	7 006	2 702
De 10 001 a 20 000	13 171	2 643	6 294	3 633	186	19 066	6 620	7 697	3 195
De 20 001 a 50 000	21 892	3 788	9 123	6 300	437	32 316	10 438	11 466	5 187
De 50 001 a 100 000	15 598	2 496	6 434	4 316	324	21 923	7 250	8 740	4 485
De 100 001 a 500 000	35 986	6 939	13 776	11 163	806	63 015	15 207	28 031	11 648
Mais de 500 000	18 838	4 177	6 579	7 624	458	25 738	8 981	7 306	8 686
Sul	50 145	11 076	21 380	13 148	1 804	42 041	8 869	18 820	11 122
Até 5 000	7 745	2 245	3 521	1 619	310	4 598	1 357	1 952	1 139
De 5 001 a 10 000	7 089	1 759	3 030	1 784	283	4 621	1 336	1 803	974
De 10 001 a 20 000	8 642	1 958	4 012	2 039	330	6 304	1 818	2 612	1 585
De 20 001 a 50 000	10 155	1 930	4 363	2 525	294	8 211	1 737	3 514	1 871
De 50 001 a 100 000	6 031	1 234	2 336	2 028	221	6 022	1 355	2 562	1 760
De 100 001 a 500 000	9 713	1 927	3 834	2 711	345	9 629	1 175	4 983	2 659
Mais de 500 000	770	23	284	442	21	2 656	91	1 394	1 134
Centro-Oeste	35 936	10 834	16 271	6 563	584	63 421	15 206	23 504	11 696
Até 5 000	3 613	1 012	1 872	587	70	6 204	2 271	2 341	861
De 5 001 a 10 000	3 673	1 071	1 841	661	76	7 989	2 902	3 487	1 185
De 10 001 a 20 000	4 615	1 420	1 914	790	84	9 463	3 029	3 331	1 436
De 20 001 a 50 000	6 227	1 855	2 813	1 217	133	10 454	3 252	4 047	1 731
De 50 001 a 100 000	3 745	1 017	1 549	1 004	44	6 235	2 074	2 195	948
De 100 001 a 500 000	2 164	657	758	461	36	10 842	1 282	4 811	1 729
Mais de 500 000	11 899	3 802	5 524	1 843	141	12 234	396	3 292	3 806

Tabela 3 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estatutários						CLT		
	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental
2008									
Brasil	3 186 773	80 751	824 792	1 131 949	817 096	173 446	534 146	12 587	157 488
Até 5 000	161 990	5 578	54 098	58 009	30 586	8 318	24 837	565	8 229
De 5 001 a 10 000	258 603	9 132	82 531	96 341	49 923	12 724	42 535	1 097	13 459
De 10 001 a 20 000	487 288	17 721	151 586	189 085	90 323	22 628	79 143	2 311	26 768
De 20 001 a 50 000	670 347	18 977	182 369	251 466	130 954	28 872	119 964	2 990	34 846
De 50 001 a 100 000	393 898	11 891	100 610	148 820	95 554	19 409	76 619	2 030	20 238
De 100 001 a 500 000	592 691	11 455	132 973	199 003	193 956	32 456	143 668	2 781	42 490
Mais de 500 000	621 956	5 997	120 625	189 225	225 800	49 039	47 380	813	11 458
Norte	270 160	6 743	79 578	112 984	50 876	7 173	25 538	937	6 846
Até 5 000	11 350	546	3 297	4 908	2 218	175	298	44	66
De 5 001 a 10 000	18 141	567	5 330	8 008	3 099	411	2 701	157	793
De 10 001 a 20 000	40 098	1 605	12 513	16 312	7 369	986	4 978	320	1 222
De 20 001 a 50 000	76 386	1 605	23 818	32 169	12 057	1 328	5 422	102	1 280
De 50 001 a 100 000	49 004	868	13 983	19 322	7 876	1 803	3 471	285	1 168
De 100 001 a 500 000	48 734	239	15 924	18 906	11 992	1 673	6 447	29	2 205
Mais de 500 000	26 447	1 313	4 713	13 359	6 265	797	2 221	-	112
Nordeste	1 001 588	35 724	242 686	393 174	206 748	39 384	104 883	4 476	27 216
Até 5 000	29 442	2 000	8 837	10 644	5 961	881	5 617	221	1 690
De 5 001 a 10 000	83 701	3 590	24 653	33 871	16 248	2 735	11 476	312	3 452
De 10 001 a 20 000	235 363	9 402	66 632	101 303	40 273	7 370	21 057	947	6 424
De 20 001 a 50 000	304 462	11 179	71 677	124 281	50 980	10 046	27 759	998	7 442
De 50 001 a 100 000	134 731	4 605	29 980	56 724	28 769	5 960	18 734	405	3 772
De 100 001 a 500 000	99 164	3 158	16 972	34 111	26 363	5 067	12 006	884	3 114
Mais de 500 000	114 725	1 790	23 935	32 240	38 154	7 325	8 234	709	1 322
Sudeste	1 124 115	25 137	311 692	369 070	357 171	42 162	318 296	5 976	98 095
Até 5 000	50 467	1 758	19 193	17 475	9 247	1 437	13 856	265	4 888
De 5 001 a 10 000	77 613	3 063	27 854	27 339	15 204	2 291	21 577	412	7 663
De 10 001 a 20 000	105 152	3 622	39 979	36 244	20 022	3 373	37 178	790	13 811
De 20 001 a 50 000	156 810	4 027	52 412	52 220	35 776	5 854	70 193	1 648	21 546
De 50 001 a 100 000	116 313	3 949	34 522	40 695	32 053	2 049	41 133	1 218	11 628
De 100 001 a 500 000	294 550	6 564	67 326	100 251	106 563	9 660	101 962	1 550	29 343
Mais de 500 000	323 210	2 154	70 406	94 846	138 306	17 498	32 397	93	9 216
Sul	480 381	7 853	122 435	161 671	125 207	60 207	69 465	823	20 525
Até 5 000	49 109	864	15 894	17 511	9 923	4 917	4 566	34	1 472
De 5 001 a 10 000	53 911	1 084	17 310	18 215	11 096	5 933	5 462	209	1 180
De 10 001 a 20 000	67 232	1 484	20 369	21 801	14 929	8 258	13 817	172	4 571
De 20 001 a 50 000	84 292	1 462	22 189	27 566	22 360	8 607	13 671	78	3 877
De 50 001 a 100 000	65 853	1 345	14 443	23 162	19 174	7 493	11 578	109	3 250
De 100 001 a 500 000	119 867	1 148	25 836	37 820	41 519	13 544	19 959	221	6 166
Mais de 500 000	40 117	466	6 394	15 596	6 206	11 455	412	-	9
Centro-Oeste	310 529	5 294	68 401	95 050	77 094	24 520	15 964	375	4 806
Até 5 000	21 622	410	6 877	7 471	3 237	908	500	1	113
De 5 001 a 10 000	25 237	828	7 384	8 908	4 276	1 354	1 319	7	371
De 10 001 a 20 000	39 443	1 608	12 093	13 425	7 730	2 641	2 113	82	740
De 20 001 a 50 000	48 397	704	12 273	15 230	9 781	3 037	2 919	164	701
De 50 001 a 100 000	27 997	1 124	7 682	8 917	7 682	2 104	1 703	13	420
De 100 001 a 500 000	30 376	346	6 915	7 915	7 519	2 512	3 294	97	1 662
Mais de 500 000	117 457	274	15 177	33 184	36 869	11 964	4 116	11	799

Tabela 3 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	CLT			Somente comissionados					
	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação
2008									
Brasil	203 717	130 815	14 491	443 727	5 658	83 782	212 419	107 818	8 417
Até 5 000	9 683	5 513	598	31 178	444	7 431	14 503	6 815	694
De 5 001 a 10 000	16 491	9 027	1 103	42 485	651	9 205	20 648	9 545	928
De 10 001 a 20 000	30 132	16 137	2 891	73 896	1 129	15 332	38 166	14 603	1 662
De 20 001 a 50 000	46 930	25 466	3 150	98 225	1 115	16 442	49 343	20 794	1 792
De 50 001 a 100 000	28 919	20 459	3 354	59 071	515	10 626	28 351	14 869	1 099
De 100 001 a 500 000	51 767	42 367	3 102	90 890	1 374	16 130	41 464	25 474	1 210
Mais de 500 000	19 795	11 846	293	47 982	430	8 616	19 944	15 718	1 032
Norte	12 228	4 042	423	38 515	655	6 970	21 670	6 960	280
Até 5 000	178	9	1	2 373	76	368	1 443	402	26
De 5 001 a 10 000	1 211	184	41	3 454	81	717	1 943	497	36
De 10 001 a 20 000	2 483	599	156	6 134	168	1 466	3 391	796	44
De 20 001 a 50 000	3 046	428	17	8 234	129	1 356	4 626	1 313	42
De 50 001 a 100 000	1 616	360	42	6 682	14	1 394	3 505	975	89
De 100 001 a 500 000	2 576	1 471	166	9 058	141	1 478	5 569	1 861	9
Mais de 500 000	1 118	991	-	2 580	46	191	1 193	1 116	34
Nordeste	44 543	19 763	2 395	162 302	2 238	26 946	81 998	33 596	3 501
Até 5 000	2 193	1 351	160	8 602	185	2 185	4 374	1 583	137
De 5 001 a 10 000	4 452	2 102	229	15 646	232	3 475	8 099	3 227	286
De 10 001 a 20 000	8 870	3 882	540	37 224	469	7 820	20 486	5 899	761
De 20 001 a 50 000	12 942	4 499	492	45 513	728	6 713	24 126	7 352	900
De 50 001 a 100 000	8 652	3 829	654	23 123	272	2 677	12 105	4 916	557
De 100 001 a 500 000	4 425	2 701	226	18 381	142	1 987	7 775	5 120	273
Mais de 500 000	3 009	1 399	94	13 813	210	2 089	5 033	5 499	587
Sudeste	114 877	85 876	7 680	137 823	1 814	26 497	60 479	43 528	2 039
Até 5 000	5 196	3 058	242	6 700	40	1 311	2 760	2 170	201
De 5 001 a 10 000	7 713	5 128	547	10 694	168	1 961	4 973	3 146	231
De 10 001 a 20 000	13 090	8 260	998	14 335	268	2 588	6 706	4 138	345
De 20 001 a 50 000	24 178	16 693	1 580	25 235	118	4 701	11 564	7 493	465
De 50 001 a 100 000	13 752	12 445	1 901	14 507	35	2 661	6 432	5 016	119
De 100 001 a 500 000	37 318	31 023	2 223	45 958	1 070	8 750	19 618	14 478	437
Mais de 500 000	13 630	9 269	189	20 394	115	4 525	8 426	7 087	241
Sul	26 213	18 121	3 593	52 940	361	11 222	24 481	14 510	1 840
Até 5 000	1 854	1 017	189	8 044	103	2 156	3 541	1 961	283
De 5 001 a 10 000	2 497	1 331	245	7 388	38	1 896	3 280	1 852	301
De 10 001 a 20 000	4 860	2 985	1 146	9 286	92	1 925	4 336	2 517	344
De 20 001 a 50 000	5 504	3 100	1 013	10 540	56	2 020	4 977	2 854	219
De 50 001 a 100 000	4 277	3 375	559	6 391	51	1 140	2 901	2 012	268
De 100 001 a 500 000	6 833	6 298	441	10 337	21	2 022	4 803	3 088	403
Mais de 500 000	388	15	-	954	-	63	643	226	22
Centro-Oeste	5 856	3 013	400	52 147	590	12 147	23 791	9 224	757
Até 5 000	262	78	6	5 459	40	1 411	2 385	699	47
De 5 001 a 10 000	618	282	41	5 303	132	1 156	2 353	823	74
De 10 001 a 20 000	829	411	51	6 917	132	1 533	3 247	1 253	168
De 20 001 a 50 000	1 260	746	48	8 703	84	1 652	4 050	1 782	166
De 50 001 a 100 000	622	450	198	8 368	143	2 754	3 408	1 950	66
De 100 001 a 500 000	615	874	46	7 156	-	1 893	3 699	927	88
Mais de 500 000	1 650	172	10	10 241	59	1 748	4 649	1 790	148

Tabela 3 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estagiários			Sem vínculo permanente					
	Total (1)	Fundamental	Médio	Total (1)	Sem instrução (2)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2008									
Brasil	92 905	11 808	79 561	757 707	30 008	198 300	319 243	132 178	14 363
Até 5 000	1 913	257	1 656	30 971	1 384	9 041	12 751	6 080	774
De 5 001 a 10 000	3 200	520	2 660	63 881	2 322	18 774	27 518	10 494	1 032
De 10 001 a 20 000	6 579	995	5 510	134 792	6 509	38 501	59 468	20 104	2 415
De 20 001 a 50 000	14 147	2 159	11 470	193 976	8 078	50 358	81 030	25 394	2 599
De 50 001 a 100 000	12 978	1 325	11 524	105 782	3 840	25 224	45 009	19 461	1 883
De 100 001 a 500 000	29 538	3 853	25 249	154 895	6 568	38 760	62 102	33 214	3 994
Mais de 500 000	24 550	2 699	21 492	73 410	1 307	17 642	31 365	17 431	1 666
Norte	1 389	156	1 221	110 212	4 412	35 602	50 294	12 328	552
Até 5 000	5	3	2	2 754	181	605	1 388	490	62
De 5 001 a 10 000	12	-	6	4 423	183	988	2 318	449	45
De 10 001 a 20 000	73	66	7	12 616	817	3 729	5 824	1 147	75
De 20 001 a 50 000	98	54	44	32 976	704	11 249	15 432	3 431	201
De 50 001 a 100 000	267	32	229	13 132	462	3 184	5 048	1 381	84
De 100 001 a 500 000	239	1	238	26 712	1 738	7 950	12 406	3 945	73
Mais de 500 000	695	-	695	17 599	327	7 897	7 878	1 485	12
Nordeste	11 886	2 089	9 381	375 860	16 974	95 461	169 354	47 180	4 739
Até 5 000	23	6	17	11 731	702	3 776	4 850	1 844	161
De 5 001 a 10 000	289	93	196	30 808	1 424	9 562	13 717	3 752	285
De 10 001 a 20 000	399	106	285	82 355	4 719	23 680	38 597	9 097	988
De 20 001 a 50 000	1 227	229	993	115 867	5 702	28 576	49 358	11 632	1 225
De 50 001 a 100 000	1 456	284	1 150	57 775	2 776	13 014	27 232	8 101	987
De 100 001 a 500 000	3 208	786	2 400	54 060	1 614	11 839	23 915	8 956	522
Mais de 500 000	5 284	585	4 340	23 264	37	5 014	11 685	3 798	571
Sudeste	43 534	4 437	38 393	184 178	7 785	52 114	65 634	45 403	4 701
Até 5 000	368	47	321	9 516	365	2 917	3 632	2 065	152
De 5 001 a 10 000	873	193	676	19 735	514	6 191	7 977	3 945	309
De 10 001 a 20 000	1 990	142	1 840	24 905	850	7 581	9 402	5 723	601
De 20 001 a 50 000	5 525	764	4 313	32 749	1 455	8 663	11 829	6 704	703
De 50 001 a 100 000	5 500	488	4 911	26 304	493	7 028	9 343	7 335	389
De 100 001 a 500 000	14 650	2 014	12 493	55 510	3 174	15 287	19 913	13 778	1 860
Mais de 500 000	14 628	789	13 839	15 459	934	4 447	3 538	5 853	687
Sul	33 328	4 619	28 406	36 603	395	8 519	13 391	11 127	2 625
Até 5 000	1 509	201	1 308	4 433	65	1 091	1 950	1 059	268
De 5 001 a 10 000	1 989	230	1 759	5 346	66	1 374	2 222	1 311	228
De 10 001 a 20 000	3 866	620	3 245	6 525	40	1 572	2 289	1 931	439
De 20 001 a 50 000	7 016	1 084	5 871	4 903	166	1 002	1 893	1 553	153
De 50 001 a 100 000	5 325	521	4 804	3 987	35	1 000	1 584	1 199	158
De 100 001 a 500 000	11 005	1 045	9 719	11 146	23	2 456	3 384	3 967	1 316
Mais de 500 000	2 618	918	1 700	263	-	24	69	107	63
Centro-Oeste	2 768	507	2 160	50 854	442	6 604	20 570	16 140	1 746
Até 5 000	8	-	8	2 537	71	652	931	622	131
De 5 001 a 10 000	37	4	23	3 569	135	659	1 284	1 037	165
De 10 001 a 20 000	251	61	133	8 391	83	1 939	3 356	2 206	312
De 20 001 a 50 000	281	28	249	7 481	51	868	2 518	2 074	317
De 50 001 a 100 000	430	-	430	4 584	74	998	1 802	1 445	265
De 100 001 a 500 000	436	7	399	7 467	19	1 228	2 484	2 568	223
Mais de 500 000	1 325	407	918	16 825	9	260	8 195	6 188	333

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de escolaridade. (2) Foi considerado sem instrução aquele que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu a 1ª série do ensino fundamental.

Tabela 4 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade									
	Estatutários					CLT				
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação
2005										
Total	2 876 485	919 067	1 028 461	644 745	107 569	513 722	172 692	189 122	101 729	8 361
Norte	211 697	71 133	89 109	28 439	2 999	20 458	8 128	9 472	2 232	358
Rondônia	30 311	13 431	11 116	4 330	737	2 558	1 041	1 090	275	47
Acre	3 650	1 039	2 068	431	112	7 964	2 901	3 650	1 185	228
Amazonas	45 500	12 866	21 194	9 825	1 615	2 842	1 527	1 240	75	-
Roraima	3 064	1 168	1 410	256	13	714	321	313	19	1
Pará	90 599	30 726	33 892	7 280	331	4 265	1 617	1 924	539	82
Amapá	8 324	2 479	4 632	1 208	5	24	2	18	4	-
Tocantins	30 249	9 424	14 797	5 109	186	2 091	719	1 237	135	-
Nordeste	848 382	259 590	340 708	152 593	22 135	123 847	39 759	53 716	15 796	1 718
Maranhão	97 480	23 078	53 179	17 054	1 595	13 467	4 555	7 289	1 561	62
Piauí	38 251	12 666	13 721	9 822	1 629	17 533	5 653	8 034	3 495	128
Ceará	131 384	42 455	45 194	33 589	5 595	25 832	8 156	9 369	4 651	970
Rio Grande do Norte	62 900	21 074	22 422	17 843	760	6 467	2 449	2 503	1 453	62
Paraíba	79 143	31 518	23 784	18 972	3 982	4 022	1 669	1 401	684	128
Pernambuco	128 807	30 229	35 580	24 496	5 086	9 318	1 569	2 096	729	123
Alagoas	68 261	24 769	25 768	6 914	953	10 469	3 882	3 842	1 155	102
Sergipe	36 484	12 250	12 438	8 952	489	3 672	1 295	1 676	496	33
Bahia	205 672	61 551	108 622	14 951	2 046	33 067	10 531	17 506	1 572	110
Sudeste	1 037 377	340 971	343 599	284 664	30 433	290 958	97 760	98 279	68 745	3 607
Minas Gerais	336 916	124 580	111 820	70 281	15 693	32 417	12 609	10 883	7 004	1 023
Espírito Santo	47 199	13 304	14 385	8 503	3 132	12 005	3 251	3 109	1 333	146
Rio de Janeiro	226 933	62 696	84 169	70 941	5 168	24 276	10 510	7 278	4 472	429
São Paulo	426 329	140 391	133 225	134 939	6 440	222 260	71 390	77 009	55 936	2 009
Sul	436 486	133 555	141 987	104 614	34 765	66 667	22 988	23 102	13 140	2 525
Paraná	185 234	55 465	59 613	39 113	17 543	30 302	8 894	10 756	5 458	1 390
Santa Catarina	84 705	26 792	28 550	21 336	6 610	15 181	5 238	5 187	3 849	671
Rio Grande do Sul	166 547	51 298	53 824	44 165	10 612	21 184	8 856	7 159	3 833	464
Centro-Oeste	342 543	113 818	113 058	74 435	17 237	11 792	4 057	4 553	1 816	153
Mato Grosso do Sul	39 874	15 426	9 505	9 139	3 622	2 364	683	561	587	23
Mato Grosso	48 754	12 607	12 922	6 997	2 711	5 638	1 437	2 571	835	109
Goiás	103 820	37 533	36 726	16 647	4 618	2 531	1 193	994	314	13
Distrito Federal	150 095	48 252	53 905	41 652	6 286	1 259	744	427	80	8

Tabela 4 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade									
	Somente comissionados					Sem vínculo permanente				
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação
2005										
Total	380 629	76 235	172 461	91 071	7 844	723 318	229 598	298 571	102 491	9 118
Norte	31 642	6 307	15 978	5 556	385	109 063	43 448	48 457	8 773	347
Rondônia	5 601	1 715	2 858	776	83	693	236	116	177	3
Acre	1 022	220	549	210	43	2 512	883	1 221	356	52
Amazonas	5 186	1 077	2 900	1 162	47	30 821	14 188	13 796	2 763	74
Roraima	2 052	307	1 252	276	6	462	76	218	11	-
Pará	9 840	1 609	3 862	1 530	52	62 346	23 833	27 441	3 972	96
Amapá	1 511	65	914	446	6	3 966	1 226	1 914	262	5
Tocantins	6 430	1 314	3 643	1 156	148	8 263	3 006	3 751	1 232	117
Nordeste	142 078	24 945	70 256	28 069	2 553	319 375	103 147	133 838	33 336	3 223
Maranhão	12 261	1 617	6 839	3 354	305	44 070	13 654	23 312	3 704	440
Piauí	9 363	1 997	5 171	1 924	129	12 947	5 338	5 442	2 032	115
Ceará	15 945	1 675	6 890	4 845	413	45 602	14 233	14 611	4 723	197
Rio Grande do Norte	13 783	3 026	6 718	2 752	84	13 831	4 505	6 982	2 128	103
Paraíba	14 766	3 504	7 362	3 371	378	25 830	9 157	10 258	4 837	736
Pernambuco	27 242	4 024	9 556	4 633	710	51 732	10 258	17 153	6 490	966
Alagoas	6 111	1 337	2 112	1 431	132	5 623	1 673	2 499	565	27
Sergipe	11 812	3 520	5 970	1 597	64	7 973	2 572	3 537	1 172	120
Bahia	30 795	4 245	19 638	4 162	338	111 767	41 757	50 044	7 685	519
Sudeste	120 828	23 073	48 576	37 735	2 518	189 418	58 928	73 952	37 564	3 198
Minas Gerais	31 648	5 104	14 059	9 466	769	94 677	34 037	34 583	16 237	1 878
Espírito Santo	10 007	1 575	3 750	1 856	176	24 241	4 304	8 339	3 886	716
Rio de Janeiro	29 513	8 571	11 476	6 546	1 046	38 400	12 882	18 939	6 213	299
São Paulo	49 660	7 823	19 291	19 867	527	32 100	7 705	12 091	11 228	305
Sul	50 145	11 076	21 380	13 148	1 804	42 041	8 869	18 820	11 122	1 186
Paraná	19 924	4 296	8 273	5 013	938	9 295	1 208	4 979	2 205	276
Santa Catarina	10 574	1 892	4 757	3 192	601	15 729	3 692	6 395	4 817	738
Rio Grande do Sul	19 647	4 888	8 350	4 943	265	17 017	3 969	7 446	4 100	172
Centro-Oeste	35 936	10 834	16 271	6 563	584	63 421	15 206	23 504	11 696	1 164
Mato Grosso do Sul	8 284	2 574	3 441	1 681	146	6 118	1 765	2 391	1 549	166
Mato Grosso	3 626	345	1 673	859	61	17 840	4 405	4 692	2 179	285
Goiás	14 923	5 330	6 397	2 406	236	32 642	8 940	13 510	4 304	563
Distrito Federal	9 103	2 585	4 760	1 617	141	6 821	96	2 911	3 664	150

Tabela 4 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estatutários						CLT		
	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental
2008									
Total	3 186 773	80 751	824 792	1 131 949	817 096	173 446	534 146	12 587	157 488
Norte	270 160	6 743	79 578	112 984	50 876	7 173	25 538	937	6 846
Rondônia	34 070	1 333	11 592	12 181	6 701	2 263	3 270	136	1 033
Acre	3 975	89	1 243	1 710	777	156	9 840	453	2 689
Amazonas	49 271	491	11 154	22 320	11 297	1 422	7 795	327	1 426
Roraima	4 417	46	921	2 121	1 046	283	953	-	110
Pará	131 818	3 918	40 480	54 477	21 480	1 951	2 313	21	635
Amapá	11 628	248	4 430	4 888	1 764	104	1 300	-	941
Tocantins	34 981	618	9 758	15 287	7 811	994	67	-	12
Nordeste	1 001 588	35 724	242 686	393 174	206 748	39 384	104 883	4 476	27 216
Maranhão	122 777	3 065	29 560	60 581	24 395	3 839	7 984	310	1 247
Piauí	47 445	1 172	11 729	18 230	13 062	3 010	15 938	475	4 131
Ceará	163 085	5 883	40 236	57 759	42 360	8 658	18 531	724	4 208
Rio Grande do Norte	69 139	2 380	17 238	23 336	20 877	2 320	4 632	139	925
Paraíba	85 939	4 779	25 734	27 886	22 504	5 036	5 631	649	2 446
Pernambuco	145 396	5 413	31 345	46 350	31 719	8 984	5 835	886	1 385
Alagoas	74 636	5 793	17 224	27 577	14 755	2 033	9 304	346	2 785
Sergipe	42 047	1 703	12 194	13 638	10 087	1 660	4 961	65	1 171
Bahia	251 124	5 536	57 426	117 817	26 989	3 844	32 067	882	8 918
Sudeste	1 124 115	25 137	311 692	369 070	357 171	42 162	318 296	5 976	98 095
Minas Gerais	384 075	12 704	116 284	125 274	94 483	21 416	36 119	1 374	11 539
Espírito Santo	58 657	1 447	15 028	17 666	14 911	6 569	11 277	263	3 865
Rio de Janeiro	212 244	3 397	48 439	76 583	79 769	3 938	26 878	103	10 427
São Paulo	469 139	7 589	131 941	149 547	168 008	10 239	244 022	4 236	72 264
Sul	480 381	7 853	122 435	161 671	125 207	60 207	69 465	823	20 525
Paraná	197 444	4 122	48 677	70 253	45 107	28 069	27 316	253	7 200
Santa Catarina	103 134	2 125	26 194	33 666	26 689	13 929	21 279	289	5 932
Rio Grande do Sul	179 803	1 606	47 564	57 752	53 411	18 209	20 870	281	7 393
Centro-Oeste	310 529	5 294	68 401	95 050	77 094	24 520	15 964	375	4 806
Mato Grosso do Sul	53 630	886	15 784	14 768	15 315	6 877	3 424	12	1 108
Mato Grosso	55 583	1 868	13 258	20 001	11 263	6 606	5 906	195	2 258
Goiás	124 049	2 270	27 677	32 491	19 857	4 171	4 119	157	678
Distrito Federal	77 267	270	11 682	27 790	30 659	6 866	2 515	11	762

Tabela 4 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	CLT			Somente comissionados					
	Médio	Superior	Pós-graduação	Total (1)	Sem instrução (2)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2008									
Total	203 717	130 815	14 491	443 727	5 658	83 782	212 419	107 818	8 417
Norte	12 228	4 042	423	38 515	655	6 970	21 670	6 960	280
Rondônia	1 751	343	7	5 582	233	1 629	2 991	713	16
Acre	4 538	1 822	338	1 224	7	241	646	297	33
Amazonas	3 557	1 509	29	5 493	32	594	2 931	1 180	52
Roraima	669	166	8	2 228	6	296	1 597	324	5
Pará	1 317	185	40	15 998	253	2 985	8 563	3 054	81
Amapá	345	13	1	1 639	59	132	1 168	162	-
Tocantins	51	4	-	6 351	65	1 093	3 774	1 230	93
Nordeste	44 543	19 763	2 395	162 302	2 238	26 946	81 998	33 596	3 501
Maranhão	4 025	2 077	325	14 732	402	1 617	8 036	3 464	580
Piauí	6 718	4 095	498	11 069	230	2 224	5 911	2 464	192
Ceará	6 042	4 675	839	21 666	213	2 915	10 902	5 568	698
Rio Grande do Norte	2 805	489	5	13 675	147	2 443	6 316	2 910	158
Paraíba	1 667	778	91	15 690	364	3 428	8 280	3 263	355
Pernambuco	2 006	901	150	31 585	332	5 962	12 594	6 350	723
Alagoas	3 437	1 848	150	7 056	84	1 191	3 663	1 318	263
Sergipe	2 085	759	58	10 861	171	2 427	5 257	2 083	110
Bahia	15 758	4 141	279	35 968	295	4 739	21 039	6 176	422
Sudeste	114 877	85 876	7 680	137 823	1 814	26 497	60 479	43 528	2 039
Minas Gerais	12 661	7 508	1 843	34 896	320	6 107	16 140	10 398	885
Espírito Santo	4 466	2 014	268	12 062	211	2 233	5 143	2 650	302
Rio de Janeiro	8 032	6 454	234	32 359	417	6 732	16 291	8 323	276
São Paulo	89 718	69 900	5 335	58 506	866	11 425	22 905	22 157	576
Sul	26 213	18 121	3 593	52 940	361	11 222	24 481	14 510	1 840
Paraná	11 285	7 126	1 385	20 511	145	4 409	9 166	5 896	785
Santa Catarina	6 801	6 424	1 750	11 632	88	1 790	5 645	3 405	632
Rio Grande do Sul	8 127	4 571	458	20 797	128	5 023	9 670	5 209	423
Centro-Oeste	5 856	3 013	400	52 147	590	12 147	23 791	9 224	757
Mato Grosso do Sul	1 300	834	170	7 280	47	1 517	2 961	2 547	208
Mato Grosso	1 737	1 510	184	7 803	162	1 180	3 975	1 904	220
Goiás	1 208	544	40	29 569	322	7 751	12 551	3 430	239
Distrito Federal	1 611	125	6	7 495	59	1 699	4 304	1 343	90

Tabela 4 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005 - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estagiários			Sem vínculo permanente					
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação
2008									
Total	92 905	11 808	79 561	757 707	30 008	198 300	319 243	132 178	14 363
Norte	1 389	156	1 221	110 212	4 412	35 602	50 294	12 328	552
Rondônia	175	-	175	725	75	204	241	191	14
Acre	47	31	16	580	26	132	354	56	12
Amazonas	708	1	701	28 012	630	10 227	12 642	2 582	114
Roraima	70	65	5	5 767	83	2 581	2 566	515	22
Pará	248	59	183	62 749	3 055	18 996	28 913	6 798	248
Amapá	-	-	-	2 893	279	682	1 446	215	5
Tocantins	141	-	141	9 486	264	2 780	4 132	1 971	137
Nordeste	11 886	2 089	9 381	375 860	16 974	95 461	169 354	47 180	4 739
Maranhão	139	34	105	75 204	4 173	22 942	38 770	7 966	1 075
Piauí	269	16	253	17 369	1 424	6 035	6 950	2 278	185
Ceará	3 242	976	2 264	54 387	3 107	12 626	23 237	8 579	683
Rio Grande do Norte	2 001	207	1 786	15 351	493	3 464	6 636	3 199	251
Paraíba	338	224	114	29 854	1 241	7 414	15 116	5 545	538
Pernambuco	2 040	250	1 765	63 834	2 345	11 431	22 050	8 191	1 232
Alagoas	679	2	677	7 179	520	1 477	2 939	868	78
Sergipe	872	32	818	5 963	224	2 325	2 355	887	36
Bahia	2 306	348	1 599	106 719	3 447	27 747	51 301	9 667	661
Sudeste	43 534	4 437	38 393	184 178	7 785	52 114	65 634	45 403	4 701
Minas Gerais	10 471	515	9 683	101 802	5 430	28 519	36 974	22 465	2 426
Espírito Santo	3 627	684	2 730	27 143	472	5 103	11 214	7 206	1 701
Rio de Janeiro	3 717	897	2 804	29 910	1 333	11 206	9 708	7 157	156
São Paulo	25 719	2 341	23 176	25 323	550	7 286	7 738	8 575	418
Sul	33 328	4 619	28 406	36 603	395	8 519	13 391	11 127	2 625
Paraná	13 447	1 476	11 960	2 390	76	464	1 057	577	216
Santa Catarina	6 503	1 222	5 280	24 163	213	5 326	8 108	7 966	2 209
Rio Grande do Sul	13 378	1 921	11 166	10 050	106	2 729	4 226	2 584	200
Centro-Oeste	2 768	507	2 160	50 854	442	6 604	20 570	16 140	1 746
Mato Grosso do Sul	828	94	734	7 189	79	1 116	2 298	3 154	542
Mato Grosso	719	22	697	15 511	202	2 453	7 045	4 467	369
Goiás	518	158	259	17 495	152	2 916	5 003	4 382	665
Distrito Federal	703	233	470	10 659	9	119	6 224	4 137	170

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de escolaridade. (2) Foi considerado sem instrução aquele que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu a 1ª série do ensino fundamental.

Tabela 5 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício						
	Número de municípios		Pessoal ocupado				
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2005							
Brasil	5 564	1 053	273 448	93 199	128 809	18 374	33 066
Até 5 000	1 362	91	449	216	76	60	97
De 5 001 a 10 000	1 310	133	1 825	993	248	181	403
De 10 001 a 20 000	1 298	195	4 174	1 861	913	386	1 014
De 20 001 a 50 000	1 026	283	12 102	4 988	4 419	1 096	1 599
De 50 001 a 100 000	313	151	17 244	7 458	5 466	1 559	2 761
De 100 001 a 500 000	220	165	85 959	31 301	35 115	6 043	13 500
Mais de 500 000	35	35	151 695	46 382	82 572	9 049	13 692
Norte	449	61	8 787	3 834	1 316	1 292	2 345
Até 5 000	96	1	4	2	-	-	2
De 5 001 a 10 000	86	2	17	9	-	2	6
De 10 001 a 20 000	104	6	104	47	-	20	37
De 20 001 a 50 000	113	31	853	254	218	122	259
De 50 001 a 100 000	33	9	1 745	1 119	59	125	442
De 100 001 a 500 000	15	10	1 511	232	541	377	361
Mais de 500 000	2	2	4 553	2 171	498	646	1 238
Nordeste	1 793	243	41 888	16 349	14 003	3 846	7 690
Até 5 000	266	8	34	7	-	23	4
De 5 001 a 10 000	400	20	319	51	11	29	228
De 10 001 a 20 000	557	61	1 275	404	197	98	576
De 20 001 a 50 000	414	77	1 698	623	539	135	401
De 50 001 a 100 000	105	42	3 269	1 298	545	443	983
De 100 001 a 500 000	41	25	4 782	1 524	1 288	790	1 180
Mais de 500 000	10	10	30 511	12 442	11 423	2 328	4 318
Sudeste	1 668	459	157 249	42 007	90 991	7 862	16 389
Até 5 000	408	37	179	102	30	21	26
De 5 001 a 10 000	411	59	709	421	185	52	51
De 10 001 a 20 000	326	75	1 182	665	301	107	109
De 20 001 a 50 000	292	117	7 229	2 740	3 202	490	797
De 50 001 a 100 000	103	64	8 207	3 478	3 661	537	531
De 100 001 a 500 000	111	90	59 991	18 393	28 451	3 695	9 452
Mais de 500 000	17	17	79 752	16 208	55 161	2 960	5 423
Sul	1 188	193	37 440	20 142	12 023	1 808	3 467
Até 5 000	435	25	138	72	45	9	12
De 5 001 a 10 000	301	33	524	349	52	59	64
De 10 001 a 20 000	209	34	810	301	312	102	95
De 20 001 a 50 000	144	42	1 681	1 026	460	140	55
De 50 001 a 100 000	54	26	2 705	1 086	1 161	158	300
De 100 001 a 500 000	43	31	17 566	10 494	4 816	954	1 302
Mais de 500 000	2	2	14 016	6 814	5 177	386	1 639
Centro-Oeste	466	97	28 084	10 867	10 476	3 566	3 175
Até 5 000	157	20	94	33	1	7	53
De 5 001 a 10 000	112	19	256	163	-	39	54
De 10 001 a 20 000	102	19	803	444	103	59	197
De 20 001 a 50 000	63	16	641	345	-	209	87
De 50 001 a 100 000	18	10	1 318	477	40	296	505
De 100 001 a 500 000	10	9	2 109	658	19	227	1 205
Mais de 500 000	4	4	22 863	8 747	10 313	2 729	1 074

Tabela 5 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício						
	Número de municípios		Pessoal ocupado				
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissio- nados	Sem vínculo permanente
2006							
Brasil	5 564	953	283 834	94 606	138 383	19 607	31 238
Até 5 000	1 371	73	416	197	91	55	73
De 5 001 a 10 000	1 290	110	1 267	725	122	145	275
De 10 001 a 20 000	1 292	168	3 405	1 501	682	563	659
De 20 001 a 50 000	1 033	260	12 948	5 539	4 303	1 059	2 047
De 50 001 a 100 000	311	141	15 896	6 703	4 622	1 593	2 978
De 100 001 a 500 000	231	165	89 821	32 573	40 274	6 969	10 005
Mais de 500 000	36	36	160 081	47 368	88 289	9 223	15 201
Norte	449	49	7 510	2 589	2 525	918	1 478
Até 5 000	96	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	85	2	21	-	2	1	18
De 10 001 a 20 000	101	3	52	-	41	11	-
De 20 001 a 50 000	115	21	598	339	71	59	129
De 50 001 a 100 000	33	9	1 529	835	70	140	484
De 100 001 a 500 000	17	12	1 711	195	987	366	163
Mais de 500 000	2	2	3 599	1 220	1 354	341	684
Nordeste	1 793	240	47 378	19 511	14 141	5 207	8 519
Até 5 000	266	9	28	5	6	13	4
De 5 001 a 10 000	396	22	146	31	25	33	57
De 10 001 a 20 000	558	52	587	272	105	84	126
De 20 001 a 50 000	416	80	2 037	920	515	115	487
De 50 001 a 100 000	104	39	3 672	1 326	590	418	1 338
De 100 001 a 500 000	42	27	3 132	1 076	350	684	1 022
Mais de 500 000	11	11	37 776	15 881	12 550	3 860	5 485
Sudeste	1 668	402	164 471	45 378	96 030	9 248	13 815
Até 5 000	410	26	136	64	29	12	31
De 5 001 a 10 000	405	43	479	325	65	24	65
De 10 001 a 20 000	327	68	1 280	671	238	197	174
De 20 001 a 50 000	290	103	6 279	2 235	2 819	432	793
De 50 001 a 100 000	105	60	7 427	2 963	3 356	531	577
De 100 001 a 500 000	114	85	64 364	22 207	32 175	4 645	5 337
Mais de 500 000	17	17	84 506	16 913	57 348	3 407	6 838
Sul	1 188	175	35 255	16 863	11 697	1 903	4 792
Até 5 000	442	22	156	82	54	10	10
De 5 001 a 10 000	295	26	508	299	30	64	115
De 10 001 a 20 000	203	31	824	244	202	105	273
De 20 001 a 50 000	148	41	2 331	957	720	252	402
De 50 001 a 100 000	52	22	2 601	1 377	561	173	490
De 100 001 a 500 000	46	31	17 582	7 938	6 760	943	1 941
Mais de 500 000	2	2	11 253	5 966	3 370	356	1 561
Centro-Oeste	466	87	29 220	10 265	13 990	2 331	2 634
Até 5 000	157	16	96	46	2	20	28
De 5 001 a 10 000	109	17	113	70	-	23	20
De 10 001 a 20 000	103	14	662	314	96	166	86
De 20 001 a 50 000	64	15	1 703	1 088	178	201	236
De 50 001 a 100 000	17	11	667	202	45	331	89
De 100 001 a 500 000	12	10	3 032	1 157	2	331	1 542
Mais de 500 000	4	4	22 947	7 388	13 667	1 259	633

Tabela 5 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício							
	Número de municípios		Pessoal ocupado					
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
2008								
Brasil	5 564	1 128	270 988	99 606	116 660	18 386	10 735	25 599
Até 5 000	1 267	89	481	323	79	56	1	22
De 5 001 a 10 000	1 290	131	1 179	695	162	161	5	156
De 10 001 a 20 000	1 385	220	4 231	2 021	1 033	558	41	576
De 20 001 a 50 000	1 037	302	13 622	5 980	4 453	962	371	1 856
De 50 001 a 100 000	319	175	18 884	7 975	5 840	1 816	809	2 444
De 100 001 a 500 000	229	175	98 283	35 253	43 483	7 248	3 691	8 608
Mais de 500 000	37	36	134 308	47 359	61 610	7 585	5 817	11 937
Norte	449	66	7 980	3 103	1 941	1 249	697	990
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	4	24	7	3	5	-	9
De 10 001 a 20 000	112	9	109	38	-	34	4	33
De 20 001 a 50 000	108	26	752	201	225	71	1	254
De 50 001 a 100 000	34	12	2 009	1 311	171	163	320	44
De 100 001 a 500 000	17	13	1 376	335	421	493	38	89
Mais de 500 000	2	2	3 710	1 211	1 121	483	334	561
Nordeste	1 793	286	46 771	20 180	13 773	6 115	991	5 712
Até 5 000	228	9	24	6	-	14	-	4
De 5 001 a 10 000	388	23	136	42	19	34	-	41
De 10 001 a 20 000	586	73	807	352	155	105	3	192
De 20 001 a 50 000	429	91	1 967	819	559	155	5	429
De 50 001 a 100 000	109	51	3 972	1 450	773	451	16	1 282
De 100 001 a 500 000	42	28	4 267	1 952	671	714	154	776
Mais de 500 000	11	11	35 598	15 559	11 596	4 642	813	2 988
Sudeste	1 668	472	156 461	51 912	80 179	6 916	4 454	12 998
Até 5 000	384	36	218	155	41	17	-	5
De 5 001 a 10 000	412	55	509	289	103	37	1	79
De 10 001 a 20 000	350	88	1 632	860	377	130	27	236
De 20 001 a 50 000	288	116	7 630	3 199	2 929	414	294	794
De 50 001 a 100 000	99	66	8 824	3 247	3 747	560	322	948
De 100 001 a 500 000	118	94	73 897	24 831	35 848	4 387	2 460	6 371
Mais de 500 000	17	17	63 751	19 331	37 134	1 371	1 350	4 565
Sul	1 188	205	41 759	17 848	14 298	2 141	4 504	2 968
Até 5 000	422	27	166	102	38	12	1	13
De 5 001 a 10 000	290	28	434	311	21	75	4	23
De 10 001 a 20 000	229	36	986	390	400	135	7	54
De 20 001 a 50 000	145	47	2 027	990	557	139	71	270
De 50 001 a 100 000	58	32	2 927	1 328	1 089	233	151	126
De 100 001 a 500 000	41	32	16 040	7 216	6 330	1 131	1 033	330
Mais de 500 000	3	3	19 179	7 511	5 863	416	3 237	2 152
Centro-Oeste	466	99	18 017	6 563	6 469	1 965	89	2 931
Até 5 000	146	17	73	60	-	13	-	-
De 5 001 a 10 000	111	21	76	46	16	10	-	4
De 10 001 a 20 000	108	14	697	381	101	154	-	61
De 20 001 a 50 000	67	22	1 246	771	183	183	-	109
De 50 001 a 100 000	19	14	1 152	639	60	409	-	44
De 100 001 a 500 000	11	8	2 703	919	213	523	6	1 042
Mais de 500 000	4	3	12 070	3 747	5 896	673	83	1 671

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício. (2) Nos anos de 2005 e 2006, os estagiários estavam incluídos no sem vínculo permanente.

Tabela 6 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício						
	Número de municípios		Pessoal ocupado				
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2005							
Total	5 564	1 053	273 448	93 199	128 809	18 374	33 066
Norte	449	61	8 787	3 834	1 316	1 292	2 345
Rondônia	52	10	396	131	88	150	27
Acre	22	3	586	3	336	23	224
Amazonas	62	14	1 838	473	545	137	683
Roraima	15	2	286	70	-	197	19
Pará	143	23	3 867	2 028	19	634	1 186
Amapá	16	2	413	81	160	97	75
Tocantins	139	7	1 401	1 048	168	54	131
Nordeste	1 793	243	41 888	16 349	14 003	3 846	7 690
Maranhão	217	34	3 772	1 251	316	266	1 939
Piauí	223	5	5 673	3 384	2 125	127	37
Ceará	184	36	7 168	3 665	1 760	427	1 316
Rio Grande do Norte	167	12	2 637	285	1 507	166	679
Paraíba	223	40	2 868	1 124	153	336	1 255
Pernambuco	185	41	7 488	1 230	3 418	1 359	1 481
Alagoas	102	17	2 389	863	1 231	173	122
Sergipe	75	5	2 119	732	776	401	210
Bahia	417	53	7 774	3 815	2 717	591	651
Sudeste	1 668	459	157 249	42 007	90 991	7 862	16 389
Minas Gerais	853	204	31 780	12 522	11 033	1 296	6 929
Espírito Santo	78	34	2 734	932	1 538	144	120
Rio de Janeiro	92	43	56 825	9 858	36 217	3 956	6 794
São Paulo	645	178	65 910	18 695	42 203	2 466	2 546
Sul	1 188	193	37 440	20 142	12 023	1 808	3 467
Paraná	399	76	11 778	5 725	4 060	477	1 516
Santa Catarina	293	74	9 990	6 305	2 417	750	518
Rio Grande do Sul	496	43	15 672	8 112	5 546	581	1 433
Centro-Oeste	466	97	28 084	10 867	10 476	3 566	3 175
Mato Grosso do Sul	78	12	2 306	609	1 454	151	92
Mato Grosso	141	26	2 291	344	255	159	1 533
Goiás	246	58	10 084	2 890	3 198	2 650	1 346
Distrito Federal	1	1	13 403	7 024	5 569	606	204

Tabela 6 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício						
	Número de municípios		Pessoal ocupado				
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
2006							
Total	5 564	953	283 834	94 606	138 383	19 607	31 238
Norte	449	49	7 510	2 589	2 525	918	1 478
Rondônia	52	8	228	86	63	75	4
Acre	22	4	791	-	770	19	2
Amazonas	62	8	1 449	194	957	153	145
Roraima	15	2	393	95	59	210	29
Pará	143	18	2 665	1 285	445	296	639
Amapá	16	1	312	8	159	72	73
Tocantins	139	8	1 672	921	72	93	586
Nordeste	1 793	240	47 378	19 511	14 141	5 207	8 519
Maranhão	217	25	5 116	2 411	173	685	1 847
Piauí	223	5	8 116	4 363	2 339	778	636
Ceará	184	38	6 908	3 571	1 810	442	1 085
Rio Grande do Norte	167	17	2 988	463	1 475	279	771
Paraíba	223	43	3 051	1 233	165	362	1 291
Pernambuco	185	48	9 615	1 576	4 406	1 745	1 888
Alagoas	102	16	2 415	835	1 199	178	203
Sergipe	75	6	1 386	1 016	94	228	48
Bahia	417	42	7 783	4 043	2 480	510	750
Sudeste	1 668	402	164 471	45 378	96 030	9 248	13 815
Minas Gerais	853	174	35 490	14 027	12 788	1 313	7 362
Espírito Santo	78	23	1 616	611	768	101	136
Rio de Janeiro	92	44	55 396	11 411	37 561	4 481	1 943
São Paulo	645	161	71 969	19 329	44 913	3 353	4 374
Sul	1 188	175	35 255	16 863	11 697	1 903	4 792
Paraná	399	76	9 998	4 743	3 174	568	1 513
Santa Catarina	293	65	8 397	3 820	2 934	686	957
Rio Grande do Sul	496	34	16 860	8 300	5 589	649	2 322
Centro-Oeste	466	87	29 220	10 265	13 990	2 331	2 634
Mato Grosso do Sul	78	16	3 781	1 279	1 526	327	649
Mato Grosso	141	19	2 086	501	254	144	1 187
Goiás	246	51	10 988	3 403	5 538	1 249	798
Distrito Federal	1	1	12 365	5 082	6 672	611	-

Tabela 6 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício							
	Número de municípios		Pessoal ocupado					
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
2008								
Total	5 564	1 128	270 988	99 606	116 660	18 386	10 735	25 599
Norte	449	66	7 980	3 103	1 941	1 249	697	990
Rondônia	52	17	464	158	121	147	31	7
Acre	22	3	336	-	272	47	-	17
Amazonas	62	12	1 535	135	828	217	172	183
Roraima	15	2	393	69	-	303	14	7
Pará	143	22	2 967	1 412	397	353	163	642
Amapá	16	2	309	35	126	103	17	28
Tocantins	139	8	1 976	1 294	197	79	300	106
Nordeste	1 793	286	46 771	20 180	13 773	6 115	991	5712
Maranhão	217	32	4 629	2 613	302	628	-	1086
Piauí	223	10	8 927	4 773	2 009	1 891	146	108
Ceará	184	36	6 829	3 598	1 713	475	272	771
Rio Grande do Norte	167	14	2 531	313	1 801	169	57	191
Paraíba	223	46	3 555	1 324	51	410	40	1730
Pernambuco	185	68	6 884	1 479	3 589	1 110	10	696
Alagoas	102	19	2 717	1 015	1 409	199	54	40
Sergipe	75	8	1 590	523	357	561	63	86
Bahia	417	53	9 109	4 542	2 542	672	349	1004
Sudeste	1 668	472	156 461	51 912	80 179	6 916	4 454	12998
Minas Gerais	853	190	41 134	16 788	16 168	1 614	771	5793
Espírito Santo	78	35	2 275	807	980	146	130	212
Rio de Janeiro	92	50	32 883	12 777	14 977	2 504	744	1881
São Paulo	645	197	80 169	21 540	48 054	2 652	2 809	5112
Sul	1 188	205	41 759	17 848	14 298	2 141	4 504	2968
Paraná	399	81	16 663	5 090	5 521	663	2 917	2472
Santa Catarina	293	83	9 199	4 874	2 580	827	527	391
Rio Grande do Sul	496	41	15 897	7 884	6 197	651	1 060	105
Centro-Oeste	466	99	18 017	6 563	6 469	1 965	89	2931
Mato Grosso do Sul	78	17	3 216	2 280	117	348	2	469
Mato Grosso	141	26	1 433	440	383	92	-	518
Goiás	246	55	13 368	3 843	5 969	1 525	87	1944
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício. (2) Nos anos de 2005 e 2006, os estagiários estavam incluídos no sem vínculo permanente.

Tabela 7 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade									
	Estatutários					CLT				
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação
2005										
Brasil	93 199	31 554	32 642	16 676	4 455	128 809	53 912	46 564	19 944	3 172
Até 5 000	216	56	114	30	16	76	27	40	9	-
De 5 001 a 10 000	993	345	508	138	2	248	112	112	21	-
De 10 001 a 20 000	1 861	540	702	447	118	913	317	385	137	14
De 20 001 a 50 000	4 988	1 944	2 097	712	145	4 419	1 332	1 349	571	636
De 50 001 a 100 000	7 458	3 412	2 334	1 106	552	5 466	2 344	1 985	746	129
De 100 001 a 500 000	31 301	7 741	10 443	7 231	2 249	35 115	14 888	9 902	5 276	1 335
Mais de 500 000	46 382	17 516	16 444	7 012	1 373	82 572	34 892	32 791	13 184	1 058
Norte	3 834	595	673	434	233	1 316	267	765	194	90
Até 5 000	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	9	2	6	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	47	22	24	1	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	254	71	144	28	7	218	20	105	24	69
De 50 001 a 100 000	1 119	428	305	168	218	59	23	33	2	1
De 100 001 a 500 000	232	70	136	23	3	541	165	301	67	8
Mais de 500 000	2 171	-	58	213	5	498	59	326	101	12
Nordeste	16 349	4 870	7 062	1 901	621	14 003	7 069	4 789	1 285	365
Até 5 000	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	51	24	26	1	-	11	8	1	2	-
De 10 001 a 20 000	404	72	129	203	-	197	71	115	10	1
De 20 001 a 50 000	623	272	271	41	39	539	247	259	25	6
De 50 001 a 100 000	1 298	321	510	261	203	545	269	239	28	9
De 100 001 a 500 000	1 524	483	685	219	137	1 288	582	295	330	81
Mais de 500 000	12 442	3 698	5 434	1 176	242	11 423	5 892	3 880	890	268
Sudeste	42 007	13 914	15 053	8 802	1 510	90 991	35 431	32 817	15 954	2 314
Até 5 000	102	29	47	15	11	30	16	13	1	-
De 5 001 a 10 000	421	179	169	73	-	185	74	96	12	-
De 10 001 a 20 000	665	291	297	61	10	301	107	120	72	2
De 20 001 a 50 000	2 740	1 185	1 046	427	35	3 202	925	802	443	503
De 50 001 a 100 000	3 478	2 044	964	372	48	3 661	1 762	985	545	107
De 100 001 a 500 000	18 393	4 974	5 887	4 259	648	28 451	11 866	7 515	4 333	1 056
Mais de 500 000	16 208	5 212	6 643	3 595	758	55 161	20 681	23 286	10 548	646
Sul	20 142	6 720	6 713	4 168	1 469	12 023	4 865	5 420	1 409	294
Até 5 000	72	19	39	12	2	45	11	26	8	-
De 5 001 a 10 000	349	92	209	46	2	52	30	15	7	-
De 10 001 a 20 000	301	81	156	38	5	312	125	121	53	11
De 20 001 a 50 000	1 026	342	455	175	15	460	140	183	79	58
De 50 001 a 100 000	1 086	454	405	203	24	1 161	284	694	171	12
De 100 001 a 500 000	10 494	2 046	3 571	2 595	1 270	4 816	2 275	1 783	535	190
Mais de 500 000	6 814	3 686	1 878	1 099	151	5 177	2 000	2 598	556	23
Centro-Oeste	10 867	5 455	3 141	1 371	622	10 476	6 280	2 773	1 102	109
Até 5 000	33	6	21	3	3	1	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	163	48	98	17	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	444	74	96	144	103	103	14	29	2	-
De 20 001 a 50 000	345	74	181	41	49	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	477	165	150	102	59	40	6	34	-	-
De 100 001 a 500 000	658	168	164	135	191	19	-	8	11	-
Mais de 500 000	8 747	4 920	2 431	929	217	10 313	6 260	2 701	1 089	109

Tabela 7 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade									
	Estatutários					CLT				
	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação
2005										
Brasil	93 199	31 554	32 642	16 676	4 455	128 809	53 912	46 564	19 944	3 172
Até 5 000	216	56	114	30	16	76	27	40	9	-
De 5 001 a 10 000	993	345	508	138	2	248	112	112	21	-
De 10 001 a 20 000	1 861	540	702	447	118	913	317	385	137	14
De 20 001 a 50 000	4 988	1 944	2 097	712	145	4 419	1 332	1 349	571	636
De 50 001 a 100 000	7 458	3 412	2 334	1 106	552	5 466	2 344	1 985	746	129
De 100 001 a 500 000	31 301	7 741	10 443	7 231	2 249	35 115	14 888	9 902	5 276	1 335
Mais de 500 000	46 382	17 516	16 444	7 012	1 373	82 572	34 892	32 791	13 184	1 058
Norte	3 834	595	673	434	233	1 316	267	765	194	90
Até 5 000	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	9	2	6	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	47	22	24	1	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	254	71	144	28	7	218	20	105	24	69
De 50 001 a 100 000	1 119	428	305	168	218	59	23	33	2	1
De 100 001 a 500 000	232	70	136	23	3	541	165	301	67	8
Mais de 500 000	2 171	-	58	213	5	498	59	326	101	12
Nordeste	16 349	4 870	7 062	1 901	621	14 003	7 069	4 789	1 285	365
Até 5 000	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	51	24	26	1	-	11	8	1	2	-
De 10 001 a 20 000	404	72	129	203	-	197	71	115	10	1
De 20 001 a 50 000	623	272	271	41	39	539	247	259	25	6
De 50 001 a 100 000	1 298	321	510	261	203	545	269	239	28	9
De 100 001 a 500 000	1 524	483	685	219	137	1 288	582	295	330	81
Mais de 500 000	12 442	3 698	5 434	1 176	242	11 423	5 892	3 880	890	268
Sudeste	42 007	13 914	15 053	8 802	1 510	90 991	35 431	32 817	15 954	2 314
Até 5 000	102	29	47	15	11	30	16	13	1	-
De 5 001 a 10 000	421	179	169	73	-	185	74	96	12	-
De 10 001 a 20 000	665	291	297	61	10	301	107	120	72	2
De 20 001 a 50 000	2 740	1 185	1 046	427	35	3 202	925	802	443	503
De 50 001 a 100 000	3 478	2 044	964	372	48	3 661	1 762	985	545	107
De 100 001 a 500 000	18 393	4 974	5 887	4 259	648	28 451	11 866	7 515	4 333	1 056
Mais de 500 000	16 208	5 212	6 643	3 595	758	55 161	20 681	23 286	10 548	646
Sul	20 142	6 720	6 713	4 168	1 469	12 023	4 865	5 420	1 409	294
Até 5 000	72	19	39	12	2	45	11	26	8	-
De 5 001 a 10 000	349	92	209	46	2	52	30	15	7	-
De 10 001 a 20 000	301	81	156	38	5	312	125	121	53	11
De 20 001 a 50 000	1 026	342	455	175	15	460	140	183	79	58
De 50 001 a 100 000	1 086	454	405	203	24	1 161	284	694	171	12
De 100 001 a 500 000	10 494	2 046	3 571	2 595	1 270	4 816	2 275	1 783	535	190
Mais de 500 000	6 814	3 686	1 878	1 099	151	5 177	2 000	2 598	556	23
Centro-Oeste	10 867	5 455	3 141	1 371	622	10 476	6 280	2 773	1 102	109
Até 5 000	33	6	21	3	3	1	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	163	48	98	17	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	444	74	96	144	103	103	14	29	2	-
De 20 001 a 50 000	345	74	181	41	49	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	477	165	150	102	59	40	6	34	-	-
De 100 001 a 500 000	658	168	164	135	191	19	-	8	11	-
Mais de 500 000	8 747	4 920	2 431	929	217	10 313	6 260	2 701	1 089	109

Tabela 7 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estatutários						CLT		
	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental	Médio	Superior	Pós- graduação	Total (1)	Sem instrução (2)	Funda- mental
2008									
Brasil	99 606	2 783	23 311	35 893	20 455	6 049	116 660	3 210	33 843
Até 5 000	323	-	41	179	80	6	79	-	19
De 5 001 a 10 000	695	11	204	359	94	7	162	3	62
De 10 001 a 20 000	2 021	62	656	898	290	115	1 033	16	390
De 20 001 a 50 000	5 980	313	1 751	2 257	707	342	4 453	108	1 582
De 50 001 a 100 000	7 975	116	2 816	3 253	1 049	741	5 840	121	2 385
De 100 001 a 500 000	35 253	530	9 033	12 619	9 201	3 550	43 483	779	16 785
Mais de 500 000	47 359	1 751	8 810	16 328	9 034	1 288	61 610	2 183	12 620
Norte	3 103	34	561	778	281	277	1 941	18	296
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	7	-	1	6	-	-	3	-	2
De 10 001 a 20 000	38	2	18	16	2	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	201	16	71	92	19	-	225	-	37
De 50 001 a 100 000	1 311	9	397	475	176	254	171	-	62
De 100 001 a 500 000	335	7	70	175	69	14	421	9	127
Mais de 500 000	1 211	-	4	14	15	9	1 121	9	68
Nordeste	20 180	1 120	3 849	7 388	3 806	811	13 773	968	4 587
Até 5 000	6	-	-	5	1	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	42	5	4	27	6	-	19	-	8
De 10 001 a 20 000	352	12	139	170	29	2	155	2	36
De 20 001 a 50 000	819	29	206	475	70	39	559	9	233
De 50 001 a 100 000	1 450	33	283	724	150	260	773	5	348
De 100 001 a 500 000	1 952	9	377	815	309	231	671	8	280
Mais de 500 000	15 559	1 032	2 840	5 172	3 241	279	11 596	944	3 682
Sudeste	51 912	1 499	14 664	19 791	12 842	3 096	80 179	2 035	24 560
Até 5 000	155	-	14	89	49	3	41	-	11
De 5 001 a 10 000	289	4	97	125	42	1	103	3	44
De 10 001 a 20 000	860	25	311	412	104	8	377	12	156
De 20 001 a 50 000	3 199	257	1 120	1 153	401	268	2 929	85	1 014
De 50 001 a 100 000	3 247	46	1 625	1 070	446	60	3 747	113	1 599
De 100 001 a 500 000	24 831	448	6 692	8 619	6 895	2 177	35 848	607	13 289
Mais de 500 000	19 331	719	4 805	8 323	4 905	579	37 134	1 215	8 447
Sul	17 848	76	3 128	5 939	2 918	1 489	14 298	189	4 107
Até 5 000	102	-	23	56	22	1	38	-	8
De 5 001 a 10 000	311	2	94	173	37	5	21	-	8
De 10 001 a 20 000	390	17	101	199	63	10	400	2	133
De 20 001 a 50 000	990	9	327	455	168	31	557	14	257
De 50 001 a 100 000	1 328	13	331	642	223	119	1 089	3	320
De 100 001 a 500 000	7 216	35	1 712	2 830	1 685	954	6 330	155	2 958
Mais de 500 000	7 511	-	540	1 584	720	369	5 863	15	423
Centro-Oeste	6 563	54	1 109	1 997	608	376	6 469	-	293
Até 5 000	60	-	4	29	8	2	-	-	-
De 5 001 a 10 000	46	-	8	28	9	1	16	-	-
De 10 001 a 20 000	381	6	87	101	92	95	101	-	65
De 20 001 a 50 000	771	2	27	82	49	4	183	-	41
De 50 001 a 100 000	639	15	180	342	54	48	60	-	56
De 100 001 a 500 000	919	31	182	180	243	174	213	-	131
Mais de 500 000	3 747	-	621	1 235	153	52	5 896	-	-

Tabela 7 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	CLT			Somente comissionados					
	Médio	Superior	Pós-graduação	Total (1)	Sem instrução (2)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2008									
Brasil	44 220	19 600	3 897	18 386	336	2 105	7 084	6 365	763
Até 5 000	47	13	-	56	-	7	35	13	-
De 5 001 a 10 000	69	17	-	161	-	32	97	28	4
De 10 001 a 20 000	443	171	6	558	6	60	279	171	30
De 20 001 a 50 000	1507	905	309	962	20	111	362	330	39
De 50 001 a 100 000	2 100	884	350	1 816	16	306	754	596	140
De 100 001 a 500 000	14 698	8537	1925	7 248	14	764	2954	2929	363
Mais de 500 000	25 356	9073	1307	7 585	280	825	2603	2298	187
Norte	806	307	134	1 249	19	97	451	282	87
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	-	-	5	-	2	3	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	34	-	7	21	6	-
De 20 001 a 50 000	64	21	103	71	11	7	31	13	9
De 50 001 a 100 000	99	10	-	163	1	16	66	48	32
De 100 001 a 500 000	210	66	9	493	7	64	264	132	26
Mais de 500 000	432	210	22	483	-	1	66	83	20
Nordeste	5 152	1 063	345	6 115	282	868	2616	1665	149
Até 5 000	-	-	-	14	-	3	10	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	34	-	10	22	2	-
De 10 001 a 20 000	106	4	-	105	3	5	55	27	3
De 20 001 a 50 000	283	32	2	155	3	21	62	62	3
De 50 001 a 100 000	318	51	51	451	3	70	233	101	44
De 100 001 a 500 000	271	44	6	714	1	63	252	237	24
Mais de 500 000	4 174	932	286	4 642	272	696	1982	1235	75
Sudeste	33 860	16 337	2648	6 916	15	705	2683	3189	286
Até 5 000	24	6	-	17	-	-	9	8	-
De 5 001 a 10 000	42	14	-	37	-	8	20	9	-
De 10 001 a 20 000	134	73	2	130	-	11	41	71	7
De 20 001 a 50 000	873	727	188	414	2	44	158	185	22
De 50 001 a 100 000	1 133	619	283	560	2	51	199	273	31
De 100 001 a 500 000	12 315	7 469	1471	4 387	3	467	1844	1876	166
Mais de 500 000	19 339	7 429	704	1 371	8	124	412	767	60
Sul	4 208	1 820	757	2 141	8	154	774	824	107
Até 5 000	23	7	-	12	-	2	6	4	-
De 5 001 a 10 000	12	1	-	75	-	11	48	12	4
De 10 001 a 20 000	171	92	2	135	3	8	82	36	6
De 20 001 a 50 000	205	74	7	139	3	10	72	50	4
De 50 001 a 100 000	546	204	16	233	-	18	100	93	22
De 100 001 a 500 000	1 840	940	437	1 131	2	101	428	542	58
Mais de 500 000	1 411	502	295	416	-	4	38	87	13
Centro-Oeste	194	73	13	1 965	12	281	560	405	134
Até 5 000	-	-	-	13	-	2	10	-	-
De 5 001 a 10 000	14	2	-	10	-	1	4	5	-
De 10 001 a 20 000	32	2	2	154	-	29	80	31	14
De 20 001 a 50 000	82	51	9	183	1	29	39	20	1
De 50 001 a 100 000	4	-	-	409	10	151	156	81	11
De 100 001 a 500 000	62	18	2	523	1	69	166	142	89
Mais de 500 000	-	-	-	673	-	-	105	126	19

Tabela 7 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005-2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estagiários			Sem vínculo permanente					
	Total (1)	Fundamental	Médio	Total (1)	Sem instrução (2)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2008									
Brasil	10 735	1 077	8 556	25 599	643	7 414	7 226	5 955	1 523
Até 5 000	1	-	1	22	-	6	3	12	1
De 5 001 a 10 000	5	1	4	156	6	75	38	31	6
De 10 001 a 20 000	41	9	32	576	17	201	207	113	37
De 20 001 a 50 000	371	21	350	1 856	80	650	702	204	108
De 50 001 a 100 000	809	224	585	2 444	75	1024	616	279	296
De 100 001 a 500 000	3 691	315	3 338	8 608	152	2058	2744	2739	851
Mais de 500 000	5 817	507	4 246	11 937	313	3400	2916	2577	224
Norte	697	209	325	990	36	185	202	70	37
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	9	-	5	4	-	-
De 10 001 a 20 000	4	4	-	33	-	16	14	3	-
De 20 001 a 50 000	1	-	1	254	34	95	63	22	34
De 50 001 a 100 000	320	201	119	44	-	23	17	4	-
De 100 001 a 500 000	38	2	36	89	2	25	40	21	1
Mais de 500 000	334	2	169	561	-	21	64	20	2
Nordeste	991	81	626	5 712	392	1790	1830	844	375
Até 5 000	-	-	-	4	-	3	1	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	41	5	17	16	1	2
De 10 001 a 20 000	3	3	-	192	9	91	66	22	3
De 20 001 a 50 000	5	3	2	429	11	157	167	70	18
De 50 001 a 100 000	16	-	16	1 282	35	387	442	152	204
De 100 001 a 500 000	154	41	113	776	31	290	263	68	94
Mais de 500 000	813	34	495	2 988	301	845	875	531	54
Sudeste	4 454	661	3 755	12 998	188	3874	3807	4194	854
Até 5 000	-	-	-	5	-	-	-	5	-
De 5 001 a 10 000	1	1	-	79	1	47	16	12	3
De 10 001 a 20 000	27	-	27	236	1	66	106	55	8
De 20 001 a 50 000	294	17	277	794	35	221	381	101	56
De 50 001 a 100 000	322	9	313	948	40	599	90	85	87
De 100 001 a 500 000	2 460	171	2 251	6 371	99	1541	1752	2319	626
Mais de 500 000	1 350	463	887	4 565	12	1400	1462	1617	74
Sul	4 504	126	3 844	2 968	6	1379	808	618	112
Até 5 000	1	-	1	13	-	3	2	7	1
De 5 001 a 10 000	4	-	4	23	-	5	1	17	-
De 10 001 a 20 000	7	2	5	54	6	18	8	22	-
De 20 001 a 50 000	71	1	70	270	-	175	85	10	-
De 50 001 a 100 000	151	14	137	126	-	11	55	14	1
De 100 001 a 500 000	1 033	101	932	330	-	33	142	139	16
Mais de 500 000	3 237	8	2 695	2 152	-	1134	515	409	94
Centro-Oeste	89	-	6	2 931	21	186	579	229	145
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	4	-	1	1	1	1
De 10 001 a 20 000	-	-	-	61	1	10	13	11	26
De 20 001 a 50 000	-	-	-	109	-	2	6	1	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	44	-	4	12	24	4
De 100 001 a 500 000	6	-	6	1 042	20	169	547	192	114
Mais de 500 000	83	-	-	1 671	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de escolaridade. (2) Foi considerado sem instrução aquele que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu a 1ª série do ensino fundamental.

Tabela 8 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade									
	Estatutários					CLT				
	Total (1)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação	Total (1)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2005										
Total	93 199	31 554	32 642	16 676	4 455	128 809	53 912	46 564	19 944	3 172
Norte	3 834	595	673	434	233	1 316	267	765	194	90
Rondônia	131	50	67	11	3	88	26	55	2	5
Acre	3	-	3	-	-	336	146	132	55	3
Amazonas	473	59	178	229	7	545	65	363	105	12
Roraima	70	17	46	7	-	-	-	-	-	-
Pará	2 028	45	67	12	5	19	-	19	-	-
Amapá	81	18	53	10	-	160	18	129	11	2
Tocantins	1 048	406	259	165	218	168	12	67	21	68
Nordeste	16 349	4 870	7 062	1 901	621	14 003	7 069	4 789	1 285	365
Maranhão	1 251	239	734	240	35	316	176	132	7	1
Piauí	3 384	491	1 782	2	-	2 125	262	1 793	65	5
Ceará	3 665	1 169	1 280	1 013	203	1 760	1 238	180	124	218
Rio Grande do Norte	285	93	137	49	6	1 507	1 288	132	83	2
Paraíba	1 124	475	420	37	1	153	30	18	24	-
Pernambuco	1 230	216	325	328	361	3 418	1 278	1 320	591	46
Alagoas	863	567	249	38	9	1 231	862	294	63	12
Sergipe	732	311	347	74	-	776	318	111	270	77
Bahia	3 815	1 309	1 788	120	6	2 717	1 617	809	58	4
Sudeste	42 007	13 914	15 053	8 802	1 510	90 991	35 431	32 817	15 954	2 314
Minas Gerais	12 522	5 393	4 471	1 851	807	11 033	4 340	3 979	2 216	271
Espírito Santo	932	404	297	60	11	1 538	1 119	284	57	77
Rio de Janeiro	9 858	1 482	3 087	2 882	410	36 217	18 716	12 370	3 711	45
São Paulo	18 695	6 635	7 198	4 009	282	42 203	11 256	16 184	9 970	1 921
Sul	20 142	6 720	6 713	4 168	1 469	12 023	4 865	5 420	1 409	294
Paraná	5 725	1 383	2 683	1 280	340	4 060	1 235	1 956	633	236
Santa Catarina	6 305	1 388	1 975	1 887	1 034	2 417	1 486	651	248	30
Rio Grande do Sul	8 112	3 949	2 055	1 001	95	5 546	2 144	2 813	528	28
Centro-Oeste	10 867	5 455	3 141	1 371	622	10 476	6 280	2 773	1 102	109
Mato Grosso do Sul	609	234	259	83	33	1 454	1 383	43	28	-
Mato Grosso	344	51	127	69	70	255	13	77	84	23
Goiás	2 890	926	956	400	357	3 198	2 633	406	5	-
Distrito Federal	7 024	4 244	1 799	819	162	5 569	2 251	2 247	985	86

Tabela 8 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade									
	Somente comissionados					Sem vínculo permanente				
	Total (1)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação	Total (1)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2005										
Total	18 374	3 559	6 712	5 488	691	33 066	8 233	13 763	7 875	1 409
Norte	1 292	147	319	188	30	2 345	377	742	123	89
Rondônia	150	37	85	18	10	27	3	22	2	-
Acre	23	-	6	17	-	224	184	20	20	-
Amazonas	137	21	54	58	4	683	73	555	47	8
Roraima	197	74	88	35	-	19	6	9	4	-
Pará	634	6	14	6	-	1 186	86	68	16	2
Amapá	97	6	63	27	1	75	-	44	24	7
Tocantins	54	3	9	27	15	131	25	24	10	72
Nordeste	3 846	746	1 325	954	103	7 690	3 312	2 950	1 043	273
Maranhão	266	12	107	123	17	1 939	573	952	329	52
Piauí	127	-	88	35	4	37	19	16	2	-
Ceará	427	79	187	142	12	1 316	467	520	305	4
Rio Grande do Norte	166	48	74	41	3	679	598	72	8	1
Paraíba	336	35	149	136	16	1 255	815	322	107	11
Pernambuco	1 359	137	338	368	40	1 481	338	628	256	200
Alagoas	173	20	118	34	1	122	80	31	11	-
Sergipe	401	380	16	5	-	210	58	135	16	1
Bahia	591	35	248	70	10	651	364	274	9	4
Sudeste	7 862	1 075	3 031	3 141	309	16 389	3 295	7 008	4 959	598
Minas Gerais	1 296	129	471	607	65	6 929	1 304	3 054	1 984	387
Espírito Santo	144	9	44	56	23	120	37	43	30	7
Rio de Janeiro	3 956	710	1 796	1 274	63	6 794	1 661	2 946	1 914	26
São Paulo	2 466	227	720	1 204	158	2 546	293	965	1 031	178
Sul	1 808	95	724	783	131	3 467	452	1 654	1 180	178
Paraná	477	20	155	250	34	1 516	232	657	473	154
Santa Catarina	750	63	310	296	80	518	94	238	167	16
Rio Grande do Sul	581	12	259	237	17	1 433	126	759	540	8
Centro-Oeste	3 566	1 496	1 313	422	118	3 175	797	1 409	570	271
Mato Grosso do Sul	151	24	49	77	1	92	68	15	9	-
Mato Grosso	159	11	65	62	21	1 533	483	806	130	79
Goiás	2 650	1 330	900	127	76	1 346	225	495	344	189
Distrito Federal	606	131	299	156	20	204	21	93	87	3

Tabela 8 - Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005/2008

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estagiários			Sem vínculo permanente					
	Total (1)	Fundamental	Médio	Total (1)	Sem instrução (2)	Fundamental	Médio	Superior	Pós-graduação
2008									
Total	10 735	1 077	8 556	25 599	643	7 414	7 226	5 955	1 523
Norte	697	209	325	990	36	185	202	70	37
Rondônia	31	-	31	7	-	4	1	2	-
Acre	-	-	-	17	-	3	3	10	1
Amazonas	172	2	170	183	-	52	105	24	2
Roraima	14	4	10	7	-	5	2	-	-
Pará	163	-	-	642	34	78	60	9	1
Amapá	17	2	15	28	2	5	18	3	-
Tocantins	300	201	99	106	-	38	13	22	33
Nordeste	991	81	626	5 712	392	1 790	1 830	844	375
Maranhão	-	-	-	1 086	190	175	389	306	26
Piauí	146	-	146	108	-	17	65	26	-
Ceará	272	57	215	771	40	317	254	135	19
Rio Grande do Norte	57	-	57	191	8	41	128	12	2
Paraíba	40	-	40	1 730	137	801	586	190	16
Pernambuco	10	3	7	696	8	88	132	95	311
Alagoas	54	1	53	40	-	16	20	3	-
Sergipe	63	-	63	86	-	71	6	8	1
Bahia	349	20	45	1 004	9	264	250	69	-
Sudeste	4 454	661	3 755	12 998	188	3 874	3 807	4 194	854
Minas Gerais	771	159	612	5 793	140	1 902	1 927	1 516	261
Espírito Santo	130	10	120	212	33	103	54	20	2
Rio de Janeiro	744	67	677	1 881	2	479	462	899	39
São Paulo	2 809	425	2 384	5 112	13	1 390	1 364	1 759	552
Sul	4 504	126	3 844	2 968	6	1 379	808	618	112
Paraná	2 917	35	2 882	2 472	-	1 296	574	508	94
Santa Catarina	527	28	499	391	6	59	169	95	17
Rio Grande do Sul	1 060	63	463	105	-	24	65	15	1
Centro-Oeste	89	-	6	2 931	21	186	579	229	145
Mato Grosso do Sul	2	-	2	469	-	84	265	93	27
Mato Grosso	-	-	-	518	21	95	282	89	31
Goiás	87	-	4	1 944	-	7	32	47	87
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2008.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de escolaridade. (2) Foi considerado sem instrução aquele que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu a 1ª série do ensino fundamental.

Tabela 9 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, e frequências das reuniões, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Conselho Municipal Política Urbana, Desen- volvimento Urbano da Cidade ou Similar		Frequência das reuniões					
		Total	Paritário	Quinzenal	Mensal	Bimestral ou trimestral	Semestral ou anual	Irregular	Não realizou
Brasil	5 564	1 066	862	41	311	189	119	231	175
Até 5 000	1 267	103	85	1	16	17	18	36	15
De 5 001 a 10 000	1 290	135	116	3	34	25	21	33	19
De 10 001 a 20 000	1 385	188	147	4	48	39	22	44	31
De 20 001 a 50 000	1 037	313	256	8	78	57	40	71	59
De 50 001 a 100 000	319	148	125	7	56	24	12	29	20
De 100 001 a 500 000	229	146	108	14	65	20	6	13	28
Mais de 500 000	37	33	25	4	14	7	-	5	3
Norte	449	97	82	3	32	22	13	12	15
Até 5 000	87	3	2	-	1	1	1	-	-
De 5 001 a 10 000	89	12	11	-	3	6	2	-	1
De 10 001 a 20 000	112	15	12	1	4	3	2	2	4
De 20 001 a 50 000	108	37	32	-	11	7	4	8	6
De 50 001 a 100 000	34	15	15	1	6	3	3	2	1
De 100 001 a 500 000	17	13	8	1	6	2	1	-	3
Mais de 500 000	2	2	2	-	1	-	-	-	-
Nordeste	1 793	256	224	7	74	43	35	50	47
Até 5 000	228	21	19	-	4	2	6	8	1
De 5 001 a 10 000	388	31	30	1	12	2	7	5	4
De 10 001 a 20 000	586	51	43	1	18	9	7	8	8
De 20 001 a 50 000	429	85	75	1	22	20	10	14	18
De 50 001 a 100 000	109	37	33	2	8	4	4	10	9
De 100 001 a 500 000	42	22	18	2	7	4	1	1	7
Mais de 500 000	11	9	6	-	3	2	-	4	-
Sudeste	1 668	291	228	10	91	51	33	56	50
Até 5 000	384	7	7	-	1	-	2	3	1
De 5 001 a 10 000	412	24	21	-	4	8	4	4	4
De 10 001 a 20 000	350	37	30	1	9	7	6	12	2
De 20 001 a 50 000	288	92	73	2	21	12	16	24	17
De 50 001 a 100 000	99	45	36	2	17	12	1	6	7
De 100 001 a 500 000	118	71	49	4	32	9	4	6	16
Mais de 500 000	17	15	12	1	7	3	-	1	3
Sul	1 188	345	267	19	87	65	28	95	51
Até 5 000	422	64	49	1	9	13	8	22	11
De 5 001 a 10 000	290	57	46	2	12	8	4	23	8
De 10 001 a 20 000	229	75	54	2	15	19	4	20	15
De 20 001 a 50 000	145	73	57	4	16	15	8	17	13
De 50 001 a 100 000	58	40	31	2	19	4	4	9	2
De 100 001 a 500 000	41	33	27	6	16	5	-	4	2
Mais de 500 000	3	3	3	2	-	1	-	-	-
Centro-Oeste	466	77	61	2	27	8	10	18	12
Até 5 000	146	8	8	-	1	1	1	3	2
De 5 001 a 10 000	111	11	8	-	3	1	4	1	2
De 10 001 a 20 000	108	10	8	-	2	1	3	2	2
De 20 001 a 50 000	67	26	19	-	8	3	2	8	5
De 50 001 a 100 000	19	11	10	1	6	1	-	2	1
De 100 001 a 500 000	11	7	6	1	4	-	-	2	-
Mais de 500 000	4	4	2	-	3	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 10 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, e frequências das reuniões, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Conselho Municipal Política Urbana, Desen- volvimento Urbano da Cidade ou Similar		Frequência das reuniões					
		Total	Paritário	Quinzenal	Mensal	Bimestral ou trimestral	Semestral ou anual	Irregular	Não realizou
Total	5 564	1 066	862	41	311	189	119	231	175
Norte	449	97	82	3	32	22	13	12	15
Rondônia	52	11	9	-	5	1	2	3	-
Acre	22	5	4	-	1	2	-	-	2
Amazonas	62	9	7	1	1	-	3	-	4
Roraima	15	5	5	-	2	2	1	-	-
Pará	143	49	40	2	17	12	5	8	5
Amapá	16	2	2	-	-	1	-	-	1
Tocantins	139	16	15	-	6	4	2	1	3
Nordeste	1 793	256	224		74	43	35	50	47
Maranhão	217	26	24	-	8	10	2	3	3
Piauí	223	23	20	-	7	5	4	4	3
Ceará	184	46	40	-	16	5	5	12	8
Rio Grande do Norte	167	20	20	-	5	1	5	5	4
Paraíba	223	23	21	1	7	4	2	6	3
Pernambuco	185	34	29	2	12	8	4	2	6
Alagoas	102	16	11	-	5	-	2	4	5
Sergipe	75	11	7	-	2	-	2	4	3
Bahia	417	57	52	4	12	10	9	10	12
Sudeste	1 668	291	228	10	91	51	33	56	50
Minas Gerais	853	107	95	4	23	17	13	31	19
Espírito Santo	78	23	19	2	11	4	2	2	2
Rio de Janeiro	92	38	29	1	19	6	4	2	6
São Paulo	645	123	85	3	38	24	14	21	23
Sul	1 188	345	267	19	87	65	28	95	51
Paraná	399	94	73	6	18	27	7	20	16
Santa Catarina	293	92	65	4	23	18	10	23	14
Rio Grande do Sul	496	159	129	9	46	20	11	52	21
Centro-Oeste	466	77	61	2	27	8	10	18	12
Mato Grosso do Sul	78	22	18	1	8	1	4	2	6
Mato Grosso	141	28	20	1	8	5	2	10	2
Goiás	246	26	22	-	10	2	4	6	4
Distrito Federal	1	1	1	-	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 11 - Municípios, total e com existência de instrumentos de política urbana e legislação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com existência de instrumentos de política urbana e legislação						
		Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras	Solo criado	Contribuição de melhoria	Operação urbana consorciada	Estudo de impacto de vizinhança
Brasil	5 564	2 176	1 810	2 935	1 144	2 414	578	720
Até 5 000	1 267	329	255	423	154	488	48	52
De 5 001 a 10 000	1 290	372	297	577	184	507	76	80
De 10 001 a 20 000	1 385	459	350	715	233	558	107	128
De 20 001 a 50 000	1 037	536	459	700	310	510	170	225
De 50 001 a 100 000	319	246	223	280	138	199	85	117
De 100 001 a 500 000	229	199	191	203	103	133	75	96
Mais de 500 000	37	35	35	37	22	19	17	22
Norte	449	116	98	198	77	147	42	57
Até 5 000	87	8	6	10	4	6	1	1
De 5 001 a 10 000	89	15	17	31	10	25	1	5
De 10 001 a 20 000	112	18	16	49	9	34	7	12
De 20 001 a 50 000	108	40	29	63	29	51	14	18
De 50 001 a 100 000	34	20	17	28	13	20	11	10
De 100 001 a 500 000	17	13	11	15	10	11	7	9
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	-	1	2
Nordeste	1 793	334	319	701	214	419	109	139
Até 5 000	228	8	5	46	5	24	2	3
De 5 001 a 10 000	388	22	27	106	15	49	6	5
De 10 001 a 20 000	586	67	60	187	50	129	18	25
De 20 001 a 50 000	429	125	117	223	79	135	41	58
De 50 001 a 100 000	109	68	69	92	44	57	24	29
De 100 001 a 500 000	42	34	32	36	17	19	13	14
Mais de 500 000	11	10	9	11	4	6	5	5
Sudeste	1 668	755	566	929	330	713	164	222
Até 5 000	384	76	51	99	29	106	5	8
De 5 001 a 10 000	412	122	80	185	58	158	24	25
De 10 001 a 20 000	350	153	81	214	55	152	19	25
De 20 001 a 50 000	288	197	162	226	91	161	50	72
De 50 001 a 100 000	99	88	75	88	43	65	28	37
De 100 001 a 500 000	118	102	100	100	43	62	30	44
Mais de 500 000	17	17	17	17	11	9	8	11
Sul	1 188	787	677	819	431	939	213	231
Até 5 000	422	218	177	222	106	318	39	34
De 5 001 a 10 000	290	176	151	189	88	232	37	35
De 10 001 a 20 000	229	170	152	185	97	184	51	51
De 20 001 a 50 000	145	129	111	126	85	123	47	59
De 50 001 a 100 000	58	52	45	53	28	47	18	30
De 100 001 a 500 000	41	39	38	41	24	33	20	21
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	2	1	1
Centro-Oeste	466	184	150	288	92	196	50	71
Até 5 000	146	19	16	46	10	34	1	6
De 5 001 a 10 000	111	37	22	66	13	43	8	10
De 10 001 a 20 000	108	51	41	80	22	59	12	15
De 20 001 a 50 000	67	45	40	62	26	40	18	18
De 50 001 a 100 000	19	18	17	19	10	10	4	11
De 100 001 a 500 000	11	11	10	11	9	8	5	8
Mais de 500 000	4	3	4	4	2	2	2	3

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de instrumentos de política urbana e legislação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com existência de instrumentos de política urbana e legislação						
		Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras	Solo criado	Contribuição de melhoria	Operação urbana consorciada	Estudo de impacto de vizinhança
Total	5 564	2 176	1 810	2 935	1 144	2 414	578	720
Norte	449	116	98	198	77	147	42	57
Rondônia	52	25	28	32	14	35	9	9
Acre	22	3	2	5	-	4	-	1
Amazonas	62	13	14	35	14	26	10	15
Roraima	15	3	3	3	-	4	1	3
Pará	143	44	27	83	36	56	17	20
Amapá	16	3	2	3	2	1	2	2
Tocantins	139	25	22	37	11	21	3	7
Nordeste	1 793	334	319	701	214	419	109	139
Maranhão	217	25	35	56	15	18	5	8
Piauí	223	23	18	101	9	27	5	12
Ceará	184	63	65	107	36	62	18	24
Rio Grande do Norte	167	24	23	38	10	28	9	8
Paraíba	223	15	19	73	18	49	6	10
Pernambuco	185	51	51	79	36	65	23	24
Alagoas	102	16	21	42	10	27	5	8
Sergipe	75	8	7	19	13	21	3	8
Bahia	417	109	80	186	67	122	35	37
Sudeste	1 668	755	566	929	330	713	164	222
Minas Gerais	853	306	196	452	143	323	60	85
Espírito Santo	78	44	33	73	22	36	9	12
Rio de Janeiro	92	68	67	83	33	32	19	21
São Paulo	645	337	270	321	132	322	76	104
Sul	1 188	787	677	819	431	939	213	231
Paraná	399	293	289	297	187	325	89	101
Santa Catarina	293	196	154	192	100	227	48	51
Rio Grande do Sul	496	298	234	330	144	387	76	79
Centro-Oeste	466	184	150	288	92	196	50	71
Mato Grosso do Sul	78	49	36	69	23	54	19	20
Mato Grosso	141	54	52	94	30	77	18	21
Goiás	246	81	61	124	38	65	13	29
Distrito Federal	1	-	1	1	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 13 - Municípios, total e com existência de plano diretor e características, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com plano diretor		Está elaborando o plano
		Total	Está revendo o plano diretor	
Brasil	5 564	1 878	372	1 263
Até 5 000	1 267	132	24	308
De 5 001 a 10 000	1 290	170	34	335
De 10 001 a 20 000	1 385	273	68	372
De 20 001 a 50 000	1 037	760	82	210
De 50 001 a 100 000	319	285	76	31
De 100 001 a 500 000	229	222	69	7
Mais de 500 000	37	36	19	-
Norte	449	183	19	86
Até 5 000	87	6	2	22
De 5 001 a 10 000	89	10	2	26
De 10 001 a 20 000	112	28	5	22
De 20 001 a 50 000	108	89	3	13
De 50 001 a 100 000	34	31	1	3
De 100 001 a 500 000	17	17	4	-
Mais de 500 000	2	2	2	-
Nordeste	1 793	462	83	423
Até 5 000	228	5	1	53
De 5 001 a 10 000	388	13	3	77
De 10 001 a 20 000	586	47	8	143
De 20 001 a 50 000	429	261	22	125
De 50 001 a 100 000	109	87	28	21
De 100 001 a 500 000	42	38	15	4
Mais de 500 000	11	11	6	-
Sudeste	1 668	598	92	271
Até 5 000	384	25	1	57
De 5 001 a 10 000	412	45	2	83
De 10 001 a 20 000	350	65	16	87
De 20 001 a 50 000	288	238	17	38
De 50 001 a 100 000	99	93	16	4
De 100 001 a 500 000	118	116	33	2
Mais de 500 000	17	16	7	-
Sul	1 188	518	156	383
Até 5 000	422	90	20	150
De 5 001 a 10 000	290	89	24	123
De 10 001 a 20 000	229	117	35	86
De 20 001 a 50 000	145	124	34	20
De 50 001 a 100 000	58	55	27	3
De 100 001 a 500 000	41	40	13	1
Mais de 500 000	3	3	3	-
Centro-Oeste	466	117	22	100
Até 5 000	146	6	-	26
De 5 001 a 10 000	111	13	3	26
De 10 001 a 20 000	108	16	4	34
De 20 001 a 50 000	67	48	6	14
De 50 001 a 100 000	19	19	4	-
De 100 001 a 500 000	11	11	4	-
Mais de 500 000	4	4	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 14 - Municípios, total e com existência de plano diretor e características, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com plano diretor		Está elaborando o plano
		Total	Está revendo o plano diretor	
Total	5 564	1 878	372	1 263
Norte	449	183	19	86
Rondônia	52	14	5	7
Acre	22	5	-	6
Amazonas	62	25	3	12
Roraima	15	3	2	3
Pará	143	112	3	11
Amapá	16	3	1	4
Tocantins	139	21	5	43
Nordeste	1 793	462	83	423
Maranhão	217	70	8	50
Piauí	223	21	1	75
Ceará	184	70	30	43
Rio Grande do Norte	167	27	7	26
Paraíba	223	30	5	31
Pernambuco	185	79	5	41
Alagoas	102	28	2	28
Sergipe	75	13	3	29
Bahia	417	124	22	100
Sudeste	1 668	598	92	271
Minas Gerais	853	218	27	140
Espírito Santo	78	41	10	20
Rio de Janeiro	92	60	10	16
São Paulo	645	279	45	95
Sul	1 188	518	156	383
Paraná	399	172	35	197
Santa Catarina	293	144	59	70
Rio Grande do Sul	496	202	62	116
Centro-Oeste	466	117	22	100
Mato Grosso do Sul	78	29	2	14
Mato Grosso	141	33	9	19
Goiás	246	54	10	67
Distrito Federal	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 15 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor					Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	
Brasil	5 564	3 916	129	505	2 763	519	1 647
Até 5 000	1 267	759	6	93	506	154	507
De 5 001 a 10 000	1 290	865	9	84	617	155	425
De 10 001 a 20 000	1 385	978	17	105	745	111	407
De 20 001 a 50 000	1 037	815	20	106	619	70	222
De 50 001 a 100 000	319	268	19	50	185	14	51
De 100 001 a 500 000	229	195	38	58	84	15	34
Mais de 500 000	37	36	20	9	7	-	1
Norte	449	305	13	50	210	32	144
Até 5 000	87	78	1	14	57	6	9
De 5 001 a 10 000	89	66	1	15	41	9	23
De 10 001 a 20 000	112	57	3	4	42	8	55
De 20 001 a 50 000	108	66	3	10	44	9	42
De 50 001 a 100 000	34	24	2	5	17	-	10
De 100 001 a 500 000	17	12	2	2	8	-	5
Mais de 500 000	2	2	1	-	1	-	-
Nordeste	1 793	1 483	20	146	1 240	77	310
Até 5 000	228	182	2	19	149	12	46
De 5 001 a 10 000	388	316	2	26	264	24	72
De 10 001 a 20 000	586	488	2	41	423	22	98
De 20 001 a 50 000	429	355	3	30	306	16	74
De 50 001 a 100 000	109	91	2	16	70	3	18
De 100 001 a 500 000	42	40	4	11	25	-	2
Mais de 500 000	11	11	5	3	3	-	-
Sudeste	1 668	1 035	53	98	648	236	633
Até 5 000	384	170	1	5	88	76	214
De 5 001 a 10 000	412	235	4	7	155	69	177
De 10 001 a 20 000	350	209	4	19	137	49	141
De 20 001 a 50 000	288	218	9	24	160	25	70
De 50 001 a 100 000	99	85	8	12	58	7	14
De 100 001 a 500 000	118	101	18	26	47	10	17
Mais de 500 000	17	17	9	5	3	-	-
Sul	1 188	825	35	180	495	115	362
Até 5 000	422	262	2	46	176	38	159
De 5 001 a 10 000	290	184	1	28	120	35	106
De 10 001 a 20 000	229	162	7	37	95	23	67
De 20 001 a 50 000	145	127	3	36	75	13	18
De 50 001 a 100 000	58	52	6	16	27	3	6
De 100 001 a 500 000	41	36	14	17	2	3	5
Mais de 500 000	3	2	2	-	-	-	1
Centro-Oeste	466	268	8	31	170	59	198
Até 5 000	146	67	-	9	36	22	79
De 5 001 a 10 000	111	64	1	8	37	18	47
De 10 001 a 20 000	108	62	1	4	48	9	46
De 20 001 a 50 000	67	49	2	6	34	7	18
De 50 001 a 100 000	19	16	1	1	13	1	3
De 100 001 a 500 000	11	6	-	2	2	2	5
Mais de 500 000	4	4	3	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 16 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor					Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Sector subordinado a outra secretaria	Sector subordinado à chefia do executivo	
Total	5 564	3 916	129	505	2 763	519	1 647
Norte	449	305	13	50	210	32	144
Rondônia	52	14	-	6	6	2	38
Acre	22	15	-	5	7	3	7
Amazonas	62	43	1	3	36	3	19
Roraima	15	8	-	1	7	-	7
Pará	143	82	7	7	55	13	61
Amapá	16	14	1	4	5	4	2
Tocantins	139	129	4	24	94	7	10
Nordeste	1 793	1483	20	146	1240	77	310
Maranhão	217	183	3	10	169	1	34
Piauí	223	154	4	14	107	29	69
Ceará	184	150	-	19	126	5	34
Rio Grande do Norte	167	162	1	47	112	2	5
Paraíba	223	197	2	6	184	5	26
Pernambuco	185	131	2	14	109	6	54
Alagoas	102	88	2	17	65	4	14
Sergipe	75	72	-	8	60	4	3
Bahia	417	346	6	11	308	21	71
Sudeste	1 668	1035	53	98	648	236	633
Minas Gerais	853	514	9	35	375	95	339
Espírito Santo	78	62	2	4	53	3	16
Rio de Janeiro	92	71	6	21	41	3	21
São Paulo	645	388	36	38	179	135	257
Sul	1 188	825	35	180	495	115	362
Paraná	399	246	11	38	114	83	153
Santa Catarina	293	220	7	38	163	12	73
Rio Grande do Sul	496	359	17	104	218	20	136
Centro-Oeste	466	268	8	31	170	59	198
Mato Grosso do Sul	78	59	1	6	43	9	19
Mato Grosso	141	93	4	9	76	4	48
Goiás	246	115	3	15	51	46	131
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 17 - Municípios, total, que possuem órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação, com plano municipal de habitação e com o plano em elaboração, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Que possuem órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação	Com plano municipal de habitação	Está elaborando plano municipal de habitação
Brasil	5 564	83	606	1 221
Até 5 000	1 267	-	120	149
De 5 001 a 10 000	1 290	2	101	197
De 10 001 a 20 000	1 385	5	131	268
De 20 001 a 50 000	1 037	12	139	313
De 50 001 a 100 000	319	13	61	139
De 100 001 a 500 000	229	33	47	130
Mais de 500 000	37	18	7	25
Norte	449	7	46	100
Até 5 000	87	-	10	8
De 5 001 a 10 000	89	-	8	21
De 10 001 a 20 000	112	-	7	24
De 20 001 a 50 000	108	2	13	22
De 50 001 a 100 000	34	2	5	13
De 100 001 a 500 000	17	2	3	10
Mais de 500 000	2	1	-	2
Nordeste	1 793	6	190	379
Até 5 000	228	-	23	21
De 5 001 a 10 000	388	-	21	47
De 10 001 a 20 000	586	1	61	108
De 20 001 a 50 000	429	7	58	122
De 50 001 a 100 000	109	5	16	48
De 100 001 a 500 000	42	23	8	26
Mais de 500 000	11	9	3	7
Sudeste	1 668	45	154	295
Até 5 000	384	-	19	28
De 5 001 a 10 000	412	-	30	41
De 10 001 a 20 000	350	1	24	45
De 20 001 a 50 000	288	7	36	69
De 50 001 a 100 000	99	5	19	36
De 100 001 a 500 000	118	23	23	64
Mais de 500 000	17	9	3	12
Sul	1 188	20	166	343
Até 5 000	422	-	59	76
De 5 001 a 10 000	290	1	35	69
De 10 001 a 20 000	229	1	25	71
De 20 001 a 50 000	145	3	23	69
De 50 001 a 100 000	58	4	14	33
De 100 001 a 500 000	41	8	10	24
Mais de 500 000	3	3	-	1
Centro-Oeste	466	5	50	104
Até 5 000	146	-	9	16
De 5 001 a 10 000	111	1	7	19
De 10 001 a 20 000	108	2	14	20
De 20 001 a 50 000	67	-	9	31
De 50 001 a 100 000	19	-	7	9
De 100 001 a 500 000	11	-	3	6
Mais de 500 000	4	2	1	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 18 - Municípios, total, que possuem órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação, com plano municipal de habitação e com o plano em elaboração, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Que possuem órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área de habitação	Com plano municipal de habitação	Está elaborando plano municipal de habitação
Total	5 564	83	606	1 221
Norte	449	7	46	100
Rondônia	52	-	4	10
Acre	22	-	2	12
Amazonas	62	1	11	17
Roraima	15	1	1	4
Pará	143	4	11	29
Amapá	16	-	1	3
Tocantins	139	-	16	25
Nordeste	1 793	6	190	379
Maranhão	217	-	20	42
Piauí	223	1	32	19
Ceará	184	1	30	77
Rio Grande do Norte	167	-	14	19
Paraíba	223	-	15	29
Pernambuco	185	3	12	58
Alagoas	102	-	8	21
Sergipe	75	1	5	22
Bahia	417	-	54	92
Sudeste	1 668	45	154	295
Minas Gerais	853	7	88	132
Espírito Santo	78	1	12	16
Rio de Janeiro	92	8	12	34
São Paulo	645	29	42	113
Sul	1 188	20	166	343
Paraná	399	11	36	104
Santa Catarina	293	3	43	123
Rio Grande do Sul	496	6	87	116
Centro-Oeste	466	5	50	104
Mato Grosso do Sul	78	2	10	24
Mato Grosso	141	1	20	33
Goiás	246	1	20	46
Distrito Federal	1	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 19 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Habitação e algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Habitação	Características do conselho							
			Caráter do conselho				Paritário	Tem maior represen- tação da sociedade civil	Tem maior represen- tação governade- mental	Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Consul- tivo	Delibe- rativo	Norma- tivo	Fisca- lizador				
Brasil	5 564	1 709	841	1 330	558	760	1 221	298	190	1 011
Até 5 000	1 267	340	160	257	106	138	229	64	47	207
De 5 001 a 10 000	1 290	314	148	247	95	123	242	44	28	174
De 10 001 a 20 000	1 385	346	149	257	116	164	256	52	38	195
De 20 001 a 50 000	1 037	368	192	294	134	178	257	64	47	220
De 50 001 a 100 000	319	158	88	126	52	74	116	32	10	100
De 100 001 a 500 000	229	153	90	123	44	70	101	36	16	92
Mais de 500 000	37	30	14	26	11	13	20	6	4	23
Norte	449	83	57	68	43	47	57	19	7	40
Até 5 000	87	26	17	20	12	15	18	7	1	14
De 5 001 a 10 000	89	12	9	10	7	8	12	-	-	8
De 10 001 a 20 000	112	8	5	6	6	2	5	2	1	5
De 20 001 a 50 000	108	15	10	12	7	9	10	3	2	4
De 50 001 a 100 000	34	10	6	9	7	8	5	4	1	4
De 100 001 a 500 000	17	10	9	9	3	4	7	3	-	4
Mais de 500 000	2	2	1	2	1	1	-	-	2	1
Nordeste	1 793	337	145	269	112	163	252	53	32	194
Até 5 000	228	28	8	20	10	11	20	4	4	19
De 5 001 a 10 000	388	52	21	40	17	27	44	4	4	30
De 10 001 a 20 000	586	84	33	63	28	41	61	12	11	47
De 20 001 a 50 000	429	108	51	96	40	54	79	18	11	63
De 50 001 a 100 000	109	36	17	28	10	17	28	7	1	21
De 100 001 a 500 000	42	21	10	16	5	10	13	7	1	8
Mais de 500 000	11	8	5	6	2	3	7	1	-	6
Sudeste	1 668	521	293	393	191	229	375	75	71	263
Até 5 000	384	73	40	58	25	29	44	10	19	27
De 5 001 a 10 000	412	94	56	69	36	35	76	7	11	37
De 10 001 a 20 000	350	92	41	65	35	42	72	12	8	48
De 20 001 a 50 000	288	111	67	83	45	55	73	19	19	60
De 50 001 a 100 000	99	55	35	41	19	23	44	6	5	29
De 100 001 a 500 000	118	82	48	64	25	37	56	18	8	51
Mais de 500 000	17	14	6	13	6	8	10	3	1	11
Sul	1 188	611	276	489	174	246	419	126	66	407
Até 5 000	422	185	83	144	50	67	125	40	20	128
De 5 001 a 10 000	290	129	47	108	26	42	89	29	11	81
De 10 001 a 20 000	229	119	54	92	39	61	85	19	15	68
De 20 001 a 50 000	145	95	47	74	34	39	66	18	11	66
De 50 001 a 100 000	58	47	24	41	13	20	31	13	3	38
De 100 001 a 500 000	41	34	20	29	11	17	22	6	6	25
Mais de 500 000	3	2	1	1	1	-	1	1	-	1
Centro-Oeste	466	157	70	111	38	75	118	25	14	107
Até 5 000	146	28	12	15	9	16	22	3	3	19
De 5 001 a 10 000	111	27	15	20	9	11	21	4	2	18
De 10 001 a 20 000	108	43	16	31	8	18	33	7	3	27
De 20 001 a 50 000	67	39	17	29	8	21	29	6	4	27
De 50 001 a 100 000	19	10	6	7	3	6	8	2	-	8
De 100 001 a 500 000	11	6	3	5	-	2	3	2	1	4
Mais de 500 000	4	4	1	4	1	1	2	1	1	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 20 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Habitação e algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Habitação	Características do conselho							
			Caráter do conselho				Paritário	Tem maior representação da sociedade civil	Tem maior representação governamental	Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Consul- tivo	Delibe- rativo	Norma- tivo	Fisca- lizador				
Total	5 564	1 709	841	1 330	558	760	1 221	298	190	1 011
Norte	449	83	57	68	43	47	57	19	7	40
Rondônia	52	7	4	7	12	2	3	3	1	3
Acre	22	6	5	4	7	3	3	2	1	1
Amazonas	62	9	7	5	6	7	7	1	1	2
Roraima	15	1	1	-	7	-	1	-	-	-
Pará	143	13	7	13	7	6	8	4	1	8
Amapá	16	2	2	2	3	2	2	-	-	1
Tocantins	139	45	31	37	1	27	33	9	3	25
Nordeste	1 793	337	145	269	112	163	252	53	32	194
Maranhão	217	22	13	20	10	17	15	6	1	16
Piauí	223	63	16	48	17	28	57	6	-	42
Ceará	184	70	29	61	28	32	46	13	11	40
Rio Grande do Norte	167	24	17	18	40	11	22	2	-	15
Paraíba	223	26	6	21	10	14	16	4	6	14
Pernambuco	185	27	15	20	5	10	16	8	3	14
Alagoas	102	12	6	10	2	6	11	-	1	9
Sergipe	75	13	7	8	191	6	8	1	4	4
Bahia	417	80	36	63	25	39	61	13	6	40
Sudeste	1 668	521	293	393	36	229	375	75	71	263
Minas Gerais	853	318	186	235	35	138	243	32	43	163
Espírito Santo	78	22	10	21	45	11	17	4	1	11
Rio de Janeiro	92	40	21	30	19	20	23	7	10	20
São Paulo	645	141	76	107	25	60	92	32	17	69
Sul	1 188	611	276	489	6	246	419	126	66	407
Paraná	399	93	43	68	174	38	52	19	22	52
Santa Catarina	293	157	80	135	50	72	115	24	18	89
Rio Grande do Sul	496	361	153	286	26	136	252	83	26	266
Centro-Oeste	466	157	70	111	39	75	118	25	14	107
Mato Grosso do Sul	78	37	12	29	34	7	29	5	3	27
Mato Grosso	141	79	36	57	13	47	55	19	5	61
Goiás	246	40	22	24	11	20	34	1	5	18
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 21 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Habitação e algumas características do fundo, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Fundo Municipal de Habitação	Características do fundo			
			Financiou ações e projetos nos últimos 12 meses	Município com conselho gestor do fundo	O conselho gestor é o conselho municipal de habitação	Reúne todos os recursos orçamentários
Brasil	5 564	1 723	654	1 044	769	909
Até 5 000	1 267	318	114	160	120	175
De 5 001 a 10 000	1 290	304	106	156	111	165
De 10 001 a 20 000	1 385	366	127	203	144	193
De 20 001 a 50 000	1 037	366	135	255	193	191
De 50 001 a 100 000	319	177	84	128	96	91
De 100 001 a 500 000	229	160	68	116	87	84
Mais de 500 000	37	32	20	26	18	10
Norte	449	87	25	53	36	46
Até 5 000	87	21	8	12	10	9
De 5 001 a 10 000	89	10	4	6	4	7
De 10 001 a 20 000	112	12	-	7	2	5
De 20 001 a 50 000	108	18	5	9	5	10
De 50 001 a 100 000	34	14	4	9	8	7
De 100 001 a 500 000	17	11	3	10	7	7
Mais de 500 000	2	1	1	-	-	1
Nordeste	1 793	369	125	220	149	192
Até 5 000	228	24	6	8	5	12
De 5 001 a 10 000	388	49	14	26	17	24
De 10 001 a 20 000	586	101	34	56	37	55
De 20 001 a 50 000	429	112	39	73	53	58
De 50 001 a 100 000	109	48	20	35	21	27
De 100 001 a 500 000	42	25	7	14	9	15
Mais de 500 000	11	10	5	8	7	1
Sudeste	1 668	531	216	332	255	261
Até 5 000	384	72	22	38	31	34
De 5 001 a 10 000	412	101	39	46	35	50
De 10 001 a 20 000	350	100	44	57	41	47
De 20 001 a 50 000	288	107	41	80	63	59
De 50 001 a 100 000	99	54	27	37	28	27
De 100 001 a 500 000	118	82	32	60	47	37
Mais de 500 000	17	15	11	14	10	7
Sul	1 188	589	247	346	268	349
Até 5 000	422	188	76	93	69	114
De 5 001 a 10 000	290	118	43	65	47	71
De 10 001 a 20 000	229	112	39	58	45	68
De 20 001 a 50 000	145	86	40	63	52	50
De 50 001 a 100 000	58	49	26	38	33	24
De 100 001 a 500 000	41	34	22	28	22	22
Mais de 500 000	3	2	1	1	-	-
Centro-Oeste	466	147	41	93	61	61
Até 5 000	146	13	2	9	5	6
De 5 001 a 10 000	111	26	6	13	8	13
De 10 001 a 20 000	108	41	10	25	19	18
De 20 001 a 50 000	67	43	10	30	20	14
De 50 001 a 100 000	19	12	7	9	6	6
De 100 001 a 500 000	11	8	4	4	2	3
Mais de 500 000	4	4	2	3	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 22 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Habitação e algumas características do fundo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Fundo Municipal de Habitação	Características do fundo			
			Financiou ações e projetos nos últimos 12 meses	Município com conselho gestor do fundo	O conselho gestor é o conselho municipal de habitação	Reúne todos os recursos orçamentários
Total	5 564	1 723	654	1 044	769	909
Norte	449	87	25	53	36	46
Rondônia	52	6	3	4	3	3
Acre	22	6	1	5	4	5
Amazonas	62	12	4	8	3	9
Roraima	15	2	-	1	1	1
Pará	143	21	4	12	8	9
Amapá	16	2	1	2	2	1
Tocantins	139	38	12	21	15	18
Nordeste	1 793	369	125	220	149	192
Maranhão	217	30	15	15	9	9
Piauí	223	49	20	26	23	24
Ceará	184	90	26	73	48	62
Rio Grande do Norte	167	24	9	9	5	5
Paraíba	223	26	3	17	12	8
Pernambuco	185	22	6	10	6	9
Alagoas	102	19	5	9	5	14
Sergipe	75	15	5	12	7	9
Bahia	417	94	36	49	34	52
Sudeste	1 668	531	216	332	255	261
Minas Gerais	853	320	152	177	134	162
Espírito Santo	78	24	8	17	15	11
Rio de Janeiro	92	39	13	29	25	17
São Paulo	645	148	43	109	81	71
Sul	1 188	589	247	346	268	349
Paraná	399	97	31	71	49	52
Santa Catarina	293	179	81	103	73	126
Rio Grande do Sul	496	313	135	172	146	171
Centro-Oeste	466	147	41	93	61	61
Mato Grosso do Sul	78	48	15	28	20	26
Mato Grosso	141	54	12	37	21	24
Goiás	246	44	14	27	20	11
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 23 - Municípios, total e com programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do fundo municipal de habitação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do fundo municipal de habitação
Brasil	5 564	3 676
Até 5 000	1 267	849
De 5 001 a 10 000	1 290	843
De 10 001 a 20 000	1 385	950
De 20 001 a 50 000	1 037	689
De 50 001 a 100 000	319	189
De 100 001 a 500 000	229	130
Mais de 500 000	37	26
Norte	449	303
Até 5 000	87	71
De 5 001 a 10 000	89	65
De 10 001 a 20 000	112	73
De 20 001 a 50 000	108	65
De 50 001 a 100 000	34	19
De 100 001 a 500 000	17	9
Mais de 500 000	2	1
Nordeste	1 793	1 372
Até 5 000	228	187
De 5 001 a 10 000	388	295
De 10 001 a 20 000	586	459
De 20 001 a 50 000	429	325
De 50 001 a 100 000	109	71
De 100 001 a 500 000	42	25
Mais de 500 000	11	10
Sudeste	1 668	957
Até 5 000	384	230
De 5 001 a 10 000	412	226
De 10 001 a 20 000	350	199
De 20 001 a 50 000	288	169
De 50 001 a 100 000	99	55
De 100 001 a 500 000	118	69
Mais de 500 000	17	9
Sul	1 188	669
Até 5 000	422	234
De 5 001 a 10 000	290	164
De 10 001 a 20 000	229	138
De 20 001 a 50 000	145	80
De 50 001 a 100 000	58	31
De 100 001 a 500 000	41	19
Mais de 500 000	3	3
Centro-Oeste	466	375
Até 5 000	146	127
De 5 001 a 10 000	111	93
De 10 001 a 20 000	108	81
De 20 001 a 50 000	67	50
De 50 001 a 100 000	19	13
De 100 001 a 500 000	11	8
Mais de 500 000	4	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 24 - Municípios, total e com programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do fundo municipal de habitação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do fundo municipal de habitação
Total	5 564	3 676
Norte	449	303
Rondônia	52	33
Acre	22	11
Amazonas	62	48
Roraima	15	11
Pará	143	76
Amapá	16	5
Tocantins	139	119
Nordeste	1 793	1 372
Maranhão	217	177
Piauí	223	160
Ceará	184	106
Rio Grande do Norte	167	147
Paraíba	223	187
Pernambuco	185	136
Alagoas	102	74
Sergipe	75	64
Bahia	417	321
Sudeste	1 668	957
Minas Gerais	853	464
Espírito Santo	78	49
Rio de Janeiro	92	58
São Paulo	645	386
Sul	1 188	669
Paraná	399	280
Santa Catarina	293	137
Rio Grande do Sul	496	252
Centro-Oeste	466	375
Mato Grosso do Sul	78	46
Mato Grosso	141	111
Goiás	246	217
Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 25 - Municípios, total, que participam de consórcio intermunicipal de habitação e com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e algumas características do cadastro, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Participam de consórcio intermunicipal de habitação	Com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais		
			Total	Cadastro informatizado	Cadastro inclui natureza do benefício pretendido
Brasil	5 564	75	4 645	2 508	3 247
Até 5 000	1 267	3	990	400	687
De 5 001 a 10 000	1 290	13	1 042	513	704
De 10 001 a 20 000	1 385	17	1 156	621	810
De 20 001 a 50 000	1 037	24	920	587	673
De 50 001 a 100 000	319	6	290	202	209
De 100 001 a 500 000	229	7	210	149	135
Mais de 500 000	37	5	37	36	29
Norte	449	8	364	211	264
Até 5 000	87	-	75	36	66
De 5 001 a 10 000	89	2	76	47	50
De 10 001 a 20 000	112	4	83	39	56
De 20 001 a 50 000	108	2	86	56	65
De 50 001 a 100 000	34	-	28	21	17
De 100 001 a 500 000	17	-	14	10	9
Mais de 500 000	2	-	2	2	1
Nordeste	1 793	37	1 605	987	1 191
Até 5 000	228	-	199	101	141
De 5 001 a 10 000	388	3	337	194	238
De 10 001 a 20 000	586	11	517	303	389
De 20 001 a 50 000	429	13	400	278	308
De 50 001 a 100 000	109	5	101	74	76
De 100 001 a 500 000	42	4	40	27	28
Mais de 500 000	11	1	11	10	11
Sudeste	1 668	24	1 250	646	791
Até 5 000	384	1	257	90	164
De 5 001 a 10 000	412	7	288	130	180
De 10 001 a 20 000	350	1	260	140	158
De 20 001 a 50 000	288	8	236	144	160
De 50 001 a 100 000	99	1	85	54	60
De 100 001 a 500 000	118	3	107	71	58
Mais de 500 000	17	3	17	17	11
Sul	1 188	2	1 000	421	693
Até 5 000	422	2	334	119	232
De 5 001 a 10 000	290	-	236	81	158
De 10 001 a 20 000	229	-	196	74	136
De 20 001 a 50 000	145	-	134	68	92
De 50 001 a 100 000	58	-	57	41	41
De 100 001 a 500 000	41	-	40	35	31
Mais de 500 000	3	-	3	3	3
Centro-Oeste	466	4	426	243	308
Até 5 000	146	-	125	54	84
De 5 001 a 10 000	111	1	105	61	78
De 10 001 a 20 000	108	1	100	65	71
De 20 001 a 50 000	67	1	64	41	48
De 50 001 a 100 000	19	-	19	12	15
De 100 001 a 500 000	11	-	9	6	9
Mais de 500 000	4	1	4	4	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 26 - Municípios, total, que participam de consórcio intermunicipal de habitação e com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e algumas características do cadastro, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Participam de consórcio intermunicipal de habitação	Com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais		
			Total	Cadastro informatizado	Cadastro inclui natureza do benefício pretendido
Total	5 564	75	4 645	2 508	3 247
Norte	449	8	364	211	264
Rondônia	52	1	40	18	16
Acre	22	5	18	9	15
Amazonas	62	1	50	32	36
Roraima	15	-	13	6	9
Pará	143	1	99	60	63
Amapá	16	-	11	5	8
Tocantins	139	-	133	81	117
Nordeste	1 793	37	1 605	987	1 191
Maranhão	217	5	180	90	139
Piauí	223	-	177	84	147
Ceará	184	10	175	115	141
Rio Grande do Norte	167		165	134	118
Paraíba	223	-	206	100	127
Pernambuco	185	-	160	103	126
Alagoas	102	17	90	61	72
Sergipe	75	-	70	43	52
Bahia	417	5	382	257	269
Sudeste	1 668	24	1 250	646	791
Minas Gerais	853	10	679	367	477
Espírito Santo	78	3	75	30	53
Rio de Janeiro	92	2	83	47	49
São Paulo	645	9	413	202	212
Sul	1 188	2	1 000	421	693
Paraná	399	-	326	142	214
Santa Catarina	293	-	267	114	200
Rio Grande do Sul	496	2	407	165	279
Centro-Oeste	466	4	426	243	308
Mato Grosso do Sul	78	-	70	45	51
Mato Grosso	141	3	131	67	95
Goiás	246	-	224	130	161
Distrito Federal	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 27 - Municípios, total e que realizaram algum tipo de programa habitacional nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Que realizaram algum tipo de programa habitacional nos anos de 2007 e/ou 2008
Brasil	5 564	4 462
Até 5 000	1 267	991
De 5 001 a 10 000	1 290	974
De 10 001 a 20 000	1 385	1 105
De 20 001 a 50 000	1 037	859
De 50 001 a 100 000	319	283
De 100 001 a 500 000	229	213
Mais de 500 000	37	37
Norte	449	337
Até 5 000	87	80
De 5 001 a 10 000	89	70
De 10 001 a 20 000	112	73
De 20 001 a 50 000	108	70
De 50 001 a 100 000	34	28
De 100 001 a 500 000	17	14
Mais de 500 000	2	2
Nordeste	1 793	1 541
Até 5 000	228	196
De 5 001 a 10 000	388	310
De 10 001 a 20 000	586	505
De 20 001 a 50 000	429	379
De 50 001 a 100 000	109	100
De 100 001 a 500 000	42	40
Mais de 500 000	11	11
Sudeste	1 668	1 177
Até 5 000	384	252
De 5 001 a 10 000	412	264
De 10 001 a 20 000	350	238
De 20 001 a 50 000	288	217
De 50 001 a 100 000	99	82
De 100 001 a 500 000	118	107
Mais de 500 000	17	17
Sul	1 188	984
Até 5 000	422	337
De 5 001 a 10 000	290	225
De 10 001 a 20 000	229	195
De 20 001 a 50 000	145	129
De 50 001 a 100 000	58	54
De 100 001 a 500 000	41	41
Mais de 500 000	3	3
Centro-Oeste	466	423
Até 5 000	146	126
De 5 001 a 10 000	111	105
De 10 001 a 20 000	108	94
De 20 001 a 50 000	67	64
De 50 001 a 100 000	19	19
De 100 001 a 500 000	11	11
Mais de 500 000	4	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 28 - Municípios, total e que realizaram algum tipo de programa habitacional nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Que realizaram algum tipo de programa habitacional nos anos de 2007 e/ou 2008
Total	5 564	4 462
Norte	449	337
Rondônia	52	36
Acre	22	14
Amazonas	62	57
Roraima	15	10
Pará	143	78
Amapá	16	6
Tocantins	139	136
Nordeste	1 793	1 541
Maranhão	217	183
Piauí	223	183
Ceará	184	161
Rio Grande do Norte	167	151
Paraíba	223	195
Pernambuco	185	141
Alagoas	102	88
Sergipe	75	72
Bahia	417	367
Sudeste	1 668	1 177
Minas Gerais	853	590
Espírito Santo	78	61
Rio de Janeiro	92	82
São Paulo	645	444
Sul	1 188	984
Paraná	399	319
Santa Catarina	293	253
Rio Grande do Sul	496	412
Centro-Oeste	466	423
Mato Grosso do Sul	78	72
Mato Grosso	141	125
Goiás	246	225
Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 29 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de construção de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Que realizaram programas ou ações de construção de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008								Área beneficiada
		Total	Execução						Urbana	Rural
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura		
Brasil	5 564	3 377	2 289	1 726	19	108	114	740	3 198	1 248
Até 5 000	1 267	729	433	368	2	9	30	188	679	323
De 5 001 a 10 000	1 290	715	459	336	7	14	20	135	675	293
De 10 001 a 20 000	1 385	790	542	381	3	21	28	143	752	293
De 20 001 a 50 000	1 037	684	475	334	4	14	24	157	640	237
De 50 001 a 100 000	319	242	190	104	1	11	4	59	236	73
De 100 001 a 500 000	229	180	155	72	2	27	7	46	179	24
Mais de 500 000	37	37	35	20	-	12	1	12	37	5
Norte	449	240	206	111	2	7	6	57	232	72
Até 5 000	87	70	62	50	1	2	3	14	69	19
De 5 001 a 10 000	89	56	50	35	-	-	1	7	54	20
De 10 001 a 20 000	112	43	33	7	-	3	1	12	40	12
De 20 001 a 50 000	108	40	34	13	1	1	-	15	39	13
De 50 001 a 100 000	34	20	18	4	-	-	1	6	19	7
De 100 001 a 500 000	17	9	7	1	-	1	-	3	9	1
Mais de 500 000	2	2	2	1	-	-	-	-	2	-
Nordeste	1 793	1 183	957	466	7	27	32	193	1072	610
Até 5 000	228	136	102	55	-	3	4	24	118	78
De 5 001 a 10 000	388	234	184	90	4	4	6	24	206	133
De 10 001 a 20 000	586	363	291	149	2	9	11	49	337	178
De 20 001 a 50 000	429	319	261	124	-	5	9	67	286	161
De 50 001 a 100 000	109	84	74	28	1	2	1	19	79	45
De 100 001 a 500 000	42	36	34	14	-	2	1	7	35	11
Mais de 500 000	11	11	11	6	-	2	-	3	11	4
Sudeste	1 668	853	397	474	3	31	20	220	832	158
Até 5 000	384	170	54	98	-	1	1	52	162	43
De 5 001 a 10 000	412	184	73	89	1	2	2	52	180	46
De 10 001 a 20 000	350	156	74	92	-	1	6	34	152	29
De 20 001 a 50 000	288	169	68	110	1	5	6	39	164	27
De 50 001 a 100 000	99	67	42	35	-	2	-	16	67	6
De 100 001 a 500 000	118	90	71	40	1	14	4	21	90	6
Mais de 500 000	17	17	15	10	-	6	1	6	17	1
Sul	1 188	774	517	349	6	28	46	199	739	350
Até 5 000	422	260	171	102	1	3	21	75	238	166
De 5 001 a 10 000	290	164	103	72	2	7	8	33	159	79
De 10 001 a 20 000	229	156	98	89	1	3	7	35	152	63
De 20 001 a 50 000	145	103	68	51	1	2	8	26	99	25
De 50 001 a 100 000	58	52	40	23	-	5	-	14	52	12
De 100 001 a 500 000	41	36	34	12	1	7	2	15	36	5
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	1	-	1	3	-
Centro-Oeste	466	327	212	215	1	15	10	71	323	58
Até 5 000	146	93	44	63	-	-	1	23	92	17
De 5 001 a 10 000	111	77	49	50	-	1	3	19	76	15
De 10 001 a 20 000	108	72	46	44	-	5	3	13	71	11
De 20 001 a 50 000	67	53	44	36	1	1	1	10	52	11
De 50 001 a 100 000	19	19	16	14	-	2	2	4	19	3
De 100 001 a 500 000	11	9	9	5	-	3	-	-	9	1
Mais de 500 000	4	4	4	3	-	3	-	2	4	-

Tabela 30 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de construção de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Que realizaram programas ou ações de construção de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008								Área beneficiada	
		Total	Execução								
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	
Total	5 564	3 377	2 289	1 726	19	108	114	740	3 198	1 248	
Norte	449	240	206	111	2	7	6	57	232	72	
Rondônia	52	23	23	4	-	-	-	4	23	3	
Acre	22	10	7	4	-	1	-	4	10	3	
Amazonas	62	31	16	8	-	1	-	15	30	13	
Roraima	15	9	9	-	-	-	-	-	9	1	
Pará	143	38	34	6	1	2	2	11	34	12	
Amapá	16	3	3	-	-	-	-	1	3	-	
Tocantins	139	126	114	89	1	3	4	22	123	40	
Nordeste	1 793	1 183	957	466	7	27	32	193	1072	610	
Maranhão	217	133	119	47	-	1	2	10	125	54	
Piauí	223	104	88	10	-	4	6	26	91	55	
Ceará	184	122	90	53	2	1	1	31	109	67	
Rio Grande do Norte	167	137	104	83	1	3	3	10	130	99	
Paraíba	223	156	117	70	-	3	3	24	137	86	
Pernambuco	185	118	108	29	1	1	4	20	106	60	
Alagoas	102	61	51	6	2	-	1	15	52	30	
Sergipe	75	59	55	22	-	5	3	1	52	36	
Bahia	417	293	225	146	1	9	9	56	270	123	
Sudeste	1 668	853	397	474	3	31	20	220	832	158	
Minas Gerais	853	386	185	161	1	6	7	137	374	115	
Espírito Santo	78	54	44	24	-	2	2	19	52	14	
Rio de Janeiro	92	65	41	36	-	3	2	15	64	10	
São Paulo	645	348	127	253	2	20	9	49	342	19	
Sul	1 188	774	517	349	6	28	46	199	739	350	
Paraná	399	254	117	179	4	10	9	43	251	42	
Santa Catarina	293	216	157	98	1	5	14	51	201	145	
Rio Grande do Sul	496	304	243	72	1	13	23	105	287	163	
Centro-Oeste	466	327	212	215	1	15	10	71	323	58	
Mato Grosso do Sul	78	66	58	48	1	6	2	11	65	10	
Mato Grosso	141	95	58	71	-	6	3	13	95	13	
Goiás	246	165	95	96	-	2	5	47	162	35	
Distrito Federal	1	1	1	-	-	1	-	-	1	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 31 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Que realizaram programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais nos anos 2007 e/ou 2008								Área beneficiada	
		Total	Execução								
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	
Brasil	5 564	864	560	358	4	34	31	213	835	274	
Até 5 000	1 267	144	84	63	1	1	4	36	141	57	
De 5 001 a 10 000	1 290	168	98	72	2	2	5	29	159	58	
De 10 001 a 20 000	1 385	217	144	93	-	9	10	52	208	77	
De 20 001 a 50 000	1 037	178	116	82	1	8	7	47	172	44	
De 50 001 a 100 000	319	84	62	29	-	4	3	30	82	27	
De 100 001 a 500 000	229	56	46	12	-	6	1	13	56	8	
Mais de 500 000	37	17	10	7	-	4	1	6	17	3	
Norte	449	64	39	13	-	-	4	25	63	17	
Até 5 000	87	9	8	6	-	-	1	1	9	4	
De 5 001 a 10 000	89	11	7	1	-	-	1	4	10	3	
De 10 001 a 20 000	112	18	10	2	-	-	1	6	18	4	
De 20 001 a 50 000	108	13	7	2	-	-	-	9	13	1	
De 50 001 a 100 000	34	8	3	1	-	-	1	5	8	3	
De 100 001 a 500 000	17	4	4	-	-	-	-	-	4	2	
Mais de 500 000	2	1	-	1	-	-	-	-	1	-	
Nordeste	1 793	308	236	106	2	8	10	67	289	142	
Até 5 000	228	36	30	13	-	-	-	2	35	18	
De 5 001 a 10 000	388	50	37	17	2	-	1	8	44	24	
De 10 001 a 20 000	586	97	69	36	-	4	5	23	90	51	
De 20 001 a 50 000	429	74	58	28	-	2	2	21	70	29	
De 50 001 a 100 000	109	35	29	8	-	1	2	10	34	17	
De 100 001 a 500 000	42	12	11	2	-	-	-	2	12	1	
Mais de 500 000	11	4	2	2	-	1	-	1	4	2	
Sudeste	1 668	223	108	114	-	9	4	48	221	32	
Até 5 000	384	29	9	19	-	-	1	5	29	2	
De 5 001 a 10 000	412	56	20	32	-	-	1	8	56	11	
De 10 001 a 20 000	350	41	20	16	-	1	1	12	40	8	
De 20 001 a 50 000	288	44	20	31	-	1	-	7	44	4	
De 50 001 a 100 000	99	16	11	6	-	1	-	5	15	2	
De 100 001 a 500 000	118	26	21	6	-	4	-	6	26	4	
Mais de 500 000	17	11	7	4	-	2	1	5	11	1	
Sul	1 188	202	130	84	1	14	10	56	195	74	
Até 5 000	422	58	32	18	1	1	2	23	56	32	
De 5 001 a 10 000	290	40	25	17	-	2	1	7	38	18	
De 10 001 a 20 000	229	44	30	25	-	4	2	10	43	13	
De 20 001 a 50 000	145	32	22	11	-	3	4	7	30	8	
De 50 001 a 100 000	58	15	11	10	-	1	-	5	15	2	
De 100 001 a 500 000	41	12	9	3	-	2	1	4	12	1	
Mais de 500 000	3	1	1	-	-	1	-	-	1	-	
Centro-Oeste	466	67	47	41	1	3	3	17	67	9	
Até 5 000	146	12	5	7	-	-	-	5	12	1	
De 5 001 a 10 000	111	11	9	5	-	-	1	2	11	2	
De 10 001 a 20 000	108	17	15	14	-	-	1	1	17	1	
De 20 001 a 50 000	67	15	9	10	1	2	1	3	15	2	
De 50 001 a 100 000	19	10	8	4	-	1	-	5	10	3	
De 100 001 a 500 000	11	2	1	1	-	-	-	1	2	-	
Mais de 500 000	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 32 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Que realizaram programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais nos anos 2007 e/ou 2008								Área beneficiada	
		Total	Execução								
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	
Total	5 564	864	560	358	4	34	31	213	835	274	
Norte	449	64	39	13	-	-	4	25	63	17	
Rondônia	52	5	4	-	-	-	1	-	5	-	
Acre	22	1	-	-	-	-	-	1	1	1	
Amazonas	62	24	9	4	-	-	-	14	24	7	
Roraima	15	5	5	-	-	-	-	-	5	1	
Pará	143	11	6	2	-	-	2	7	11	2	
Amapá	16	1	1	-	-	-	-	-	1	-	
Tocantins	139	17	14	7	-	-	1	3	16	6	
Nordeste	1 793	308	236	106	2	8	10	67	289	142	
Maranhão	217	33	27	12	-	-	-	4	31	10	
Piauí	223	34	31	3	-	-	2	5	32	13	
Ceará	184	48	32	21	1	1	3	17	46	23	
Rio Grande do Norte	167	41	31	20	-	2	-	9	41	30	
Paraíba	223	18	12	8	-	-	1	1	14	10	
Pernambuco	185	25	19	7	-	-	-	6	22	11	
Alagoas	102	16	13	1	1	-	-	4	14	6	
Sergipe	75	24	23	7	-	2	-	2	24	8	
Bahia	417	69	48	27	-	3	4	19	65	31	
Sudeste	1 668	223	108	114	-	9	4	48	221	32	
Minas Gerais	853	94	48	43	-	2	-	29	94	17	
Espírito Santo	78	11	10	3	-	-	-	2	10	4	
Rio de Janeiro	92	19	13	7	-	-	-	5	18	3	
São Paulo	645	99	37	61	-	7	4	12	99	8	
Sul	1 188	202	130	84	1	14	10	56	195	74	
Paraná	399	74	40	52	1	5	-	9	72	12	
Santa Catarina	293	65	44	22	-	3	7	23	62	39	
Rio Grande do Sul	496	63	46	10	-	6	3	24	61	23	
Centro-Oeste	466	67	47	41	1	3	3	17	67	9	
Mato Grosso do Sul	78	20	19	13	1	2	1	4	20	3	
Mato Grosso	141	22	16	15	-	1	1	3	22	4	
Goiás	246	25	12	13	-	-	1	10	25	2	
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 33 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de melhorias de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Que realizaram programas ou ações de melhorias de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008								Área beneficiada	
		Total	Execução								
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	
Brasil	5 564	2 586	967	583	6	43	59	1 438	2 372	1 376	
Até 5 000	1 267	624	176	156	1	2	15	382	559	376	
De 5 001 a 10 000	1 290	553	206	139	4	10	3	305	512	318	
De 10 001 a 20 000	1 385	619	250	146	1	10	17	322	549	353	
De 20 001 a 50 000	1 037	503	201	100	-	10	16	280	469	235	
De 50 001 a 100 000	319	159	61	21	-	4	3	93	155	69	
De 100 001 a 500 000	229	104	56	18	-	4	4	46	104	22	
Mais de 500 000	37	24	17	3	-	3	1	10	24	3	
Norte	449	164	52	71	-	2	3	77	162	50	
Até 5 000	87	53	12	38	-	-	3	14	52	14	
De 5 001 a 10 000	89	38	16	21	-	-	-	17	38	15	
De 10 001 a 20 000	112	25	11	5	-	1	-	12	24	9	
De 20 001 a 50 000	108	34	9	5	-	-	-	25	34	7	
De 50 001 a 100 000	34	10	2	1	-	1	-	8	10	5	
De 100 001 a 500 000	17	4	2	1	-	-	-	1	4	-	
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nordeste	1 793	918	458	205	2	9	10	424	791	617	
Até 5 000	228	115	52	30	-	-	-	49	92	83	
De 5 001 a 10 000	388	179	87	42	1	2	-	81	155	125	
De 10 001 a 20 000	586	298	147	73	1	2	4	134	249	209	
De 20 001 a 50 000	429	232	124	45	-	3	4	116	205	148	
De 50 001 a 100 000	109	65	31	9	-	1	2	32	61	42	
De 100 001 a 500 000	42	21	12	4	-	-	-	9	21	7	
Mais de 500 000	11	8	5	2	-	1	-	3	8	3	
Sudeste	1 668	694	205	136	1	16	11	440	672	296	
Até 5 000	384	164	30	30	1	1	1	122	157	90	
De 5 001 a 10 000	412	159	43	37	-	3	-	98	152	87	
De 10 001 a 20 000	350	135	42	28	-	3	3	85	129	61	
De 20 001 a 50 000	288	121	34	24	-	4	4	75	119	41	
De 50 001 a 100 000	99	44	14	7	-	1	-	27	44	9	
De 100 001 a 500 000	118	59	34	9	-	3	-	27	59	8	
Mais de 500 000	17	12	8	1	-	1	-	6	12	-	
Sul	1 188	583	177	91	3	13	29	380	528	367	
Até 5 000	422	220	63	32	-	-	11	152	188	173	
De 5 001 a 10 000	290	123	46	21	3	5	3	76	114	82	
De 10 001 a 20 000	229	111	35	24	-	4	7	65	100	63	
De 20 001 a 50 000	145	83	20	12	-	2	7	54	80	33	
De 50 001 a 100 000	58	30	7	1	-	1	-	24	30	10	
De 100 001 a 500 000	41	15	5	1	-	1	3	9	15	6	
Mais de 500 000	3	1	1	-	-	-	-	-	1	-	
Centro-Oeste	466	227	75	80	-	3	6	117	219	46	
Até 5 000	146	72	19	26	-	1	-	45	70	16	
De 5 001 a 10 000	111	54	14	18	-	-	-	33	53	9	
De 10 001 a 20 000	108	50	15	16	-	-	3	26	47	11	
De 20 001 a 50 000	67	33	14	14	-	1	1	10	31	6	
De 50 001 a 100 000	19	10	7	3	-	-	1	2	10	3	
De 100 001 a 500 000	11	5	3	3	-	-	-	-	5	1	
Mais de 500 000	4	3	3	-	-	1	-	1	3	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 34 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de melhoria de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Que realizaram programas ou ações de melhorias de unidades habitacionais nos anos de 2007 e/ou 2008								
		Total	Execução						Área beneficiada	
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural
Total	5 564	2 586	967	583	6	43	59	1 438	2 372	1 376
Norte	449	164	52	71	-	2	3	77	162	50
Rondônia	52	5	4	1	-	-	-	2	5	1
Acre	22	3	1	-	-	-	-	2	3	1
Amazonas	62	38	6	-	-	1	-	32	37	18
Roraima	15	5	5	-	-	-	-	-	5	-
Pará	143	16	2	1	-	1	-	15	16	6
Amapá	16	1	-	-	-	-	-	1	1	1
Tocantins	139	96	34	69	-	-	3	25	95	23
Nordeste	1 793	918	458	205	2	9	10	424	791	617
Maranhão	217	64	38	14	-	-	-	23	58	23
Piauí	223	96	49	12	-	3	-	49	74	73
Ceará	184	111	70	23	1	1	2	53	97	83
Rio Grande do Norte	167	104	32	54	-	-	-	28	100	71
Paraíba	223	138	76	26	-	1	2	58	118	99
Pernambuco	185	71	35	5	-	-	2	42	60	50
Alagoas	102	62	40	2	-	-	-	31	51	40
Sergipe	75	33	19	8	-	1	1	12	27	26
Bahia	417	239	99	61	1	3	3	128	206	152
Sudeste	1 668	694	205	136	1	16	11	440	672	296
Minas Gerais	853	411	113	57	1	10	7	284	392	244
Espírito Santo	78	38	7	5	-	3	-	34	37	19
Rio de Janeiro	92	53	25	14	-	-	-	29	53	16
São Paulo	645	192	60	60	-	3	-	93	190	17
Sul	1 188	583	177	91	3	13	29	380	528	367
Paraná	399	130	46	23	-	3	5	71	119	45
Santa Catarina	293	142	43	21	1	2	9	89	123	103
Rio Grande do Sul	496	311	88	47	2	8	15	220	286	219
Centro-Oeste	466	227	75	80	-	3	6	117	219	46
Mato Grosso do Sul	78	28	11	5	-	-	1	16	28	8
Mato Grosso	141	45	22	15	-	1	3	15	43	9
Goiás	246	153	41	60	-	1	1	86	147	29
Distrito Federal	1	1	1	-	-	1	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 35 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de material de construção nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Que realizaram programas ou ações de oferta de material de construção nos anos de 2007 e/ou 2008								Área beneficiada	
		Total	Execução								
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	
Brasil	5 564	1 986	168	158	7	19	33	1 749	1 942	1 147	
Até 5 000	1 267	475	30	30	1	3	6	438	464	298	
De 5 001 a 10 000	1 290	443	30	45	2	3	3	379	429	272	
De 10 001 a 20 000	1 385	459	33	35	2	3	10	415	448	292	
De 20 001 a 50 000	1 037	387	32	27	2	2	9	343	380	196	
De 50 001 a 100 000	319	130	21	11	-	3	2	109	129	65	
De 100 001 a 500 000	229	78	19	9	-	4	2	55	78	23	
Mais de 500 000	37	14	3	1	-	1	1	10	14	1	
Norte	449	154	14	10	-	2	2	136	150	73	
Até 5 000	87	48	-	2	-	1	-	47	48	22	
De 5 001 a 10 000	89	34	3	5	-	-	-	27	33	16	
De 10 001 a 20 000	112	22	3	-	-	-	1	20	20	11	
De 20 001 a 50 000	108	34	5	2	-	1	1	29	33	16	
De 50 001 a 100 000	34	12	2	1	-	-	-	10	12	7	
De 100 001 a 500 000	17	4	1	-	-	-	-	3	4	1	
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nordeste	1 793	642	42	33	4	1	6	585	627	470	
Até 5 000	228	81	2	3	-	-	1	76	81	61	
De 5 001 a 10 000	388	136	6	10	1	-	1	121	132	101	
De 10 001 a 20 000	586	205	12	8	2	1	2	190	199	162	
De 20 001 a 50 000	429	158	10	8	1	-	1	146	153	107	
De 50 001 a 100 000	109	49	8	2	-	-	1	43	49	33	
De 100 001 a 500 000	42	9	3	1	-	-	-	6	9	5	
Mais de 500 000	11	4	1	1	-	-	-	3	4	1	
Sudeste	1 668	585	49	42	2	9	7	515	575	313	
Até 5 000	384	140	12	9	1	1	-	125	136	89	
De 5 001 a 10 000	412	145	10	12	-	1	-	128	141	90	
De 10 001 a 20 000	350	119	4	8	-	2	3	112	118	68	
De 20 001 a 50 000	288	101	10	7	1	-	2	89	100	46	
De 50 001 a 100 000	99	28	2	3	-	1	-	24	28	10	
De 100 001 a 500 000	118	43	9	3	-	3	1	31	43	10	
Mais de 500 000	17	9	2	-	-	1	1	6	9	-	
Sul	1 188	398	47	25	1	6	14	349	384	251	
Até 5 000	422	136	13	6	-	1	3	129	129	108	
De 5 001 a 10 000	290	84	10	8	1	2	2	68	79	60	
De 10 001 a 20 000	229	71	9	6	-	-	3	61	70	41	
De 20 001 a 50 000	145	59	3	1	-	1	4	53	59	23	
De 50 001 a 100 000	58	31	7	2	-	1	1	25	30	13	
De 100 001 a 500 000	41	17	5	2	-	1	1	13	17	6	
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Centro-Oeste	466	207	16	48	-	1	4	164	206	40	
Até 5 000	146	70	3	10	-	-	2	61	70	18	
De 5 001 a 10 000	111	44	1	10	-	-	-	35	44	5	
De 10 001 a 20 000	108	42	5	13	-	-	1	32	41	10	
De 20 001 a 50 000	67	35	4	9	-	-	1	26	35	4	
De 50 001 a 100 000	19	10	2	3	-	1	-	7	10	2	
De 100 001 a 500 000	11	5	1	3	-	-	-	2	5	1	
Mais de 500 000	4	1	-	-	-	-	-	1	1	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 36 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de material de construção nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Que realizaram programas ou ações de oferta de material de construção nos anos de 2007 e/ou 2008								
		Total	Execução						Área beneficiada	
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural
Total	5 564	1 986	168	158	7	19	33	1 749	1 942	1 147
Norte	449	154	14	10	-	2	2	77	150	73
Rondônia	52	5	4	-	-	-	-	2	4	2
Acre	22	4	-	2	-	-	-	2	4	2
Amazonas	62	38	3	-	-	-	-	32	37	23
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	21	4	1	-	1	1	15	20	10
Amapá	16	2	1	-	-	-	-	1	2	1
Tocantins	139	84	2	7	-	1	1	25	83	35
Nordeste	1 793	642	42	33	4	1	6	424	627	470
Maranhão	217	56	3	2	-	-	1	23	55	25
Piauí	223	103	5	-	-	1	3	49	101	79
Ceará	184	95	12	4	1	-	1	53	92	76
Rio Grande do Norte	167	69	4	16	-	-	-	28	69	48
Paraíba	223	66	1	1	-	-	-	58	66	54
Pernambuco	185	70	8	2	-	-	-	42	69	52
Alagoas	102	40	2	-	3	-	-	31	39	28
Sergipe	75	24	-	1	-	-	-	12	20	20
Bahia	417	119	7	7	-	-	1	128	116	88
Sudeste	1 668	585	49	42	2	9	7	440	575	313
Minas Gerais	853	385	23	18	1	5	3	284	378	251
Espírito Santo	78	42	2	1	-	-	-	34	42	25
Rio de Janeiro	92	48	8	7	1	1	1	29	48	19
São Paulo	645	110	16	16	-	3	3	93	107	18
Sul	1 188	398	47	25	1	6	14	380	384	251
Paraná	399	93	6	3	-	1	3	71	90	34
Santa Catarina	293	86	13	10	-	2	3	89	82	62
Rio Grande do Sul	496	219	28	12	1	3	8	220	212	155
Centro-Oeste	466	207	16	48	-	1	4	117	206	40
Mato Grosso do Sul	78	31	4	3	-	-	1	16	31	9
Mato Grosso	141	29	7	14	-	-	2	15	28	5
Goiás	246	147	5	31	-	1	1	86	147	26
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 37 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de lotes nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Que realizaram programas ou ações e oferta de lotes nos anos de 2007 e/ou 2008										
		Total	Execução						Área beneficiada		Lotes	
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	Urbanizados	Não-urbanizados
Brasil	5 564	1 562	119	71	5	32	11	1 216	1 332	230	1 076	431
Até 5 000	1 267	300	21	18	-	3	2	272	296	30	249	69
De 5 001 a 10 000	1 290	289	23	17	3	5	1	254	281	48	230	83
De 10 001 a 20 000	1 385	347	21	17	-	9	-	318	332	75	260	121
De 20 001 a 50 000	1 037	251	17	13	1	5	5	225	243	53	173	107
De 50 001 a 100 000	319	101	22	2	-	4	3	83	101	17	91	31
De 100 001 a 500 000	229	68	13	4	-	3	-	56	68	5	61	19
Mais de 500 000	37	12	2	-	1	3	-	8	11	2	12	1
Norte	449	194	8	2	-	5	2	188	194	32	131	80
Até 5 000	87	54	-	-	-	-	-	54	54	7	42	14
De 5 001 a 10 000	89	39	1	1	-	-	1	38	39	7	31	11
De 10 001 a 20 000	112	42	2	1	-	1	-	41	42	8	24	22
De 20 001 a 50 000	108	43	1	-	-	3	1	41	43	5	22	22
De 50 001 a 100 000	34	11	3	-	-	1	-	10	11	5	9	7
De 100 001 a 500 000	17	5	1	-	-	-	-	4	5	-	3	4
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 793	486	39	26	3	9	4	437	456	143	326	229
Até 5 000	228	62	5	7	-	1	1	55	60	9	44	23
De 5 001 a 10 000	388	102	11	5	2	-	-	89	96	27	68	47
De 10 001 a 20 000	586	163	8	6	-	3	-	153	148	56	105	76
De 20 001 a 50 000	429	110	8	6	1	2	1	99	104	38	67	64
De 50 001 a 100 000	109	35	4	1	-	3	2	30	35	10	29	15
De 100 001 a 500 000	42	11	2	1	-	-	-	9	11	1	10	3
Mais de 500 000	11	3	1	-	-	-	-	2	2	2	3	1
Sudeste	1 668	263	23	19	1	7	3	222	260	24	234	51
Até 5 000	384	63	4	4	-	1	1	54	62	7	54	14
De 5 001 a 10 000	412	65	4	6	-	2	-	56	63	7	54	14
De 10 001 a 20 000	350	48	2	5	-	-	-	43	48	4	44	10
De 20 001 a 50 000	288	36	4	2	-	-	1	28	36	4	33	5
De 50 001 a 100 000	99	21	5	1	-	-	2	17	21	1	20	3
De 100 001 a 500 000	118	25	3	1	-	2	-	21	25	1	24	5
Mais de 500 000	17	5	1	-	1	2	-	3	5	-	5	-
Sul	1 188	255	35	21	1	11	1	212	253	20	230	49
Até 5 000	422	64	8	6	-	1	-	54	63	5	55	14
De 5 001 a 10 000	290	48	4	5	1	3	-	39	48	4	44	7
De 10 001 a 20 000	229	59	8	5	-	5	-	47	59	5	56	7
De 20 001 a 50 000	145	37	4	3	-	-	-	34	36	3	31	9
De 50 001 a 100 000	58	25	5	-	-	-	1	21	25	-	24	6
De 100 001 a 500 000	41	21	6	2	-	1	-	17	21	3	19	6
Mais de 500 000	3	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-
Centro-Oeste	466	170	14	3	-	-	1	157	169	11	155	22
Até 5 000	146	57	4	1	-	-	-	55	57	2	54	4
De 5 001 a 10 000	111	35	3	-	-	-	-	32	35	3	33	4
De 10 001 a 20 000	108	35	1	-	-	-	-	34	35	2	31	6
De 20 001 a 50 000	67	25	5	2	-	-	1	23	24	3	20	7
De 50 001 a 100 000	19	9	1	-	-	-	-	5	9	1	9	-
De 100 001 a 500 000	11	6	-	-	-	-	-	5	6	-	5	1
Mais de 500 000	4	3	-	-	-	-	-	3	3	-	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 38 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de oferta de lotes nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Que realizaram programas ou ações e oferta de lotes nos anos de 2007 e/ou 2008										
		Total	Execução						Área beneficiada		Lotes	
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	Urbanizados	Não-urbanizados
Total	5 564	1 562	119	71	5	32	11	1 216	1 332	230	1 076	431
Norte	449	194	8	2	-	5	2	188	194	32	131	80
Rondônia	52	12	2	-	-	-	-	10	12	-	11	2
Acre	22	6	-	-	-	-	-	6	6	-	5	1
Amazonas	62	38	-	-	-	-	-	38	38	9	19	22
Roraima	15	2	-	-	-	1	-	2	2	1	2	1
Pará	143	38	4	-	-	4	1	35	38	9	22	25
Amapá	16	5	1	-	-	-	-	5	5	2	2	3
Tocantins	139	93	1	1	-	-	1	92	93	11	70	26
Nordeste	1 793	486	39	26	3	9	4	437	456	143	326	229
Maranhão	217	85	1	2	1	-	2	83	80	27	55	39
Piauí	223	80	6	2	-	2	-	73	76	24	51	43
Ceará	184	34	1	2	-	-	-	32	32	13	31	12
Rio Grande do Norte	167	37	1	1	-	-	-	36	36	13	30	17
Paraíba	223	55	10	11	-	1	1	45	52	10	35	23
Pernambuco	185	52	8	3	-	2	-	42	50	14	34	26
Alagoas	102	18	3	-	2	3	-	13	18	5	15	6
Sergipe	75	26	3	2	-	1	-	20	22	9	19	8
Bahia	417	99	6	3	-	-	1	93	90	28	56	55
Sudeste	1 668	263	23	19	1	7	3	222	260	24	234	51
Minas Gerais	853	175	12	10	1	2	1	156	172	22	153	40
Espírito Santo	78	12	1	1	-	-	-	10	12	1	10	4
Rio de Janeiro	92	9	1	1	-	-	-	7	9	-	8	3
São Paulo	645	67	9	7	-	5	2	49	67	1	63	4
Sul	1 188	255	35	21	1	11	1	212	253	20	230	49
Paraná	399	86	14	14	-	9	-	59	86	3	75	15
Santa Catarina	293	64	7	3	1	-	-	59	63	6	58	8
Rio Grande do Sul	496	105	14	4	-	2	1	94	104	11	97	26
Centro-Oeste	466	170	14	3	-	-	1	157	169	11	155	22
Mato Grosso do Sul	78	26	2	-	-	-	-	25	25	2	24	4
Mato Grosso	141	31	6	1	-	-	-	26	31	6	28	7
Goiás	246	112	6	2	-	-	1	105	112	3	102	11
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 39 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos 2007 e/ou 2008						
		Total	Execução					
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura
Brasil	5 564	1 008	293	274	3	29	34	734
Até 5 000	1 267	7	21	24	-	4	8	92
De 5 001 a 10 000	1 290	166	34	40	1	1	2	111
De 10 001 a 20 000	1 385	242	49	73	1	6	5	145
De 20 001 a 50 000	1 037	278	62	75	1	9	10	179
De 50 001 a 100 000	319	134	45	25	-	3	5	91
De 100 001 a 500 000	229	147	64	33	-	3	3	93
Mais de 500 000	37	34	18	4	-	3	1	23
Norte	449	132	43	28	1	2	4	98
Até 5 000	87	14	3	1	-	-	-	12
De 5 001 a 10 000	89	21	8	3	-	-	-	12
De 10 001 a 20 000	112	30	8	5	-	1	1	23
De 20 001 a 50 000	108	39	11	12	1	-	1	30
De 50 001 a 100 000	34	15	5	4	-	1	1	13
De 100 001 a 500 000	17	11	6	3	-	-	1	8
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-	-	-
Nordeste	1 793	271	83	78	-	4	7	151
Até 5 000	228	15	2	4	-	-	2	10
De 5 001 a 10 000	388	37	13	12	-	-	-	21
De 10 001 a 20 000	586	69	21	29	-	1	1	28
De 20 001 a 50 000	429	90	22	27	-	2	4	53
De 50 001 a 100 000	109	27	12	4	-	-	-	18
De 100 001 a 500 000	42	23	8	1	-	-	-	14
Mais de 500 000	11	10	5	1	-	1	-	7
Sudeste	1 668	329	82	119	-	9	8	179
Até 5 000	384	32	3	11	-	1	1	17
De 5 001 a 10 000	412	37	2	15	-	-	-	21
De 10 001 a 20 000	350	53	6	29	-	1	2	23
De 20 001 a 50 000	288	73	11	25	-	3	2	41
De 50 001 a 100 000	99	44	14	13	-	2	2	26
De 100 001 a 500 000	118	75	35	23	-	-	1	42
Mais de 500 000	17	15	11	3	-	2	-	9
Sul	1 188	253	61	21	2	9	12	191
Até 5 000	422	50	13	4	-	3	5	35
De 5 001 a 10 000	290	37	6	2	1	-	2	30
De 10 001 a 20 000	229	50	8	3	1	3	1	39
De 20 001 a 50 000	145	45	9	4	-	1	1	36
De 50 001 a 100 000	58	38	12	3	-	-	2	25
De 100 001 a 500 000	41	30	13	5	-	2	1	23
Mais de 500 000	3	3	-	-	-	-	-	3
Centro-Oeste	466	148	24	28	-	5	3	115
Até 5 000	146	21	-	4	-	-	-	18
De 5 001 a 10 000	111	34	5	8	-	1	-	27
De 10 001 a 20 000	108	40	6	7	-	-	-	32
De 20 001 a 50 000	67	31	9	7	-	3	2	19
De 50 001 a 100 000	19	10	2	1	-	-	-	9
De 100 001 a 500 000	11	8	2	1	-	1	-	6
Mais de 500 000	4	4	-	-	-	-	1	4

Tabela 39 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos 2007 e/ou 2008							
	Área beneficiada		Foram beneficiados					
	Urbana	Rural	Loteamentos irregulares	Favela, mocambos, palafitas ou assem- lhados	Conjuntos habitacionais construídos pelo poder público	Bairros consolidados	Cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de- porco	Outros
Brasil	987	319	669	149	277	341	45	262
Até 5 000	110	39	79	1	22	21	1	37
De 5 001 a 10 000	132	52	94	6	28	34	2	50
De 10 001 a 20 000	197	87	122	15	54	64	5	74
De 20 001 a 50 000	243	89	166	28	66	95	16	58
De 50 001 a 100 000	125	37	86	33	37	53	9	24
De 100 001 a 500 000	146	12	100	50	55	54	12	17
Mais de 500 000	34	3	22	16	15	20	-	2
Norte	110	51	79	9	27	49	5	37
Até 5 000	13	3	6	-	4	3	-	3
De 5 001 a 10 000	17	8	13	-	5	6	-	6
De 10 001 a 20 000	19	15	14	1	3	11	1	9
De 20 001 a 50 000	34	15	27	3	7	15	2	10
De 50 001 a 100 000	14	9	11	3	4	7	1	7
De 100 001 a 500 000	11	1	6	2	4	6	1	2
Mais de 500 000	2	-	2	-	-	1	-	-
Nordeste	192	149	117	29	66	71	12	94
Até 5 000	3	13	6	-	3	1	-	5
De 5 001 a 10 000	22	20	17	2	6	5	1	16
De 10 001 a 20 000	44	43	22	3	19	11	2	32
De 20 001 a 50 000	68	51	41	8	24	29	3	28
De 50 001 a 100 000	22	16	14	8	5	8	3	9
De 100 001 a 500 000	23	3	13	6	6	9	3	3
Mais de 500 000	10	3	4	2	3	8	-	1
Sudeste	314	52	194	68	85	115	18	66
Até 5 000	31	4	18	-	5	5	-	12
De 5 001 a 10 000	34	6	23	2	4	8	-	11
De 10 001 a 20 000	50	14	29	5	9	19	1	18
De 20 001 a 50 000	69	11	40	10	14	29	7	10
De 50 001 a 100 000	41	10	27	10	12	21	4	5
De 100 001 a 500 000	74	7	46	32	32	25	6	9
Mais de 500 000	15	-	11	9	9	8	-	1
Sul	238	35	178	33	57	63	7	41
Até 5 000	43	15	34	1	4	7	1	15
De 5 001 a 10 000	33	8	27	2	6	7	1	6
De 10 001 a 20 000	47	6	31	3	12	13	1	10
De 20 001 a 50 000	44	3	32	6	12	10	2	5
De 50 001 a 100 000	38	2	25	11	10	13	1	3
De 100 001 a 500 000	30	1	28	7	12	13	1	2
Mais de 500 000	3	-	1	3	1	-	-	-
Centro-Oeste	133	32	101	10	42	43	3	24
Até 5 000	20	4	15	-	6	5	-	2
De 5 001 a 10 000	26	10	14	-	7	8	-	11
De 10 001 a 20 000	37	9	26	3	11	10	-	5
De 20 001 a 50 000	28	9	26	1	9	12	2	5
De 50 001 a 100 000	10	-	9	1	6	4	-	-
De 100 001 a 500 000	8	-	7	3	1	1	1	1
Mais de 500 000	4	-	4	2	2	3	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 40 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos 2007 e/ou 2008						
		Total	Execução					
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura
Total	5 564	1 008	293	274	3	29	34	734
Norte	449	132	43	28	1	2	4	98
Rondônia	52	19	4	1	-	-	-	18
Acre	22	4	2	1	-	-	-	2
Amazonas	62	30	6	11	1	1	2	19
Roraima	15	6	2	-	-	-	-	4
Pará	143	38	18	10	-	1	2	27
Amapá	16	1	1	-	-	-	-	1
Tocantins	139	34	10	5	-	-	-	27
Nordeste	1 793	271	83	78	-	4	7	151
Maranhão	217	36	19	6	-	-	1	17
Piauí	223	27	8	3	-	-	1	20
Ceará	184	25	13	6	-	1	-	14
Rio Grande do Norte	167	18	5	2	-	1	1	11
Paraíba	223	18	7	2	-	1	-	12
Pernambuco	185	19	7	-	-	-	-	15
Alagoas	102	15	8	5	-	-	3	4
Sergipe	75	18	4	4	-	-	-	12
Bahia	417	95	12	50	-	1	1	46
Sudeste	1 668	329	82	119	-	9	8	179
Minas Gerais	853	128	26	41	-	4	2	75
Espírito Santo	78	19	6	2	-	-	-	13
Rio de Janeiro	92	32	16	10	-	-	1	17
São Paulo	645	150	34	66	-	5	5	74
Sul	1 188	253	61	21	2	9	12	191
Paraná	399	78	21	6	1	3	1	56
Santa Catarina	293	58	16	7	1	2	7	41
Rio Grande do Sul	496	117	24	8	-	4	4	94
Centro-Oeste	466	148	24	28	-	5	3	115
Mato Grosso do Sul	78	35	4	3	-	-	1	31
Mato Grosso	141	47	17	20	-	2	1	22
Goiás	246	65	3	5	-	3	1	61
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	1

Tabela 40 - Municípios, total, que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Que realizaram programas ou ações de regularização fundiária nos anos 2007 e/ou 2008							
	Área beneficiada		Foram beneficiados					
	Urbana	Rural	Loteamentos irregulares	Favela, mocambos, palafitas ou assemelhados	Conjuntos habitacionais construídos pelo poder público	Bairros consolidados	Cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco	Outros
Total	987	319	669	149	277	341	45	262
Norte	110	51	79	9	27	49	5	37
Rondônia	18	1	11	2	4	11	1	4
Acre	4	-	3	-	2	1	-	2
Amazonas	18	22	15	2	2	10	1	13
Roraima	5	4	3	-	1	1	-	2
Pará	33	16	27	5	4	15	3	9
Amapá	-	1	-	-	-	-	-	1
Tocantins	32	7	20	-	14	11	-	6
Nordeste	192	149	117	29	66	71	12	94
Maranhão	26	22	28	8	6	10	1	11
Piauí	18	15	11	2	6	6	1	10
Ceará	19	12	7	2	11	5	1	10
Rio Grande do Norte	12	11	6	2	10	2	-	4
Paraíba	14	10	5	2	7	1	-	5
Pernambuco	13	9	11	4	4	5	1	4
Alagoas	13	5	5	1	6	5	2	5
Sergipe	15	9	10	2	3	4	2	6
Bahia	62	56	34	6	13	33	4	39
Sudeste	314	52	194	68	85	115	18	66
Minas Gerais	124	22	72	13	23	48	2	35
Espírito Santo	18	3	8	4	8	7	3	4
Rio de Janeiro	32	5	16	10	8	11	4	4
São Paulo	140	22	98	41	46	49	9	23
Sul	238	35	178	33	57	63	7	41
Paraná	72	12	49	14	10	18	2	17
Santa Catarina	54	8	42	10	20	8	3	5
Rio Grande do Sul	112	15	87	9	27	37	2	19
Centro-Oeste	133	32	101	10	42	43	3	24
Mato Grosso do Sul	34	4	24	2	16	8	2	3
Mato Grosso	35	21	32	3	8	17	-	8
Goiás	63	7	44	4	18	17	1	13
Distrito Federal	1	-	1	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 41 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de urbanização de assentamentos nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Que realizaram programas ou ações de urbanização de assentamentos nos anos 2007 e/ou 2008							Área beneficiada	
		Total	Execução					Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros			
Brasil	5 564	766	448	166	5	19	18	358	500	364
Até 5 000	1 267	64	33	16	-	1	5	31	24	45
De 5 001 a 10 000	1 290	100	50	23	-	2	1	51	35	74
De 10 001 a 20 000	1 385	157	83	35	1	4	2	74	78	100
De 20 001 a 50 000	1 037	197	106	43	1	6	5	96	133	103
De 50 001 a 100 000	319	101	57	17	3	2	2	52	86	27
De 100 001 a 500 000	229	113	90	22	-	2	2	40	110	14
Mais de 500 000	37	34	29	10	-	2	1	14	34	1
Norte	449	100	59	20	2	3	5	47	45	68
Até 5 000	87	17	10	5	-	1	1	9	3	15
De 5 001 a 10 000	89	17	9	3	1	-	-	8	2	15
De 10 001 a 20 000	112	16	9	3	-	1	-	8	7	12
De 20 001 a 50 000	108	27	15	6	1	-	2	11	14	16
De 50 001 a 100 000	34	13	8	2	-	1	1	7	10	7
De 100 001 a 500 000	17	8	6	-	-	-	1	4	7	3
Mais de 500 000	2	2	2	1	-	-	-	-	2	-
Nordeste	1 793	265	162	46	-	4	5	118	147	171
Até 5 000	228	14	9	1	-	-	-	6	3	13
De 5 001 a 10 000	388	27	16	7	-	-	1	12	5	26
De 10 001 a 20 000	586	72	40	13	-	-	2	34	32	49
De 20 001 a 50 000	429	91	51	14	-	4	2	42	54	62
De 50 001 a 100 000	109	30	18	3	-	-	-	17	23	15
De 100 001 a 500 000	42	20	18	5	-	-	-	4	19	5
Mais de 500 000	11	11	10	3	-	-	-	3	11	1
Sudeste	1 668	189	101	61	2	7	3	93	161	45
Até 5 000	384	8	5	2	-	-	-	1	5	3
De 5 001 a 10 000	412	19	5	11	-	1	-	9	12	10
De 10 001 a 20 000	350	26	9	11	1	1	-	13	17	14
De 20 001 a 50 000	288	37	12	14	1	2	1	24	32	12
De 50 001 a 100 000	99	25	11	4	-	-	-	16	21	4
De 100 001 a 500 000	118	59	46	13	-	1	1	22	59	2
Mais de 500 000	17	15	13	6	-	2	1	8	15	-
Sul	1 188	131	80	18	1	4	3	63	107	32
Até 5 000	422	14	5	3	-	-	3	9	11	4
De 5 001 a 10 000	290	18	8	2	-	1	-	11	10	8
De 10 001 a 20 000	229	23	14	3	-	1	-	9	15	9
De 20 001 a 50 000	145	26	18	3	1	-	-	14	22	7
De 50 001 a 100 000	58	26	16	3	-	1	-	10	25	1
De 100 001 a 500 000	41	21	16	4	-	1	-	9	21	3
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	1	3	-
Centro-Oeste	466	81	46	21	-	1	2	37	40	48
Até 5 000	146	11	4	5	-	-	1	6	2	10
De 5 001 a 10 000	111	19	12	-	-	-	-	11	6	15
De 10 001 a 20 000	108	20	11	5	-	1	-	10	7	16
De 20 001 a 50 000	67	16	10	6	-	-	-	5	11	6
De 50 001 a 100 000	19	7	4	5	-	-	-	2	7	1
De 100 001 a 500 000	11	5	4	-	-	-	-	1	4	-
Mais de 500 000	4	3	1	-	-	-	-	2	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 42 - Municípios, total e que realizaram programas ou ações de urbanização de assentamentos nos anos de 2007 e/ou 2008, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Que realizaram programas ou ações de urbanização de assentamentos nos anos 2007 e/ou 2008									
		Total	Execução							Área beneficiada	
			Em associação com o Governo federal	Em associação com o Governo estadual	Em associação com outro município	Em associação com a iniciativa privada	Em associação com outros	Iniciativa exclusiva da prefeitura	Urbana	Rural	
Brasil	5 564	766	448	166	5	19	18	358	500	364	
Norte	449	100	59	20	2	3	5	47	45	68	
Rondônia	52	11	8	1	-	-	-	6	9	2	
Acre	22	6	4	3	-	-	-	2	3	3	
Amazonas	62	14	8	4	1	-	1	4	5	13	
Roraima	15	3	1	-	-	1	-	1	3	1	
Pará	143	32	20	3	1	1	2	15	18	21	
Amapá	16	1	1	-	-	-	-	1	-	1	
Tocantins	139	33	17	9	-	1	2	18	7	27	
Nordeste	1 793	265	162	46	-	4	5	118	147	171	
Maranhão	217	39	23	6	-	-	-	19	17	30	
Piauí	223	27	14	2	-	-	1	15	5	26	
Ceará	184	41	31	8	-	2	2	12	24	28	
Rio Grande do Norte	167	16	11	2	-	-	-	4	7	12	
Paraíba	223	17	12	5	-	-	-	7	10	9	
Pernambuco	185	30	18	7	-	-	-	15	23	11	
Alagoas	102	17	11	-	-	1	-	7	9	9	
Sergipe	75	20	13	4	-	-	-	7	14	12	
Bahia	417	58	29	12	-	1	2	32	38	34	
Sudeste	1 668	189	101	61	2	7	3	93	161	45	
Minas Gerais	853	69	34	18	1	3	1	34	54	22	
Espírito Santo	78	13	9	3	-	-	-	6	11	5	
Rio de Janeiro	92	31	14	9	-	2	1	17	28	7	
São Paulo	645	76	44	31	1	2	1	36	68	11	
Sul	1 188	131	80	18	1	4	3	63	107	32	
Paraná	399	42	31	7	-	1	-	12	29	13	
Santa Catarina	293	28	17	4	-	2	-	16	24	6	
Rio Grande do Sul	496	61	32	7	1	1	3	35	54	13	
Centro-Oeste	466	81	46	21	-	1	2	37	40	48	
Mato Grosso do Sul	78	13	10	2	-	1	-	7	8	9	
Mato Grosso	141	32	16	12	-	-	1	12	12	23	
Goiás	246	35	20	7	-	-	1	17	19	16	
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 43 - Municípios, total e número de municípios que possuem legislação, plano de regularização fundiária e emissão de licenças e habite-se, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Possui legislação sobre regularização fundiária	Possui plano específico de regularização fundiária	A prefeitura emitiu			
				Licença para implantação de loteamentos	Licenças de construção	Habite-se	Não emitiu
Brasil	5 564	843	593	1 782	4 349	4 288	682
Até 5 000	1 267	73	41	204	856	876	244
De 5 001 a 10 000	1 290	102	66	286	961	966	187
De 10 001 a 20 000	1 385	165	100	440	1 080	1 044	170
De 20 001 a 50 000	1 037	240	168	451	902	870	67
De 50 001 a 100 000	319	115	91	209	297	288	10
De 100 001 a 500 000	229	118	101	163	216	209	4
Mais de 500 000	37	30	26	29	37	35	-
Norte	449	113	70	80	268	207	140
Até 5 000	87	3	1	5	31	19	48
De 5 001 a 10 000	89	14	7	7	48	36	31
De 10 001 a 20 000	112	22	10	20	67	47	39
De 20 001 a 50 000	108	46	34	24	76	60	19
De 50 001 a 100 000	34	19	12	15	28	27	3
De 100 001 a 500 000	17	8	5	8	16	16	-
Mais de 500 000	2	1	1	1	2	2	-
Nordeste	1 793	199	150	410	1 293	1 259	293
Até 5 000	228	6	2	10	121	126	65
De 5 001 a 10 000	388	17	14	32	248	248	89
De 10 001 a 20 000	586	39	32	110	413	390	99
De 20 001 a 50 000	429	78	54	147	355	346	37
De 50 001 a 100 000	109	30	25	69	103	99	3
De 100 001 a 500 000	42	20	16	33	42	40	-
Mais de 500 000	11	9	7	9	11	10	-
Sudeste	1 668	241	193	620	1 379	1 404	135
Até 5 000	384	14	10	68	266	289	61
De 5 001 a 10 000	412	26	21	107	325	332	46
De 10 001 a 20 000	350	39	23	136	300	304	18
De 20 001 a 50 000	288	52	39	150	269	268	4
De 50 001 a 100 000	99	39	34	65	93	90	3
De 100 001 a 500 000	118	58	53	81	109	105	3
Mais de 500 000	17	13	13	13	17	16	-
Sul	1 188	205	130	485	1 078	1 071	39
Até 5 000	422	39	23	96	365	362	24
De 5 001 a 10 000	290	33	17	102	263	267	6
De 10 001 a 20 000	229	43	21	121	215	212	5
De 20 001 a 50 000	145	39	29	85	140	136	2
De 50 001 a 100 000	58	21	14	46	54	53	1
De 100 001 a 500 000	41	27	23	32	38	38	1
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	-
Centro-Oeste	466	85	50	187	331	347	75
11,2	146	11	5	25	73	80	46
De 5 001 a 10 000	111	12	7	38	77	83	15
De 10 001 a 20 000	108	22	14	53	85	91	9
De 20 001 a 50 000	67	25	12	45	62	60	5
De 50 001 a 100 000	19	6	6	14	19	19	-
De 100 001 a 500 000	11	5	4	9	11	10	-
Mais de 500 000	4	4	2	3	4	4	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 44 - Municípios, total e número de municípios que possuem legislação, plano de regularização fundiária e emissão de licenças e habite-se, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da federação	Municípios						
	Total	Possui legis- lação sobre regularização fundiária	Possui plano específico de regularização fundiária	A prefeitura emitiu			
				Licença para implantação de loteamentos	Licenças de construção	Habite-se	Não emitiu
Brasil	5 564	843	593	1 782	4 349	4 288	682
Norte	449	113	70	80	268	207	140
Rondônia	52	28	10	10	35	35	14
Acre	22	3	2	3	21	18	1
Amazonas	62	24	21	16	45	29	12
Roraima	15	1	1	3	7	5	8
Pará	143	44	28	29	84	64	44
Amapá	16	1	-	1	12	9	1
Tocantins	139	12	8	18	64	47	60
Nordeste	1 793	199	150	410	1 293	1 259	293
Maranhão	217	23	28	33	111	125	64
Piauí	223	23	8	25	103	104	91
Ceará	184	25	22	47	116	105	52
Rio Grande do Norte	167	11	10	27	99	121	16
Paraíba	223	12	8	43	207	198	9
Pernambuco	185	28	14	59	163	146	16
Alagoas	102	8	10	27	82	78	12
Sergipe	75	11	8	24	71	61	1
Bahia	417	58	42	125	341	321	32
Sudeste	1 668	241	193	620	1 379	1 404	135
Minas Gerais	853	97	80	269	697	712	78
Espírito Santo	78	21	11	27	70	67	4
Rio de Janeiro	92	29	25	45	83	77	5
São Paulo	645	94	77	279	529	548	48
Sul	1 188	205	130	485	1 078	1 071	39
Paraná	399	79	36	200	365	364	14
Santa Catarina	293	42	28	128	270	269	7
Rio Grande do Sul	496	84	66	157	443	438	18
Centro-Oeste	466	85	50	187	331	347	75
Mato Grosso do Sul	78	27	12	49	71	71	1
Mato Grosso	141	24	11	43	86	92	33
Goiás	246	33	26	95	173	183	41
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 45 - Municípios, total e que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados								
		Total	Critérios de classificação usados pelo município							
			Ocupação de terreno de proprie- dade alheia	A maioria das unida- des habita- cionais não possui título de pro- priedade	Vias de circulação estreitas e de alinha- mento irregular	Lotes de tamanho e forma desiguais	Ocupação densa de unidades habita- cionais	Constru- ções não regulari- zadas por órgãos públicos	Precarie- dade de serviços públicos essenciais	Outros
Brasil	5 564	1 837	1 119	1 292	1 135	1 238	719	1 386	952	242
Até 5 000	1 267	120	55	63	55	62	21	81	40	12
De 5 001 a 10 000	1 290	294	133	200	150	189	78	213	120	27
De 10 001 a 20 000	1 385	451	238	316	256	296	154	335	223	56
De 20 001 a 50 000	1 037	516	325	358	329	361	204	392	277	64
De 50 001 a 100 000	319	226	173	170	168	159	122	182	135	35
De 100 001 a 500 000	229	194	164	153	152	146	117	156	129	36
Mais de 500 000	37	36	31	32	25	25	23	27	28	12
Norte	449	184	107	140	105	117	62	129	117	21
Até 5 000	87	3	3	3	1	1	2	2	2	-
De 5 001 a 10 000	89	19	6	14	7	13	3	13	11	2
De 10 001 a 20 000	112	44	20	36	23	30	11	32	30	1
De 20 001 a 50 000	108	70	42	49	43	42	22	49	45	8
De 50 001 a 100 000	34	31	22	24	18	17	12	22	18	7
De 100 001 a 500 000	17	15	12	12	11	12	10	9	9	3
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-
Nordeste	1 793	586	337	440	386	423	228	445	380	87
Até 5 000	228	24	6	14	12	18	3	15	15	3
De 5 001 a 10 000	388	70	30	49	40	50	17	54	43	5
De 10 001 a 20 000	586	151	71	108	84	96	49	101	94	27
De 20 001 a 50 000	429	213	129	160	149	161	87	169	133	32
De 50 001 a 100 000	109	81	62	66	63	64	45	67	59	11
De 100 001 a 500 000	42	36	30	33	30	26	20	30	27	5
Mais de 500 000	11	11	9	10	8	8	7	9	9	4
Sudeste	1 668	495	297	337	339	340	212	380	206	52
Até 5 000	384	19	11	11	10	11	4	13	3	-
De 5 001 a 10 000	412	87	29	65	51	54	20	61	23	4
De 10 001 a 20 000	350	101	50	62	69	71	43	78	36	6
De 20 001 a 50 000	288	120	71	73	79	82	49	92	44	9
De 50 001 a 100 000	99	56	43	38	42	40	29	46	25	8
De 100 001 a 500 000	118	95	79	73	76	71	57	78	62	21
Mais de 500 000	17	17	14	15	12	11	10	12	13	4
Sul	1 188	481	320	309	257	302	187	366	204	60
Até 5 000	422	65	31	32	26	25	9	46	16	7
De 5 001 a 10 000	290	105	63	63	46	64	36	77	37	12
De 10 001 a 20 000	229	125	79	85	66	78	41	100	52	15
De 20 001 a 50 000	145	98	75	67	52	69	40	72	46	11
De 50 001 a 100 000	58	47	36	33	36	32	33	37	26	9
De 100 001 a 500 000	41	38	33	27	29	32	26	32	25	5
Mais de 500 000	3	3	3	2	2	2	2	2	2	1
Centro-Oeste	466	91	58	66	48	56	30	66	45	22
Até 5 000	146	9	4	3	6	7	3	5	4	2
De 5 001 a 10 000	111	13	5	9	6	8	2	8	6	4
De 10 001 a 20 000	108	30	18	25	14	21	10	24	11	7
De 20 001 a 50 000	67	15	8	9	6	7	6	10	9	4
De 50 001 a 100 000	19	11	10	9	9	6	3	10	7	-
De 100 001 a 500 000	11	10	10	8	6	5	4	7	6	2
Mais de 500 000	4	3	3	3	1	2	2	2	2	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 46 - Municípios, total e que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados								
		Total	Critérios de classificação usados pelo município							
			Ocupação de terreno de propriedade alheia	A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade	Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular	Lotes de tamanho e forma desiguais	Ocupação densa de unidades habitacionais	Construções não regularizadas por órgãos públicos	Precariedade de serviços públicos essenciais	Outros
Brasil	5 564	1 837	1 119	1 292	1 135	1 238	719	1 386	952	242
Norte	449	184	107	140	105	117	62	129	117	21
Rondônia	52	13	9	12	8	10	5	12	9	3
Acre	22	10	9	9	9	8	6	10	10	2
Amazonas	62	38	15	27	21	22	12	25	21	1
Roraima	15	4	1	4	1	4	1	3	-	-
Pará	143	106	65	77	60	63	31	71	69	12
Amapá	16	6	4	6	4	4	4	3	6	1
Tocantins	139	7	4	5	2	6	3	5	2	2
Nordeste	1 793	586	337	440	386	423	228	445	380	87
Maranhão	217	31	25	23	20	23	12	23	23	3
Piauí	223	58	27	34	34	43	9	36	46	7
Ceará	184	83	40	64	56	56	28	60	46	13
Rio Grande do Norte	167	31	18	25	24	25	16	24	23	4
Paraíba	223	45	30	35	35	29	19	32	26	2
Pernambuco	185	109	66	82	84	82	48	91	78	19
Alagoas	102	48	22	28	26	27	21	28	25	9
Sergipe	75	30	17	22	16	19	11	27	17	3
Bahia	417	151	92	127	91	119	64	124	96	27
Sudeste	1 668	495	297	337	339	340	212	380	206	52
Minas Gerais	853	192	89	119	131	129	77	137	64	5
Espírito Santo	78	37	21	34	29	31	17	32	17	1
Rio de Janeiro	92	63	42	50	49	49	36	53	28	13
São Paulo	645	203	145	134	130	131	82	158	97	33
Sul	1 188	481	320	309	257	302	187	366	204	60
Paraná	399	189	125	109	96	109	61	142	74	18
Santa Catarina	293	119	86	76	69	75	51	94	60	15
Rio Grande do Sul	496	173	109	124	92	118	75	130	70	27
Centro-Oeste	466	91	58	66	48	56	30	66	45	22
Mato Grosso do Sul	78	23	18	18	14	13	6	19	11	9
Mato Grosso	141	40	24	29	21	27	10	26	16	5
Goiás	246	27	15	18	13	15	13	21	17	7
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1	1	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 47 - Municípios, total e que declararam existência de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Que declararam existência de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco							
		Total	Critérios de classificação usados pelo município						Outros
			Unidade de moradia de várias famílias	Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias	Nas unidades habitacio- nais o mesmo cômodo tem várias funções	Construção em lotes urbanos	Subdivisão de habitações em uma mesma unidade	Unidades habitacio- nais geral- mente alu- gadas, sub- alugadas ou cedidas sem contrato formal	
Brasil	5 564	1 399	1 028	815	898	470	827	852	102
Até 5 000	1 267	108	63	40	52	30	44	55	12
De 5 001 a 10 000	1 290	200	132	87	117	54	102	116	11
De 10 001 a 20 000	1 385	342	234	185	208	96	188	200	18
De 20 001 a 50 000	1 037	376	294	241	250	130	228	235	28
De 50 001 a 100 000	319	176	139	111	126	69	113	112	19
De 100 001 a 500 000	229	165	143	124	124	76	127	112	9
Mais de 500 000	37	32	23	27	21	15	25	22	5
Norte	449	143	111	99	103	51	82	85	11
Até 5 000	87	5	3	3	3	1	2	3	1
De 5 001 a 10 000	89	15	10	7	12	6	7	8	2
De 10 001 a 20 000	112	36	26	22	25	10	18	20	-
De 20 001 a 50 000	108	47	40	38	34	19	29	30	3
De 50 001 a 100 000	34	24	18	14	15	7	12	12	5
De 100 001 a 500 000	17	14	12	13	12	7	12	10	-
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	1	2	2	-
Nordeste	1 793	332	240	192	230	122	180	215	34
Até 5 000	228	5	2	1	3	2	1	3	-
De 5 001 a 10 000	388	30	21	5	17	11	10	17	2
De 10 001 a 20 000	586	97	58	50	65	28	43	61	13
De 20 001 a 50 000	429	109	83	69	74	37	61	75	10
De 50 001 a 100 000	109	52	44	36	42	23	34	30	5
De 100 001 a 500 000	42	30	25	23	24	17	23	22	2
Mais de 500 000	11	9	7	8	5	4	8	7	2
Sudeste	1 668	499	385	293	304	162	334	286	23
Até 5 000	384	35	22	13	15	13	20	17	2
De 5 001 a 10 000	412	82	57	32	42	18	45	41	3
De 10 001 a 20 000	350	100	69	60	53	28	71	54	1
De 20 001 a 50 000	288	127	109	80	80	43	80	75	3
De 50 001 a 100 000	99	56	43	30	42	18	44	36	6
De 100 001 a 500 000	118	84	77	65	62	35	64	54	7
Mais de 500 000	17	15	8	13	10	7	10	9	1
Sul	1 188	320	211	168	200	94	166	197	25
Até 5 000	422	50	30	17	27	11	17	27	7
De 5 001 a 10 000	290	59	34	36	37	16	32	39	3
De 10 001 a 20 000	229	81	57	41	49	21	42	49	3
De 20 001 a 50 000	145	68	43	35	44	23	37	38	8
De 50 001 a 100 000	58	31	22	21	20	11	13	22	3
De 100 001 a 500 000	41	28	22	17	21	11	22	20	-
Mais de 500 000	3	3	3	1	2	1	3	2	1
Centro-Oeste	466	105	81	63	61	41	65	69	9
Até 5 000	146	13	6	6	4	3	4	5	2
De 5 001 a 10 000	111	14	10	7	9	3	8	11	1
De 10 001 a 20 000	108	28	24	12	16	9	14	16	1
De 20 001 a 50 000	67	25	19	19	18	8	21	17	4
De 50 001 a 100 000	19	13	12	10	7	10	10	12	-
De 100 001 a 500 000	11	9	7	6	5	6	6	6	-
Mais de 500 000	4	3	3	3	2	2	2	2	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 48 - Municípios, total e que declararam existência de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Que declararam existência de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco							
		Total	Critérios de classificação usados pelo município						Outros
			Unidade de moradia de várias famílias	Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias	Nas unidades habitacionais o mesmo cômodo tem várias funções	Construção em lotes urbanos	Subdivisão de habitações em uma mesma unidade	Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal	
Brasil	5 564	1 399	1 028	815	898	470	827	852	102
Norte	449	143	111	99	103	51	82	85	11
Rondônia	52	12	9	4	8	3	4	4	3
Acre	22	8	7	6	7	7	7	7	1
Amazonas	62	33	24	20	22	9	16	19	2
Roraima	15	5	4	3	4	-	3	4	-
Pará	143	75	61	59	55	29	46	44	4
Amapá	16	3	2	2	2	1	2	2	1
Tocantins	139	7	4	5	5	2	4	5	-
Nordeste	1 793	332	240	192	230	122	180	215	34
Maranhão	217	19	15	13	14	5	10	12	2
Piauí	223	9	7	3	5	3	2	5	2
Ceará	184	48	43	30	38	17	29	34	6
Rio Grande do Norte	167	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	223	28	22	16	23	11	16	13	1
Pernambuco	185	77	50	49	53	32	42	50	4
Alagoas	102	35	21	19	16	13	16	22	9
Sergipe	75	8	6	2	5	2	4	6	1
Bahia	417	108	76	60	76	39	61	73	9
Sudeste	1 668	499	385	293	304	162	334	286	23
Minas Gerais	853	172	118	88	96	61	103	83	3
Espírito Santo	78	41	31	31	28	17	28	29	4
Rio de Janeiro	92	67	56	41	48	19	54	40	5
São Paulo	645	219	180	133	132	65	149	134	11
Sul	1 188	320	211	168	200	94	166	197	25
Paraná	399	107	66	55	66	32	62	62	3
Santa Catarina	293	77	57	38	53	24	40	55	5
Rio Grande do Sul	496	136	88	75	81	38	64	80	17
Centro-Oeste	466	105	81	63	61	41	65	69	9
Mato Grosso do Sul	78	19	17	13	13	8	14	12	1
Mato Grosso	141	48	34	22	29	15	25	31	7
Goiás	246	37	29	27	18	17	25	25	1
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 49 - Municípios, total e que declararam existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Que declararam existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos					
		Total	Critérios de classificação usados pelo município				
			Sem aprovação prévia do poder público municipal	Descum- primento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais	Falta de titulação correta da terra	Falta de correspon- dência entre o projeto apre- sentado e o executado	Outros
Brasil	5 564	2 960	2 394	1 776	1 992	695	238
Até 5 000	1 267	473	313	180	304	49	34
De 5 001 a 10 000	1 290	573	435	270	372	76	41
De 10 001 a 20 000	1 385	719	598	437	468	150	57
De 20 001 a 50 000	1 037	700	593	481	490	192	59
De 50 001 a 100 000	319	251	227	197	168	101	23
De 100 001 a 500 000	229	209	195	180	161	106	20
Mais de 500 000	37	35	33	31	29	21	4
Norte	449	260	187	136	211	44	36
Até 5 000	87	36	11	11	32	1	4
De 5 001 a 10 000	89	46	25	16	37	6	7
De 10 001 a 20 000	112	55	40	29	42	6	8
De 20 001 a 50 000	108	74	65	43	64	12	10
De 50 001 a 100 000	34	30	29	21	22	11	3
De 100 001 a 500 000	17	17	15	14	12	7	4
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	1	-
Nordeste	1 793	752	640	483	522	172	58
Até 5 000	228	40	28	16	24	4	-
De 5 001 a 10 000	388	116	87	58	80	16	5
De 10 001 a 20 000	586	218	191	133	148	32	15
De 20 001 a 50 000	429	249	210	173	180	68	24
De 50 001 a 100 000	109	80	76	62	55	31	7
De 100 001 a 500 000	42	38	37	32	27	15	4
Mais de 500 000	11	11	11	9	8	6	3
Sudeste	1 668	984	826	596	599	272	64
Até 5 000	384	150	113	54	81	14	4
De 5 001 a 10 000	412	211	172	101	120	27	12
De 10 001 a 20 000	350	213	176	126	127	60	20
De 20 001 a 50 000	288	213	187	152	126	68	11
De 50 001 a 100 000	99	75	64	59	47	31	7
De 100 001 a 500 000	118	106	99	90	85	61	9
Mais de 500 000	17	16	15	14	13	11	1
Sul	1 188	741	601	452	503	157	52
Até 5 000	422	196	139	90	128	27	18
De 5 001 a 10 000	290	157	128	82	103	19	13
De 10 001 a 20 000	229	171	147	111	114	39	9
De 20 001 a 50 000	145	124	102	86	91	31	6
De 50 001 a 100 000	58	51	46	44	33	21	4
De 100 001 a 500 000	41	39	37	36	31	19	2
Mais de 500 000	3	3	2	3	3	1	-
Centro-Oeste	466	223	140	109	157	50	28
Até 5 000	146	51	22	9	39	3	8
De 5 001 a 10 000	111	43	23	13	32	8	4
De 10 001 a 20 000	108	62	44	38	37	13	5
De 20 001 a 50 000	67	40	29	27	29	13	8
De 50 001 a 100 000	19	15	12	11	11	7	2
De 100 001 a 500 000	11	9	7	8	6	4	1
Mais de 500 000	4	3	3	3	3	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 50 - Municípios, total e que declararam existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos, por critérios de classificação usados pelo município, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Que declararam existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos					
		Total	Critérios de classificação usados pelo município				
			Sem aprovação prévia do poder público municipal	Descum- primento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais	Falta de titulação correta da terra	Falta de correspon- dência entre o projeto apre- sentado e o executado	Outros
Brasil	5 564	2 960	2 394	1 776	1 992	695	238
Norte	449	260	187	136	211	44	36
Rondônia	52	32	23	10	22	5	2
Acre	22	11	10	11	9	5	4
Amazonas	62	29	22	16	23	8	7
Roraima	15	12	7	4	11	-	-
Pará	143	102	88	62	85	21	12
Amapá	16	4	4	4	3	1	1
Tocantins	139	70	33	29	58	4	10
Nordeste	1 793	752	640	483	522	172	58
Maranhão	217	74	62	42	57	14	6
Piauí	223	56	39	21	35	7	1
Ceará	184	86	72	65	57	16	10
Rio Grande do Norte	167	40	34	25	29	6	2
Paraíba	223	73	66	47	43	9	1
Pernambuco	185	105	93	77	70	30	12
Alagoas	102	43	32	23	30	9	4
Sergipe	75	36	31	22	20	8	2
Bahia	417	239	211	161	181	73	20
Sudeste	1 668	984	826	596	599	272	64
Minas Gerais	853	496	417	262	283	114	11
Espírito Santo	78	61	57	46	45	20	11
Rio de Janeiro	92	76	64	57	59	40	5
São Paulo	645	351	288	231	212	98	37
Sul	1 188	741	601	452	503	157	52
Paraná	399	221	169	129	147	43	11
Santa Catarina	293	202	182	146	127	47	16
Rio Grande do Sul	496	318	250	177	229	67	25
Centro-Oeste	466	223	140	109	157	50	28
Mato Grosso do Sul	78	33	25	18	24	6	1
Mato Grosso	141	72	52	41	54	19	9
Goiás	246	117	62	49	78	24	18
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 51 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Órgão da adminsitra- ção indireta	
Brasil	5 564	4 280	581	985	2 028	621	65	1 283
Até 5 000	1 267	837	122	223	317	175	-	429
De 5 001 a 10 000	1 290	957	122	236	424	175	-	333
De 10 001 a 20 000	1 385	1 081	155	227	562	136	1	304
De 20 001 a 50 000	1 037	861	111	180	484	84	2	176
De 50 001 a 100 000	319	287	27	57	152	35	16	32
De 100 001 a 500 000	229	220	27	61	88	14	30	9
Mais de 500 000	37	37	17	1	1	2	16	-
Norte	449	363	69	113	137	36	8	86
Até 5 000	87	84	25	25	24	10	-	3
De 5 001 a 10 000	89	76	13	27	27	9	-	13
De 10 001 a 20 000	112	80	14	26	36	4	-	32
De 20 001 a 50 000	108	78	12	21	41	4	-	30
De 50 001 a 100 000	34	27	4	10	6	5	2	7
De 100 001 a 500 000	17	16	1	4	3	4	4	1
Mais de 500 000	2	2	-	-	-	-	2	-
Nordeste	1 793	1527	193	269	884	156	25	266
Até 5 000	228	172	20	30	99	23	-	56
De 5 001 a 10 000	388	322	40	55	182	45	-	66
De 10 001 a 20 000	586	509	72	87	305	44	1	77
De 20 001 a 50 000	429	374	44	71	228	30	1	55
De 50 001 a 100 000	109	99	11	11	54	12	11	10
De 100 001 a 500 000	42	40	2	14	16	1	7	2
Mais de 500 000	11	11	4	1	-	1	5	-
Sudeste	1 668	1195	158	237	507	275	18	473
Até 5 000	384	217	21	46	59	91	-	167
De 5 001 a 10 000	412	279	33	62	104	80	-	133
De 10 001 a 20 000	350	241	41	40	104	56	-	109
De 20 001 a 50 000	288	235	33	42	130	30	-	53
De 50 001 a 100 000	99	90	5	20	53	10	2	9
De 100 001 a 500 000	118	116	15	27	56	7	11	2
Mais de 500 000	17	17	10	-	1	1	5	-
Sul	1 188	827	41	277	371	129	9	360
Até 5 000	422	255	6	93	109	47	-	166
De 5 001 a 10 000	290	195	9	66	84	36	-	95
De 10 001 a 20 000	229	163	5	55	79	24	-	66
De 20 001 a 50 000	145	119	9	37	59	14	-	26
De 50 001 a 100 000	58	54	4	12	31	6	1	4
De 100 001 a 500 000	41	38	7	14	9	2	6	3
Mais de 500 000	3	3	1	-	-	-	2	-
Centro-Oeste	466	368	120	89	129	25	5	98
Até 5 000	146	109	50	29	26	4	-	37
De 5 001 a 10 000	111	85	27	26	27	5	-	26
De 10 001 a 20 000	108	88	23	19	38	8	-	20
De 20 001 a 50 000	67	55	13	9	26	6	1	12
De 50 001 a 100 000	19	17	3	4	8	2	-	2
De 100 001 a 500 000	11	10	2	2	4	-	2	1
Mais de 500 000	4	4	2	-	-	-	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 52 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 564	4 280	581	985	2 028	621	65	1 283
Norte	449	363	69	113	137	36	8	86
Rondônia	52	19	1	5	7	5	1	33
Acre	22	17	-	5	10	1	1	5
Amazonas	62	53	7	16	24	4	2	9
Roraima	15	11	-	1	8	1	1	4
Pará	143	109	18	38	45	7	1	34
Amapá	16	16	2	1	6	6	1	-
Tocantins	139	138	41	47	37	12	1	1
Nordeste	1 793	1 527	193	269	884	156	25	266
Maranhão	217	188	3	33	142	10	-	29
Piauí	223	146	8	9	75	52	2	77
Ceará	184	153	8	20	106	12	7	31
Rio Grande do Norte	167	159	28	54	72	5	-	8
Paraíba	223	187	22	16	132	14	3	36
Pernambuco	185	155	26	16	90	21	2	30
Alagoas	102	88	20	10	47	10	1	14
Sergipe	75	70	9	31	18	6	6	5
Bahia	417	381	69	80	202	26	4	36
Sudeste	1 668	1 195	158	237	507	275	18	473
Minas Gerais	853	635	91	157	284	100	3	218
Espírito Santo	78	55	6	22	24	3	-	23
Rio de Janeiro	92	86	29	16	34	3	4	6
São Paulo	645	419	32	42	165	169	11	226
Sul	1 188	827	41	277	371	129	9	360
Paraná	399	275	18	50	108	93	6	124
Santa Catarina	293	231	10	118	79	21	3	62
Rio Grande do Sul	496	321	13	109	184	15	-	174
Centro-Oeste	466	368	120	89	129	25	5	98
Mato Grosso do Sul	78	55	2	7	38	7	1	23
Mato Grosso	141	92	14	30	44	4	-	49
Goiás	246	220	103	52	47	14	4	26
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho				
		Total	Caráter do conselho			
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador
Brasil	5 564	326	228	155	86	155
Até 5 000	1 267	15	11	7	4	8
De 5 001 a 10 000	1 290	27	13	13	7	15
De 10 001 a 20 000	1 385	38	20	19	11	25
De 20 001 a 50 000	1 037	69	47	34	25	32
De 50 001 a 100 000	319	73	54	36	18	32
De 100 001 a 500 000	229	84	68	37	15	34
Mais de 500 000	37	20	15	9	6	9
Norte	449	19	13	11	8	14
Até 5 000	87	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	1	-	-	-	1
De 10 001 a 20 000	112	1	1	-	-	1
De 20 001 a 50 000	108	4	2	2	2	3
De 50 001 a 100 000	34	4	1	3	2	3
De 100 001 a 500 000	17	7	7	4	2	4
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2
Nordeste	1 793	51	32	27	21	33
Até 5 000	228	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	388	2	1	2	1	1
De 10 001 a 20 000	586	6	1	5	3	6
De 20 001 a 50 000	429	8	6	4	4	6
De 50 001 a 100 000	109	13	7	6	4	10
De 100 001 a 500 000	42	15	12	7	6	9
Mais de 500 000	11	7	5	3	3	1
Sudeste	1 668	95	69	41	23	38
Até 5 000	384	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	412	5	3	2	2	3
De 10 001 a 20 000	350	8	5	6	4	5
De 20 001 a 50 000	288	17	11	6	5	7
De 50 001 a 100 000	99	23	16	10	6	7
De 100 001 a 500 000	118	36	29	15	6	13
Mais de 500 000	17	6	5	2	-	3
Sul	1 188	138	104	66	30	55
Até 5 000	422	11	10	5	3	4
De 5 001 a 10 000	290	17	8	9	4	9
De 10 001 a 20 000	229	18	10	8	4	10
De 20 001 a 50 000	145	36	28	19	12	13
De 50 001 a 100 000	58	31	28	16	6	11
De 100 001 a 500 000	41	23	18	9	1	7
Mais de 500 000	3	2	2	-	-	1
Centro-Oeste	466	23	10	10	4	15
Até 5 000	146	4	1	2	1	4
De 5 001 a 10 000	111	2	1	-	-	1
De 10 001 a 20 000	108	5	3	-	-	3
De 20 001 a 50 000	67	4	-	3	2	3
De 50 001 a 100 000	19	2	2	1	-	1
De 100 001 a 500 000	11	3	2	2	-	1
Mais de 500 000	4	3	1	2	1	2

Tabela 53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho						
	É paritário	Tem maior representação da sociedade civil	Tem maior representação governamental	Atua na gestão da política do transporte	Atua na gestão do trânsito	Atua na gestão das vias públicas	Realizou reunião nos últimos 12 meses
Brasil	158	115	53	257	195	126	245
Até 5 000	10	3	2	11	5	4	12
De 5 001 a 10 000	12	7	8	17	15	5	18
De 10 001 a 20 000	26	10	2	27	19	18	27
De 20 001 a 50 000	37	20	12	45	55	40	61
De 50 001 a 100 000	24	35	14	57	52	31	47
De 100 001 a 500 000	40	31	13	80	41	26	62
Mais de 500 000	9	9	2	20	8	2	18
Norte	7	7	5	17	8	5	10
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	1	1	-	-	1
De 10 001 a 20 000	1	-	-	1	1	-	1
De 20 001 a 50 000	1	1	2	3	2	2	3
De 50 001 a 100 000	1	2	1	3	3	1	-
De 100 001 a 500 000	2	4	1	7	2	2	3
Mais de 500 000	2	-	-	2	-	-	2
Nordeste	30	8	13	49	27	19	32
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	2	-	-	2	1	-	1
De 10 001 a 20 000	4	1	1	6	1	2	4
De 20 001 a 50 000	6	-	2	8	6	4	6
De 50 001 a 100 000	5	2	6	11	8	6	5
De 100 001 a 500 000	9	3	3	15	8	7	10
Mais de 500 000	4	2	1	7	3	-	6
Sudeste	47	28	20	77	57	36	73
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	2	-	3	4	2	1	3
De 10 001 a 20 000	6	2	-	7	4	3	4
De 20 001 a 50 000	8	5	4	8	14	9	14
De 50 001 a 100 000	10	7	6	17	16	11	17
De 100 001 a 500 000	19	10	7	35	17	10	29
Mais de 500 000	2	4	-	6	4	2	6
Sul	62	63	13	94	96	62	108
Até 5 000	7	2	2	7	5	4	8
De 5 001 a 10 000	7	6	4	8	12	4	11
De 10 001 a 20 000	11	6	1	8	13	12	14
De 20 001 a 50 000	19	14	3	23	31	23	34
De 50 001 a 100 000	8	22	1	24	24	13	23
De 100 001 a 500 000	10	12	1	22	11	6	17
Mais de 500 000	-	1	1	2	-	-	1
Centro-Oeste	12	9	2	20	7	4	22
Até 5 000	3	1	-	4	-	-	4
De 5 001 a 10 000	1	1	-	2	-	-	2
De 10 001 a 20 000	4	1	-	5	-	1	4
De 20 001 a 50 000	3	-	1	3	2	2	4
De 50 001 a 100 000	-	2	-	2	1	-	2
De 100 001 a 500 000	-	2	1	1	3	1	3
Mais de 500 000	1	2	-	3	1	-	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho				
		Total	Caráter do conselho			
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador
Brasil	5 564	326	228	155	86	155
Norte	449	19	13	11	8	14
Rondônia	52	4	2	2	1	2
Acre	22	2	2	1	-	1
Amazonas	62	5	2	4	3	4
Roraima	15	1	1	-	-	1
Pará	143	5	4	2	2	4
Amapá	16	2	2	2	2	2
Tocantins	139	-	-	-	-	-
Nordeste	1 793	51	32	27	21	33
Maranhão	217	4	2	3	3	3
Piauí	223	2	2	1	1	1
Ceará	184	4	2	1	1	3
Rio Grande do Norte	167	4	2	-	1	3
Paraíba	223	5	4	3	1	1
Pernambuco	185	11	4	10	4	7
Alagoas	102	4	4	1	3	3
Sergipe	75	1	-	1	1	1
Bahia	417	16	12	7	6	11
Sudeste	1 668	95	69	41	23	38
Minas Gerais	853	44	30	19	12	16
Espírito Santo	78	8	6	4	4	4
Rio de Janeiro	92	8	6	4	1	4
São Paulo	645	35	27	14	6	14
Sul	1 188	138	104	66	30	55
Paraná	399	23	12	15	5	12
Santa Catarina	293	33	24	20	9	12
Rio Grande do Sul	496	82	68	31	16	31
Centro-Oeste	466	23	10	10	4	15
Mato Grosso do Sul	78	5	3	2	1	3
Mato Grosso	141	16	7	6	3	12
Goiás	246	1	-	1	-	-
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-

Tabela 54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho						
	É paritário	Tem maior representação da sociedade civil	Tem maior representação governamental	Atua na gestão da política do transporte	Atua na gestão do trânsito	Atua na gestão das vias públicas	Realizou reunião nos últimos 12 meses
Brasil	158	115	53	257	195	126	245
Norte	7	7	5	17	8	5	10
Rondônia	-	2	2	4	2	1	2
Acre	1	1	-	2	1	-	2
Amazonas	2	1	2	4	2	2	3
Roraima	1	-	-	1	-	-	-
Pará	2	2	1	4	2	2	3
Amapá	1	1	-	2	1	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	30	8	13	49	27	19	32
Maranhão	3	-	1	4	2	3	4
Piauí	1	-	1	2	2	1	1
Ceará	2	2	-	3	2	1	3
Rio Grande do Norte	3	-	1	3	2	2	4
Paraíba	3	1	1	5	2	-	3
Pernambuco	6	3	2	11	6	3	5
Alagoas	3	1	-	4	1	1	2
Sergipe	-	-	1	1	1	1	-
Bahia	9	1	6	16	9	7	10
Sudeste	47	28	20	77	57	36	73
Minas Gerais	24	11	9	33	28	19	35
Espírito Santo	3	5	-	8	4	3	7
Rio de Janeiro	3	4	1	8	4	3	6
São Paulo	17	8	10	28	21	11	25
Sul	62	63	13	94	96	62	108
Paraná	12	7	4	19	6	5	14
Santa Catarina	18	12	3	18	25	17	27
Rio Grande do Sul	32	44	6	57	65	40	67
Centro-Oeste	12	9	2	20	7	4	22
Mato Grosso do Sul	2	2	1	3	2	1	5
Mato Grosso	10	6	-	16	4	3	15
Goiás	-	-	1	-	1	-	1
Distrito Federal	-	1	-	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 55 - Municípios, total e com Fundo e Plano Municipal de Transporte, por algumas características do plano, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com fundo municipal de transporte	Onde o fundo financiou ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses	Com plano municipal de transporte	Onde houve participação da sociedade civil na elaboração do plano	Algumas características do plano municipal de transporte				
						Priorizar o transporte coletivo	Apontar diretrizes que fortaleçam a gestão do transporte coletivo	Auxiliar ou contribuir para o estabelecimento da política tarifária	Estabelecer políticas integradas intermunicipais	Outros
Brasil	5 564	172	87	73	48	52	51	34	26	19
Até 5 000	1 267	17	9	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1 290	12	5	6	4	3	3	-	5	3
De 10 001 a 20 000	1 385	26	13	7	3	3	2	3	4	4
De 20 001 a 50 000	1 037	23	10	20	13	15	14	10	8	4
De 50 001 a 100 000	319	33	12	12	9	8	8	3	3	2
De 100 001 a 500 000	229	46	29	19	14	14	16	12	3	3
Mais de 500 000	37	15	9	9	5	9	8	6	3	3
Norte	449	14	9	9	6	4	4	4	3	2
Até 5 000	87	3	3	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	1	1	1	-	1	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	112	4	2	1	-	-	-	-	-	1
De 20 001 a 50 000	108	1	-	3	3	1	2	2	2	1
De 50 001 a 100 000	34	2	1	2	1	1	1	-	1	-
De 100 001 a 500 000	17	3	2	2	2	1	1	2	-	-
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 793	46	21	23	15	15	14	6	10	8
Até 5 000	228	3	1	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	388	4	3	2	2	1	1	-	2	1
De 10 001 a 20 000	586	9	5	4	2	2	1	1	3	2
De 20 001 a 50 000	429	10	5	6	4	5	4	2	2	2
De 50 001 a 100 000	109	12	2	6	5	4	4	-	2	2
De 100 001 a 500 000	42	4	3	4	2	2	3	2	1	1
Mais de 500 000	11	4	2	1	-	1	1	1	-	-
Sudeste	1 668	67	31	22	13	19	21	15	6	4
Até 5 000	384	2	1	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	412	4	-	1	-	1	1	-	1	-
De 10 001 a 20 000	350	6	2	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	288	8	3	5	2	4	4	4	1	-
De 50 001 a 100 000	99	10	3	3	3	2	3	3	-	-
De 100 001 a 500 000	118	28	17	8	5	7	8	4	1	2
Mais de 500 000	17	9	5	5	3	5	5	4	3	2
Sul	1 188	34	18	16	13	11	10	8	7	5
Até 5 000	422	6	3	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	290	3	1	2	2	-	1	-	2	2
De 10 001 a 20 000	229	5	2	2	1	1	1	2	1	1
De 20 001 a 50 000	145	3	1	5	4	4	3	1	3	1
De 50 001 a 100 000	58	8	6	1	-	1	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	41	9	5	5	5	4	4	4	1	-
Mais de 500 000	3	-	-	1	1	1	1	1	-	1
Centro-Oeste	466	11	8	3	1	3	2	1	-	-
Até 5 000	146	3	1	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	108	2	2	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	67	1	1	1	-	1	1	1	-	-
De 50 001 a 100 000	19	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	11	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	4	2	2	2	1	2	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 56 - Municípios, total e com Fundo e Plano Municipal de Transporte, por algumas características do plano, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com fundo municipal de transporte	Onde o fundo financiou ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses	Com plano municipal de transporte	Onde houve participação da sociedade civil na elaboração do plano	Algumas características do plano municipal de transporte				
						Priorizar o transporte coletivo	Apontar diretrizes que fortaleçam a gestão do transporte coletivo	Auxiliar ou contribuir para o estabelecimento da política tarifária	Estabelecer políticas integradas intermunicipais	Outros
Brasil	5 564	172	87	73	48	52	51	34	26	19
Norte	449	14	9	9	6	4	4	4	3	2
Rondônia	52	2	-	2	2	2	1	2	1	-
Acre	22	-	-	1	1	-	-	-	1	1
Amazonas	62	4	3	3	1	2	1	-	-	1
Roraima	15	1	-	1	1	-	1	1	-	-
Pará	143	4	3	2	1	-	1	1	1	-
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	3	3	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 793	46	21	23	15	15	14	6	10	8
Maranhão	217	5	2	3	2	1	1	-	1	2
Piauí	223	4	1	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	184	3	2	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	167	4	3	3	3	1	-	-	3	1
Paraíba	223	5	2	1	1	1	1	-	-	-
Pernambuco	185	8	2	2	1	1	2	-	2	-
Alagoas	102	3	2	4	2	3	3	1	1	2
Sergipe	75	-	-	3	2	3	2	1	2	1
Bahia	417	14	7	7	4	5	5	4	1	2
Sudeste	1 668	67	31	22	13	19	21	15	6	4
Minas Gerais	853	23	12	6	4	4	6	4	-	-
Espírito Santo	78	4	-	1	1	1	1	1	-	-
Rio de Janeiro	92	9	8	6	3	6	6	5	1	1
São Paulo	645	31	11	9	5	8	8	5	5	3
Sul	1 188	34	18	16	13	11	10	8	7	5
Paraná	399	5	2	4	3	2	2	3	-	1
Santa Catarina	293	8	2	6	5	5	4	1	4	1
Rio Grande do Sul	496	21	14	6	5	4	4	4	3	3
Centro-Oeste	466	11	8	3	1	3	2	1	-	-
Mato Grosso do Sul	78	1	1	1	-	1	1	1	-	-
Mato Grosso	141	6	4	1	-	-	-	-	-	-
Goiás	246	3	2	1	1	1	-	-	-	-
Distrito Federal	1	1	1	-	-	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 57 - Municípios, total e com serviços de transporte por barco, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por barco						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	583	213	25	42	76	352	4 980
Até 5 000	1 267	51	17	4	3	16	25	1 215
De 5 001 a 10 000	1 290	95	40	6	3	15	50	1 195
De 10 001 a 20 000	1 385	169	61	7	5	16	111	1 216
De 20 001 a 50 000	1 037	175	67	7	10	12	116	862
De 50 001 a 100 000	319	48	15	-	7	8	29	271
De 100 001 a 500 000	229	35	10	1	10	7	17	194
Mais de 500 000	37	10	3	-	4	2	4	27
Norte	449	218	83	9	18	32	150	231
Até 5 000	87	22	8	2	3	10	12	65
De 5 001 a 10 000	89	37	14	1	2	11	22	52
De 10 001 a 20 000	112	59	23	4	2	5	41	53
De 20 001 a 50 000	108	70	27	2	4	4	52	38
De 50 001 a 100 000	34	21	6	-	2	2	17	13
De 100 001 a 500 000	17	8	4	-	4	-	5	9
Mais de 500 000	2	1	1	-	1	-	1	1
Nordeste	1 793	207	56	6	5	18	157	1 586
Até 5 000	228	7	2	-	-	-	5	221
De 5 001 a 10 000	388	25	6	2	-	1	20	363
De 10 001 a 20 000	586	74	22	-	1	2	60	512
De 20 001 a 50 000	429	71	20	4	3	4	54	358
De 50 001 a 100 000	109	14	3	-	1	3	10	95
De 100 001 a 500 000	42	10	1	-	-	6	5	32
Mais de 500 000	11	6	2	-	-	2	3	5
Sudeste	1 668	87	51	5	14	4	25	1 581
Até 5 000	384	7	6	1	-	-	1	377
De 5 001 a 10 000	412	17	12	-	1	-	4	395
De 10 001 a 20 000	350	16	11	2	2	1	4	334
De 20 001 a 50 000	288	24	15	1	2	1	8	264
De 50 001 a 100 000	99	7	4	-	2	1	1	95
De 100 001 a 500 000	118	13	3	1	4	1	7	105
Mais de 500 000	17	3	-	-	3	-	-	14
Sul	1 188	55	18	5	5	19	12	1 132
Até 5 000	422	11	-	1	-	5	5	410
De 5 001 a 10 000	290	11	4	3	-	3	3	279
De 10 001 a 20 000	229	15	5	1	-	7	2	214
De 20 001 a 50 000	145	9	5	-	1	3	1	136
De 50 001 a 100 000	58	5	2	-	2	1	1	53
De 100 001 a 500 000	41	4	2	-	2	-	-	37
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	3
Centro-Oeste	466	16	5	-	-	3	8	450
Até 5 000	146	4	1	-	-	1	2	142
De 5 001 a 10 000	111	5	4	-	-	-	1	106
De 10 001 a 20 000	108	5	-	-	-	1	4	103
De 20 001 a 50 000	67	1	-	-	-	-	1	66
De 50 001 a 100 000	19	1	-	-	-	1	-	18
De 100 001 a 500 000	11	-	-	-	-	-	-	11
Mais de 500 000	4	-	-	-	-	-	-	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 58 - Municípios, total e com serviços de transporte por barco, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por barco						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	583	213	25	42	76	352	4 980
Norte	449	218	83	9	18	32	150	231
Rondônia	52	3	1	1	1	-	2	49
Acre	22	20	5	-	-	-	20	2
Amazonas	62	55	35	4	4	5	22	7
Roraima	15	1	-	-	-	-	1	14
Pará	143	88	26	1	7	-	81	55
Amapá	16	7	2	1	-	2	2	9
Tocantins	139	44	14	2	6	25	22	95
Nordeste	1 793	207	56	6	18	18	157	1 586
Maranhão	217	74	11	3	1	4	65	143
Piauí	223	17	2	-	-	2	14	206
Ceará	184	13	4	-	1	1	10	171
Rio Grande do Norte	167	4	2	-	-	-	3	163
Paraíba	223	7	2	-	-	-	6	216
Pernambuco	185	13	5	-	-	1	10	172
Alagoas	102	15	8	1	-	1	6	87
Sergipe	75	15	4	-	-	2	12	60
Bahia	417	49	18	2	3	7	31	368
Sudeste	1 668	87	51	5	14	4	25	1 581
Minas Gerais	853	43	33	5	3	-	7	810
Espírito Santo	78	2	1	-	-	-	1	76
Rio de Janeiro	92	14	4	-	3	-	9	78
São Paulo	645	28	13	-	8	4	8	617
Sul	1 188	55	18	5	5	19	12	1 132
Paraná	399	23	6	2	-	6	10	376
Santa Catarina	293	14	8	-	3	3	1	279
Rio Grande do Sul	496	18	4	3	2	10	1	477
Centro-Oeste	466	16	5	-	-	3	8	450
Mato Grosso do Sul	78	3	-	-	-	2	1	75
Mato Grosso	141	12	4	-	-	1	7	129
Goiás	246	1	1	-	-	-	-	245
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 59 - Municípios, total e com serviços de transporte por metrô, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com serviço de transporte por metrô					Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)				
			Município	Outro município	Estado	Federal	
Brasil	5 564	15	-	-	5	10	5 548
Até 5 000	1 267	-	-	-	-	-	1 266
De 5 001 a 10 000	1 290	-	-	-	-	-	1 290
De 10 001 a 20 000	1 385	-	-	-	-	-	1 385
De 20 001 a 50 000	1 037	-	-	-	-	-	1 037
De 50 001 a 100 000	319	1	-	-	-	1	318
De 100 001 a 500 000	229	3	-	-	-	3	226
Mais de 500 000	37	11	-	-	5	6	26
Norte	449	-	-	-	-	-	449
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	87
De 5 001 a 10 000	89	-	-	-	-	-	89
De 10 001 a 20 000	112	-	-	-	-	-	112
De 20 001 a 50 000	108	-	-	-	-	-	108
De 50 001 a 100 000	34	-	-	-	-	-	34
De 100 001 a 500 000	17	-	-	-	-	-	17
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	2
Nordeste	1 793	4	-	-	1	3	1 789
Até 5 000	228	-	-	-	-	-	228
De 5 001 a 10 000	388	-	-	-	-	-	388
De 10 001 a 20 000	586	-	-	-	-	-	586
De 20 001 a 50 000	429	-	-	-	-	-	429
De 50 001 a 100 000	109	-	-	-	-	-	109
De 100 001 a 500 000	42	-	-	-	-	-	42
Mais de 500 000	11	4	-	-	1	3	7
Sudeste	1 668	5	-	-	3	2	1 663
Até 5 000	384	-	-	-	-	-	384
De 5 001 a 10 000	412	-	-	-	-	-	412
De 10 001 a 20 000	350	-	-	-	-	-	350
De 20 001 a 50 000	288	-	-	-	-	-	288
De 50 001 a 100 000	99	-	-	-	-	-	99
De 100 001 a 500 000	118	-	-	-	-	-	118
Mais de 500 000	17	5	-	-	3	2	12
Sul	1 188	5	-	-	-	5	1 182
Até 5 000	422	-	-	-	-	-	421
De 5 001 a 10 000	290	-	-	-	-	-	290
De 10 001 a 20 000	229	-	-	-	-	-	229
De 20 001 a 50 000	145	-	-	-	-	-	145
De 50 001 a 100 000	58	1	-	-	-	1	57
De 100 001 a 500 000	41	3	-	-	-	3	38
Mais de 500 000	3	1	-	-	-	1	2
Centro-Oeste	466	1	-	-	1	-	465
Até 5 000	146	-	-	-	-	-	146
De 5 001 a 10 000	111	-	-	-	-	-	111
De 10 001 a 20 000	108	-	-	-	-	-	108
De 20 001 a 50 000	67	-	-	-	-	-	67
De 50 001 a 100 000	19	-	-	-	-	-	19
De 100 001 a 500 000	11	-	-	-	-	-	11
Mais de 500 000	4	1	-	-	1	-	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

**Tabela 60 - Municípios, total e com serviços de transporte por metrô,
por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e
Unidades da Federação - 2008**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com serviço de transporte por metrô					Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)				
			Município	Outro município	Estado	Federal	
Brasil	5 564	15	-	-	5	10	5 548
Norte	449	-	-	-	-	-	449
Rondônia	52	-	-	-	-	-	52
Acre	22	-	-	-	-	-	22
Amazonas	62	-	-	-	-	-	62
Roraima	15	-	-	-	-	-	15
Pará	143	-	-	-	-	-	143
Amapá	16	-	-	-	-	-	16
Tocantins	139	-	-	-	-	-	139
Nordeste	1 793	4	-	-	1	3	1 789
Maranhão	217	-	-	-	-	-	217
Piauí	223	1	-	-	1	-	222
Ceará	184	1	-	-	-	1	183
Rio Grande do Norte	167	-	-	-	-	-	167
Paraíba	223	-	-	-	-	-	223
Pernambuco	185	2	-	-	-	2	183
Alagoas	102	-	-	-	-	-	102
Sergipe	75	-	-	-	-	-	75
Bahia	417	-	-	-	-	-	417
Sudeste	1 668	5	-	-	3	2	1 663
Minas Gerais	853	2	-	-	-	2	851
Espírito Santo	78	-	-	-	-	-	78
Rio de Janeiro	92	1	-	-	1	-	91
São Paulo	645	2	-	-	2	-	643
Sul	1 188	5	-	-	-	5	1 183
Paraná	399	-	-	-	-	-	399
Santa Catarina	293	-	-	-	-	-	293
Rio Grande do Sul	496	5	-	-	-	5	490
Centro-Oeste	466	1	-	-	1	-	465
Mato Grosso do Sul	78	-	-	-	-	-	78
Mato Grosso	141	-	-	-	-	-	141
Goiás	246	-	-	-	-	-	246
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 61 - Municípios, total e com serviços de transporte por mototáxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios		Municípios							Não possui o serviço
		Total	Com serviço de transporte por mototáxi						
			Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
				Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil		5 564	2 935	1 014	30	2	-	2 193	2 628
Até 5 000		1 267	394	62	9	-	-	340	872
De 5 001 a 10 000		1 290	609	155	7	-	-	486	681
De 10 001 a 20 000		1 385	834	264	8	-	-	640	551
De 20 001 a 50 000		1 037	730	301	5	1	-	525	307
De 50 001 a 100 000		319	223	138	-	-	-	124	96
De 100 001 a 500 000		229	127	84	1	1	-	65	102
Mais de 500 000		37	18	10	-	-	-	13	19
Norte		449	341	148	14	-	-	235	108
Até 5 000		87	44	6	-	-	-	38	43
De 5 001 a 10 000		89	65	25	3	-	-	45	24
De 10 001 a 20 000		112	91	43	7	-	-	58	21
De 20 001 a 50 000		108	95	42	3	-	-	64	13
De 50 001 a 100 000		34	31	21	-	-	-	20	3
De 100 001 a 500 000		17	15	11	1	-	-	10	2
Mais de 500 000		2	-	-	-	-	-	-	2
Nordeste		1 793	1 581	391	2	1	-	1 367	212
Até 5 000		228	196	14	1	-	-	191	32
De 5 001 a 10 000		388	321	43	-	-	-	300	67
De 10 001 a 20 000		586	509	107	1	-	-	448	77
De 20 001 a 50 000		429	406	131	-	1	-	338	23
De 50 001 a 100 000		109	105	64	-	-	-	63	4
De 100 001 a 500 000		42	37	28	-	-	-	22	5
Mais de 500 000		11	7	4	-	-	-	5	4
Sudeste		1 668	475	236	6	-	-	267	1 193
Até 5 000		384	41	12	2	-	-	29	343
De 5 001 a 10 000		412	99	40	3	-	-	62	313
De 10 001 a 20 000		350	108	51	-	-	-	63	242
De 20 001 a 50 000		288	125	70	1	-	-	66	163
De 50 001 a 100 000		99	46	29	-	-	-	21	53
De 100 001 a 500 000		118	49	31	-	-	-	20	69
Mais de 500 000		17	7	3	-	-	-	6	10
Sul		1 188	201	66	2	-	-	143	986
Até 5 000		422	31	5	1	-	-	26	390
De 5 001 a 10 000		290	42	10	-	-	-	32	248
De 10 001 a 20 000		229	44	15	-	-	-	30	185
De 20 001 a 50 000		145	43	17	1	-	-	31	102
De 50 001 a 100 000		58	23	10	-	-	-	14	35
De 100 001 a 500 000		41	17	8	-	-	-	10	24
Mais de 500 000		3	1	1	-	-	-	-	2
Centro-Oeste		466	337	173	6	1	-	181	129
Até 5 000		146	82	25	5	-	-	56	64
De 5 001 a 10 000		111	82	37	1	-	-	47	29
De 10 001 a 20 000		108	82	48	-	-	-	41	26
De 20 001 a 50 000		67	61	41	-	-	-	26	6
De 50 001 a 100 000		19	18	14	-	-	-	6	1
De 100 001 a 500 000		11	9	6	-	1	-	3	2
Mais de 500 000		4	3	2	-	-	-	2	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 62 - Municípios, total e com serviços de transporte por mototáxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por mototáxi						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	2 935	1 014	30	2	-	2 193	2 628
Norte	449	341	148	14	-	-	235	108
Rondônia	52	44	36	13	-	-	24	8
Acre	22	18	14	-	-	-	5	4
Amazonas	62	49	28	-	-	-	24	13
Roraima	15	6	4	-	-	-	3	9
Pará	143	122	29	-	-	-	112	21
Amapá	16	8	6	1	-	-	1	8
Tocantins	139	94	31	-	-	-	66	45
Nordeste	1 793	1 581	391	2	1	-	1 367	212
Maranhão	217	198	28	-	-	-	188	19
Piauí	223	188	14	-	-	-	181	35
Ceará	184	179	87	1	1	-	111	5
Rio Grande do Norte	167	163	33	-	-	-	156	4
Paraíba	223	206	40	-	-	-	181	17
Pernambuco	185	175	57	-	-	-	152	10
Alagoas	102	73	37	-	-	-	46	29
Sergipe	75	75	24	1	-	-	65	-
Bahia	417	324	71	-	-	-	287	93
Sudeste	1 668	475	236	6	-	-	267	1 193
Minas Gerais	853	272	122	3	-	-	171	581
Espírito Santo	78	9	-	-	-	-	9	69
Rio de Janeiro	92	15	5	-	-	-	12	77
São Paulo	645	179	109	3	-	-	75	466
Sul	1 188	201	66	2	-	-	143	986
Paraná	399	101	36	1	-	-	68	298
Santa Catarina	293	57	15	1	-	-	44	236
Rio Grande do Sul	496	43	15	-	-	-	31	452
Centro-Oeste	466	337	173	6	1	-	181	129
Mato Grosso do Sul	78	66	40	-	-	-	29	12
Mato Grosso	141	86	32	1	1	-	63	55
Goiás	246	185	101	5	-	-	89	61
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 63 - Municípios, total e com serviços de transporte por táxi, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por táxi						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	4 537	3 218	56	11	-	1 706	1 026
Até 5 000	1 267	900	602	16	2	-	341	366
De 5 001 a 10 000	1 290	1 009	685	12	3	-	399	281
De 10 001 a 20 000	1 385	1 116	752	12	3	-	471	269
De 20 001 a 50 000	1 037	937	654	9	-	-	388	100
De 50 001 a 100 000	319	312	270	3	1	-	81	7
De 100 001 a 500 000	229	226	219	3	1	-	21	3
Mais de 500 000	37	37	36	1	1	-	5	-
Norte	449	304	175	18	1	-	162	145
Até 5 000	87	34	17	1	-	-	19	53
De 5 001 a 10 000	89	54	29	4	1	-	28	35
De 10 001 a 20 000	112	75	44	7	-	-	40	37
De 20 001 a 50 000	108	88	42	3	-	-	54	20
De 50 001 a 100 000	34	34	26	2	-	-	14	-
De 100 001 a 500 000	17	17	15	1	-	-	7	-
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-	-	-
Nordeste	1 793	1 185	600	5	-	-	793	608
Até 5 000	228	94	31	2	-	-	72	134
De 5 001 a 10 000	388	202	86	-	-	-	146	186
De 10 001 a 20 000	586	371	169	-	-	-	270	215
De 20 001 a 50 000	429	362	186	2	-	-	246	67
De 50 001 a 100 000	109	105	78	1	-	-	50	4
De 100 001 a 500 000	42	40	39	-	-	-	6	2
Mais de 500 000	11	11	11	-	-	-	3	-
Sudeste	1 668	1 557	1 301	21	6	-	342	111
Até 5 000	384	313	236	4	2	-	87	71
De 5 001 a 10 000	412	387	304	6	1	-	112	25
De 10 001 a 20 000	350	345	286	5	2	-	79	5
De 20 001 a 50 000	288	281	251	3	-	-	45	7
De 50 001 a 100 000	99	97	93	-	-	-	10	2
De 100 001 a 500 000	118	117	114	2	1	-	7	1
Mais de 500 000	17	17	17	1	-	-	2	-
Sul	1 188	1 108	890	8	2	-	263	79
Até 5 000	422	369	271	6	-	-	119	52
De 5 001 a 10 000	290	273	214	1	1	-	70	17
De 10 001 a 20 000	229	225	181	-	1	-	49	4
De 20 001 a 50 000	145	140	127	1	-	-	18	5
De 50 001 a 100 000	58	57	54	-	-	-	6	1
De 100 001 a 500 000	41	41	40	-	-	-	1	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	466	383	252	4	2	-	146	83
Até 5 000	146	90	47	3	-	-	44	56
De 5 001 a 10 000	111	93	52	1	-	-	43	18
De 10 001 a 20 000	108	100	72	-	-	-	33	8
De 20 001 a 50 000	67	66	48	-	-	-	25	1
De 50 001 a 100 000	19	19	19	-	1	-	1	-
De 100 001 a 500 000	11	11	11	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	4	4	3	-	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

**Tabela 64 - Municípios, total e com serviços de transporte por táxi,
por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e
Unidades da Federação - 2008**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por táxi						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	4 537	3 218	56	11	-	1 706	1 026
Norte	449	304	175	18	1	-	162	145
Rondônia	52	51	48	14	-	-	19	1
Acre	22	17	16	-	-	-	2	5
Amazonas	62	32	21	1	-	-	12	30
Roraima	15	9	9	1	-	-	-	6
Pará	143	110	35	1	-	-	88	33
Amapá	16	11	9	-	-	-	2	5
Tocantins	139	74	37	1	1	-	39	65
Nordeste	1 793	1 185	600	5	-	-	793	608
Maranhão	217	143	27	-	-	-	129	74
Piauí	223	66	14	1	-	-	56	157
Ceará	184	129	68	-	-	-	71	55
Rio Grande do Norte	167	157	86	-	-	-	123	10
Paraíba	223	127	67	-	-	-	77	96
Pernambuco	185	115	72	-	-	-	76	70
Alagoas	102	75	59	-	-	-	27	27
Sergipe	75	75	58	1	-	-	34	0
Bahia	417	298	149	3	-	-	200	119
Sudeste	1 668	1 557	1 301	21	1	-	342	111
Minas Gerais	853	838	717	17	1	-	189	15
Espírito Santo	78	78	59	-	-	-	21	0
Rio de Janeiro	92	92	88	-	-	-	9	0
São Paulo	645	549	437	4	-	-	123	96
Sul	1 188	1 108	890	8	2	-	263	79
Paraná	399	367	246	1	2	-	129	32
Santa Catarina	293	265	226	5	-	-	45	28
Rio Grande do Sul	496	476	418	2	-	-	89	19
Centro-Oeste	466	383	252	4	2	-	146	83
Mato Grosso do Sul	78	75	57	-	-	-	22	3
Mato Grosso	141	118	68	-	-	-	61	23
Goiás	246	189	127	4	1	-	63	57
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 65 - Municípios, total e com serviços de transporte por trem, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							Não possui o serviço
	Total	Com serviço de transporte por trem						
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal		
Brasil	5 564	85	-	3	35	47	5 478	
Até 5 000	1 267	1	-	-	1	-	1 265	
De 5 001 a 10 000	1 290	4	-	-	-	4	1 286	
De 10 001 a 20 000	1 385	8	-	2	-	6	1 377	
De 20 001 a 50 000	1 037	12	-	-	3	9	1 025	
De 50 001 a 100 000	319	11	-	1	3	7	308	
De 100 001 a 500 000	229	35	-	-	23	12	194	
Mais de 500 000	37	14	-	-	5	9	23	
Norte	449	7	-	-	2	5	442	
Até 5 000	87	1	-	-	1	-	86	
De 5 001 a 10 000	89	1	-	-	-	1	88	
De 10 001 a 20 000	112	1	-	-	-	1	111	
De 20 001 a 50 000	108	-	-	-	-	-	108	
De 50 001 a 100 000	34	1	-	-	1	-	33	
De 100 001 a 500 000	17	3	-	-	-	3	14	
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	2	
Nordeste	1 793	23	-	-	-	23	1 770	
Até 5 000	228	-	-	-	-	-	228	
De 5 001 a 10 000	388	1	-	-	-	1	387	
De 10 001 a 20 000	586	2	-	-	-	2	584	
De 20 001 a 50 000	429	5	-	-	-	5	424	
De 50 001 a 100 000	109	4	-	-	-	4	105	
De 100 001 a 500 000	42	4	-	-	-	4	38	
Mais de 500 000	11	7	-	-	-	7	4	
Sudeste	1 668	49	-	3	33	13	1 619	
Até 5 000	384	-	-	-	-	-	384	
De 5 001 a 10 000	412	2	-	-	-	2	410	
De 10 001 a 20 000	350	4	-	2	-	2	346	
De 20 001 a 50 000	288	6	-	-	3	3	282	
De 50 001 a 100 000	99	3	-	-	2	-	96	
De 100 001 a 500 000	118	27	-	1	23	4	91	
Mais de 500 000	17	7	-	-	5	2	10	
Sul	1 188	6	-	-	-	6	1 181	
Até 5 000	422	-	-	-	-	-	421	
De 5 001 a 10 000	290	-	-	-	-	-	290	
De 10 001 a 20 000	229	1	-	-	-	1	228	
De 20 001 a 50 000	145	1	-	-	-	1	144	
De 50 001 a 100 000	58	3	-	-	-	3	55	
De 100 001 a 500 000	41	1	-	-	-	1	40	
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	3	
Centro-Oeste	466	-	-	-	-	-	466	
Até 5 000	146	-	-	-	-	-	146	
De 5 001 a 10 000	111	-	-	-	-	-	111	
De 10 001 a 20 000	108	-	-	-	-	-	108	
De 20 001 a 50 000	67	-	-	-	-	-	67	
De 50 001 a 100 000	19	-	-	-	-	-	19	
De 100 001 a 500 000	11	-	-	-	-	-	11	
Mais de 500 000	4	-	-	-	-	-	4	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

**Tabela 66 - Municípios, total e com serviços de transporte por trem,
por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e
Unidades da Federação - 2008**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						Não possui o serviço
	Total	Com serviço de transporte por trem					
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)				
			Município	Outro município	Estado	Federal	
Brasil	5 564	85	-	3	35	47	5 478
Norte	449	7	-	-	2	5	442
Rondônia	52	-	-	-	-	-	52
Acre	22	-	-	-	-	-	22
Amazonas	62	-	-	-	-	-	62
Roraima	15	-	-	-	-	-	15
Pará	143	2	-	-	-	2	141
Amapá	16	5	-	-	2	3	11
Tocantins	139	-	-	-	-	-	139
Nordeste	1 793	23	-	-	-	23	1 770
Maranhão	217	8	-	-	-	8	209
Piauí	223	-	-	-	-	-	223
Ceará	184	4	-	-	-	4	180
Rio Grande do Norte	167	4	-	-	-	4	163
Paraíba	223	-	-	-	-	-	223
Pernambuco	185	3	-	-	-	3	182
Alagoas	102	3	-	-	-	3	99
Sergipe	75	-	-	-	-	-	75
Bahia	417	1	-	-	-	1	416
Sudeste	1 668	49	-	3	33	13	1 619
Minas Gerais	853	11	-	3	1	7	842
Espírito Santo	78	4	-	-	-	4	74
Rio de Janeiro	92	12	-	-	10	2	80
São Paulo	645	22	-	-	22	-	623
Sul	1 188	6	-	-	-	6	1 181
Paraná	399	5	-	-	-	5	394
Santa Catarina	293	-	-	-	-	-	293
Rio Grande do Sul	496	1	-	-	-	1	494
Centro-Oeste	466	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	78	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	141	-	-	-	-	-	-
Goiás	246	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 67 - Municípios, total e com serviços de transporte por van, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por van						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	3 335	1 455	111	242	-	2 068	2 228
Até 5 000	1 267	536	208	22	60	-	301	730
De 5 001 a 10 000	1 290	720	280	24	42	-	465	570
De 10 001 a 20 000	1 385	898	357	30	38	-	604	487
De 20 001 a 50 000	1 037	772	342	26	50	-	514	265
De 50 001 a 100 000	319	236	146	7	21	-	127	83
De 100 001 a 500 000	229	146	102	2	22	-	50	83
Mais de 500 000	37	27	20	-	9	-	7	10
Norte	449	264	64	26	87	-	132	185
Até 5 000	87	65	6	13	48	-	6	22
De 5 001 a 10 000	89	48	9	4	22	-	17	41
De 10 001 a 20 000	112	52	15	3	8	-	35	60
De 20 001 a 50 000	108	64	19	4	6	-	48	44
De 50 001 a 100 000	34	21	10	2	2	-	16	13
De 100 001 a 500 000	17	12	4	-	1	-	9	5
Mais de 500 000	2	2	1	-	-	-	1	-
Nordeste	1 793	1 553	470	53	70	-	1 268	240
Até 5 000	228	182	30	3	2	-	162	46
De 5 001 a 10 000	388	327	74	9	11	-	280	61
De 10 001 a 20 000	586	494	139	21	15	-	408	92
De 20 001 a 50 000	429	398	138	15	25	-	326	31
De 50 001 a 100 000	109	106	58	4	8	-	72	3
De 100 001 a 500 000	42	37	24	1	8	-	17	5
Mais de 500 000	11	9	7	-	1	-	3	2
Sudeste	1 668	887	550	20	44	-	382	781
Até 5 000	384	153	105	3	2	-	54	231
De 5 001 a 10 000	412	196	107	7	2	-	104	216
De 10 001 a 20 000	350	195	113	3	3	-	92	155
De 20 001 a 50 000	288	193	119	5	10	-	85	95
De 50 001 a 100 000	99	67	46	1	9	-	25	32
De 100 001 a 500 000	118	71	51	1	12	-	20	47
Mais de 500 000	17	12	9	-	6	-	2	5
Sul	1 188	494	299	8	32	-	216	693
Até 5 000	422	122	61	2	8	-	71	299
De 5 001 a 10 000	290	120	75	4	5	-	49	170
De 10 001 a 20 000	229	116	69	2	10	-	49	113
De 20 001 a 50 000	145	85	51	-	6	-	36	60
De 50 001 a 100 000	58	29	23	-	1	-	8	29
De 100 001 a 500 000	41	20	18	-	1	-	2	21
Mais de 500 000	3	2	2	-	1	-	1	1
Centro-Oeste	466	137	72	4	9	-	70	329
Até 5 000	146	14	6	1	-	-	8	132
De 5 001 a 10 000	111	29	15	-	2	-	15	82
De 10 001 a 20 000	108	41	21	1	2	-	20	67
De 20 001 a 50 000	67	32	15	2	3	-	19	35
De 50 001 a 100 000	19	13	9	-	1	-	6	6
De 100 001 a 500 000	11	6	5	-	-	-	2	5
Mais de 500 000	4	2	1	-	1	-	-	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Foi considerado como van o transporte feito por kombi, perua, veraneio, dentre outros.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 68 - Municípios, total e com serviços de transporte por van, por organismos e/ou entes que o gerencia, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com serviço de transporte por van						Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					
			Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	
Brasil	5 564	3 335	1 455	111	242	-	2 068	2 228
Norte	449	264	64	26	87	-	132	185
Rondônia	52	3	2	-	-	-	2	49
Acre	22	17	6	-	-	-	17	5
Amazonas	62	17	13	1	-	-	7	45
Roraima	15	6	4	-	-	-	2	9
Pará	143	99	25	6	1	-	87	44
Amapá	16	7	2	-	5	-	-	9
Tocantins	139	115	12	19	81	-	17	24
Nordeste	1 793	1 553	470	53	70	-	1 268	240
Maranhão	217	202	26	7	18	-	185	15
Piauí	223	213	27	2	23	-	199	10
Ceará	184	169	58	6	11	-	118	15
Rio Grande do Norte	167	142	49	3	1	-	123	25
Paraíba	223	127	20	-	2	-	110	96
Pernambuco	185	177	77	17	-	-	144	8
Alagoas	102	94	57	8	7	-	47	8
Sergipe	75	73	47	8	3	-	38	2
Bahia	417	356	109	2	5	-	304	61
Sudeste	1 668	887	550	20	44	-	382	781
Minas Gerais	853	479	317	7	13	-	207	374
Espírito Santo	78	34	7	1	1	-	27	44
Rio de Janeiro	92	67	30	7	19	-	28	25
São Paulo	645	307	196	5	11	-	120	338
Sul	1 188	494	299	8	32	-	216	693
Paraná	399	260	143	5	10	-	136	139
Santa Catarina	293	44	28	1	6	-	12	249
Rio Grande do Sul	496	190	128	2	16	-	68	305
Centro-Oeste	466	137	72	4	9	-	70	329
Mato Grosso do Sul	78	35	16	2	3	-	18	43
Mato Grosso	141	75	35	2	2	-	46	66
Goiás	246	26	21	-	3	-	6	220
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Foi considerado como van o transporte feito por kombi, perua, veraneio, dentre outros.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 69 - Municípios, total e com serviço de transporte coletivo de ônibus exclusivamente municipal, por organismo e/ou ente que o gerencia e tipo de regulamentação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com transporte coletivo de ônibus municipal										Não possui o serviço
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)					Tipo de regulamentação				
			Muni- cípio	Outro muni- cípio	Estado	Federal	Informal	Com- cessão	Autori- zação	Permis- são	Não regula- mentado	
Brasil	5 564	1 674	1 324	101	125	10	367	977	329	303	367	3 889
Até 5 000	1 267	102	66	11	10	-	31	46	25	12	31	1164
De 5 001 a 10 000	1 290	186	142	14	15	2	45	88	53	33	45	1104
De 10 001 a 20 000	1 385	364	253	29	23	3	114	171	83	59	115	1021
De 20 001 a 50 000	1 037	506	397	23	30	3	127	278	98	88	126	531
De 50 001 a 100 000	319	262	224	11	13	1	43	188	41	47	43	57
De 100 001 a 500 000	229	217	207	12	23	1	7	180	23	47	7	12
Mais de 500 000	37	37	35	1	11	-	-	26	6	17	-	-
Norte	449	115	67	3	-	1	54	39	25	18	53	334
Até 5 000	87	2	1	-	-	-	1	-	1	-	1	85
De 5 001 a 10 000	89	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	88
De 10 001 a 20 000	112	18	5	-	-	-	13	1	2	2	13	94
De 20 001 a 50 000	108	51	28	1	-	1	28	13	9	8	27	57
De 50 001 a 100 000	34	27	17	1	-	-	11	13	6	4	11	7
De 100 001 a 500 000	17	14	13	1	-	-	1	10	6	3	1	3
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	2	-	1	1	1	-	-
Nordeste	1 793	257	166	13	13	1	101	88	77	53	101	1536
Até 5 000	228	3	2	-	-	-	1	2	-	-	1	225
De 5 001 a 10 000	388	7	2	1	-	-	3	1	2	1	3	381
De 10 001 a 20 000	586	49	29	3	1	-	27	9	19	9	27	537
De 20 001 a 50 000	429	90	51	5	3	-	45	18	30	16	45	339
De 50 001 a 100 000	109	61	41	2	4	1	24	25	18	12	24	48
De 100 001 a 500 000	42	36	31	2	4	-	1	26	6	10	1	6
Mais de 500 000	11	11	10	-	1	-	-	7	2	5	-	-
Sudeste	1 668	714	611	36	56	5	104	459	124	131	105	954
Até 5 000	384	29	21	3	2	-	10	10	10	6	10	355
De 5 001 a 10 000	412	85	61	8	7	1	23	35	28	14	23	327
De 10 001 a 20 000	350	149	109	12	7	1	38	73	39	22	39	201
De 20 001 a 50 000	288	221	195	7	17	2	28	146	31	43	28	67
De 50 001 a 100 000	99	97	95	2	4	1	1	84	8	15	1	2
De 100 001 a 500 000	118	116	113	4	12	-	4	97	6	24	4	2
Mais de 500 000	17	17	17	-	7	-	-	14	2	7	-	-
Sul	1 188	491	408	43	45	1	82	335	79	81	83	696
Até 5 000	422	64	40	8	6	-	18	32	14	5	18	357
De 5 001 a 10 000	290	85	72	5	7	-	17	48	21	17	17	205
De 10 001 a 20 000	229	121	96	11	14	1	26	75	19	22	27	108
De 20 001 a 50 000	145	119	104	10	9	-	17	90	20	18	17	26
De 50 001 a 100 000	58	58	53	5	3	-	4	51	3	10	4	-
De 100 001 a 500 000	41	41	40	4	6	-	-	38	2	7	-	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	1	-	2	-	-
Centro-Oeste	466	97	72	6	11	1	26	56	24	20	25	369
Até 5 000	146	4	2	-	2	-	1	2	-	1	1	142
De 5 001 a 10 000	111	8	6	-	1	-	2	3	2	1	2	103
De 10 001 a 20 000	108	27	14	3	1	1	10	13	4	4	9	81
De 20 001 a 50 000	67	25	19	-	1	-	9	11	8	3	9	42
De 50 001 a 100 000	19	19	18	1	2	-	3	15	6	6	3	-
De 100 001 a 500 000	11	10	10	1	1	-	1	9	3	3	1	1
Mais de 500 000	4	4	3	1	3	-	-	3	1	2	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Serviço de transporte coletivo de ônibus municipal, é aquele que roda apenas dentro do município, servindo a bairros, distritos, localidades do próprio município.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 70 - Municípios, total e com serviço de transporte coletivo de ônibus exclusivamente municipal, por organismo e/ou ente que o gerencia e tipo de regulamentação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com transporte coletivo de ônibus municipal										Não possui o serviço	
		Total	Organismo e/ou ente que gerencia (1)						Tipo de regulamentação				
			Muni- cípio	Outro muni- cípio	Estado	Federal	Informal	Com- cessão	Autori- zação	Permis- são	Não regula- mentado		
Brasil	5 564	1 674	1 324	101	125	10	367	977	329	303	367	3 889	
Norte	449	115	67	3	-	1	54	39	25	18	53	334	
Rondônia	52	11	10	-	-	-	1	6	4	2	1	41	
Acre	22	3	2	-	-	-	1	2	-	-	1	19	
Amazonas	62	17	15	-	-	1	3	4	6	7	3	45	
Roraima	15	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	14	
Pará	143	73	29	3	-	-	49	18	14	8	48	70	
Amapá	16	5	5	-	-	-	-	3	1	1	-	11	
Tocantins	139	5	5	-	-	-	-	5	-	-	-	134	
Nordeste	1 793	257	166	13	13	2	101	88	77	53	101	1536	
Maranhão	217	17	12	3	1	-	4	6	10	6	4	200	
Piauí	223	13	7	-	-	-	9	2	3	2	9	210	
Ceará	184	45	28	1	2	-	20	11	10	11	20	139	
Rio Grande do Norte	167	5	2	1	1	-	1	2	1	1	1	162	
Paraíba	223	16	7	-	2	-	7	5	2	2	7	207	
Pernambuco	185	60	39	2	6	1	23	18	25	13	23	125	
Alagoas	102	20	13	2	-	-	10	5	8	3	10	82	
Sergipe	75	10	9	3	-	-	3	5	4	2	3	65	
Bahia	417	71	49	1	1	1	24	34	14	13	24	346	
Sudeste	1 668	714	611	36	56	5	104	459	124	131	105	954	
Minas Gerais	853	307	256	11	11	3	64	169	75	57	64	546	
Espírito Santo	78	33	21	7	5	-	4	26	2	5	4	45	
Rio de Janeiro	92	79	65	6	17	2	9	54	12	12	9	13	
São Paulo	645	295	269	12	23	-	27	210	35	57	28	350	
Sul	1 188	491	408	43	45	1	82	335	79	81	83	695	
Paraná	399	160	123	22	13	1	34	93	36	27	35	239	
Santa Catarina	293	96	77	10	5	-	17	71	9	12	17	197	
Rio Grande do Sul	496	235	208	11	27	-	31	171	34	42	31	259	
Centro-Oeste	466	97	72	6	11	1	26	56	24	20	25	369	
Mato Grosso do Sul	78	25	18	-	3	-	9	13	5	5	9	53	
Mato Grosso	141	35	23	2	4	1	12	22	4	4	11	106	
Goiás	246	36	31	4	3	-	5	21	15	10	5	210	
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Serviço de transporte coletivo de ônibus municipal, é aquele que roda apenas dentro do município, servindo a bairros, distritos, localidades do próprio município.

(1) O gerente do serviço é aquele que fiscaliza, determina o número de linhas, o trajeto, o número da frota, tarifas e aferição.

Tabela 71 - Municípios, total e com passageiros que possuem isenção de tarifa no serviço de transporte por ônibus municipal, por tipo de passageiro, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Isenção parcial ou total da tarifa de ônibus, por tipo de passageiro									
		Maiores de 60 anos	Estudantes da rede pública	Estudantes da rede privada	Carteiras	Pessoas com deficiência	Policiais	Professores	Menores de 7 anos	Outros	Nenhum passageiro
Brasil	5 564	1 200	771	432	457	964	926	214	857	215	235
Até 5 000	1 267	58	36	11	11	38	37	23	44	6	25
De 5 001 a 10 000	1 290	96	67	24	19	66	68	25	85	16	48
De 10 001 a 20 000	1 385	228	120	44	59	155	164	51	170	34	74
De 20 001 a 50 000	1 037	390	190	89	116	288	287	48	251	39	70
De 50 001 a 100 000	319	213	145	96	95	185	172	30	154	42	16
De 100 001 a 500 000	229	186	179	138	127	198	171	32	132	59	2
Mais de 500 000	37	29	34	30	30	34	27	5	21	19	-
Norte	449	107	37	17	37	64	93	4	93	10	6
Até 5 000	87	2	-	-	-	-	2	-	2	-	-
De 5 001 a 10 000	89	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-
De 10 001 a 20 000	112	17	5	2	6	12	15	2	15	3	1
De 20 001 a 50 000	108	46	14	2	13	22	43	1	40	-	4
De 50 001 a 100 000	34	26	5	2	9	16	19	1	22	1	1
De 100 001 a 500 000	17	13	11	9	7	12	11	-	12	4	-
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	2	-	1	2	-
Nordeste	1 793	129	106	72	62	112	132	21	119	43	75
Até 5 000	228	2	1	1	-	2	1	1	2	-	1
De 5 001 a 10 000	388	2	3	1	1	2	1	3	2	1	4
De 10 001 a 20 000	586	16	13	5	5	10	21	4	15	5	17
De 20 001 a 50 000	429	39	21	10	17	28	36	7	35	5	37
De 50 001 a 100 000	109	35	28	17	13	30	35	3	29	14	14
De 100 001 a 500 000	42	28	30	27	18	31	31	2	28	13	2
Mais de 500 000	11	7	10	11	8	9	7	1	8	5	-
Sudeste	1 668	535	354	211	241	476	426	94	339	98	85
Até 5 000	384	19	13	8	8	15	14	11	17	2	5
De 5 001 a 10 000	412	42	19	9	11	28	36	11	33	6	29
De 10 001 a 20 000	350	97	50	21	29	71	71	18	63	16	30
De 20 001 a 50 000	288	180	97	50	64	154	135	21	102	22	20
De 50 001 a 100 000	99	83	62	46	47	83	67	13	55	16	1
De 100 001 a 500 000	118	100	98	67	69	108	91	17	62	28	-
Mais de 500 000	17	14	15	10	13	17	12	3	7	8	-
Sul	1 188	359	234	105	99	265	225	87	257	51	53
Até 5 000	422	34	19	1	3	20	18	11	22	4	19
De 5 001 a 10 000	290	47	43	13	7	35	28	11	45	9	12
De 10 001 a 20 000	229	82	48	14	17	55	48	24	69	8	16
De 20 001 a 50 000	145	106	54	26	21	74	62	17	63	10	6
De 50 001 a 100 000	58	52	35	21	20	42	37	11	33	10	-
De 100 001 a 500 000	41	35	32	27	28	37	29	12	22	9	-
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	2	3	1	3	1	-
Centro-Oeste	466	70	40	27	18	47	50	8	49	13	16
Até 5 000	146	1	3	1	-	1	2	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	111	4	2	1	-	1	2	-	4	-	3
De 10 001 a 20 000	108	16	4	2	2	7	9	3	8	2	10
De 20 001 a 50 000	67	19	4	1	1	10	11	2	11	2	3
De 50 001 a 100 000	19	17	15	10	6	14	14	2	15	1	-
De 100 001 a 500 000	11	10	8	8	5	10	9	1	8	5	-
Mais de 500 000	4	3	4	4	4	4	3	-	2	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 72 - Municípios, total e com passageiros que possuem isenção de tarifa no serviço de transporte por ônibus municipal, por tipo de passageiro, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Isenção parcial ou total da tarifa de ônibus, por tipo de passageiro									
		Maiores de 60 anos	Estu- dantes da rede pública	Estu- dantes da rede privada	Carteiros	Pessoas com deficiência	Policiais	Profes- sores	Menores de 7 anos	Outros	Nenhum passa- geiro
Brasil	5 564	1 200	771	432	457	964	926	214	857	215	235
Norte	449	107	37	17	37	64	93	4	93	10	6
Rondônia	52	11	2	2	-	8	9	-	6	1	-
Acre	22	3	3	2	1	3	1	-	3	1	-
Amazonas	62	14	6	3	3	11	11	3	6	3	3
Roraima	15	1	1	1	-	1	-	-	1	-	-
Pará	143	68	19	6	29	35	65	1	69	3	3
Amapá	16	5	4	2	2	2	3	-	5	2	-
Tocantins	139	5	2	1	2	4	4	-	3	-	-
Nordeste	1 793	129	106	72	62	112	132	21	119	43	75
Maranhão	217	10	9	6	5	8	11	3	10	2	3
Piauí	223	3	3	3	-	3	4	-	3	2	8
Ceará	184	18	19	12	9	14	24	2	19	3	12
Rio Grande do Norte	167	4	3	2	1	2	1	-	1	-	1
Paraíba	223	7	7	6	5	8	8	1	8	3	4
Pernambuco	185	28	17	16	10	26	25	3	32	7	24
Alagoas	102	12	13	7	4	12	10	4	11	1	5
Sergipe	75	8	6	5	4	4	6	-	5	3	-
Bahia	417	39	29	15	24	35	43	8	30	22	18
Sudeste	1 668	535	354	211	241	476	426	94	339	98	85
Minas Gerais	853	172	68	41	71	152	141	28	119	24	79
Espírito Santo	78	27	15	9	10	18	20	2	15	6	1
Rio de Janeiro	92	72	67	10	25	62	54	8	42	14	1
São Paulo	645	264	204	151	135	244	211	56	163	54	4
Sul	1 188	359	234	105	99	265	225	87	257	51	53
Paraná	399	119	67	29	29	82	71	14	91	21	15
Santa Catarina	293	77	55	23	12	56	34	38	41	9	8
Rio Grande do Sul	496	163	112	53	58	127	120	35	125	21	30
Centro-Oeste	466	70	40	27	18	47	50	8	49	13	16
Mato Grosso do Sul	78	18	8	5	4	6	9	2	6	3	3
Mato Grosso	141	23	14	7	2	15	17	3	19	6	9
Goiás	246	28	17	14	11	25	23	3	24	3	4
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 73 - Municípios, total e com existência de serviço de transporte por ônibus intermunicipal, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com existência de serviço de transporte intermunicipal		Não possui o serviço
		Total	Atende também bairros, distritos, localidades dentro do próprio município	
Brasil	5 564	4 547	2 563	1 016
Até 5 000	1 267	984	476	282
De 5 001 a 10 000	1 290	1 016	517	274
De 10 001 a 20 000	1 385	1 114	626	271
De 20 001 a 50 000	1 037	880	545	157
De 50 001 a 100 000	319	292	209	27
De 100 001 a 500 000	229	224	164	5
Mais de 500 000	37	37	26	-
Norte	449	316	164	133
Até 5 000	87	75	19	12
De 5 001 a 10 000	89	64	24	25
De 10 001 a 20 000	112	64	42	48
De 20 001 a 50 000	108	69	45	39
De 50 001 a 100 000	34	27	24	7
De 100 001 a 500 000	17	15	9	2
Mais de 500 000	2	2	1	-
Nordeste	1 793	1 269	701	524
Até 5 000	228	113	70	115
De 5 001 a 10 000	388	246	131	142
De 10 001 a 20 000	586	423	206	163
De 20 001 a 50 000	429	340	194	89
De 50 001 a 100 000	109	95	64	14
De 100 001 a 500 000	42	41	29	1
Mais de 500 000	11	11	7	-
Sudeste	1 668	1 596	848	72
Até 5 000	384	356	141	28
De 5 001 a 10 000	412	392	173	20
De 10 001 a 20 000	350	338	185	12
De 20 001 a 50 000	288	280	181	8
De 50 001 a 100 000	99	95	64	4
De 100 001 a 500 000	118	118	91	-
Mais de 500 000	17	17	13	-
Sul	1 188	1 072	728	115
Até 5 000	422	371	227	50
De 5 001 a 10 000	290	252	165	38
De 10 001 a 20 000	229	212	162	17
De 20 001 a 50 000	145	138	102	7
De 50 001 a 100 000	58	57	44	1
De 100 001 a 500 000	41	39	26	2
Mais de 500 000	3	3	2	-
Centro-Oeste	466	294	122	172
Até 5 000	146	69	19	77
De 5 001 a 10 000	111	62	24	49
De 10 001 a 20 000	108	77	31	31
De 20 001 a 50 000	67	53	23	14
De 50 001 a 100 000	19	18	13	1
De 100 001 a 500 000	11	11	9	-
Mais de 500 000	4	4	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 74 - Municípios, total e com existência de serviço de transporte por ônibus intermunicipal, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com existência de serviço de transporte intermunicipal		Não possui o serviço
		Total	Atende também bairros, distritos, localidades dentro do próprio município	
Brasil	5 564	4 547	2 563	1 016
Norte	449	316	164	133
Rondônia	52	18	9	34
Acre	22	16	7	6
Amazonas	62	13	9	49
Roraima	15	15	8	-
Pará	143	117	84	26
Amapá	16	15	15	1
Tocantins	139	122	32	17
Nordeste	1 793	1 269	701	524
Maranhão	217	156	112	61
Piauí	223	182	174	41
Ceará	184	175	77	9
Rio Grande do Norte	167	53	19	114
Paraíba	223	158	26	65
Pernambuco	185	160	59	25
Alagoas	102	67	41	35
Sergipe	75	72	68	3
Bahia	417	246	125	171
Sudeste	1 668	1 596	848	72
Minas Gerais	853	853	443	-
Espírito Santo	78	74	66	4
Rio de Janeiro	92	92	65	-
São Paulo	645	577	274	68
Sul	1 188	1 072	728	115
Paraná	399	329	179	70
Santa Catarina	293	293	210	-
Rio Grande do Sul	496	450	339	45
Centro-Oeste	466	294	122	172
Mato Grosso do Sul	78	72	36	6
Mato Grosso	141	102	36	39
Goiás	246	119	49	127
Distrito Federal	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 75 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor				Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outros temas	Departamento, assessoria, setor ou órgão similar	
Brasil	5 564	4 327	706	2 372	1 249	1 236
Até 5 000	1 267	846	82	492	272	420
De 5 001 a 10 000	1 290	921	109	519	293	369
De 10 001 a 20 000	1 385	1 079	161	591	327	306
De 20 001 a 50 000	1 037	916	170	519	227	121
De 50 001 a 100 000	319	305	79	152	74	14
De 100 001 a 500 000	229	224	83	90	51	5
Mais de 500 000	37	36	22	9	5	1
Norte	449	401	130	222	49	48
Até 5 000	87	70	22	39	9	17
De 5 001 a 10 000	89	80	19	51	10	9
De 10 001 a 20 000	112	97	27	56	14	15
De 20 001 a 50 000	108	102	38	52	12	6
De 50 001 a 100 000	34	33	15	16	2	1
De 100 001 a 500 000	17	17	7	8	2	-
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-
Nordeste	1 793	1325	166	758	401	468
Até 5 000	228	141	5	74	62	87
De 5 001 a 10 000	388	252	27	130	95	136
De 10 001 a 20 000	586	417	59	234	124	169
De 20 001 a 50 000	429	361	48	229	84	68
De 50 001 a 100 000	109	101	15	62	24	8
De 100 001 a 500 000	42	42	7	26	9	-
Mais de 500 000	11	11	5	3	3	-
Sudeste	1 668	1177	228	560	389	491
Até 5 000	384	184	18	92	74	200
De 5 001 a 10 000	412	260	31	128	101	152
De 10 001 a 20 000	350	257	40	126	91	93
De 20 001 a 50 000	288	251	54	126	71	37
De 50 001 a 100 000	99	95	29	42	24	4
De 100 001 a 500 000	118	114	46	41	27	4
Mais de 500 000	17	16	10	5	1	1
Sul	1 188	1026	112	586	328	161
Até 5 000	422	338	12	213	113	83
De 5 001 a 10 000	290	237	19	148	70	53
De 10 001 a 20 000	229	211	19	119	73	18
De 20 001 a 50 000	145	138	23	74	41	7
De 50 001 a 100 000	58	58	17	20	21	-
De 100 001 a 500 000	41	41	19	12	10	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-
Centro-Oeste	466	398	70	246	82	68
Até 5 000	146	113	25	74	14	33
De 5 001 a 10 000	111	92	13	62	17	19
De 10 001 a 20 000	108	97	16	56	25	11
De 20 001 a 50 000	67	64	7	38	19	3
De 50 001 a 100 000	19	18	3	12	3	1
De 100 001 a 500 000	11	10	4	3	3	1
Mais de 500 000	4	4	2	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 76 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor				Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outros temas	Departamento, assessoria, setor ou órgão similar	
Brasil	5 564	4 327	706	2 372	1 249	1 236
Norte	449	401	130	222	49	48
Rondônia	52	46	3	36	7	6
Acre	22	22	7	13	2	-
Amazonas	62	59	21	32	6	3
Roraima	15	13	5	7	1	2
Pará	143	129	59	57	13	14
Amapá	16	12	5	7	-	4
Tocantins	139	120	30	70	20	19
Nordeste	1 793	1 325	166	758	401	468
Maranhão	217	147	24	91	32	70
Piauí	223	151	26	80	45	72
Ceará	184	163	11	104	48	21
Rio Grande do Norte	167	127	14	72	41	40
Paraíba	223	144	9	62	73	79
Pernambuco	185	129	11	75	43	56
Alagoas	102	81	20	55	6	21
Sergipe	75	59	4	34	21	16
Bahia	417	324	47	185	92	93
Sudeste	1 668	1 177	228	560	389	491
Minas Gerais	853	602	99	318	185	251
Espírito Santo	78	78	32	38	8	-
Rio de Janeiro	92	89	35	51	3	3
São Paulo	645	408	62	153	193	237
Sul	1 188	1 026	112	586	328	161
Paraná	399	345	58	161	126	54
Santa Catarina	293	245	11	171	63	48
Rio Grande do Sul	496	436	43	254	139	59
Centro-Oeste	466	398	70	246	82	68
Mato Grosso do Sul	78	70	12	29	29	8
Mato Grosso	141	125	12	92	21	16
Goiás	246	202	46	124	32	44
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 77 - Municípios, total e pessoal ocupado total na área do meio ambiente, por tipo de vínculo, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Pessoal ocupado total na área do meio ambiente					
		Total	Estatutários	Celetistas	Estagiários	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
Brasil	5 564	41 287	20 180	4 783	2 486	8 380	5 458
Até 5 000	1 267	2 285	1 057	125	42	770	291
De 5 001 a 10 000	1 290	2 705	1 176	185	50	999	295
De 10 001 a 20 000	1 385	4 960	2 281	441	139	1 272	827
De 20 001 a 50 000	1 037	7 208	3 325	834	228	1 722	1 099
De 50 001 a 100 000	319	5 195	2 465	908	271	976	575
De 100 001 a 500 000	229	10 194	5 197	1 146	793	1 758	1 300
Mais de 500 000	37	8 740	4 679	1 144	963	883	1 071
Norte	449	4 602	2 013	399	283	804	1 103
Até 5 000	87	155	54	1	-	69	31
De 5 001 a 10 000	89	229	99	12	7	82	29
De 10 001 a 20 000	112	483	197	36	8	118	124
De 20 001 a 50 000	108	1 000	520	41	7	193	239
De 50 001 a 100 000	34	835	365	260	16	82	112
De 100 001 a 500 000	17	1 009	479	47	24	174	285
Mais de 500 000	2	891	299	2	221	86	283
Nordeste	1 793	7 851	3 391	270	155	2 499	1 536
Até 5 000	228	339	79	8	2	188	62
De 5 001 a 10 000	388	649	227	26	-	312	84
De 10 001 a 20 000	586	1 626	745	50	5	532	294
De 20 001 a 50 000	429	2 001	905	67	10	604	415
De 50 001 a 100 000	109	1 275	555	91	12	400	217
De 100 001 a 500 000	42	1 103	488	28	36	223	328
Mais de 500 000	11	858	392	-	90	240	136
Sudeste	1 668	16 891	7 856	3 069	1 262	2 799	1 905
Até 5 000	384	573	255	74	3	146	95
De 5 001 a 10 000	412	797	346	117	14	229	91
De 10 001 a 20 000	350	1 630	755	238	58	284	295
De 20 001 a 50 000	288	2 960	1 312	665	92	527	364
De 50 001 a 100 000	99	2 056	956	482	162	284	172
De 100 001 a 500 000	118	5 327	2 429	881	453	951	613
Mais de 500 000	17	3 548	1 803	612	480	378	275
Sul	1 188	8 832	5 568	548	681	1 558	477
Até 5 000	422	952	556	40	37	241	78
De 5 001 a 10 000	290	774	378	28	28	267	73
De 10 001 a 20 000	229	918	437	114	65	233	69
De 20 001 a 50 000	145	933	416	61	114	303	39
De 50 001 a 100 000	58	851	498	73	76	142	62
De 100 001 a 500 000	41	2 431	1 614	158	276	319	64
Mais de 500 000	3	1 973	1 669	74	85	53	92
Centro-Oeste	466	3 111	1 352	497	105	720	437
Até 5 000	146	266	113	2	-	126	25
De 5 001 a 10 000	111	256	126	2	1	109	18
De 10 001 a 20 000	108	303	147	3	3	105	45
De 20 001 a 50 000	67	314	172	-	5	95	42
De 50 001 a 100 000	19	178	91	2	5	68	12
De 100 001 a 500 000	11	324	187	32	4	91	10
Mais de 500 000	4	1 470	516	456	87	126	285

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 78 - Municípios, total e pessoal ocupado total na área do meio ambiente, por tipo de vínculo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Pessoal ocupado total na área do meio ambiente					
		Total	Estatutários	Celetistas	Estagiários	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
Brasil	5 564	41 287	20 180	4 783	2 486	8 380	5 458
Norte	449	4 602	2 013	399	283	804	1 103
Rondônia	52	290	155	5	17	100	13
Acre	22	181	16	90	10	43	22
Amazonas	62	1 259	541	278	231	132	77
Roraima	15	206	72	-	2	88	44
Pará	143	1 749	712	23	21	271	722
Amapá	16	320	238	-	-	47	35
Tocantins	139	597	279	3	2	123	190
Nordeste	1 793	7 851	3 391	270	155	2 499	1 536
Maranhão	217	932	377	29	6	204	316
Piauí	223	435	122	27	15	245	26
Ceará	184	1 398	680	30	30	355	303
Rio Grande do Norte	167	656	216	9	26	241	164
Paraíba	223	834	434	9	15	262	114
Pernambuco	185	807	310	3	18	324	152
Alagoas	102	583	237	40	23	214	69
Sergipe	75	137	61	1	2	57	16
Bahia	417	2 069	954	122	20	597	376
Sudeste	1 668	16 891	7 856	3 069	1 262	2 799	1 905
Minas Gerais	853	5 105	3 016	342	180	782	785
Espírito Santo	78	1 070	496	61	91	276	146
Rio de Janeiro	92	2 795	1 249	430	164	652	300
São Paulo	645	7 921	3 095	2 236	827	1 089	674
Sul	1 188	8 832	5 568	548	681	1 558	477
Paraná	399	4 036	2 791	225	231	614	175
Santa Catarina	293	1 559	921	77	97	333	131
Rio Grande do Sul	496	3 237	1 856	246	353	611	171
Centro-Oeste	466	3 111	1 352	497	105	720	437
Mato Grosso do Sul	78	385	210	5	12	122	36
Mato Grosso	141	720	462	37	10	151	60
Goiás	246	1 715	680	448	69	370	148
Distrito Federal	1	291	-	7	14	77	193

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 79 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Meio Ambiente										
		Total	Algumas características do conselho						Paritário	Tem maior represen- tação da sociedade civil	Tem maior represen- tação governamen- tal	Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Caráter do conselho				Fiscali- zador					
			Consultivo	Delibe- rativo	Normativo							
Brasil	5 564	2 650	1 902	1 973	944	1 073	1 897	490	263	1 880		
Até 5 000	1 267	458	285	332	149	181	339	72	47	298		
De 5 001 a 10 000	1 290	506	345	366	177	221	370	86	50	324		
De 10 001 a 20 000	1 385	565	404	400	209	236	424	89	52	401		
De 20 001 a 50 000	1 037	639	497	480	226	269	432	148	59	470		
De 50 001 a 100 000	319	243	187	198	86	87	169	50	24	188		
De 100 001 a 500 000	229	205	158	170	81	67	143	37	25	168		
Mais de 500 000	37	34	26	27	16	12	20	8	6	31		
Norte	449	173	130	143	85	74	137	20	16	128		
Até 5 000	87	24	14	18	14	10	20	1	3	21		
De 5 001 a 10 000	89	30	24	25	13	15	22	5	3	20		
De 10 001 a 20 000	112	37	24	26	18	17	30	3	4	27		
De 20 001 a 50 000	108	49	40	42	21	18	38	7	4	32		
De 50 001 a 100 000	34	18	16	17	9	10	16	2	-	15		
De 100 001 a 500 000	17	13	10	13	8	4	10	2	1	11		
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	-	1	-	1	2		
Nordeste	1 793	536	401	400	203	284	405	83	48	376		
Até 5 000	228	18	13	11	7	8	15	2	1	10		
De 5 001 a 10 000	388	63	44	43	23	36	52	7	4	39		
De 10 001 a 20 000	586	140	91	95	49	70	105	25	10	98		
De 20 001 a 50 000	429	201	163	154	79	113	151	33	17	147		
De 50 001 a 100 000	109	67	51	52	24	32	46	11	10	44		
De 100 001 a 500 000	42	37	31	36	16	20	31	3	3	29		
Mais de 500 000	11	10	8	9	5	5	5	2	3	9		
Sudeste	1 668	979	751	705	331	354	709	163	107	665		
Até 5 000	384	148	105	99	46	58	107	15	26	75		
De 5 001 a 10 000	412	209	157	152	73	88	159	30	20	130		
De 10 001 a 20 000	350	197	153	147	74	77	151	25	21	138		
De 20 001 a 50 000	288	219	178	150	71	80	151	50	18	158		
De 50 001 a 100 000	99	86	66	67	26	25	61	18	7	66		
De 100 001 a 500 000	118	104	82	79	35	22	69	21	14	84		
Mais de 500 000	17	16	10	11	6	4	11	4	1	14		
Sul	1 188	726	454	554	241	257	473	184	69	545		
Até 5 000	422	214	116	169	67	77	157	44	13	157		
De 5 001 a 10 000	290	157	88	112	50	58	97	43	17	102		
De 10 001 a 20 000	229	137	100	93	46	52	97	25	15	100		
De 20 001 a 50 000	145	118	76	96	33	35	60	48	10	93		
De 50 001 a 100 000	58	57	43	49	24	17	36	15	6	52		
De 100 001 a 500 000	41	40	28	33	19	16	25	8	7	38		
Mais de 500 000	3	3	3	2	2	2	1	1	1	3		
Centro-Oeste	466	236	166	171	84	104	173	40	23	166		
Até 5 000	146	54	37	35	15	28	40	10	4	35		
De 5 001 a 10 000	111	47	32	34	18	24	40	1	6	33		
De 10 001 a 20 000	108	54	36	39	22	20	41	11	2	38		
De 20 001 a 50 000	67	52	40	38	22	23	32	10	10	40		
De 50 001 a 100 000	19	15	11	13	3	3	10	4	1	11		
De 100 001 a 500 000	11	11	7	9	3	5	8	3	-	6		
Mais de 500 000	4	3	3	3	1	1	2	1	-	3		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 80 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Meio Ambiente										
		Total	Algumas características do conselho						Paritário	Tem maior representação da sociedade civil	Tem maior representação governamental	Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Caráter do conselho									
			Consultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscali- zador						
Brasil	5 564	2 650	1 902	1 973	944	1 073	1 897	490	263	1 880		
Norte	449	173	130	143	85	74	137	20	16	128		
Rondônia	52	16	12	12	7	3	12	2	2	12		
Acre	22	9	6	9	1	1	8	-	1	6		
Amazonas	62	23	18	18	14	11	15	2	6	12		
Roraima	15	5	4	5	4	2	3	-	2	5		
Pará	143	63	49	56	24	26	50	13	-	53		
Amapá	16	7	6	6	6	5	7	-	-	2		
Tocantins	139	50	35	37	29	26	42	3	5	38		
Nordeste	1 793	536	401	400	203	284	405	83	48	376		
Maranhão	217	43	34	30	20	26	27	14	2	28		
Piauí	223	13	8	9	5	6	6	3	4	8		
Ceará	184	115	102	97	35	42	96	13	6	90		
Rio Grande do Norte	167	56	43	42	28	30	47	5	4	29		
Paraíba	223	27	20	20	12	19	16	6	5	19		
Pernambuco	185	60	37	48	18	30	46	9	5	45		
Alagoas	102	22	17	13	6	12	18	1	3	12		
Sergipe	75	18	14	11	4	8	17	1	-	13		
Bahia	417	182	126	130	75	111	132	31	19	132		
Sudeste	1 668	979	751	705	331	354	709	163	107	665		
Minas Gerais	853	526	388	404	208	214	417	58	51	382		
Espírito Santo	78	35	28	28	18	9	30	4	1	19		
Rio de Janeiro	92	64	45	47	22	23	52	8	4	45		
São Paulo	645	354	290	226	83	108	210	93	51	219		
Sul	1 188	726	454	554	241	257	473	184	69	545		
Paraná	399	161	108	113	52	57	81	52	28	117		
Santa Catarina	293	167	116	109	54	47	118	27	22	105		
Rio Grande do Sul	496	398	230	332	135	153	274	105	19	323		
Centro-Oeste	466	236	166	171	84	104	173	40	23	166		
Mato Grosso do Sul	78	47	35	28	12	12	31	9	7	38		
Mato Grosso	141	58	41	41	15	23	44	11	3	43		
Goiás	246	130	89	101	56	68	97	20	13	84		
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 81 - Municípios, total e com recursos específicos para a área ambiental, por origem dos recursos, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com recursos específicos para a área ambiental							
		Total	Origem dos recursos						Órgão público
			Instituição ou órgão inter-nacional	Empresa pública	Entidades de ensino e pesquisa	ONGs	Iniciativa privada	Outros	
Brasil	5 564	2 079	47	106	27	58	123	134	1 914
Até 5 000	1 267	375	4	10	2	6	14	21	348
De 5 001 a 10 000	1 290	373	8	15	1	11	12	16	344
De 10 001 a 20 000	1 385	455	6	23	7	12	21	23	424
De 20 001 a 50 000	1 037	462	11	22	10	11	34	36	421
De 50 001 a 100 000	319	203	4	13	4	7	11	17	191
De 100 001 a 500 000	229	175	8	20	3	9	28	20	151
Mais de 500 000	37	36	6	3	-	2	3	1	35
Norte	449	243	2	5	-	1	5	11	233
Até 5 000	87	60	-	-	-	-	-	1	60
De 5 001 a 10 000	89	51	1	-	-	-	-	2	49
De 10 001 a 20 000	112	49	1	-	-	-	1	1	46
De 20 001 a 50 000	108	51	-	2	-	-	3	3	47
De 50 001 a 100 000	34	17	-	2	-	-	-	1	17
De 100 001 a 500 000	17	13	2	1	-	-	1	3	12
Mais de 500 000	2	2	1	-	-	1	-	-	2
Nordeste	1 793	366	5	14	7	8	13	26	346
Até 5 000	228	9	-	-	-	-	-	1	9
De 5 001 a 10 000	388	39	-	2	-	-	1	2	37
De 10 001 a 20 000	586	103	-	1	1	2	2	8	98
De 20 001 a 50 000	429	124	2	4	5	2	2	8	121
De 50 001 a 100 000	109	52	-	2	1	3	5	5	46
De 100 001 a 500 000	42	28	1	4	-	-	3	2	25
Mais de 500 000	11	11	2	1	-	1	-	-	10
Sudeste	1 668	620	25	46	12	28	62	43	542
Até 5 000	384	89	3	4	1	4	7	4	74
De 5 001 a 10 000	412	115	4	5	-	5	5	4	107
De 10 001 a 20 000	350	105	4	9	4	3	13	4	94
De 20 001 a 50 000	288	141	6	11	2	7	19	14	117
De 50 001 a 100 000	99	68	4	5	3	2	1	6	65
De 100 001 a 500 000	118	86	3	11	2	7	16	10	69
Mais de 500 000	17	16	1	1	-	-	1	1	16
Sul	1 188	583	9	35	4	13	27	39	546
Até 5 000	422	152	1	4	-	2	5	10	144
De 5 001 a 10 000	290	114	3	8	-	2	5	6	103
De 10 001 a 20 000	229	125	1	11	2	4	3	7	118
De 20 001 a 50 000	145	99	2	5	1	1	6	9	93
De 50 001 a 100 000	58	50	-	4	-	2	2	3	47
De 100 001 a 500 000	41	40	2	3	1	2	6	4	38
Mais de 500 000	3	3	-	-	-	-	-	-	3
Centro-Oeste	466	267	3	6	4	8	16	15	247
Até 5 000	146	65	-	2	1	-	2	5	61
De 5 001 a 10 000	111	54	-	-	1	4	1	2	48
De 10 001 a 20 000	108	73	-	2	-	3	2	3	68
De 20 001 a 50 000	67	47	1	-	2	1	4	2	43
De 50 001 a 100 000	19	16	-	-	-	-	3	2	16
De 100 001 a 500 000	11	8	-	1	-	-	2	1	7
Mais de 500 000	4	4	2	1	-	-	2	-	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 82 - Municípios, total e com recursos específicos para a área ambiental, por origem dos recursos, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com recursos específicos para a área ambiental							
		Total	Origem dos recursos						
			Instituição ou órgão inter- nacional	Empresa pública	Entidades de ensino e pesquisa	ONGs	Iniciativa privada	Outros	Órgão público
Brasil	5 564	2 079	47	106	27	58	123	134	1 914
Norte	449	243	5	5	-	1	5	11	233
Rondônia	52	29	2	-	-	-	-	2	27
Acre	22	11	-	-	-	-	-	1	11
Amazonas	62	51	1	3	-	1	1	1	47
Roraima	15	1	-	-	-	-	-	-	1
Pará	143	34	2	2	-	-	3	5	30
Amapá	16	4	-	-	-	-	-	2	4
Tocantins	139	113	-	-	-	-	1	-	113
Nordeste	1 793	366	5	14	7	8	13	26	346
Maranhão	217	55	-	-	1	1	-	5	53
Piauí	223	12	-	-	-	1	1	-	11
Ceará	184	124	1	2	2	4	2	7	119
Rio Grande do Norte	167	15	-	1	-	1	-	-	14
Paraíba	223	18	-	-	-	-	-	-	18
Pernambuco	185	41	3	2	-	1	1	2	38
Alagoas	102	16	1	-	-	-	-	1	16
Sergipe	75	31	-	1	-	-	2	3	30
Bahia	417	54	-	8	4	-	7	8	47
Sudeste	1 668	620	25	46	12	28	62	43	542
Minas Gerais	853	298	8	19	4	14	31	6	276
Espírito Santo	78	23	1	3	2	1	8	3	17
Rio de Janeiro	92	46	2	4	1	3	3	6	37
São Paulo	645	253	14	20	5	10	20	28	212
Sul	1 188	583	9	35	4	13	27	39	546
Paraná	399	268	4	21	1	3	4	14	256
Santa Catarina	293	98	1	8	1	7	5	7	88
Rio Grande do Sul	496	217	4	6	2	3	18	18	202
Centro-Oeste	466	267	3	6	4	8	16	15	247
Mato Grosso do Sul	78	61	1	2	-	1	3	1	59
Mato Grosso	141	59	1	3	-	7	4	2	51
Goiás	246	146	1	1	4	-	9	12	136
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 83 - Municípios, total e com recursos específicos para a área ambiental oriundos de órgão público, por especificação, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com recursos específicos para a área ambiental oriundos de órgão público					
		Total	Especificação dos recursos				
			Taxa de licenciamento	Multas	ICMS Ecológico	Royalties	Outros (1)
Brasil	5 564	1 914	418	329	572	154	1 029
Até 5 000	1 267	348	63	35	126	22	149
De 5 001 a 10 000	1 290	344	54	28	136	27	156
De 10 001 a 20 000	1 385	424	66	46	139	36	252
De 20 001 a 50 000	1 037	421	101	84	89	39	244
De 50 001 a 100 000	319	191	57	49	44	19	109
De 100 001 a 500 000	229	151	56	62	29	8	95
Mais de 500 000	37	35	21	25	9	3	23
Norte	449	233	30	11	119	6	89
Até 5 000	87	60	3	-	56	-	2
De 5 001 a 10 000	89	49	4	-	37	2	9
De 10 001 a 20 000	112	46	2	1	14	-	31
De 20 001 a 50 000	108	47	10	3	8	3	28
De 50 001 a 100 000	34	17	6	2	1	1	12
De 100 001 a 500 000	17	12	4	4	3	-	6
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	-	1
Nordeste	1 793	346	75	55	16	30	271
Até 5 000	228	9	1	-	-	1	7
De 5 001 a 10 000	388	37	4	-	-	6	31
De 10 001 a 20 000	586	98	11	8	4	10	82
De 20 001 a 50 000	429	121	31	17	2	10	94
De 50 001 a 100 000	109	46	10	10	5	2	31
De 100 001 a 500 000	42	25	12	12	3	-	17
Mais de 500 000	11	10	6	8	2	1	9
Sudeste	1 668	542	74	74	221	60	266
Até 5 000	384	74	5	4	41	3	26
De 5 001 a 10 000	412	107	13	5	56	10	37
De 10 001 a 20 000	350	94	7	10	51	13	42
De 20 001 a 50 000	288	117	14	15	33	14	65
De 50 001 a 100 000	99	65	12	13	22	11	38
De 100 001 a 500 000	118	69	15	18	14	8	49
Mais de 500 000	17	16	8	9	4	1	9
Sul	1 188	546	181	143	145	44	257
Até 5 000	422	144	47	27	20	13	71
De 5 001 a 10 000	290	103	25	17	29	9	50
De 10 001 a 20 000	229	118	27	18	43	8	60
De 20 001 a 50 000	145	93	35	36	31	11	35
De 50 001 a 100 000	58	47	22	17	12	3	21
De 100 001 a 500 000	41	38	23	25	8	-	19
Mais de 500 000	3	3	2	3	2	-	1
Centro-Oeste	466	247	58	46	71	14	146
Até 5 000	146	61	7	4	9	5	43
De 5 001 a 10 000	111	48	8	6	14	-	29
De 10 001 a 20 000	108	68	19	9	27	5	37
De 20 001 a 50 000	67	43	11	13	15	1	22
De 50 001 a 100 000	19	16	7	7	4	2	8
De 100 001 a 500 000	11	7	2	3	1	-	4
Mais de 500 000	4	4	4	4	1	1	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) Os recursos oriundos de dotação orçamentária do próprio município, estão incluídos em outros.

Tabela 84 - Municípios, total e com recursos específicos para a área ambiental oriundos de órgão público, por especificação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com recursos específicos para a área ambiental oriundos de órgão público					
		Total	Especificação dos recursos				
			Taxa de licenciamento	Multas	ICMS Ecológico	Royalties	Outros (1)
Brasil	5 564	1 914	418	329	572	154	1 029
Norte	449	233	30	11	119	6	89
Rondônia	52	27	8	2	7	-	12
Acre	22	11	1	-	-	-	11
Amazonas	62	47	6	2	-	3	41
Roraima	15	1	-	-	-	-	1
Pará	143	30	12	6	-	-	18
Amapá	16	4	-	-	-	-	4
Tocantins	139	113	3	1	112	1	2
Nordeste	1 793	346	75	55	16	30	271
Maranhão	217	53	15	12	-	-	51
Piauí	223	11	4	3	-	-	9
Ceará	184	119	11	7	-	1	111
Rio Grande do Norte	167	14	3	3	-	2	11
Paraíba	223	18	5	3	-	2	14
Pernambuco	185	38	3	6	16	12	10
Alagoas	102	16	1	1	-	-	16
Sergipe	75	30	2	3	-	6	30
Bahia	417	47	31	17	-	7	19
Sudeste	1 668	542	74	74	221	60	266
Minas Gerais	853	276	42	44	198	32	40
Espírito Santo	78	17	5	4	-	1	15
Rio de Janeiro	92	37	6	5	-	16	27
São Paulo	645	212	21	21	23	11	185
Sul	1 188	546	181	143	145	44	257
Paraná	399	256	23	27	142	39	120
Santa Catarina	293	88	22	13	-	-	74
Rio Grande do Sul	496	202	136	103	3	5	63
Centro-Oeste	466	247	58	46	71	14	146
Mato Grosso do Sul	78	59	5	5	54	2	4
Mato Grosso	141	51	12	6	17	1	34
Goiás	246	136	40	34	-	11	107
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

(1) Os recursos oriundos de dotação orçamentária do próprio município, estão incluídos em outros.

Tabela 85 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, realização de licença ambiental de impacto local e instrumento de cooperação para licença ambiental, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com Fundo Municipal de Meio Ambiente		Que realizam licenciamento ambiental de impacto local	Com instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de compe- tência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local
		Total	Onde o fundo financiou ações e projetos na área de meio ambiente nos últimos 12 meses		
Brasil	5 564	1 260	461	1 438	1 554
Até 5 000	1 267	227	63	244	277
De 5 001 a 10 000	1 290	188	57	260	349
De 10 001 a 20 000	1 385	215	68	303	351
De 20 001 a 50 000	1 037	322	117	356	349
De 50 001 a 100 000	319	138	70	134	123
De 100 001 a 500 000	229	135	66	116	88
Mais de 500 000	37	35	20	25	17
Norte	449	98	40	131	171
Até 5 000	87	13	6	20	35
De 5 001 a 10 000	89	11	6	19	39
De 10 001 a 20 000	112	17	3	23	35
De 20 001 a 50 000	108	30	10	34	35
De 50 001 a 100 000	34	13	9	22	17
De 100 001 a 500 000	17	12	5	11	10
Mais de 500 000	2	2	1	2	-
Nordeste	1 793	202	64	354	367
Até 5 000	228	7	3	16	19
De 5 001 a 10 000	388	12	2	51	54
De 10 001 a 20 000	586	41	9	97	100
De 20 001 a 50 000	429	86	30	132	131
De 50 001 a 100 000	109	23	4	32	42
De 100 001 a 500 000	42	23	10	19	14
Mais de 500 000	11	10	6	7	7
Sudeste	1 668	329	110	412	480
Até 5 000	384	32	6	57	80
De 5 001 a 10 000	412	48	15	82	123
De 10 001 a 20 000	350	48	16	76	105
De 20 001 a 50 000	288	79	22	102	99
De 50 001 a 100 000	99	48	20	34	29
De 100 001 a 500 000	118	58	22	50	37
Mais de 500 000	17	16	9	11	7
Sul	1 188	489	202	412	411
Até 5 000	422	147	40	128	115
De 5 001 a 10 000	290	92	27	79	102
De 10 001 a 20 000	229	80	33	81	90
De 20 001 a 50 000	145	89	45	61	58
De 50 001 a 100 000	58	44	32	34	24
De 100 001 a 500 000	41	34	23	27	20
Mais de 500 000	3	3	2	2	2
Centro-Oeste	466	142	45	129	125
Até 5 000	146	28	8	23	28
De 5 001 a 10 000	111	25	7	29	31
De 10 001 a 20 000	108	29	7	26	21
De 20 001 a 50 000	67	38	10	27	26
De 50 001 a 100 000	19	10	5	12	11
De 100 001 a 500 000	11	8	6	9	7
Mais de 500 000	4	4	2	3	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 86 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, realização de licença ambiental de impacto local e instrumento de cooperação para licença ambiental, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com Fundo Municipal de Meio Ambiente		Que realizam licenciamento ambiental de impacto local	Com instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local
		Total	Onde o fundo financiou ações e projetos na área de meio ambiente nos últimos 12 meses		
Brasil	5 564	1 260	461	1 438	1 554
Norte	449	98	40	131	171
Rondônia	52	5	2	12	10
Acre	22	4	-	4	9
Amazonas	62	12	4	22	25
Roraima	15	2	1	4	7
Pará	143	44	20	43	42
Amapá	16	5	-	6	12
Tocantins	139	26	13	40	66
Nordeste	1 793	202	64	354	367
Maranhão	217	20	1	56	28
Piauí	223	6	3	47	13
Ceará	184	24	11	29	65
Rio Grande do Norte	167	14	4	16	40
Paraíba	223	7	4	20	19
Pernambuco	185	22	3	34	45
Alagoas	102	10	3	18	19
Sergipe	75	4	1	7	25
Bahia	417	95	34	127	113
Sudeste	1 668	329	110	412	480
Minas Gerais	853	140	61	265	295
Espírito Santo	78	16	6	20	37
Rio de Janeiro	92	40	11	23	30
São Paulo	645	133	32	104	118
Sul	1 188	489	202	412	411
Paraná	399	111	48	134	193
Santa Catarina	293	34	20	74	83
Rio Grande do Sul	496	344	134	204	135
Centro-Oeste	466	142	45	129	125
Mato Grosso do Sul	78	27	12	21	28
Mato Grosso	141	23	7	24	24
Goiás	246	91	26	83	72
Distrito Federal	1	1	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 87 - Municípios, total e com participação em articulação intermunicipal no meio ambiente, por tipo e temas abordados, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com participação de articulação intermunicipal no meio ambiente									Não parti- cipa de articula- ção in- termu- nicipal no meio ambiente
		Total	Tipo			Temas abordados nas articulações					
			Consórcio intermu- nicipal	Comitê de bacia hidro- gráfica	Outro tipo de associ- ação/par- ceria	Dispo- sição de resíduos sólidos (lixo) do- méstico e/ou in- dustrial	Recupe- ração da qualidade de recur- so hídrico	Trata- mento de esgoto domés- tico	Recupe- ração de áreas degrada- das	Outros	
Brasil	5 564	3 332	1 082	2 467	849	2 170	2 635	1 636	2 057	801	2 231
Até 5 000	1 267	604	158	423	136	372	438	239	351	122	662
De 5 001 a 10 000	1 290	702	214	506	159	469	540	335	422	144	588
De 10 001 a 20 000	1 385	819	264	583	205	519	636	397	489	178	566
De 20 001 a 50 000	1 037	721	254	548	199	478	601	388	481	190	316
De 50 001 a 100 000	319	251	90	197	71	172	206	140	160	83	68
De 100 001 a 500 000	229	199	90	177	65	138	181	114	129	69	30
Mais de 500 000	37	36	12	33	14	22	33	23	25	15	1
Norte	449	223	70	70	135	149	134	65	139	98	226
Até 5 000	87	42	10	22	21	36	29	12	31	14	45
De 5 001 a 10 000	89	40	10	17	24	29	27	11	24	18	49
De 10 001 a 20 000	112	58	17	15	38	34	33	20	36	25	54
De 20 001 a 50 000	108	50	21	7	29	28	27	12	29	25	58
De 50 001 a 100 000	34	22	7	5	18	16	11	9	14	10	12
De 100 001 a 500 000	17	9	4	3	4	6	6	1	4	5	8
Mais de 500 000	2	2	1	1	1	-	1	-	1	1	-
Nordeste	1 793	822	234	577	262	553	618	437	512	216	971
Até 5 000	228	55	5	35	22	39	35	21	24	8	173
De 5 001 a 10 000	388	130	33	81	46	91	89	69	67	37	258
De 10 001 a 20 000	586	268	72	185	68	166	194	132	163	57	318
De 20 001 a 50 000	429	252	86	180	87	171	202	145	179	70	177
De 50 001 a 100 000	109	75	24	59	21	53	61	44	49	28	34
De 100 001 a 500 000	42	32	11	27	13	24	27	19	24	13	10
Mais de 500 000	11	10	3	10	5	9	10	7	6	3	1
Sudeste	1 668	1 314	361	1 215	187	868	1 139	788	841	231	354
Até 5 000	384	255	36	230	23	154	201	135	157	31	129
De 5 001 a 10 000	412	304	73	274	34	200	262	181	197	44	108
De 10 001 a 20 000	350	277	73	257	41	177	238	163	162	41	73
De 20 001 a 50 000	288	256	81	245	39	181	234	163	179	50	32
De 50 001 a 100 000	99	94	37	88	14	68	85	62	64	23	5
De 100 001 a 500 000	118	111	55	105	30	79	104	72	70	35	7
Mais de 500 000	17	17	6	16	6	9	15	12	12	7	-
Sul	1 188	717	286	476	194	451	558	261	380	180	470
Até 5 000	422	193	82	109	54	119	137	60	100	50	228
De 5 001 a 10 000	290	166	66	102	39	110	116	53	92	32	124
De 10 001 a 20 000	229	155	65	98	42	98	126	60	80	41	74
De 20 001 a 50 000	145	114	37	90	32	70	99	49	57	27	31
De 50 001 a 100 000	58	48	18	38	13	29	41	22	26	18	10
De 100 001 a 500 000	41	38	17	36	14	24	36	16	23	11	3
Mais de 500 000	3	3	1	3	-	1	3	1	2	1	-
Centro-Oeste	466	256	131	129	71	149	186	85	185	76	210
Até 5 000	146	59	25	27	16	24	36	11	39	19	87
De 5 001 a 10 000	111	62	32	32	16	39	46	21	42	13	49
De 10 001 a 20 000	108	61	37	28	16	44	45	22	48	14	47
De 20 001 a 50 000	67	49	29	26	12	28	39	19	37	18	18
De 50 001 a 100 000	19	12	4	7	5	6	8	3	7	4	7
De 100 001 a 500 000	11	9	3	6	4	5	8	6	8	5	2
Mais de 500 000	4	4	1	3	2	3	4	3	4	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 88 - Municípios, total e com participação em articulação intermunicipal no meio ambiente, por tipo e temas abordados, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com participação de articulação intermunicipal no meio ambiente									Não parti- cipa de articula- ção in- termu- nicipal no meio ambiente
		Total	Tipo			Temas abordados nas articulações					
			Consórcio intermu- nicipal	Comitê de bacia hidro- gráfica	Outro tipo de associ- ação/par- ceria	Dispo- sição de resíduos sólidos (lixo) do- méstico e/ou in- dustrial	Recupe- ração da qualidade de recur- so hídrico	Trata- mento de esgoto domés- tico	Recupe- ração de áreas degrada- das	Outros	
Brasil	5 564	3 332	1 082	2 467	849	2 170	2 635	1 636	2 057	801	2 231
Norte	449	223	70	70	135	149	134	65	139	98	226
Rondônia	52	27	5	7	19	14	19	8	19	7	25
Acre	22	14	5	5	13	11	11	3	10	9	8
Amazonas	62	28	11	6	16	12	13	9	15	14	34
Roraima	15	2	-	-	2	1	-	1	-	2	13
Pará	143	62	32	7	37	40	31	19	36	31	81
Amapá	16	12	-	-	12	7	5	2	7	10	4
Tocantins	139	78	17	45	36	64	55	23	52	25	61
Nordeste	1 793	822	234	577	262	553	618	437	512	216	971
Maranhão	217	55	28	25	18	25	37	18	37	14	162
Piauí	223	29	2	8	20	13	11	4	13	15	194
Ceará	184	127	39	103	36	67	108	53	83	38	57
Rio Grande do Norte	167	68	12	31	47	53	38	40	27	15	99
Paraíba	223	67	14	50	16	47	48	32	36	8	156
Pernambuco	185	138	54	115	25	122	110	98	88	30	47
Alagoas	102	46	9	34	16	26	31	23	28	15	56
Sergipe	75	61	7	57	11	43	55	39	41	13	14
Bahia	417	231	69	154	73	157	180	130	159	68	186
Sudeste	1 668	1 314	361	1 215	187	868	1 139	788	841	231	354
Minas Gerais	853	611	129	557	78	372	530	322	354	34	242
Espírito Santo	78	73	43	69	12	56	66	45	50	31	5
Rio de Janeiro	92	80	49	72	25	59	71	46	51	26	12
São Paulo	645	550	140	517	72	381	472	375	386	140	95
Sul	1 188	717	286	476	194	451	558	261	380	180	470
Paraná	399	241	93	140	79	154	188	68	134	66	158
Santa Catarina	293	178	77	121	45	121	140	80	100	28	115
Rio Grande do Sul	496	298	116	215	70	176	230	113	146	86	197
Centro-Oeste	466	256	131	129	71	149	186	85	185	76	210
Mato Grosso do Sul	78	51	35	30	9	32	44	22	42	10	27
Mato Grosso	141	85	76	11	17	50	49	20	64	31	56
Goiás	246	119	20	87	44	66	92	42	78	34	127
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Tabela 89 - Municípios, total e com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses						
		Total	Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da po- pulação	Poluição do ar	Poluição do recurso água	Escassez do recurso água	Assorea- mento de corpo d'água no município	Contami- nação do solo
Brasil	5 564	5 040	829	1 233	2 321	2 270	2 950	1 346
Até 5 000	1 267	1 042	95	154	309	539	496	202
De 5 001 a 10 000	1 290	1 144	148	215	457	554	625	262
De 10 001 a 20 000	1 385	1 283	214	301	574	605	726	313
De 20 001 a 50 000	1 037	996	214	274	552	391	666	327
De 50 001 a 100 000	319	312	79	145	216	112	230	119
De 100 001 a 500 000	229	227	64	115	181	62	177	99
Mais de 500 000	37	36	15	29	32	7	30	24
Norte	449	418	108	163	172	121	254	101
Até 5 000	87	77	9	18	18	32	51	12
De 5 001 a 10 000	89	83	15	27	30	26	48	21
De 10 001 a 20 000	112	104	27	39	45	27	46	19
De 20 001 a 50 000	108	101	35	45	47	25	66	31
De 50 001 a 100 000	34	34	12	21	17	8	24	9
De 100 001 a 500 000	17	17	8	11	13	3	17	7
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	-	2	2
Nordeste	1 793	1 688	364	392	745	938	890	486
Até 5 000	228	200	34	22	37	142	67	39
De 5 001 a 10 000	388	352	54	62	122	209	159	76
De 10 001 a 20 000	586	560	105	116	229	328	281	140
De 20 001 a 50 000	429	417	118	114	238	197	268	152
De 50 001 a 100 000	109	106	31	48	74	48	71	49
De 100 001 a 500 000	42	42	16	22	36	12	36	23
Mais de 500 000	11	11	6	8	9	2	8	7
Sudeste	1 668	1 470	176	321	727	456	1 004	354
Até 5 000	384	289	16	36	84	82	178	30
De 5 001 a 10 000	412	362	35	60	163	135	230	80
De 10 001 a 20 000	350	312	40	57	156	95	214	64
De 20 001 a 50 000	288	279	35	60	152	86	207	88
De 50 001 a 100 000	99	95	22	41	71	25	75	37
De 100 001 a 500 000	118	116	22	52	86	29	86	43
Mais de 500 000	17	17	6	15	15	4	14	12
Sul	1 188	1 049	110	222	513	636	507	308
Até 5 000	422	356	25	49	133	252	126	107
De 5 001 a 10 000	290	253	23	41	114	161	123	69
De 10 001 a 20 000	229	205	25	49	102	125	112	60
De 20 001 a 50 000	145	134	16	34	85	60	74	33
De 50 001 a 100 000	58	58	8	27	42	25	43	18
De 100 001 a 500 000	41	41	13	21	35	13	27	20
Mais de 500 000	3	2	-	1	2	-	2	1
Centro-Oeste	466	415	71	135	164	119	295	97
Até 5 000	146	120	11	29	37	31	74	14
De 5 001 a 10 000	111	94	21	25	28	23	65	16
De 10 001 a 20 000	108	102	17	40	42	30	73	30
De 20 001 a 50 000	67	65	10	21	30	23	51	23
De 50 001 a 100 000	19	19	6	8	12	6	17	6
De 100 001 a 500 000	11	11	5	9	11	5	11	6
Mais de 500 000	4	4	1	3	4	1	4	2

Tabela 89 - Municípios, total e com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses								Nenhuma ocorrência
	Degrada- ção de áreas legalmente protegidas	Desmata- mento	Alteração que tenha prejudicado a paisagem	Queimadas	Redução da quanti- dade/diver- sidade ou perda da qualidade do pescado	Atividade agrícola prejudica- da por problema ambiental	Atividade pecuária prejudicada por proble- ma am- biental	Outras	
Brasil	1 200	2 976	992	3 018	1 230	934	722	375	522
Até 5 000	135	497	129	544	193	201	176	54	223
De 5 001 a 10 000	186	648	171	672	268	227	174	69	146
De 10 001 a 20 000	261	797	244	775	328	232	194	88	102
De 20 001 a 50 000	326	669	262	675	289	197	127	94	41
De 50 001 a 100 000	136	210	89	198	94	54	36	30	7
De 100 001 a 500 000	135	135	79	135	50	22	15	34	2
Mais de 500 000	21	20	18	19	8	1	-	6	1
Norte	127	319	126	333	176	99	96	42	31
Até 5 000	11	52	20	64	30	21	25	6	10
De 5 001 a 10 000	15	63	21	73	37	25	20	9	6
De 10 001 a 20 000	29	83	29	82	41	22	23	9	8
De 20 001 a 50 000	42	80	38	75	46	22	18	13	7
De 50 001 a 100 000	14	24	6	24	14	3	6	3	-
De 100 001 a 500 000	14	15	10	13	8	6	4	2	-
Mais de 500 000	2	2	2	2	-	-	-	-	-
Nordeste	320	1 162	353	1 060	497	375	257	135	105
Até 5 000	8	105	22	102	33	55	46	8	28
De 5 001 a 10 000	29	226	48	213	88	74	57	24	36
De 10 001 a 20 000	80	380	106	348	155	115	81	43	26
De 20 001 a 50 000	122	331	118	298	153	99	55	41	12
De 50 001 a 100 000	45	82	33	69	46	24	16	12	3
De 100 001 a 500 000	28	32	19	25	17	7	2	5	-
Mais de 500 000	8	6	7	5	5	1	-	2	-
Sudeste	373	767	270	973	249	195	172	93	197
Até 5 000	41	123	35	187	47	26	29	10	94
De 5 001 a 10 000	66	199	51	242	66	56	50	15	50
De 10 001 a 20 000	71	176	54	204	59	43	47	15	38
De 20 001 a 50 000	88	148	59	204	44	48	30	23	9
De 50 001 a 100 000	40	56	29	60	19	16	9	8	4
De 100 001 a 500 000	58	56	34	67	12	6	7	18	2
Mais de 500 000	9	9	8	9	2	-	-	4	-
Sul	247	457	134	361	179	208	141	69	138
Até 5 000	53	138	22	110	51	87	63	20	65
De 5 001 a 10 000	49	100	27	83	46	56	34	11	37
De 10 001 a 20 000	47	87	28	64	43	35	26	14	24
De 20 001 a 50 000	49	67	28	52	22	18	12	11	11
De 50 001 a 100 000	23	38	16	31	6	11	5	5	-
De 100 001 a 500 000	26	27	13	21	11	1	1	8	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centro-Oeste	133	271	109	291	129	57	56	36	51
Até 5 000	22	79	30	81	32	12	13	10	26
De 5 001 a 10 000	27	60	24	61	31	16	13	10	17
De 10 001 a 20 000	34	71	27	77	30	17	17	7	6
De 20 001 a 50 000	25	43	19	46	24	10	12	6	2
De 50 001 a 100 000	14	10	5	14	9	-	-	2	-
De 100 001 a 500 000	9	5	3	9	2	2	1	1	-
Mais de 500 000	2	3	1	3	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Um município da Região Sudeste deixou de responder ao quesito, deixando todos os itens em branco.

Tabela 90 - Municípios, total e com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses						
		Total	Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população	Poluição do ar	Poluição do recurso água	Escassez do recurso água	Assoreamento de corpo d'água no município	Contaminação do solo
Brasil	5 564	5 040	829	1 233	2 321	2 270	2 950	1 346
Norte	449	418	108	163	172	121	254	101
Rondônia	52	50	11	35	15	13	34	9
Acre	22	19	7	12	14	10	14	4
Amazonas	62	54	13	16	26	4	19	16
Roraima	15	12	2	4	4	2	4	5
Pará	143	137	51	69	72	39	90	39
Amapá	16	15	6	3	5	-	7	5
Tocantins	139	131	18	24	36	53	86	23
Nordeste	1 793	1 688	364	392	745	938	890	486
Maranhão	217	209	51	75	87	71	125	43
Piauí	223	212	33	29	39	124	82	26
Ceará	184	177	43	45	99	97	112	66
Rio Grande do Norte	167	131	30	32	55	74	64	36
Paraíba	223	213	28	26	92	171	106	68
Pernambuco	185	180	44	66	117	108	100	80
Alagoas	102	90	21	21	33	48	38	20
Sergipe	75	75	19	22	37	34	57	23
Bahia	417	401	95	76	186	211	206	124
Sudeste	1 668	1 470	176	321	727	456	1 004	354
Minas Gerais	853	754	85	129	386	283	502	172
Espírito Santo	78	78	18	23	58	45	64	34
Rio de Janeiro	92	90	18	25	58	29	63	28
São Paulo	645	548	55	144	225	99	375	120
Sul	1 188	1 049	110	222	513	636	507	308
Paraná	399	341	44	99	139	175	197	87
Santa Catarina	293	262	34	54	156	158	119	99
Rio Grande do Sul	496	446	32	69	218	303	191	122
Centro-Oeste	466	415	71	135	164	119	295	97
Mato Grosso do Sul	78	69	15	22	29	17	59	17
Mato Grosso	141	134	22	52	44	32	89	28
Goiás	246	211	34	60	90	70	146	51
Distrito Federal	1	1	-	1	1	-	1	1

Tabela 90 - Municípios, total e com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses								Nenhuma ocorrência
	Degrada- ção de áreas legalmente protegidas	Desmata- mento	Alteração que tenha prejudicado a paisagem	Queimadas	Redução da quanti- dade/diver- sidade ou perda da qualidade do pescado	Atividade agrícola prejudica- da por problema ambiental	Atividade pecuária prejudicada por proble- ma am- biental	Outras	
Brasil	1 200	2 976	992	3 018	1 230	934	722	375	522
Norte	127	319	126	333	176	99	96	42	31
Rondônia	13	34	5	42	9	8	5	1	2
Acre	7	12	6	14	15	11	4	4	3
Amazonas	13	41	13	34	22	8	10	9	8
Roraima	4	6	5	12	3	4	4	2	3
Pará	62	119	56	111	64	29	30	12	6
Amapá	3	7	8	5	8	1	3	2	1
Tocantins	25	100	33	115	55	38	40	12	8
Nordeste	320	1 162	353	1 060	497	375	257	135	105
Maranhão	44	184	43	191	75	50	28	17	8
Piauí	11	150	15	168	39	62	51	11	11
Ceará	55	142	53	141	53	46	27	17	7
Rio Grande do Norte	17	69	23	42	37	17	14	8	36
Paraíba	20	91	27	63	51	39	29	6	10
Pernambuco	47	134	58	117	48	38	23	25	5
Alagoas	13	44	13	41	27	13	7	11	12
Sergipe	15	46	16	38	32	17	10	7	-
Bahia	98	302	105	259	135	93	68	33	16
Sudeste	373	767	270	973	249	195	172	93	197
Minas Gerais	159	473	146	539	155	113	109	21	98
Espírito Santo	30	48	27	54	23	13	12	15	-
Rio de Janeiro	37	53	21	55	21	18	16	11	2
São Paulo	147	193	76	325	50	51	35	46	97
Sul	247	457	134	361	179	208	141	69	138
Paraná	66	124	30	145	66	57	38	24	58
Santa Catarina	68	136	51	82	44	71	57	14	31
Rio Grande do Sul	113	197	53	134	69	80	46	31	49
Centro-Oeste	133	271	109	291	129	57	56	36	51
Mato Grosso do Sul	25	44	20	42	30	18	18	2	9
Mato Grosso	48	85	33	108	45	25	25	15	7
Goiás	59	141	56	140	54	14	13	19	35
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Nota: Um município da Região Sudeste deixou de responder ao quesito, deixando todos os itens em branco.

Referências

AGENDA 21. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21chapter40.htm>>. Acesso em: nov. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: nov. 2008.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 de fev. 1998. p. 1, col. 1.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resolução nº 237, de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: nov. 2008.

DÉFICIT habitacional no Brasil. Brasília, DF: Fundação João Pinheiro, 1995. 146 p.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 2 CD-ROMs. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 394 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 121 p. Acompanha 1 CD-ROM.

PHILIPPI JÚNIOR. A. et al. (Org.). Estruturação dos municípios para criação e implementação de sistema ambiental municipal. In: _____. *Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil*. São Paulo: Associação de Municípios e Meio Ambiente, 1999. p. 47-55.

SANTOS, M. R. M. dos. *Conselhos municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas*. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, c2002. 138 p.

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2008

Questionário Básico

 PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS - 2008	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%; text-align: center;">BLOCO 01</td> <td style="text-align: center;">RESPONSÁVEL PELA COLETA</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;"> 1-Nome do responsável pela coleta: </td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;"> 2-SIAPE: </td> <td style="padding: 5px;"> 3-Data de início da coleta: </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;"> 4-Data do término da coleta: </td> </tr> </table>	BLOCO 01	RESPONSÁVEL PELA COLETA	1-Nome do responsável pela coleta: 		2-SIAPE: 	3-Data de início da coleta: 	4-Data do término da coleta: 	
BLOCO 01	RESPONSÁVEL PELA COLETA								
1-Nome do responsável pela coleta: 									
2-SIAPE: 	3-Data de início da coleta: 								
4-Data do término da coleta: 									

BLOCO 02	IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO
1 - UF: 	2 - Município:
3 - Nome do município: 	

PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

1- As definições e esclarecimentos de itens ou expressões em alguns quesitos constam do próprio questionário. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos com o Técnico do IBGE responsável pela coleta das informações.

2 - O questionário deve ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, em letra de fôrma, maiúscula e legível.

3 - Somente utilize abreviaturas nos casos em que os campos disponíveis nos quesitos não sejam suficientes para o preenchimento por extenso.

4 - Os campos numéricos devem ser preenchidos da seguinte maneira:

- Da direita para a esquerda.

Exemplo:

82

- Com 0 (zero) quando a quantidade informada no quesito for nula.

Exemplo:

0

5- Em alguns quesitos, existem instruções que determinam uma sequência e se apresentam na forma de comandos ou setas, que indicam, de acordo com o item assinalado, o próximo quesito a ser preenchido.

6 - As observações devem ser registradas na última página do questionário.

7 -Todas as informações devem referir-se ao ano de 2008, exceto aquelas referidas no próprio quesito.

BLOCO 03		INFORMAÇÕES DA PREFEITURA E DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO																										
1 - CNPJ da prefeitura:					/					/					2 - Telefone da prefeitura:				-									
3 - Logradouro:																												
4 - Número:				5 - Complemento:				6 - Bairro:												7 - CEP:					-			
8 - Nome do responsável pela informação:																												
9 - Cargo do responsável pela informação:																												
10 - E-mail/endereço eletrônico do responsável pela informação:																												
11 - Telefone do responsável pela informação:											12 - Assinatura do responsável pela informação:																	

BLOCO 04		RECURSOS HUMANOS					
1 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na prefeitura (administração direta) conforme discriminação abaixo: Atenção: A informação solicitada por coluna refere-se à escolaridade concluída do pessoal ocupado, exceto para o ensino fundamental. Estatutários são os regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Celetistas são os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo. Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem. Sem vínculo permanente são os cedidos por órgãos federais ou estaduais, os prestadores de serviços, os voluntários, dentre outros. Pós-graduação é a pessoa que tenha graduação superior com especialização ou aperfeiçoamento (<i>lato sensu</i>) e/ou mestrado, doutorado ou pós-doutorado (<i>stricto sensu</i>) concluído.							
		1 Sem instrução	2 Ensino fundamental (1º grau)	3 Ensino médio (2º grau)	4 Ensino superior	5 Pós-graduação	6 Total por linha
1 Estatutários	1.1.1		1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5	1.1.6
2 Celetistas	1.2.1		1.2.2	1.2.3	1.2.4	1.2.5	1.2.6
3 Somente comissionados	1.3.1		1.3.2	1.3.3	1.3.4	1.3.5	1.3.6
4 Estagiários			1.4.2	1.4.3			1.4.6
5 Sem vínculo permanente	1.5.1		1.5.2	1.5.3	1.5.4	1.5.5	1.5.6
6 Total por coluna	1.6.1		1.6.2	1.6.3	1.6.4	1.6.5	1.6.6
2 - Nesta prefeitura existe administração indireta? 1 ☐ Sim → 2.1 - Informe o número de órgãos da administração indireta existente no município: 2 ☐ Não (passe para o quesito 4) 1 Empresa pública municipal 2 Fundação 3 Sociedade de economia mista 4 Autarquia							
3 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração indireta conforme discriminação abaixo:							
		1 Sem instrução	2 Ensino fundamental (1º Grau)	3 Ensino médio (2º grau)	4 Ensino superior	5 Pós-graduação	6 Total por linha
1 Estatutários	3.1.1		3.1.2	3.1.3	3.1.4	3.1.5	3.1.6
2 Celetistas	3.2.1		3.2.2	3.2.3	3.2.4	3.2.5	3.2.6
3 Somente comissionados	3.3.1		3.3.2	3.3.3	3.3.4	3.3.5	3.3.6
4 Estagiários			3.4.2	3.4.3			3.4.6
5 Sem vínculo permanente	3.5.1		3.5.2	3.5.3	3.5.4	3.5.5	3.5.6
6 Total por coluna	3.6.1		3.6.2	3.6.3	3.6.4	3.6.5	3.6.6
4 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada no Bloco 03? 1 ☐ Sim (passe para o Bloco 05) 2 ☐ Não → 4.1 - Nome do responsável pela informação: 4.2 - Cargo:							
5 - Telefone do responsável pela informação:				6 - Assinatura do responsável pela informação:			

BLOCO 05	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	
1 - O município possui Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar? Paritário significa ser composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. 1 ☐ Sim → 1.1 O Conselho é paritário? → 1.2 Frequência das reuniões realizadas pelo Conselho nos últimos 12 meses: 2 ☐ Não 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 1 ☐ Quinzenal ou menor 2 ☐ Mensal 3 ☐ Bimestral ou trimestral 4 ☐ Semestral ou anual 5 ☐ Irregular 6 ☐ Não realizou reunião		
2 - O município possui Lei de Parcelamento do Solo (lei originária)? Estabelece as normas para implantação de novos loteamentos. 1 ☐ Sim → 2.1 - Foi criada após o ano de 2005? 2 ☐ Não 1 ☐ Sim → 2.1.1 Ano da lei: → 2.1.2 Nº da lei: 2 ☐ Não		
3 - O município possui Lei de Zoneamento ou equivalente (lei originária)? Estabelece as regras para o uso e ocupação do solo em zonas determinadas do município. 1 ☐ Sim → 3.1 - Foi criada após o ano de 2005? 2 ☐ Não 1 ☐ Sim → 3.1.1 Ano da lei: → 3.1.2 Nº da lei: 2 ☐ Não		
4 - O município possui Código de Obras (lei originária)? Estabelece normas para as construções prediais na área urbana. 1 ☐ Sim → 4.1 - Foi criado após o ano de 2005? 2 ☐ Não 1 ☐ Sim → 4.1.1 Ano da lei: → 4.1.2 Nº da lei: 2 ☐ Não		
5 - Assinale se o município possui, ou não, leis específicas sobre os instrumentos de política urbana relacionados abaixo: 5.1 Solo criado É toda área edificável além do coeficiente único do aproveitamento do lote, legalmente fixado, sendo sempre um acréscimo ao direito de construir além do coeficiente básico de aproveitamento estabelecido. 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 5.2 Contribuição de melhoria Tributo pago pelos contribuintes que incide sobre a valorização da propriedade imóvel, decorrente da realização de uma obra pública. 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 5.3 Operação urbana consorciada Conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 5.4 Estudo de impacto de vizinhança Estudo realizado antes da aprovação do empreendimento ou atividade para mostrar seus efeitos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		
6 - O município possui Plano Diretor (lei originária)? Instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana que define as regras para organizar as atividades em diferentes áreas do município. 1 ☐ Sim → 6.1 - Foi criado após o ano de 2005? 1 ☐ Sim → 6.1.1 Ano da lei: → 6.1.2 Nº da lei: 2 ☐ Não → 6.1.3 - O município está revendo o Plano Diretor? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 2 ☐ Não → 6.2 - O município está elaborando o Plano Diretor? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		
7 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada no Bloco 03? 1 ☐ Sim (passa para o Bloco 06) 2 ☐ Não → 7.1 - Nome do responsável pela informação: 7.2 - Cargo:		
8 - Telefone do responsável pela informação: -		9 - Assinatura do responsável pela informação:

BLOCO 06	HABITAÇÃO	(Continua)
1 - O órgão responsável pela habitação no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria. 1 ☐ Secretaria municipal exclusiva 2 ☐ Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais 3 ☐ Setor subordinado a outra secretaria 4 ☐ Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo 5 ☐ Não possui estrutura específica (passe para o quesito 3)		
2 - Nome do órgão gestor da habitação: _____		
3 - O município possui órgão da administração indireta que desempenhe atividade na área da habitação? 1 ☐ Sim → 3.1 - Especifique o nome do órgão: _____ 2 ☐ Não _____		
4 - O município possui Plano Municipal de Habitação? 1 ☐ Sim (passe para o quesito 6) 2 ☐ Não		5 - O município está elaborando o Plano Municipal de Habitação? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não
6 - O município possui Conselho Municipal de Habitação ou similar? 1 ☐ Sim → 6.1. Ano da lei: _____ → 6.2. Nº da lei: _____ 2 ☐ Não (passe para o quesito 10)		
7 - O Conselho Municipal de Habitação tem caráter: Admite múltipla marcação. Consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel, apenas, de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação. Deliberativo é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Normativo é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Fiscalizador é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação. 7.1 ☐ Consultivo 7.2 ☐ Deliberativo 7.3 ☐ Normativo 7.4 ☐ Fiscalizador		
8 - O Conselho Municipal de Habitação: Paritário significa ser composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. 1 ☐ É paritário 2 ☐ Tem maior representação da sociedade civil 3 ☐ Tem maior representação governamental		
9 - O Conselho Municipal de Habitação realizou reunião nos últimos 12 meses? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		
10 - O município possui Fundo Municipal de Habitação? 1 ☐ Sim → 10.1 - O Fundo Municipal de Habitação financiou ações e projetos para a habitação nos últimos 12 meses? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 13) 2 ☐ Não		
11 - O município possui conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação? 1 ☐ Sim → 11.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Habitação ou similar? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 2 ☐ Não		
12 - O Fundo Municipal de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais? 1 ☐ Sim (passe para o quesito 14) 2 ☐ Não		

BLOCO 06	HABITAÇÃO	(Continuação)								
13 - Especifique até 3 programas habitacionais realizados com recursos que não fazem parte do Fundo Municipal de Habitação: 1 <table border="1" style="width: 100%; height: 15px;"></table> 2 <table border="1" style="width: 100%; height: 15px;"></table> 3 <table border="1" style="width: 100%; height: 15px;"></table>										
14 - O município participa de consórcio intermunicipal de habitação? Consórcio Intermunicipal é a pessoa jurídica de direito privado ou associação pública entre dois ou mais municípios, visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional. 1 ☐ Sim ➔ 14.1 - Além deste município, quantos outros participam? <table border="1" style="width: 40px; height: 20px;"></table> 2 ☐ Não										
15 - Existem no município favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados? 1 ☐ Sim ➔ 15.1 - Assinale os critérios utilizados pelo município para classificar favela, mocambo, palafita e assemelhados: Admite múltipla marcação. 2 ☐ Não <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">15.1.1 ☐ Ocupação de terreno de propriedade alheia</td> <td style="width: 50%;">15.1.2 ☐ A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade</td> </tr> <tr> <td>15.1.3 ☐ Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular</td> <td>15.1.4 ☐ Lotes de tamanho e forma desiguais</td> </tr> <tr> <td>15.1.5 ☐ Ocupação densa de unidades habitacionais</td> <td>15.1.6 ☐ Construções não regularizadas por órgãos públicos</td> </tr> <tr> <td>15.1.7 ☐ Precariedade de serviços públicos essenciais</td> <td>15.1.8 ☐ Outros</td> </tr> </table>			15.1.1 ☐ Ocupação de terreno de propriedade alheia	15.1.2 ☐ A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade	15.1.3 ☐ Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular	15.1.4 ☐ Lotes de tamanho e forma desiguais	15.1.5 ☐ Ocupação densa de unidades habitacionais	15.1.6 ☐ Construções não regularizadas por órgãos públicos	15.1.7 ☐ Precariedade de serviços públicos essenciais	15.1.8 ☐ Outros
15.1.1 ☐ Ocupação de terreno de propriedade alheia	15.1.2 ☐ A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade									
15.1.3 ☐ Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular	15.1.4 ☐ Lotes de tamanho e forma desiguais									
15.1.5 ☐ Ocupação densa de unidades habitacionais	15.1.6 ☐ Construções não regularizadas por órgãos públicos									
15.1.7 ☐ Precariedade de serviços públicos essenciais	15.1.8 ☐ Outros									
16 - Existem no município cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco? 1 ☐ Sim ➔ 16.1 - Assinale os critérios utilizados pelo município para classificar cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco: Admite múltipla marcação. 2 ☐ Não <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">16.1.1 ☐ Unidade de moradia de várias famílias</td> <td style="width: 50%;">16.1.2 ☐ Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias</td> </tr> <tr> <td>16.1.3 ☐ Nas unidades habitacionais o mesmo cômodo tem várias funções</td> <td>16.1.4 ☐ Construção em lotes urbanos</td> </tr> <tr> <td>16.1.5 ☐ Subdivisão de habitações em uma mesma edificação</td> <td>16.1.6 ☐ Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal</td> </tr> <tr> <td>16.1.7 ☐ Outros</td> <td></td> </tr> </table>			16.1.1 ☐ Unidade de moradia de várias famílias	16.1.2 ☐ Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias	16.1.3 ☐ Nas unidades habitacionais o mesmo cômodo tem várias funções	16.1.4 ☐ Construção em lotes urbanos	16.1.5 ☐ Subdivisão de habitações em uma mesma edificação	16.1.6 ☐ Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal	16.1.7 ☐ Outros	
16.1.1 ☐ Unidade de moradia de várias famílias	16.1.2 ☐ Uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias									
16.1.3 ☐ Nas unidades habitacionais o mesmo cômodo tem várias funções	16.1.4 ☐ Construção em lotes urbanos									
16.1.5 ☐ Subdivisão de habitações em uma mesma edificação	16.1.6 ☐ Unidades habitacionais geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas sem contrato formal									
16.1.7 ☐ Outros										
17 - Existem no município loteamentos irregulares e/ou clandestinos ? Não deverão ser incluídos neste quesito os itens investigados anteriormente, a fim de evitar dupla contagem. 1 ☐ Sim ➔ 17.1 - Assinale os critérios utilizados pelo município para classificar loteamento irregular e/ou clandestino: Admite múltipla marcação. 2 ☐ Não <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">17.1.1 ☐ Sem aprovação prévia do poder público municipal</td> <td style="width: 50%;">17.1.2 ☐ Descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais</td> </tr> <tr> <td>17.1.3 ☐ Falta de titulação correta da terra</td> <td>17.1.4 ☐ Falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado</td> </tr> <tr> <td>17.1.5 ☐ Outros</td> <td></td> </tr> </table>			17.1.1 ☐ Sem aprovação prévia do poder público municipal	17.1.2 ☐ Descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais	17.1.3 ☐ Falta de titulação correta da terra	17.1.4 ☐ Falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado	17.1.5 ☐ Outros			
17.1.1 ☐ Sem aprovação prévia do poder público municipal	17.1.2 ☐ Descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais									
17.1.3 ☐ Falta de titulação correta da terra	17.1.4 ☐ Falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado									
17.1.5 ☐ Outros										
18 - A prefeitura possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais? 1 ☐ Sim ➔ 18.1 O cadastro é informatizado? ➔ 18.2 O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias? 2 ☐ Não 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 1 ☐ Sim 2 ☐ Não										

BLOCO 06		HABITAÇÃO		(Continuação)
19 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de construção de unidades habitacionais?				
1 ☐ Sim →	19.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com:		19.2 Foi beneficiada a seguinte área:	
	Admite múltipla marcação.		Admite dupla marcação.	
2 ☐ Não	19.1.1 ☐ Governo Federal	19.1.2 ☐ Governo Estadual	19.2.1 ☐ Urbana	
	19.1.3 ☐ Outro município	19.1.4 ☐ Iniciativa privada	19.2.2 ☐ Rural	
	19.1.5 ☐ Outros	19.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura		
20 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de aquisição de unidades habitacionais?				
1 ☐ Sim →	20.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com:		20.2 Foi beneficiada a seguinte área:	
	Admite múltipla marcação.		Admite dupla marcação.	
2 ☐ Não	20.1.1 ☐ Governo Federal	20.1.2 ☐ Governo Estadual	20.2.1 ☐ Urbana	
	20.1.3 ☐ Outro município	20.1.4 ☐ Iniciativa privada	20.2.2 ☐ Rural	
	20.1.5 ☐ Outros	20.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura		
21 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de melhoria de unidades habitacionais?				
1 ☐ Sim →	21.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com:		21.2 Foi beneficiada a seguinte área:	
	Admite múltipla marcação.		Admite dupla marcação.	
2 ☐ Não	21.1.1 ☐ Governo Federal	21.1.2 ☐ Governo Estadual	21.2.1 ☐ Urbana	
	21.1.3 ☐ Outro município	21.1.4 ☐ Iniciativa privada	21.2.2 ☐ Rural	
	21.1.5 ☐ Outros	21.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura		
22 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de oferta de material de construção?				
1 ☐ Sim →	22.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com:		22.2 Foi beneficiada a seguinte área:	
	Admite múltipla marcação.		Admite dupla marcação.	
2 ☐ Não	22.1.1 ☐ Governo Federal	22.1.2 ☐ Governo Estadual	22.2.1 ☐ Urbana	
	22.1.3 ☐ Outro município	22.1.4 ☐ Iniciativa privada	22.2.2 ☐ Rural	
	22.1.5 ☐ Outros	22.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura		
23 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de oferta de lotes?				
1 ☐ Sim →	23.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com:	23.2 Foi beneficiada a seguinte área:	23.3 Os lotes ofertados são:	
	Admite múltipla marcação.	Admite dupla marcação.	Admite dupla marcação.	
2 ☐ Não	23.1.1 ☐ Governo Federal	23.2.1 ☐ Urbana	23.3.1 ☐ Urbanizados	
	23.1.2 ☐ Governo Estadual	23.2.2 ☐ Rural	23.3.2 ☐ Não-urbanizados	
	23.1.3 ☐ Outro município			
	23.1.4 ☐ Iniciativa privada			
	23.1.5 ☐ Outros			
	23.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura			
24 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de regularização fundiária?				
1 ☐ Sim →	24.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com:		24.2 Foi beneficiada a seguinte área:	
	Admite múltipla marcação.		Admite dupla marcação.	
2 ☐ Não (passe para o quesito 26)	24.1.1 ☐ Governo Federal	24.1.2 ☐ Governo Estadual	24.2.1 ☐ Urbana	
	24.1.3 ☐ Outro município	24.1.4 ☐ Iniciativa privada	24.2.2 ☐ Rural	
	24.1.5 ☐ Outros	24.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura		

BLOCO 06	HABITAÇÃO	(Conclusão)
25 - No caso de terem sido implementados programas ou ações de regularização fundiária no ano de 2007 e/ou 2008, foram beneficiados: Admite múltipla marcação.		
25.1 ☐ Loteamentos irregulares 25.4 ☐ Bairros consolidados	25.2 ☐ Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados 25.5 ☐ Cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco	25.3 ☐ Conjuntos habitacionais construídos pelo poder público 25.6 ☐ Outros
26 - Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2007 e/ou 2008, programas ou ações de urbanização de assentamentos?		
1 ☐ Sim → 26.1 Estes programas ou ações foram executados em associação com: → 26.2 Foi beneficiada a seguinte área: Admite múltipla marcação. Admite dupla marcação.		
2 ☐ Não		
26.1.1 ☐ Governo Federal 26.1.3 ☐ Outro município 26.1.5 ☐ Outros	26.1.2 ☐ Governo Estadual 26.1.4 ☐ Iniciativa privada 26.1.6 ☐ Por iniciativa exclusiva da prefeitura	26.2.1 ☐ Urbana 26.2.2 ☐ Rural
27 - O município possui legislação específica que dispõe sobre regularização fundiária? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		
28 - O município possui plano e/ou programa específico de regularização fundiária? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		
29 - Em 2007 e/ou 2008 a prefeitura emitiu: Admite múltipla marcação.		
29.1 ☐ Licenças para implantação de novos loteamentos	29.2 ☐ Licenças de construção	29.3 ☐ "Habite-se" ou alvarás de habitação 29.4 ☐ Não emitiu
30 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada no Bloco 03?		
1 ☐ Sim (passe para o Bloco 07)		
2 ☐ Não → 30.1 - Nome do responsável pela informação:		
30.2 - Cargo:		
31 - Telefone do responsável pela informação:		32 - Assinatura do responsável pela informação:

BLOCO 07	TRANSPORTE	(Continua)
1 - O órgão responsável pelo transporte no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem status de secretaria.		
1 ☐ Secretaria municipal exclusiva 2 ☐ Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais 3 ☐ Setor subordinado a outra secretaria 4 ☐ Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo 5 ☐ Órgão da administração indireta 6 ☐ Não possui estrutura específica (passe para o quesito 3)		
2 - Nome do órgão gestor do transporte:		
3 - O município possui Conselho Municipal de Transporte ou similar?		
1 ☐ Sim → 3.1 Ano da lei: → 3.2 Nº da lei:		
2 ☐ Não (passe para o quesito 8)		
4 - O Conselho Municipal de Transporte tem caráter: Admite múltipla marcação.		
Consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel, apenas, de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação. Deliberativo é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Normativo é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Fiscalizador é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.		
4.1 ☐ Consultivo	4.2 ☐ Deliberativo	4.3 ☐ Normativo 4.4 ☐ Fiscalizador

BLOCO 07	TRANSPORTE				(Continua)																																									
5 - O Conselho Municipal de Transporte: Paritário significa ser composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. 1 ☐ É paritário 2 ☐ Tem maior representação da sociedade civil 3 ☐ Tem maior representação governamental																																														
6 - A atuação do Conselho Municipal de Transporte é voltada para: Admite múltipla marcação. 6.1 ☐ Gestão da política de transporte 6.2 ☐ Gestão do trânsito 6.3 ☐ Gestão das vias públicas																																														
7 - O Conselho Municipal de Transporte realizou reunião nos últimos 12 meses? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		8 - O município possui Fundo Municipal de Transporte? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 8.1 - O Fundo Municipal de Transporte tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não																																												
9 - O município possui Plano Municipal de Transporte? 1 ☐ Sim 9.1. Ano da lei: 9.2 N° da lei: 2 ☐ Não (passe para o quesito 12)																																														
10 - Houve participação da sociedade civil na elaboração do Plano Municipal de Transporte? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não																																														
11 - São aspectos gerais do Plano Municipal de Transporte: Admite múltipla marcação. 11.1 ☐ Priorizar o transporte coletivo e as áreas destinadas aos pedestres 11.2 ☐ Apontar diretrizes que fortaleçam a gestão do transporte coletivo 11.3 ☐ Auxiliar ou contribuir para o estabelecimento da política tarifária 11.4 ☐ Estabelecer políticas integradas intermunicipais 11.5 ☐ Outros																																														
12 - Indique os serviços de transporte do município e os organismos e/ou entes que os gerenciam: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Município</th> <th>Outro município</th> <th>Estado</th> <th>Federal</th> <th>Informal</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 Barco</td> <td>1.1 ☐</td> <td>1.2 ☐</td> <td>1.3 ☐</td> <td>1.4 ☐</td> <td>1.5 ☐</td> </tr> <tr> <td>2 Metrô</td> <td>2.1 ☐</td> <td>2.2 ☐</td> <td>2.3 ☐</td> <td>2.4 ☐</td> <td></td> </tr> <tr> <td>3 Mototáxi</td> <td>3.1 ☐</td> <td>3.2 ☐</td> <td>3.3 ☐</td> <td>3.4 ☐</td> <td>3.5 ☐</td> </tr> <tr> <td>4 Táxi</td> <td>4.1 ☐</td> <td>4.2 ☐</td> <td>4.3 ☐</td> <td>4.4 ☐</td> <td>4.5 ☐</td> </tr> <tr> <td>5 Trem</td> <td>5.1 ☐</td> <td>5.2 ☐</td> <td>5.3 ☐</td> <td>5.4 ☐</td> <td></td> </tr> <tr> <td>6 Van</td> <td>6.1 ☐</td> <td>6.2 ☐</td> <td>6.3 ☐</td> <td>6.4 ☐</td> <td>6.5 ☐</td> </tr> </tbody> </table>						Município	Outro município	Estado	Federal	Informal	1 Barco	1.1 ☐	1.2 ☐	1.3 ☐	1.4 ☐	1.5 ☐	2 Metrô	2.1 ☐	2.2 ☐	2.3 ☐	2.4 ☐		3 Mototáxi	3.1 ☐	3.2 ☐	3.3 ☐	3.4 ☐	3.5 ☐	4 Táxi	4.1 ☐	4.2 ☐	4.3 ☐	4.4 ☐	4.5 ☐	5 Trem	5.1 ☐	5.2 ☐	5.3 ☐	5.4 ☐		6 Van	6.1 ☐	6.2 ☐	6.3 ☐	6.4 ☐	6.5 ☐
	Município	Outro município	Estado	Federal	Informal																																									
1 Barco	1.1 ☐	1.2 ☐	1.3 ☐	1.4 ☐	1.5 ☐																																									
2 Metrô	2.1 ☐	2.2 ☐	2.3 ☐	2.4 ☐																																										
3 Mototáxi	3.1 ☐	3.2 ☐	3.3 ☐	3.4 ☐	3.5 ☐																																									
4 Táxi	4.1 ☐	4.2 ☐	4.3 ☐	4.4 ☐	4.5 ☐																																									
5 Trem	5.1 ☐	5.2 ☐	5.3 ☐	5.4 ☐																																										
6 Van	6.1 ☐	6.2 ☐	6.3 ☐	6.4 ☐	6.5 ☐																																									
13 - Existe no município transporte coletivo por ônibus? Deverão ser considerados os que circulam apenas dentro do município, fazendo o transporte entre bairros, distritos, localidades, etc. 1 ☐ Sim 13.1 - Indique qual organismo e/ou ente que o gerencia: Admite múltipla marcação. 13.2 - Especifique o tipo de regulamentação: Admite múltipla marcação. 2 ☐ Não (passe para o quesito 15) 1 ☐ Município 2 ☐ Outro município 1 ☐ Concessão 2 ☐ Autorização 3 ☐ Estado 4 ☐ Federal 3 ☐ Permissão 4 ☐ Não regulamentado 5 ☐ Informal																																														
14 - Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais possuem isenção parcial ou total da tarifa do ônibus? Admite múltipla marcação. 14.1 ☐ Maiores de 60 anos 14.2 ☐ Estudantes da rede pública 14.3 ☐ Estudantes da rede privada 14.4 ☐ Carteiros 14.5 ☐ Pessoas com deficiência 14.6 ☐ Policiais 14.7 ☐ Professores 14.8 ☐ Crianças menores de 7 anos 14.9 ☐ Outros 14.10 ☐ Nenhum passageiro																																														

BLOCO 07	TRANSPORTE	(Conclusão)
15 - Existe no município transporte coletivo por ônibus intermunicipal? 1 ☐ Sim → 15.1 - Este transporte coletivo atende também ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município? 2 ☐ Não 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		
16 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada no Bloco 03? 1 ☐ Sim (passar para o Bloco 08) 2 ☐ Não → 16.1 - Nome do responsável pela informação: 16.2 - Cargo:		
17 - Telefone do responsável pela informação:		18 - Assinatura do responsável pela informação:

BLOCO 08	MEIO AMBIENTE	(Continua)
1 - O órgão responsável pelo meio ambiente no município caracteriza-se como: 1 ☐ Secretaria municipal exclusiva 2 ☐ Secretaria municipal em conjunto com outros temas 3 ☐ Departamento, assessoria, setor ou órgão similar de meio ambiente 4 ☐ A prefeitura não possui órgão de meio ambiente (passar para o quesito 4)		
2 - Nome do órgão gestor do meio ambiente:		
3 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na área do meio ambiente conforme discriminação abaixo: Estatutários são os servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Celestistas são os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo. Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem. Sem vínculo permanente são os cedidos por órgãos federais ou estaduais, os prestadores de serviços, os voluntários, dentre outros. 1 Estatutários 2 Celestistas 3 Estagiários 4 Somente comissionados 5 Sem vínculo permanente 6 Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)		
4 - O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar? 1 ☐ Sim → 4.1. Ano da lei: → 4.2 N° da lei: 2 ☐ Não (passar para o quesito 8)		
5 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente tem caráter: Admite múltipla marcação. Consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel, apenas, de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação. Deliberativo é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Normativo é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação. Fiscalizador é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação. 5.1 ☐ Consultivo 5.2 ☐ Deliberativo 5.3 ☐ Normativo 5.4 ☐ Fiscalizador		

BLOCO 08		MEIO AMBIENTE		(Continua)
6 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente:				
Paritário significa ser composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil.				
1 ☐	É paritário	2 ☐	Tem maior representação da sociedade civil	3 ☐
Tem maior representação governamental				
7 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente realizou reunião nos últimos 12 meses? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não				
8 - O município contou com recursos específicos para a área ambiental nos últimos 12 meses?				
Este quesito deve ser respondido com informação a ser obtida junto a área de finanças da prefeitura.				
1 ☐	Sim	8.1 - Esses recursos foram oriundos de: Admite múltipla marcação.		
2 ☐	Não	8.1.1 ☐	Instituição/órgão internacional	8.1.2 ☐
			Empresa pública	8.1.3 ☐
			Entidades de ensino e pesquisa	
		8.1.4 ☐	Organização não governamental	8.1.5 ☐
			Iniciativa privada	8.1.6 ☐
			Outros	
		8.1.7 ☐	Órgão público	8.1.7.1 Especifique: Admite múltipla marcação.
				8.1.7.1.1 ☐
			Taxa de licenciamento/fiscalização	8.1.7.1.2 ☐
			Multas	
			8.1.7.1.3 ☐	ICMS Ecológico
			8.1.7.1.4 ☐	Royalties
			8.1.7.1.5 ☐	Outros
9 - O município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?				
1 ☐	Sim	9.1 - O Fundo Municipal de meio Ambiente tem financiado ações e projetos para questões ambientais nos últimos 12 meses?		
2 ☐	Não	1 ☐	Sim	2 ☐
Não				
10 - O município realiza licenciamento ambiental de impacto local? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não				
11 - O município tem algum instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não				
12 - O município participa de articulação intermunicipal na área de meio ambiente na forma de: Admite múltipla marcação.				
12.1 ☐	Consórcio intermunicipal	12.2 ☐	Comitê de bacia hidrográfica	
12.3 ☐	Outro tipo de associação/parceria	12.4 ☐	Não participa (passe para o quesito 14)	
13 - Que temas são abordados nos referidos consórcios, comitê de bacia hidrográfica ou outro tipo de associação/parceria? Admite múltipla marcação.				
13.1 ☐	Disposição de resíduos sólidos (lixo) domésticos e/ou industriais	13.2 ☐	Recuperação da qualidade de recurso hídrico	
13.3 ☐	Tratamento de esgoto doméstico	13.4 ☐	Recuperação de áreas degradadas	
13.5 ☐	Outros			
14 - Assinale as ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente municipal nos últimos 24 meses: Admite múltipla marcação.				
14.1 ☐	Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população	14.2 ☐	Poluição do ar	14.3 ☐
				Poluição do recurso água
14.4 ☐	Escassez do recurso água	14.5 ☐	Assoreamento de corpo d'água no município	14.6 ☐
				Contaminação do solo
14.7 ☐	Redução da quantidade/diversidade ou perda da qualidade do pescado	14.8 ☐	Degradação de áreas legalmente protegidas	14.9 ☐
				Atividade agrícola prejudicada por problema ambiental
14.10 ☐	Desmatamento	14.11 ☐	Atividade pecuária prejudicada por problema ambiental	14.12 ☐
				Alteração que tenha prejudicado a paisagem
14.13 ☐	Queimadas	14.14 ☐	Outras	14.15 ☐
				Nenhuma ocorrência

[illegible]

Glossário

administração direta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal, se encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo, no caso o Prefeito.

administração indireta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal, se encontra ligada indiretamente ao Poder Executivo. É composta por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, que exercem atividades caracterizadas como de serviço público ou de interesse público, cuja criação é autorizada pelo Executivo.

celetista *Ver* funcionário regido pela CLT

código de obras Conjunto de normas para as construções prediais na área urbana. Dispõe sobre as formas de ocupação dos lotes, coeficientes de aproveitamento do terreno, altura das edificações, condições de iluminação e ventilação, entre outras questões.

comitê de bacia hidrográfica Órgão colegiado constituído por representantes dos governos (União, estado e município) integrantes da bacia, dos usuários das águas e de entidades da sociedade civil, cujo objetivo é a gestão dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica.

conselho consultivo Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

conselho deliberativo Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho fiscalizador Aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho normativo Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho paritário Órgão que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

consórcio intermunicipal Acordo firmado entre dois ou mais municípios visando a execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo.

contribuição de melhoria Tributo pago pelos contribuintes que, em seu benefício, ocasiona uma despesa especial ao poder público municipal. Incide sobre a valorização da propriedade de imóvel decorrente da realização de obra pública.

ensino fundamental Nível de instrução atribuído à pessoa que, no momento, está cursando o ensino fundamental; ou ingressou em escola, concluiu a primeira série, mas não completou as oito séries do ensino fundamental ou primeiro grau; ou ingressou, mas não concluiu as quatro séries do ginásio; ou concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

ensino médio Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

ensino superior Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior.

estudo de impacto de vizinhança Estudo realizado antes da aprovação do empreendimento ou da atividade para mostrar seus efeitos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

funcionário sem vínculo permanente Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, voluntários e aqueles cedidos por outras administrações.

funcionário somente comissionado Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um Conselho Municipal.

lei de parcelamento do solo Instrumento que tem como objetivo criar normas para loteamentos urbanos no município.

lei de zoneamento ou equivalente Instrumento que define os possíveis usos do solo em zonas determinadas do município.

lei do solo criado Instrumento legal que define um limite de área para construção. O direito de construção acima deste limite passa à coletividade que poderá conceder licença para construção mediante o pagamento pelo proprietário de um determinado valor. O produto da venda do direito de construção excedente ao limite estabelecido deverá ser utilizado no financiamento do desenvolvimento urbano ou de programas de construção de moradias de interesse social.

lei orgânica municipal Conjunto de leis básicas do município, de formulação obrigatória após a Constituição Federal de 1988.

operação urbana consorciada Conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

plano diretor Plano voltado para a orientação racional do desenvolvimento físico das diferentes áreas do município, visando organizar o seu crescimento, estimular e ordenar as principais atividades urbanas.

pós-graduação Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu curso que compreende tanto *latu sensu* (especialização e aperfeiçoamento da graduação) quanto *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

sem vínculo permanente Ver funcionário sem vínculo permanente

somente comissionado Ver funcionário sem vínculo permanente

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Nely Silveira da Costa

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Planejamento e apuração do Questionário Básico

Altino Ventura Neto

Divaldo Ferreira da Silva

José Reis da Costa

Marco Cícero Noce de Paula

Marzulo Pagani Vivacqua

Reinaldo de Souza Ramos

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Elaboração de sistemas e processamento de dados

Ailton Jose Lima Martins Furtado

Programação e execução do plano tabular

Ailton Jose Lima Martins Furtado

Vânia Maria Pacheco

Elaboração dos cartogramas

Ivo Monsores Cardoso (Consultor)

Elaboração dos textos analíticos

Estrutura e dimensão do quadro de pessoal da administração municipal

Marco Cícero Noce de Paula Maciel

Legislação e instrumento de planejamento dos municípios brasileiros

Marzulo Pagani Vivacqua

A gestão municipal na área da habitação

Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Transporte

Vânia Maria Pacheco

Meio Ambiente

Frederico Cavadas Barcellos¹

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho¹

Tabulações especiais do tema Meio ambiente

Vanessa Ferreira Torres L. Felipe²

Revisão técnica dos textos

Marzulo Pagani Vivacqua

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Ademilson Uchoa Matos

AC - Célia Brandão Souza

AM - Sandra Maria Torres de Brito

RR - Angela Patrícia Lima de Souza

PA - Paulo Sergio Borges

AP - Adrimauro da Silva Gemaque

TO - Raimundo Costa Barbosa

MA - Francisco Sousa Lima

PI - Jesus Ribeiro Soares

CE - Antônio Nogueira Amora

RN - Maria Alzenira Silva

PB - José Pereira de Araújo

PE - José Homero Vieira

AL - Selma Regina dos Santos

SE - Marise Lima Silva Santos

BA - Aníbal Borges Britto

MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira

ES - Ilmar Vicente Moreira

RJ - Lino Jose Queiroz de Araújo

SP - Marco Antônio Ornelas

PR - Jussara dos Santos Langowski

SC - Darcio Francisco Borges

RS - Renato Barbieri

MS - Loide Bueno de Souza

MT - Deajan David Montanha

GO - Alessandro de Siqueira Arantes

DF - Jailson Mangueira Assis

¹ Técnico da Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Núcleo de Meio Ambiente.

² Estagiária da Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Núcleo de Meio Ambiente.

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Maria do Carmo da Costa Cunha

Maria da Graça Fernandes de Lima

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

José Luís Nicola

Kátia Domingos Vieira

Sueli Alves de Amorim

Diagramação textual

Maria da Graça Fernandes de Lima

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Sebastião Monsores

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Bruno Klein

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice Neves da Silva Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte